



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

ESCAVANDO O DISCURSO E ENCONTRANDO O SUJEITO:
UMA ARQUEOLOGIA DAS HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS

Carlos Magno Viana Fonseca
ORIENTADORA: Profª Drª Mônica Magalhães Cavalcante

FORTALEZA/CE
2007

CARLOS MAGNO VIANA FONSECA

**ESCAVANDO O DISCURSO E ENCONTRANDO O SUJEITO:
UMA ARQUEOLOGIA DAS HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Lingüística. Linha de pesquisa: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

**FORTALEZA/CE
2007**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho da dissertação é permitida, desde que seja feita de acordo com as normas científicas.

Carlos Magno Viana Fonseca

Banca Examinadora

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante
(Orientadora)

Prof. Dr. Antonio Crístian Saraiva Paiva – UFC
Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
(1ª Examinador)

Profa. Dra. Lívia Márcia T. R. Baptista – UFC
(2ª Examinadora)

Profa. Dra. Maria Elias Soares – UFC
(Suplente)

Dissertação defendida e aprovada em 25 / 09 / 2007.

Nas *Sátiras* de Juvenal, escritor latino do Séc. I da Era Cristã, está escrito: *Quis custodiet ipsos custodes?* Se, pois, é certo que, muitas vezes, somos guardiões de nossas enunciações, vigiando-as, devemos nos perguntar exatamente como Juvenal: *Quem guardará os guardiões?*

Então, àquele que guarda todos os sujeitos-enunciadores que se pretendem guardiões de suas próprias enunciações, dedico este trabalho.

Apesar de nossa capacidade de enunciar ser tão natural quanto os fatos mais básicos do ser humano, nós ainda somos despreparados para compreender os atos mais elementares da comunicação, e estes talvez devam permanecer não completamente respondidos. Entrar na ordem discursiva é arriscar-se, ensinou-nos Michel Foucault, e me arrisco agora a freqüentar um lugar-comum e, mais temeroso ainda: arrisco-me a ser injusto; no entanto, listarei os nomes daqueles em cuja presença eu não mais me envergonho de estar, certo de que muitos outros há não mencionados, mas que jamais cairão no esquecimento da memória...

A meu PAI, João Bosco da Fonseca, não pelos esforços que dedicou a mim durante esse tempo, ou não só por isso, mas por uma vida inteira de companheirismo e amizade;

A minha MãE, Diassis Fonseca, fonte de toda a força que já se juntou em mim;

Às irmãs, Carmem e Maria;

À esposa, Silvania, **e à filha**, Nerissa, pelo movimento pendular desequilibrante e, justamente por isso, motivador;

À orientadora, Mônica Magalhães Cavalcante, por ser, para mim, como a Palavra-Criadora-do-Primeiro-Dia: *Que exista a Luz!*, lamento pelo resto do mundo que não a conhece;

A Medianeira, muito mais do que uma colega de trabalho ou amiga, uma confidente;

A Gilton Sampaio, pela leitura atenta a alguns de meus textos e pelas colaborações pontuais e indispensáveis;

A Nivaldo e sua família, pelo apoio logístico em Fortaleza;

Às amigas, Mariza, Sayuri e Diana, pela companhia e pela divisão das angústias;

Ao Departamento de Letras do CAMEAM/UERN, pela flexibilização em vários momentos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da UFC, sobretudo às secretárias, pelo pronto atendimento;

Ao CNPq, pelos 14 meses de apoio financeiro.

Quo scripsi, scripsi.

Pôncio Pilatos

Cada sujeito é único e singular, no seu tempo e no seu espaço.

(FOUCAULT, M. **Hermenêutica do Sujeito.**)

R E S U M O

O objetivo desta pesquisa é avaliar o estatuto da heterogeneidade enunciativa em discursos autênticos como elemento caracterizador da enunciação. A intenção é sopesar a base teórica sobre a qual a(s) heterogeneidade(s) se sustenta(m) avaliando, com base nisso, os inventários das formas lingüísticas que representam o fenômeno abordado. Como objetivos específicos, estabelecemos, primeiro, a função genealógica do pesquisador, isto é, descrever as origens da abordagem dos discursos através dos aspectos heterogêneos e, em segundo lugar, a função arqueológica do pesquisador, qual seja, analisar quais efeitos enunciativo-discursivos a inserção de uma forma lingüística de heterogeneidade enunciativa provoca no interior de um discurso e quais relações dialógicas são estabelecidas a partir delas. Para isso, procedemos a uma revisão bibliográfica nos textos de Authier-Revuz (1990; 1998; 2004), Bakhtin (1992; 2002), Lacan (2000; 2002; e outros), entre outros teóricos representativos da investigação da enunciação. A coleta e seleção de eventos enunciativos para análise baseiam-se na definição de metaenunciação e foram retirados de um *corpus* constituído de trinta (30) artigos acadêmicos de lingüística publicados em revistas *on line*. Com base nesses procedimentos, esperamos oferecer de uma caracterização exaustiva das heterogeneidades enunciativas, concentrando a ênfase nas não-coincidências do dizer, e também apresentar uma possibilidade de interpretação das heterogeneidades enunciativas que não se limite apenas à descrição puramente lingüística e formal de suas expressões, como acontece na literatura especializada.

PALAVRAS-CHAVE: Metaenunciação, Heterogeneidade Enunciativa, Não-coincidências do dizer.

(221 palavras)

A B S T R A C T

This research aims at evaluating the statute of the enunciative heterogeneity in authentic speeches as a characterizing element of the enunciation. The intention is to weigh up the theoretical basis upon which the heterogeneity (ies) is (are) supported evaluating, according to this, the linguistic forms inventories that represent the approached phenomenon. As specific goals, we have established, at first, the researcher's genealogic function, that is, to describe the origins of the speeches approach through the heterogeneous aspects, and, in a second place, the researcher's archeological function, that is, to analyze the discursive-enunciative effects the insertion of a linguistic form of enunciative heterogeneity provokes inside the speech and the dialogic relationships that are established from them. In order to pursue these goals, we proceeded to a bibliographic revision on the works of Authier-Revuz (1990; 1998; 2004), Bakhtin (1992; 2002), Lacan (2000; 2002; and others), among other scholars which are representative of the enunciation study. The collecting and selection of enunciative events for the analysis are based on the definition of metaenunciation and were extracted from a corpus constituted of thirty (30) Linguistics academic papers published in online magazines. Based on these proceedings we look for offering an exhaustive characterization of the enunciative heterogeneities, concentrating the emphasis on non-coincidences of saying, as well as to present an interpretation possibility of the enunciative heterogeneities which do not limit it self to a description purely linguistic and formal of its expressions, as it happens in the specialized literature.

Key-Words: Metaenunciation, enunciative heterogeneity, saying non-coincidences

SUMÁRIO

Lista de figuras	
Lista de abreviações	
INTRODUÇÃO	12
Tema: delimitação, justificativa e abrangência	12
Não-coincidências do dizer: a configuração do problema	15
I PARTE — ESCAVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA	25
CAPÍTULO 1 Signo e Discurso	26
1.1 As Lingüísticas Enunciativas	29
1.1.1 A gênese da enunciação: o enunciado em perspectiva polifônica	31
1.1.2 A estrutura do enunciado: Benveniste e o aparelho formal da enunciação	39
1.2 As Lingüísticas Discursivas	47
1.2.1 Enunciado interdiscursivo e as condições de produção: Pêcheux e a Análise de Discurso	54
1.2.2 Arquivo e enunciado: Foucault e o despertar do poder	57
CAPÍTULO 2 HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS: GENEALOGIA E PARENTESCOS	65
2.1 Da alteridade à heterogeneidade	67
2.1.1 Dados primários: alteridade a partir da ontologia fenomenológica	74
2.1.2 A máscara monstruosa da Górgona: alteridade extrema e Psicanálise	78
2.1.3 Celebração alteritária: alteridade próxima e Dialogismo	82
2.1.4 Armadilhas alteritárias: alteridade bárbara e função-sujeito	86
2.1.5 No país dos outros: alteridades e heterogeneidades	91
2.2 A problemática do sujeito	94
2.3 Comunidade Discursiva: formações ideológicas e formações imaginárias	102
2.4 Ethos e Discurso: da imagem de si às formações imaginárias	105
CAPÍTULO 3 O APELO À PSICANÁLISE	109
3.1 Do Um e do não-Um	111
3.2 “O inconsciente é estruturado como uma linguagem”	113
3.3 Real-Simbólico-Imaginário (RSI)	120
3.4 <i>Lalangue</i>	121
II PARTE — METAENUNCIÇÃO, HETEROGENEIDADES E NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER	123
CAPÍTULO 4 METODOLOGIA E GENERALIDADES DESCRITIVAS	124
4.1 Contexto da pesquisa	124
4.2 Critérios de constituição do <i>corpus</i>	126
4.2.1 Artigo Acadêmico como <i>corpus</i> de análise	129
4.3 Operadores conceituais e definição de termos	131
4.3.1 A inquietação teórica: inventários de NCD segundo Authier-Revuz	137
4.4 Procedimentos de análises	142

CAPÍTULO 5	HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS: PRIMEIRAS	
	ABORDAGENS	144
5.1	Aspas: um corpo estranho na enunciação	146
5.2	Heterogeneidade Mostrada	151
	5.2.1 As formas de heterogeneidade marcada	154
	5.2.1.1 Adequação do signo empregado	154
	5.2.1.2 Certeza quanto ao signo empregado	156
	5.2.1.3 Indicação interpretativa de signo	157
	5.2.1.4 Empréstimos	158
CAPÍTULO 6	NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER: O FURO DO DISCURSO	160
6.1	Metaenunciação e Heterogeneidades Enunciativas	160
6.2	Não-coincidências do dizer	171
	6.2.1 Não-coincidência interlocutiva	171
	6.2.2 Não-coincidência interdiscursiva	174
	6.2.3 Não-coincidência entre as palavras e as coisas	176
	6.2.4 Não-coincidência das palavras consigo mesmas	178
CAPÍTULO 7	NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER: QUANDO AS PALAVRAS SÃO	
	MANTIDAS À DISTÂNCIA	181
7.1	Não-coincidências interdiscursivas (NCId)	185
7.2	Não-coincidências interlocutivas (NCII)	194
7.3	Não-coincidências entre as palavras e as coisas (NCPC)	204
7.4	Não-coincidências das palavras consigo mesmas (NCPM)	208
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	219

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: O sujeito cartesiano: confluência do pensar com o ser	101
Figura 02: O sujeito lacaniano: escolha entre <i>ser e pensar</i>	103
Figura 03: O signo lingüístico saussuriano	117
Figuras 04 e 05: Outras representações do signo lingüístico saussuriano	119
Figura 06: O esquema da comunicação de Lacan	121

LISTAS DE ABREVIações

CLG	Curso de Lingüística Geral
NCD	Não-coincidências do dizer
AD	Análise de Discurso
HE	Heterogeneidade Enunciativa
CD	Comunidade Discursiva
FD	Formação Discursiva
FId	Formação Ideológica
RSI	Real, Simbólico e Imaginário
D.E.L.T.A.	Documentação em Estudos da Lingüística Teórica e Aplicada
ReVel	Revista Virtual de Estudos da linguagem
LED	Linguagem em (Dis)curso
NCId	Não-coincidência interdiscursiva
NCII	Não-coincidência interlocutiva
NCPC	Não-coincidência entre as palavras e as coisas
NCPM	Não-coincidência das palavras consigo mesmas

INTRODUÇÃO

O objeto de uma ciência particular, matéria em que se fazem o sujeito e o seu conhecimento, a linguagem é antes de tudo o mais uma *prática*. Prática quotidiana que preenche cada segundo da nossa vida, incluindo o tempo dos nossos sonhos, elocuições ou escrita, é função social que se manifesta e se conhece no seu exercício.

Julia Kristeva (*História da linguagem*, s/d, p. 280)

Tema: delimitação, justificativa e abrangência

Do átomo ao cosmo, da célula ao organismo multicelular, vivemos no tempo da multifacetação. Conceitos antes tidos como *unidades indivisíveis* e *elementos indecomponíveis* passaram a ter na contemporaneidade novos formatos, novas constituições, novos espaços, novas cores e tamanhos. Nesse contexto, a linguagem ganhou dimensões simbólicas no homem da modernidade, ou da pós-modernidade, de tal forma que nos lançamos nela e nos entregamos a ela como signos em rotação, em busca de um princípio que nos desvele, ou revele, ou aliene. Nós, homens de linguagem, somos bombardeados diariamente por elementos sógnicos portadores de significações que nos fazem sair em busca de sentido e clareza, sem que saibamos se o resultado nos ferirá de vida ou de morte.

Rádio, televisão, livros publicados em escala exponencial, cinema, *out-dors*, panfletos, folhetos, jornais diários com milhares de exemplares, teleconferências, *internet*, nunca, na história da humanidade, a linguagem, oral ou escrita, esteve presente de forma tão variada na vida cotidiana. A essa linguagem se sobrepõem outras, igualmente ricas na constituição dos sentidos, aquelas das imagens, dos gestos, das cores, tudo, enfim, transpira

e comporta e transborda sentido: “o homem moderno está mergulhado na linguagem, vive na fala, é assaltado por milhares de signos, a ponto de já quase só ter uma existência de emissor e receptor”, diz-nos Kristeva (s/d, p. 9). Nesse entorno e contorno, a heterogeneidade, entendida como uma forma de conceber a linguagem como prática subjetiva e, por isso, constituída de diversas naturezas, entra em pauta como ordem do dia; não apenas as heterogeneidades explícitas das formas de linguagem, dos enunciadores, dos objetivos, dos portadores de textos, das temáticas, das abordagens, mas também as heterogeneidades teóricas, lingüísticas, semânticas, enunciativas e discursivas.

O todo de qualquer coisa é composto de partes que se agrupam, cada uma com uma natureza e uma função: a história com os fragmentos de acontecimentos, a política da participação democrática, a literatura das frações artísticas, a fé no Deus uno que se faz trino para que o homem o compreenda melhor. Por toda parte, o heterogêneo é condição constitutiva. Essa constatação, conjugada a inquietações teóricas, nos levou a abraçar a temática da heterogeneidade da linguagem abordando a matéria a partir da enunciação e dos sujeitos-enunciadores, explorando a constituição da área na qual o conteúdo se insere, convocando, para uma pesquisa neo-estruturalista em Lingüística, elementos pontuais da Análise de Discurso e da Psicanálise, ambas tomadas como pressupostos gerais sobre os quais assentamos a pesquisa.

O homem recorre ao discurso psicanalítico para alcançar a compreensão de si mesmo; porém, este mesmo homem que invocou a Psicanálise para ajudá-lo a compreender-se teve dela mais do que desejou, porque ela lhe apresentou um resultado inesperado: o Eu que o homem procura só existe na enunciação, na fala viva, na linguagem; o Eu é constituído pela linguagem, portanto, é simbólico, e sua individualidade, marca da subjetividade e atestado da singularidade, é uma ilusão criada na e pela linguagem. O discurso psicanalítico fez o homem deparar-se com o mais assustador de todos os paradoxos: ao mesmo tempo em que ela revela ao homem sua individualidade leva-o a compreender que é, inapelavelmente, dividido, logo, mostra-lhe que é não-Um.

É este aspecto fundamental da natureza humana que abordaremos aqui, especificando que o homem, em sua essência, é um ser de linguagem e que sua linguagem

reflete sua condição de sujeito em cada enunciação, em cada enunciado concreto de interação viva entre interlocutores, mas reconhecendo que a linguagem é povoada de divisões.

Ao reconhecer que a linguagem emerge num ambiente não-Um, assumimos que há, na enunciação, marcas lingüísticas observáveis desse fenômeno que Authier-Revuz (1990; 1998; 2004) denominou de Heterogeneidade Enunciativa. Esta autora tratou de investigar as formas de heterogeneidade nas mais diversas configurações e nos mais diversificados níveis de análise, caracterizando o que ela chamou de *metaenunciação reflexiva*, que aparece no fio do discurso, na linearidade sintática, como um momento pontual da enunciação através da qual o sujeito se deixa revelar como dividido.

A autora, colocando-se no quadro epistemológico dos estudos da linguagem como pertencente ao movimento interno da lingüística conhecido como neo-estruturalista, elabora inventários de formas de heterogeneidade e as descreve apresentando exemplos retirados dos mais variados gêneros discursivos orais e escritos.

O primeiro objetivo a que nos propomos é avaliar os inventários a partir dos textos fundadores da heterogeneidade enunciativa, examinando sua consistência e aplicabilidade. Para isso, sentimos a necessidade de fazer um retorno ao quadro teórico sobre o qual Authier-Revuz construiu as bases de sua proposta, que são, em suas próprias palavras, “pontos de vista exteriores que fundamentam essa heterogeneidade constitutiva do discurso, o dialogismo do círculo de Bakhtin e a psicanálise” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 11). O termo “exteriores” para caracterizar as duas vertentes de pensamento em que ela se apóia tem sido controverso, ao menos naquela parte que toca ao fato de o dialogismo de Bakhtin ser exterior à lingüística.

É certo que Bakhtin forneceu uma importante contribuição para os estudos da linguagem, sobretudo para a parte da lingüística que opera nas divisões disciplinares e nas fronteiras teóricas. Muitos de seus textos são considerados fundadores em muitas investigações que se praticam hoje em lingüística, sobretudo, as relacionadas à Análise de Discurso, à constituição e ao funcionamento dos Gêneros Discursivos, a polêmicas em torno do significado e da referência, aos estudos literários, ao discurso citado, à filosofia da

linguagem, entre outras. Acrescente-se a isso o fato de que Bakhtin elaborou e defendeu tese de doutoramento em Letras e, embora o título lhe tenha sido negado¹, não se pode dizer que as idéias de Bakhtin devam ser consideradas como um “exterior” lingüístico.

Assim, a presente pesquisa se insere na rubrica da Lingüística da Enunciação, definida como a parte da Lingüística voltada para as investigações da linguagem que levam em conta a presença do sujeito-enunciador numa enunciação dada e o grau de comprometimento entre o sujeito e o conteúdo enunciado, considerando, para isso, as marcas lingüísticas que o apagam ou o evidenciam.

Como já mencionamos, o nosso objetivo principal consiste na caracterização da heterogeneidade enunciativa e, secundariamente, na caracterização dos mecanismos lingüísticos empregados pelos sujeitos-enunciadores ao assumirem seu discurso. Também faz parte de nossos objetivos verificar a relação que se estabelece entre os sujeitos nos diálogos inter e intradiscursivos, especialmente, os efeitos produzidos através das marcas específicas das não-coincidências do dizer no interior dos discursos.

Não-coincidências do dizer: a configuração do problema

A linguagem verbal e as suas modalidades têm sido descritas das mais variadas formas desde a aurora dos tempos gregos. A preocupação dos estudiosos remete a uma descrição sistemática que seja capaz de conceituar apropriadamente o mecanismo lingüístico e que esteja apta a circunscrever o organismo funcional da linguagem, concebendo suas íntimas relações com outros fenômenos humanos.

Aqui, a linguagem é entendida como um instrumento, um mecanismo ou ferramenta usada na comunicação entre os indivíduos falantes. O principal argumento para aceitar esse conceito de linguagem enquanto ferramenta é aquele puramente empírico, que orienta a percepção de que na falta de linguagem verbal que se utiliza de signos lingüísticos por quaisquer motivos — ou por carências biológicas, deficiências físicas, ou por percalços acidentais ocorridos ao longo da vida —, os seres humanos,

¹ Cf. CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

geralmente, desenvolvem outros mecanismos que sejam capazes de cumprir a tarefa, como a linguagem de surdos-mudos (em suas mais variadas formas) e o braile, na língua escrita, para citar apenas dois códigos substitutos para a linguagem natural, configurando-se como nada mais do que um sistema simbólico empregado para mediar uma relação interacional entre sujeitos.

Essa perspectiva é defendida por Hjelmslev (2006, p. 01), quando especifica que “a linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana”. Os críticos desse entendimento virão, de imediato, contrapor inumeráveis argumentos à linguagem entendida como instrumento, dando excessiva importância ao termo, deixando, no entanto, de considerar que não se defende que a linguagem é *só* um instrumento, antes a linguagem é *também* e não *só* um instrumento. Especialmente os teóricos do interacionismo darão pouca ênfase ao teor da definição que diz que a linguagem é “o instrumento graças ao qual ele [o homem] influencia e é influenciado”, marcando, para a definição em voga, o estatuto legítimo de interação entre os sujeitos.

Como ferramenta natural, a linguagem está sujeita às mesmas limitações e entraves de quaisquer outras já inventadas pelo homem. Façamos uma analogia. Pensemos numa caneta esferográfica como uma ferramenta utilizada pelo homem para uma atividade definida: escrever. A caneta esferográfica possui uma pequena esfera de metal (daí o nome *esferográfica*) na extremidade responsável pela passagem da tinta. Se se experimentar derrubar a caneta com a esfera voltada para baixo, de forma que seja ela a receber o impacto da queda, possivelmente a esfera será amassada. Uma vez amassada, a caneta não ficará completamente inutilizável, porém (qualquer um que já tenha usado uma esferográfica sabe disso) passará a falhar em determinados momentos. Repare-se que a caneta não falhará sempre, somente em alguns momentos, sem que o escrevente tenha qualquer controle sobre a falha ou sobre a própria caneta; ele continua usando-a e, quando a caneta falha, o escrevente retorna ao lugar da falha escrevendo de novo sobre ela, podendo ter sucesso ou não. Agora pensemos que a caneta é a linguagem natural, a esfera

de metal são os signos lingüísticos e a tinta é o pensamento humano. Em algum momento, sem que se saiba exatamente quando e em que lugar da evolução da espécie, ela sofreu uma queda com a esfera voltada para baixo e passou a falhar. Em determinados momentos, a esfera de metal (= signos lingüísticos), por si só, não é suficientemente apropriada para deixar passar a tinta (= pensamento humano), e a caneta (= linguagem) invariavelmente falha. É nesse momento que o escrevente (= sujeito falante) volta para sua escrita (= enunciação) e tenta, muitas vezes repetidamente, contornar a falha.

É dessa falha que tratamos aqui, mais especificamente, da atitude propriamente dita de o falante desenvolver paliativos lingüísticos para preencher a falta ocasionada pelo sistema lingüístico, ou, dito de outra forma, falamos aqui dos instrumentos utilizados pelos sujeitos falantes para diminuir os efeitos da falha num momento dado de enunciação.

As perguntas que norteiam a discussão são: 1. Como se caracteriza a falha constitutiva do sistema lingüístico? 2. Quais mecanismos propriamente lingüísticos são empregados pelos falantes para preencher a falta provocada pela falha? 3. Como se apresentam textualmente esses mecanismos? 4. Que efeitos de sentido os mecanismos podem provocar no texto?

A linguagem falha. Esse apotegma é facilmente comprovado pelos inúmeros mal-entendidos, erros de interpretação e problemas diversos que acontecem num ato comunicativo, sem importar em qual domínio, gênero ou tipo de texto o falante se expressa. Essa falha generalizada autoriza o uso do termo “constitutivo” para caracterizar o problema, pois, sendo constitutiva, a falha do sistema lingüístico é inevitável, no sentido de o sujeito-falante não ter nenhum controle sobre ela. Nesses termos, a falha simplesmente ocorre, restando ao sujeito-falante somente a capacidade de tentar diminuir seus efeitos, remediando, de alguma forma, a lacuna provocada pelo fenômeno. Nas palavras de Settineri (1999), o falante procura obturar a falta que o sistema lingüístico apresenta.

Outro ponto importante para compreender a falta de que tratamos aqui é que o sujeito-falante, em nível de subconsciência, sabe que o sistema lingüístico falha. Durante uma conversa informal, por exemplo, é comum expressões do tipo “*você sabe o que eu*

quero dizer...”, *“se é que você me entende...”*, *“o que eu estou querendo dizer...”*, entre outras fórmulas que evidenciam um pressentimento do sujeito-falante de que a linguagem não está, de alguma forma, sendo suficiente para expressar satisfatoriamente uma intenção comunicativa. Os trabalhos desenvolvidos pelos analistas da conversação apontam para uma negociação obrigatória entre os falantes para diminuir as tensões e as interferências comunicativas. Na modalidade escrita, considerando-se as especificidades evidentes de materialização da linguagem e as dificuldades inerentes ao meio, o sujeito-falante procura o máximo da objetividade e da clareza discursiva, evitando justamente os possíveis mal-entendidos e antecipando interpretações indevidas, postura amplamente ensinada na escola e recomendada pelos manuais de redação e estilo num reconhecimento da falha constitutiva do mecanismo lingüístico.

Das causas possíveis, a ambigüidade da linguagem talvez esteja mais próxima da superfície do problema. A capacidade de os signos lingüísticos remeterem a mais de um referente caracterizando a polissemia, e de um mesmo signo servir para designar referentes completamente distintos configurando a homonímia apontam para essas faltas que temos chamado aqui de *falha constitutiva da linguagem*. No primeiro caso, o da polissemia, tomemos um signo propositalmente controverso, especialmente nas discussões lingüísticas: seja o signo lingüístico designado pelo significante ‘língua’ num contexto relativamente simples como a pergunta *‘o que é língua?’*. No livro organizado por Xavier e Cortez (2003), intitulado *Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística*, no qual os organizadores lançam dez perguntas a serem respondidas por dezoito dos mais renomados lingüistas atuantes no Brasil, é justamente *‘o que é língua?’* a pergunta com a qual é iniciada a “conversa”. As respostas apontam para a ambigüidade extrema à qual pode chegar um signo, pois nas interpretações para que a pergunta seja respondida considera-se o signo ‘língua’ como: órgão do corpo, mecanismo lingüístico, objeto saussuriano, idioma, entre outras interpretações.

O caso da homonímia, especialmente no que tange a seu conceito e alcance, recupera discussões em torno de aspectos gramático-estruturais que remontam à aurora das propostas gregas e dos estóicos, considerados os filósofos-gramáticos ou o inverso. Seu

conceito freqüentemente se confunde com o da polissemia, uma vez que são muito parecidos e de fronteiras movediças, não obstante, dois termos são homônimos entre si porque apresentam ou a mesma pronúncia e escrita diferente (homófonos heterográficos) ou a mesma escrita e pronúncia diferente (homógrafos heterofônicos), além de serem de origens diferentes. Assim, *um* termo é polissêmico ao passo que *dois* termos são homônimos *entre si*, fato que por si só já caracteriza uma diferença entre os conceitos (*cf.* CORREIA, s/d).

Outro ponto importante nessa caracterização é o fato óbvio de que, como ferramenta, a linguagem é utilizada indistintamente por todos os falantes e cada um desses falantes carrega consigo uma história particular. As experiências nem sempre combinam, pois dois sujeitos-falantes estão expostos a contextos sócio-histórico-político-culturais diferentes; numa palavra: cada falante carrega consigo uma ideologia diferente. Abrimos um parêntese para explicitar que o termo 'ideologia' está empregado aqui como o conjunto de valores socioculturais e de produções do espírito às quais os sujeitos estão expostos no decorrer da vida, no sentido mais bakhtiniano do termo (*cf.* FARACO, 2003). Reconhecendo-se o fato mencionado acima e sendo sabedor de que o sistema lingüístico falha, o falante negocia com seu interlocutor uma forma de preencher as falhas provocadas pelo sistema lingüístico. É a negociação interlocutiva de troca intersubjetiva característica do sistema.

Há de se considerar também, para essa caracterização, que todo e qualquer discurso é materializado em corredores sociais já estabelecidos. Como e por que esses corredores sociais se estabelecem não nos cabe investigar, porém é imprescindível que se reconheça o fato, pois, materializados em corredores sociais, os discursos estão sujeitos a outros discursos já-ditos e já-materializados que influenciam o dizer, atravessando-o em sua constituição. Determinados termos são cristalizados no sistema ou consagrados por determinados usos. A falha constitutiva do sistema lingüístico também se caracteriza pela história discursiva do próprio sistema.

Até aqui, tentamos demonstrar que a falha constitutiva do sistema lingüístico é evidente, porque se deixa ver na superfície dos discursos e se caracteriza por determinadas

circunstâncias próprias do uso da linguagem. A falha constitutiva do sistema se caracteriza por uma dialética de explicitação-apagamento empreendida pelo sujeito-falante responsável não pela falha propriamente dita, mas pelos mecanismos lingüísticos que a contornam numa tentativa de amenizar seus efeitos.

A análise das não-coincidências do dizer é uma análise discursiva de feição formal e estritamente lingüística, na medida em que é balizada teoricamente na exterioridade da disciplina. É formal porque, como estratégia de compreensão de sentido empreendida por lingüista, busca as formas da língua que marcam o discurso desdobrado na perspectiva metaenunciativa, bem como considera aspectos sintáticos, tipográficos e entonacionais e, justamente por isso, aparenta ser uma análise estrita do discurso se comparada com outras estratégias propostas e disponíveis na literatura especializada como as análises do discurso de linha francesa, a Análise de Discurso Crítica e a Análise Automática do Discurso, que levam em conta aspectos sociológicos, ideológicos, culturais. Quanto à exterioridade teórica mencionada acima, é importante frisar que a pressuposição da *interdisciplinaridade* não tem um argumento que se sustente por si só. Não basta dizer que a teoria recorre à interdisciplinaridade sem saber o porquê desse apelo e as razões que levam em direção às disciplinas exteriores escolhidas. É relevante explicitar que há, na teoria em questão, um grau alto de interdisciplinaridade, uma heterogeneidade teórica, na terminologia técnica.

Quanto às teorias que vêm em socorro da análise, classificadas como exteriores teóricos, são elas: a polifonia bakhtiniana e duas das principais concepções lacanianas, a teorização sobre o sujeito e os conceitos de real-simbólico-imaginário que caracterizam o discurso na e para a psicanálise. A psicanálise freudo-laciana e sua convocação para auxiliar a análise do fenômeno tratado, sua relação com a linguagem é muito mais íntima do que a que se deixa ver pelos trabalhos publicados na zona de intersecção. Primeiro, há de se considerar que as duas possuem íntimas relações com a linguagem: a lingüística, porque é a linguagem seu objeto de estudo; a psicanálise, porque procura explicar seu objeto de estudo, o inconsciente, por meio da estrutura da linguagem. Segundo, os pontos de contato exigem, pela própria natureza das disciplinas, “importação” de conceitos de uma para a outra. A lingüística, notadamente a de vertente estrutural na qual Authier-

Revuz se filia, deixou de lado “as problemáticas do sujeito” da linguagem. Quando muito, as pesquisas apontam para a subjetividade que existe na língua, como fez Benveniste (1989), porém explicações mais detalhadas e exaustivas do sujeito enquanto elemento fundamental da interação verbal sempre foram negligenciadas. Ainda há de se supor que a expressão lacaniana “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” é muito mais que um aforismo, como querem alguns. A expressão aponta firmemente que o inconsciente — objeto de estudo legitimamente psicanalítico — deve ser explicado pelos recursos com os quais se explica a linguagem — objeto legitimamente lingüístico. Não é, portanto, possível falar de inconsciente sem falar de linguagem. A linguagem, por seu turno, é o domínio do Um; este “um” reflete-se na própria produção dos discursos, da fala corriqueira cotidiana, até nas mais sofisticadas produções literárias. Não obstante, esse Um é freqüentemente ameaçado por outra voz, ou outras vozes, que, para além da polifonia dialógica de Bakhtin, fazem do locutor um porta-voz. É o inconsciente lacaniano — o Outro — que freqüentemente toma para si a voz do locutor e faz, através deste, sua enunciação, para em seguida se retirar para o anonimato, materializado, por um instante apenas, nos chistes, nos lapsos de língua e na própria estrutura “faltante” da linguagem; estrutura faltante porque incapaz de apreender e representar a essência do real nomeado pela língua.

Assim, convocar a Psicanálise e seus conceitos fundamentais para uma análise lingüística é reconhecer que a linguagem é o domínio do não-Um, inexplicável do ponto de vista puramente lingüístico cujos aparatos teórico-metodológicos são insuficientes para uma descrição satisfatória do fenômeno. É reconhecer ainda que o sujeito, explicado pela Psicanálise, é verdadeiramente um estudo lingüístico, pois, se a tarefa do lingüista é descrever a linguagem em sua totalidade, explicar de forma satisfatória o sujeito que se evidencia e se esconde na linguagem e elucidar os mecanismos lingüísticos de que o enunciador lança mão para tanto é uma importante contribuição no quadro teórico atual dos estudos da linguagem. Afinal, como disseram Fromkin e Rodman (1993, p. 3): “Para compreendermos nossa humanidade teremos que compreender a linguagem que nos torna humanos”, o que, aliás, justifica a epistemologia que coloca a lingüística no centro das Ciências Humanas.

No plano puramente lingüístico, é possível que o fenômeno conceituado esteja relacionado com a pessoa gramatical na qual o texto é escrito. Ao que parece, textos escritos na primeira pessoa do singular ou na primeira do plural estão mais sujeitos à presença de comentários metaenunciativos do tipo das não-coincidências do dizer. Estamos, então, propondo que a investigação seja feita em três níveis. No primeiro nível de análise, estariam as preocupações sintáticas na caracterização formal das incisões parentéticas e dos mecanismos lingüísticos de rupturas sintáticas. O segundo nível estaria voltado para as preocupações semânticas e para os efeitos de sentido alcançados com o uso de determinados tipos de não-coincidências do dizer, capaz de configurar um quadro interpretativo das implicações causadas ao texto por essa mestiçagem enunciativa. Já o terceiro nível analítico voltaria sua atenção para os princípios enunciativos de fato, investigando a caracterização do sujeito que se evidenciam ou se escondem através dos fenômenos, buscando fornecer uma descrição apropriada da subjetividade e intersubjetividade discursiva. Em termos de complexificação, este terceiro nível é o que mais habilidade interpretativa exige do analista, dado que deverá levar em consideração o sujeito, não só as formas vazias de pessoa/não-pessoa que o sistema da língua dispõe, mas considerar igualmente a forma como este sujeito se representa e representa o seu dizer na heterogeneização teórica a que nos referimos acima.

Isto posto, é mister que digamos que o problema aqui descrito — a falha constitutiva do sistema lingüístico — encontra nas formas de não-coincidências do dizer não uma solução propriamente dita, mas um paliativo natural, uma espécie de curativo ou remendo, uma chapeleta postiça, disponível no próprio sistema, que é ao mesmo tempo livre e sistemático. Livre porque nenhum falante é necessariamente obrigado a usar qualquer uma de suas formas, e sistemática porque, quando ocorre, obedece a uma ordenação mais ou menos metódica de formas.

Assim, nosso ponto de partida será o enunciado e sua caracterização, e a enunciação como elemento fundador da linguagem, para, a partir daí, chegar à metaenunciação, ao metaenunciado e ao desdobramento metaenunciativo das não-coincidências do dizer. Nesse sentido, nossa prioridade foi elaborar um trabalho em que o caráter teórico tivesse

maior ênfase. Mesmo tomando o discurso acadêmico em forma de artigos científicos de lingüística como exemplificação das formas de não-coincidências, não fizemos uma descrição profunda desses aspectos das heterogeneidades no discurso acadêmico, pois nossa escolha teórico-metodológica, como mencionado, foi outra. Todo o trabalho, portanto, procura trazer contribuições nossas relacionadas à discussão teórica, por isso não há uma separação entre teoria e análise dos dados.

Ainda assim, dividimos o texto em duas partes, para melhor contemplar o que serve de fundamentação para as definições e conceitos mobilizados nas NCD (referimo-nos àquilo que Authier-Revuz chamou de “exterioridade teórica”) diferenciando essa fundamentação da proposta teórico-metodológica de Authier-Revuz.

Essa divisão, puramente convencional, ficou assim delimitada: A I Parte, denominada de “Escavação Epistemológica”, é composta de três capítulos e tem como objetivo estabelecer, por meio de uma revisão teórica, o lugar das heterogeneidades enunciativas na ciência Lingüística. O Capítulo 1 é consagrado a um levantamento histórico da formação das Lingüísticas Enunciativas e das Lingüísticas Discursivas, articulando o pensamento dos principais autores das áreas com o nosso objeto de estudo; o Capítulo 2 é dedicado a delimitar e a caracterizar a genealogia das heterogeneidades enunciativas – alteridade, sujeito, polifonia –, estabelecendo, com base nessa busca por origens teóricas, os desdobramentos que confluíram para a caracterização das não-coincidências do dizer – heterogeneidades e comunidades discursivas; o Capítulo 3 prioriza a interface das heterogeneidades enunciativas com o discurso teórico da Psicanálise, esclarecendo, pontualmente, os conceitos que são explicitamente tomados de empréstimo a ela. A maior parte da discussão que é travada nessa parte do trabalho procura preencher as lacunas deixadas pela literatura lingüística específica que trata das heterogeneidades enunciativas. Muitas dessas lacunas são causadas pela rápida menção a determinado conceito ou autor, o que nos levou a realizar uma exposição mais detalhada desses conceitos.

A Parte II, denominada “Metaenunciação, Heterogeneidades e não-coincidências do dizer”, é composta de quatro capítulos. Abrimos essa parte com o Capítulo 4, onde

apresentamos a descrição metodológica da pesquisa, incluindo nele as razões de ordem teórica (os inventários de não-coincidências do dizer) que motivaram as questões de pesquisa norteadoras da investigação. Consideramos pertinente estabelecer um exemplário de dados, para observarmos o fenômeno de linguagem que ora abordamos. Por esta razão, nesse capítulo caracterizamos brevemente o gênero textual escolhido, isto é, artigo acadêmico, bem como listamos todos os textos que compõem nossos dados; ainda nesse capítulo especificamos os procedimentos adotados para a seleção, descrição e interpretação de eventos metaenunciativos. O Capítulo 5 tem por objetivo situar as não-coincidências do dizer como parte dos estudos teóricos da heterogeneidade constitutiva da linguagem. Nesse capítulo, apresentamos a evolução dessa noção e seus desdobramentos, desde as primeiras abordagens de Authier-Revuz na década de 1970 até a proposta atual de encarar a heterogeneidade a partir do metaenunciado, dando ênfase às mudanças de enfoque lingüístico ocorridas ao longo dos anos. Os Capítulos 6 e 7 são dedicados a explicar, descrever, exemplificar e interpretar as não-coincidências do dizer identificadas nos dados. Por fim, numa tentativa de generalização, apresentamos as Conclusões, nas quais procuramos elaborar uma discussão sobre os desdobramentos da heterogeneidade, da metaenunciação e das não-coincidências do dizer nos discursos autênticos, orais ou escritos, cotidianos ou elaborados, planejados ou de improvisos.

Procuramos, ao longo da Parte I, esclarecer as relações teóricas entre as heterogeneidades enunciativas e teorias lingüísticas enunciativas e discursivas, contribuindo para a demarcação da área de investigação que estamos propondo. Ao longo da Parte II, nossa contribuição se concentra em, além de tentar apresentar evidências das constatações teóricas, oferecer uma análise das heterogeneidades em discursos autênticos - o que não existe nos estudos que investigamos de Authier-Revuz - por meio de uma aplicação empírica aos nossos dados, com exemplos variados e comentários de análises.

I PARTE

ESCAVAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Capítulo 1:

Signo e Discurso

Quanto mais longe se vai (psicanálise, etnologia, lingüística), menos se encontra a figura unária “homem”. As ciências humanas não podem encontrar o homem como sujeito de sua liberdade, esse desapareceu cindido pelos saberes múltiplos que o tomam por objeto.

Inês Araújo (2004, p. 218-219)

Este capítulo tem por objetivo situar a investigação em Heterogeneidade Enunciativa no quadro teórico saussuriano e após ele. Como sabemos, a partir do momento em que, historicamente, Saussure delimitou o objeto lingüístico em seu aspecto mais abstrato e eminentemente social, muitas escolhas metodológicas, exclusões teóricas e procedimentos analíticos foram realizados no interior da comunidade de pesquisadores em Lingüística. Sabemos igualmente que, desde a publicação do *Curso de Lingüística Geral* (doravante CLG), surgiram incontáveis críticas aos posicionamentos teóricos de Saussure e a seus métodos. Não queremos reforçar esse conjunto de críticas realizadas e amplamente conhecidas pelas mais variadas sub-áreas da Lingüística, antes queremos apenas retomar a discussão sobre o lugar da análise dos fatos lingüísticos que foram reunidos por Saussure na Lingüística da Fala, ao mesmo tempo em que pretendemos verificar como outros autores trataram do assunto, notadamente os escritos de Bakhtin (1992; 2000), considerando seu contexto histórico, isto é, levando em conta que a análise feita por este autor põe em confronto as duas orientações filosóficas da linguagem vigentes em sua época — o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato —, e Foucault (2002; 2005a), para quem a única forma de se construir uma síntese fiel do pensamento humano acumulado é com

base no método de reconstrução dos fatos sociais e históricos, batizado por ele de “arqueologia”.

As perguntas que guiam esta discussão podem ser assim formuladas: há uma Ciência Lingüística ou há Ciências Lingüísticas? Ou seja, o método positivista-cartesiano, marcadamente o lugar do Um na Ciência, pode ser empregado nas investigações sobre os fatos da linguagem sem trazer prejuízo para a compreensão geral dos fenômenos languageiros? É possível fornecer uma explicação satisfatória capaz de atender a todas as indagações sobre a linguagem, sem legitimar uma interdição nos discursos da ciência?²

Assim, iniciaremos por fazer uma releitura daquilo que o CLG apresenta sobre o lugar da Lingüística da Língua e o lugar da Lingüística da Fala, procurando, nesta releitura, determinar o que pertence a uma e o que pertence a outra; faremos também uma reflexão crítica que seja capaz de discernir se estas Lingüísticas são, no fim das contas, a mesma Ciência Lingüística ou se são Lingüísticas diferentes, num processo dialético que priorize os afastamentos e as aproximações entre os fatos que cabem investigar a uma e/ou a outra. Em seguida, faremos uma recomposição histórica das chamadas Lingüísticas Enunciativas e das chamadas Lingüísticas Discursivas na qual levaremos em conta, neste momento, principalmente os estudos apresentados por Paveau e Sarfati (2006), nos quais esses autores oferecem uma visão ampla dos momentos históricos, das rupturas realizadas, das discontinuidades e do atravessamento teórico pelo discurso de outras áreas do saber humano acumulado que gradativamente foram surgindo nas investigações lingüísticas; e o estudo histórico-interpretativo de Flores e Teixeira (2005), que, além de apresentar o quadro da pesquisa em Lingüística em Enunciação, fornecem explicações para conceitos adotados na área, analisam métodos investigativos e propõem encaminhamentos para intersecções entre a Lingüística da Enunciação e outras áreas de investigação das Ciências Humanas.

No CLG, Saussure (2000, p. 26-28) reconhece que há duas lingüísticas: a da língua, que é aquela que ele prioriza em seu estudo, afastando qualquer elemento que seja exterior

² Isto que aconteceu, por exemplo, na Sociedade Lingüística de Paris, em 1866, quando proibiu a publicação de qualquer artigo que tratasse do tema da origem da linguagem humana. Em 1911 a mesma Sociedade reeditou o interdito que foi, neste mesmo ano, legitimado pela Sociedade Filológica de Londres. (cf. Fromkin e Rodman, 1993).

os universo científico que ele delimita; e a da fala, que seria uma parte *secundária* dos estudos da linguagem cujo objetivo seria o estudo da “parte individual da linguagem, [...] a fala”. A perspectiva de estudar a fala como parte constitutiva do sistema da linguagem implica em necessariamente recorrer à interdisciplinaridade e ao atravessamento teórico, pois Saussure reconhece que “a atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente por sua relação com a língua tem lugar na Lingüística” (p. 27).

Saussure fez exatamente o que era necessário fazer em sua época: uma escolha teórico-metodológica que atendesse a um mínimo de cientificidade e que pudesse desencadear estudos posteriores: não seria possível estudar adequadamente e compreender satisfatoriamente os fatos lingüísticos da fala, que é heteróclita, antes de se estudar e compreender os fatos da língua, que é homogênea. Esta constatação nos impõe outra, também de ordem epistemológica: a hierarquização das ciências, pressupondo que as ciências da natureza são mais básicas que as ciências humanas e que estas são mais básicas que as ciências sociais. Apregoa-se a tese de que, com Saussure, a Lingüística atravessou a linha divisória dessa hierarquização e alcançou o patamar desejável de cientificidade das ciências da natureza e, por isso, as demais ciências humanas e sociais deveriam seguir seu exemplo e adotar seus métodos. Não é raro ver-se historiadores do discurso da ciência e mesmo lingüistas chamando a lingüística de “vedete das ciências humanas e sociais”. É preciso, porém, reconhecer os méritos de Saussure e dizer que não há estudo moderno sobre a linguagem que não lhe deva uma homenagem, isto é, que de alguma forma esteja vinculado aos postulados saussurianos.

A Heterogeneidade Enunciativa é parte da Lingüística da Fala mencionada por Saussure no CLG e esta, por sua vez, nasce como uma crítica à Lingüística da Língua. Os leitores de Saussure, sobretudo Bakhtin (1992), criticam o fato de ele não ter proposto com exatidão a definição e o campo de abrangência da Lingüística da Fala, mas ignoram que, implicitamente, Saussure expôs do que ela deveria tratar. Em suas próprias palavras, ele nos diz: “da atitude de quem fala”, ou seja, do sujeito-enunciador e de sua relação com os enunciados concretos num ato efetivo de enunciação.

Saussure afirma, naquela época, que a Lingüística da Língua e a Lingüística da Fala são duas lingüísticas distintas que devem ser tomadas como ciências distintas, pois seus objetos, métodos e resultados são igualmente distintos, mas que freqüentemente essas ciências encontram um lugar de confluência. Hoje, cem anos após o primeiro Curso de Lingüística Geral, ministrado por Saussure, defendemos que a evolução no discurso da Lingüística, as várias interseções realizadas, as discontinuidades que presenciamos não só na Lingüística, mas em todo o campo do discurso da Ciência, esses fatos todos e outros elementos contingentes oferecem uma área de investigação na qual a separação rígida entre a Lingüística da Língua e a Lingüística da Fala não é praticável, pois os pontos de contato entre elas se multiplicaram e seus resultados servem para explicar a totalidade dos fenômenos languageiros.

É com base nesse pressuposto geral que iniciaremos as investigações sobre as Lingüísticas Enunciativas, verificando suas definições, seus conceitos, suas aplicações e suas implicações para a compreensão dos discursos autênticos.

1.1 As Lingüísticas Enunciativas

Iniciemos com um esclarecimento, que no nosso entendimento é necessário, que explique o uso do plural em “Lingüísticas Enunciativas”, e, de novo, recorramos às palavras de Saussure já mencionadas aqui: “a atividade de quem fala deve ser estudada num **conjunto de disciplinas** que somente por sua relação com a língua têm lugar na Lingüística”, donde se depreende a idéia de que a presença desse “conjunto de disciplinas” força uma união de abordagens diversas, na maioria das vezes complementares, indispensáveis para uma exploração satisfatória da Lingüística da Enunciação, de forma que o singular só se justificaria se houvesse um só objeto, uma só abordagem e um só método investigativo, o que não acontece com a disciplina, uma vez que somente o objeto permanece inalterado pelas diversas perspectivas.

Daí já nasce o primeiro problema, o da definição de campo. Um campo de investigação científica se cristaliza no universo acadêmico justamente pela unicidade de seu objeto, pelo rigor de suas abordagens, pelo método, pela terminologia. Como, então, definir o campo de investigação da Lingüística da Enunciação, considerando a pluralidade de perspectivas que já se debruçaram sobre ela? A mobilidade de definições e a indefinição de terminologia, com freqüência dificultam o trabalho e, não raro, são motivos de desacordos e disputas, muitas vezes disputas políticas que encerram o diálogo entre as correntes de pensamento e, conseqüentemente, atrasam o progresso das pesquisas.

Uma saída seria recorrer a fatos lingüísticos para justificar uma definição. A Lingüística da Língua trata do código e ao código se relacionam todos os fatos languageiros, não obstante, o código único e homogêneo não possui nenhuma realidade empírica, a sociolingüística variacionista e a dialetologia quantitativa já ofereceram provas de sobejo de que o código é uma abstração teórica. Há de se perguntar como o código se instaura em discurso e como se dão os mecanismos de produção e de interpretação dos enunciados, além de que é preciso se perguntar quando e como houve realmente interpretação de um enunciado que levou à compreensão. Outro fato é aquele que remete ao sentido estrito dos enunciados. A lingüística da língua apresenta seu objeto, o signo lingüístico, em termos de significante e significado, apresentando uma relação presumida entre essas duas entidades. No entanto, ao considerarmos a enunciação, obrigamo-nos a levar em conta as nuances de sentido ocorridas no processo enunciativo, a intencionalidade do sujeito, as unidades rítmicas, textuais, fraseológicas incluídas por meio da expressividade subjetiva.

Assim, falar em Lingüística da Enunciação é analisar na fala, no enunciado concreto e vivo proferido por um sujeito-enunciador real, numa situação real de interação, as marcas lingüísticas observáveis que inserem na cadeia de um enunciado a subjetividade do locutor.

É necessário assentar essas bases antes de trabalharmos propriamente com o nosso objeto de estudo, isto é, as Heterogeneidades Enunciativas, que exigem a operação conceitual desses elementos, bem como exigem que se compreenda o conceito de *metaenunciação* e *metaenunciado*, caracterizadores das *não-coincidências do dizer*

(doravante NCD)³, pois uma NCD é um processo modalizante da enunciação, conseqüentemente implica na expressividade do sujeito-enunciador em sua subjetividade.

Além disso, é necessário ainda termos em mente, de forma clara, como a metaenunciação e seus desdobramentos se relacionam, teoricamente, com as propostas de abordagens sobre a enunciação e sobre o enunciado, daí a importância de realizarmos uma releitura, com feição arqueológica, dos textos e dos autores fundadores dessa corrente de investigação.

1.1.1 A gênese da enunciação: o enunciado em perspectiva polifônica

A tradição costuma apontar Émile Benveniste como o primeiro teórico da Enunciação. Do lado ocidental do mundo, possivelmente, isto é bem verdade, mas na Rússia dos anos 20, enquanto o Ocidente fervilhava com as idéias de Saussure sobre a Lingüística da Língua, recém-publicadas no CLG, um grupo de estudiosos, artistas e intelectuais reunidos em torno de Mikhail Bakhtin abordavam e discutiam o problema lingüístico pela perspectiva da enunciação. Para esses estudiosos, a enunciação e o enunciado formam um todo indissociável: a forma lingüística e o conteúdo por ela expresso constituem a *forma-sentido* de que é feita a comunicação; não se pode separar materialidade de idealidade, pois juntos constituem um todo de realização languageira. Os sentidos expressos pelas formas são adquiridos nas interações sociais, pois o signo é ideológico em seu funcionamento. Por isso Bakhtin critica as duas orientações filosófico-lingüísticas de sua época, o signo nem é produto de um sistema abstrato, como defende Saussure, nem é individual, como defendem as correntes psicológicas, para quem a linguagem é expressão do pensamento. Antes, a linguagem é constituída de enunciações-enunciados que, num ato efetivo de comunicação, são impregnados pela expressividade do sujeito-enunciador.

³ A segunda parte deste trabalho é inteiramente dedicada à heterogeneidade enunciativa, à metaenunciação e às não-coincidências do dizer.

Num jogo de oposições, Bakhtin (2000, p. 289-326) diferencia *enunciado* de *oração*. Para ele, o enunciado é a unidade da comunicação verbal, isto é, o enunciado é a parcela que deve ser abordada quando se pretende realizar um estudo das questões que envolvem a linguagem e a comunicação; a oração é a unidade da língua, ou seja, é um elemento abstrato pertencente às entidades abstratas do sistema lingüístico. A diferença mais notória é que no enunciado existe a *expressividade* do locutor que individualiza a palavra. Para Bakhtin (2000, p. 308) “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação verbal. Representa a instância ativa do locutor numa ou noutra esfera do objeto de sentido. Por isso o enunciado se caracteriza acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto de sentido [...] e corresponde à necessidade de *expressividade* do locutor ante o objeto de seu enunciado”.

Bakhtin também se preocupou em definir os limites do enunciado, perguntando-se como reconhecer se um enunciado estaria “acabado”, e com base no critério do “acabamento”, Bakhtin (2000, p. 299) explica que

a alternância dos sujeitos falantes [...] ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) *tudo* o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas. [...] O primeiro e mais importante dos critérios de acabamento de enunciado é *a possibilidade de responder* — mais exatamente, de adotar uma atitude responsiva para com ele”.

Será essa condição que conduzirá toda a perspectiva bakhtiniana de abordar os problemas da linguagem. A linguagem não é feita só de um, existe, pelo menos um outro, real ou virtual, implicado no ato de linguagem, que pode ser um outro sujeito-enunciador, o “representante médio de um auditório”, ou o próprio locutor que se imagina um outro, de forma que a linguagem, para Bakhtin, é o lugar da alteridade, da troca intersubjetiva.

Bakhtin concebe a linguagem dentro de um quadro no qual interagem em pé de igualdade o contexto histórico, o cultural e o social; sua abordagem para o fenômeno lingüístico circunscreve o estatuto do *diálogo em sentido amplo*, entendendo que todo

discurso reflete e refrata outros discursos já pronunciados nos corredores sociais, afirmando que existe, em cada ato de fala, em cada discurso, um eco de outras vozes, de outros dizeres, de outros discursos afetando aquilo que é dito no momento de uma enunciação. Essa caracterização bakhtiniana de enunciado será muito útil quando da definição de uma NCD, pois a metaenunciação estabelece que o discurso e o enunciado nunca são Um, antes possuem em sua própria constituição essa parcela de alteridade que lhe é inerente.

A essas outras vozes presentes na voz que enuncia, Bakhtin chama de polifonia, que vem ancorada nos conceitos de “realidade em formação, inconclusibilidade, não-acabamento, dialogismo” (BEZERRA, 2005, p. 191), porque insere no discurso uma multiplicidade de vozes da vida social, cultural e ideológica representada no enunciado. Constituída por meio da linguagem e dela dependente para existir concretamente na mente dos sujeitos, a realidade é heterogênea, pois heterogêneos são os sujeitos de linguagem que a constroem. Em cada momento que um sujeito-enunciador toma a palavra e, num momento de enunciação, realiza seus enunciados concretos, em viva interação com outros sujeitos, esse falante que se faz sujeito pela enunciação, des-constrói e re-constrói a realidade objeto de seu enunciado-enunciação levando os objetos de enunciação a nunca estarem acabados. É preciso não confundir esse aspecto do não-acabamento dos enunciados com o critério do acabamento mencionado acima. O não-acabamento diz respeito à enunciação e à *postura responsiva ativa* do interlocutor diante de um locutor; a possibilidade do diálogo (em sentido amplo) é infinita, pois sempre há falas, réplicas, tréplicas e, sucessivamente, há comentário de falas, réplicas de tréplicas *ad infinitum*. O acabamento são os limites entre os enunciados, os silêncios, que podem ser desde os turnos do diálogo (em sentido estrito) até um discurso longo (como os que acontecem em solenidades, por exemplo), ou as obras literárias (estas sempre acordam respostas por meio das análises, dos comentários etc). Deixemos claro que o não-acabamento do enunciado é um aspecto, uma característica inerente ao dialogismo e à polifonia, ao passo que o acabamento é um critério metodológico de demarcação de limites da unidade da linguagem ‘enunciado’.

A interação viva entre dois sujeitos não é uma interação entre eles apenas, mas um diálogo com suas histórias individuais, com as histórias dos grupos de que fazem parte, com as histórias que permeiam a mente de cada indivíduo falante e que constituem o patrimônio lingüístico-cultural da coletividade. Tomar a palavra, enunciar, tornar-se sujeito é participar do dialogismo polifônico constitutivo da linguagem, pois todo dialogismo é polifônico e, inversamente, toda polifonia é dialógica, isto é, uma *postura responsiva ativa* pressupõe o contato da voz que enuncia com as outras vozes que enunciaram antes dela, a voz do locutor se mistura com tantas outras vozes que lhe precederam na interminável cadeia enunciativa que constitui os discursos e da qual é somente “mais um elo”; da mesma forma, essa voz que enuncia ‘dialoga’ com as vozes vindouras que lhe responderão, pois ao passo que a voz que enuncia responde às vozes passadas, essa voz instaura, instantaneamente, um viés de respostas futuras de retorno. Inversamente, a possibilidade de presença de tantas vozes num ato de enunciação só é possível a partir do pressuposto do dialogismo, daí falarmos em dialogismo polifônico e em polifonia dialógica, pois são duas entidades de dois níveis distintos: o dialogismo é imaterial, é abstrato; a polifonia lhe dá materialidade discursiva, é observável, detectável na cadeia enunciativa; são entidades que se pressupõem e se implicam. Onde houver dialogismo, haverá polifonia, e onde a polifonia estiver, lá estará o dialogismo. Mesmo os discursos tidos como monofônicos (como o religioso e o científico) podem ser abordados por esta perspectiva, o que nos leva a afirmar que uma metaenunciação, condição das NCD, é, em princípio, um elo polifônico na cadeia enunciativa, mesmo se estiver presente num discurso por definição monológico, como o discurso acadêmico ou científico.

Dessa forma, o enunciado é sempre carregado de expressões subjetivas de avaliação, interdição, questionamento, provocação realizadas pelo sujeito-enunciador que busca interpretar os discursos do já-dito e motiva uma interpretação de seu próprio dizer. Como acontece nesse tipo de enunciado aqui definido, uma NCD traz em si a expressividade do sujeito-enunciador com relação a si mesmo, ao seu discurso, ao código que utiliza, ao objeto de seu discurso, enfim, a partir das características do enunciado podemos caracterizar o metaenunciado.

Considerar o aspecto polifônico do enunciado é, pois, reconhecer o estatuto sócio-discursivo de todo dizer, alinhando a análise do texto do enunciado a exteriores verbais capazes de interferirem no sentido que os termos lingüísticos adquirem, de forma que “o sujeito procura *interpretar* ou *compreender* o outro sujeito em lugar de buscar apenas conhecer um objeto” (BARROS, 2001, p. 25), o que significa dizer que num enunciado-enunciação conta mais se envolver com a linguagem do outro e com seu discurso do que depreender dele toda a informatividade possível. Determinadas formas de comunicação (os textos científicos, por exemplo) priorizam o grau de informatividade discursiva neles presente e defendem a objetividade, justificando que são mecanismos ideais para sua esfera de atividade. É por isso que Bakhtin considera pertinente investigar os enunciados pelas formas de comunicação, isto é, pelos gêneros discursivos nos quais estes enunciados se inserem.

Em suas próprias palavras, o pensador russo nos diz que “a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação” (BAKHTIN, 1992, p. 43), isto é, é preciso classificar os tipos de enunciados de acordo com os tipos de discursos que proferimos, considerando o momento da enunciação e os interlocutores, no entanto, é possível perceber que determinados usos que damos às palavras ou a construções fogem a esse princípio. Determinados enunciados são como uma espécie de “corpo estranho” presente num determinado gênero, quer esse estranhamento se dê pela escolha lexical, pela forma de construção sintática, pelos efeitos semânticos pretendidos ou alcançados, quer seja pelo estilo que não é característico do gênero, do objeto da enunciação ou da temática abordada; é nesse momento que surgem os enunciados do tipo de NCD, pois elas servem para, além de indicar a subjetividade/expressividade de um enunciator, “remendar” os furos que vão acontecendo ao longo da enunciação pelos motivos mais diversos, pode ser uma “furo no sistema” que não possui o signo apropriado para designar o referente, pode ser por uma “abertura no discurso” incompatível com a memória discursiva, pode ser ainda por um “fenda no sujeito”, que não está ou não se considera apto para realizar a enunciação.

Em Bakhtin (1992, p. 123), ainda encontramos:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofísico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

(1992, p. 123)

Bakhtin, como já mencionado, se opõe às duas concepções de linguagem vigentes em sua época: a linguagem enquanto produto individual de criação, representação do pensamento, que ele denomina de “subjetivismo idealista” e a linguagem no escopo saussuriano, entendida como sistema, denominado por ele de “objetivismo abstrato”. Para ele, nenhuma das duas formas de se conceber o fenômeno lingüístico é suficiente para explicar o complexo mecanismo da comunicação humana; sua recusa em reconhecer qualquer dessas formas de conceber a linguagem é justificável. Para Bakhtin, não há linguagem sem compreensão da enunciação do outro e não há compreensão sem uma *atitude responsiva ativa*, isto é, sem a pressuposição de uma resposta ativa — concordância, discordância, polemização, ação própria etc — que é indispensável ao processo de comunicação. Mesmo os silêncios são uma forma de *responder* a um enunciado, pois eles representam uma “compreensão responsiva muda, [...] uma compreensão responsiva de ação retardada: cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte” (BAKHTIN, 2000, p. 291). Cada vez que um sujeito-enunciador utiliza uma NCD, ele instantaneamente dialoga com os enunciados passados, respondendo-lhes, opondo-se a eles, polemizando-os, ou, por outro lado, refrata os enunciados vindouros imediatos ou de ação retardada, antecipando-se a eles, antepondo-lhes críticas, contra-argumentando etc.

Weedwood (2002, p. 152) colabora para esse entendimento quando afirma que

a palavra-chave da lingüística bakhtiniana é *diálogo*. Só existe língua onde houver possibilidade de interação social, dialogal. A língua não reside na mente do falante, nem é um sistema abstrato que paira acima das condições sociais. A língua é um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes, é uma atividade social, é enunciação.

Essa perspectiva aponta para o fato de que a enunciação é sempre uma atividade social que se constitui não apenas dos elementos do *sistema lingüístico*, mas que sofre influências de vários níveis. As concepções bakhtinianas não deixam escapar que a compreensão da enunciação está vinculada a esses elementos externos ao sistema lingüístico, como o dialogismo que atravessa todo enunciado, porque nenhum dizer é o primeiro, mas situado nos corredores sociais de outros dizeres, e como a polifonia, porque todo enunciado é preenchido por outras vozes, responde a outros dizeres, assumindo-os ou negando-os. Bakhtin afirma muito claramente que a enunciação-enunciado é um fenômeno lingüístico que pode ser classificado e analisado levando-se em conta as formas de comunicação, os gêneros do discurso, e se um enunciado-enunciação é “estranho” a essa forma de comunicação, encontramos o momento enunciativo propício para a inserção de uma NCD no discurso.

O autor ainda diz que

qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata.

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor.*

(1992, p. 112)

A dimensão da modalidade intersubjetiva está visivelmente aí descrita, e o entendimento de linguagem dialógica está resumido: a linguagem e a enunciação pressupõem a alteridade, não há enunciação se não há a presença fundadora do outro. A

metaenunciação é uma consequência do dialogismo no sentido de que se apresenta na cadeia enunciativa sempre como uma expressão valorativa ou de fixação de sentido, motivada pela intencionalidade do sujeito em alcançar a consciência do outro: todo enunciado, todo metaenunciado, toda enunciação, toda metaenunciação é uma manifestação viva da alteridade manifestada não apenas na pressuposição do outro-enunciador, mas na própria existência do discurso, de seus objetos e suas temáticas, porque

o objeto de discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear [...]. Na realidade, como já dissemos, todo enunciado, além do objeto de seu teor, sempre responde (no sentido lato da palavra), de uma forma ou de outra, a enunciados do outro anteriores.

(BAKHTIN, 2000, p. 319)

Fica claro, portanto, que para Bakhtin a interpretação correta de um elemento lingüístico deve sempre levar em conta que sua produção é um ato, um evento, um acontecimento que visa a uma resposta, porque “não pode haver enunciado isolado. Um enunciado sempre pressupõe enunciados que o precederam e que o sucederão; ele nunca é o primeiro, nem o último; é apenas o elo de uma cadeia e não pode ser estudado fora dessa cadeia” (BAKHTIN, 2000, p. 375). Num ato de discurso, o sujeito-enunciador está em constante prática interpretativa de si e do outro, porque “a enunciação, em Bakhtin, é uma atividade intrinsecamente dialógica, em que o reconhecimento de si se dá pelo reconhecimento do outro” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 57). Em suas próprias palavras nos diz Bakhtin (2000, p. 80): “Quando me olho no espelho, em meus olhos olham olhos alheios; quando me olho no espelho, não vejo o mundo com meus próprios olhos e, desde o meu interior; vejo a mim mesmo com os olhos do mundo – estou possuído pelo outro”.

Assim, é justo dizer que Bakhtin é o fundador do pensamento da Lingüística da Enunciação e que as sólidas bases para investigar o fenômeno lingüístico nessa direção, forçosamente, devem começar dessa gênese.

Contudo, a linguagem tem um aspecto formal, em outras palavras, a linguagem possui uma estrutura regular que lhe dá sustentação e materialidade. Os pensamentos, massa amorfa e caótica, necessita de uma forma que o recorte e lhe confira alguma ordem, o espírito e a consciência de si para o outro só se tornam reais, materiais e palpáveis através dos moldes da linguagem cuja descrição das partes e elementos deve ser levando em conta.

Bakhtin forneceu uma caracterização do fenômeno enunciado-enunciação por sua constituição social, ou seja, por seu funcionamento externo ao sistema lingüístico, mas quanto ao funcionamento interno? O que dizer das relações entre o enunciado-enunciação e o sistema formal que faz operar o discurso? Para essas perguntas, não há respostas nos textos de Bakhtin. Para elas, é preciso recorrer ao estruturalista da enunciação, isto é, recorrer a Émile Benveniste.

1.1.2 A estrutura do enunciado: Benveniste e o aparelho formal da enunciação

Como mencionamos anteriormente, a tradição na história da lingüística aponta Benveniste como o “pai” da Lingüística da Enunciação e, apesar de negarmos essa “filiação” epistemológica, não deixamos de reconhecer que em Benveniste noções abstratas e operacionalizações conceituais ganharam materialidade e concretude, pois este autor demonstra que há na língua, no sistema abstrato e homogêneo, uma predisposição natural para comportar a enunciação. A Benveniste também se deve a definição de enunciação que se cristalizou nos estudos lingüísticos e que é retomada com frequência como sua definição canônica.

Ao empreender sua proposta para a enunciação, Benveniste faz emergir dois eixos de estudos importantes para as pesquisas da linguagem em perspectiva enunciativa, sendo o primeiro a oposição realizada entre o que é da ordem da linguagem e o que é da ordem

da língua, ou seja, o que pertence ao ato comunicativo, chamado por Saussure de Lingüística da Fala, e o que pertence ao sistema lingüístico propriamente dito, investigação chamada por Saussure de Lingüística da Língua. Ao fazer esta distinção, Benveniste apresenta uma bifurcação na qual as análises levem em conta os aspectos discursivos sem perder de vista a delimitação do objeto legitimamente lingüístico realizada por Saussure.

Do domínio da língua é tudo aquilo tomado como “intralingüístico”, sem contato com os exteriores, sem a presença perturbadora da referência. Nesse caso, o que interessa são os aspectos semióticos do signo, isto é, seu jogo de oposições em relação aos demais signos do sistema. Por outro lado, há o domínio da fala, da enunciação, na qual os signos lingüísticos adquirem novas contextualizações, portanto extrapolam o “intralingüístico”; é o momento exato em que “língua é realizada em instância de discurso”. Benveniste (1989, p. 229) explica que

a noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo.

Vemos, portanto, a língua em seu aspecto mais iminentemente social, exercendo aquela função que Bakhtin nomeou de dialogismo. Nestas palavras de Benveniste, vemos ainda a presença da necessidade de se encarar a linguagem como uma materialização das ideologias, postura também defendia Bakhtin (1992, p. 95):

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos a palavra e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

Vemos ainda uma resposta implicada e pressuposta em todo ato de língua em ação, isto é, em toda enunciação, pensamento também presente em Bakhtin. Assim, Benveniste nos oferece uma dupla característica do signo: a do significado e a da significação, e essa distinção será preponderante na caracterização das NCD, pois elas nascem da reflexão entre a conotação autonímica e a modalização autonímica: a primeira é do domínio semiótico e a segunda é do domínio semântico, nesta acepção de Benveniste. Retomaremos esses pontos adiante.

Assim, a enunciação é um fenômeno semântico e o enunciado uma “frase” proferida por um sujeito-enunciador real. Essa frase-enunciado não é a frase-modelo dos gramáticos, dos lógicos ou dos gerativistas, mas é um acontecimento único, ancorado no tempo e no espaço pelo sujeito-enunciador que se coloca como referência para a interpretação do objeto de seu discurso. Benveniste assim nos explica:

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. [...] A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece.

(BENVENISTE, 1995, p. 139; 1989, p. 231)

Essa compreensão de frase-enunciado a partir da oposição semiótico/semântico faz emergir uma consequência deste primeiro eixo que é a teorização sobre a (inter)subjetividade da linguagem que ficara de fora dos princípios metodológicos de Saussure. Benveniste procura demonstrar que há uma predisposição natural do sistema lingüístico para representar o sujeito que fala dizendo que “é na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como “sujeito”. É, portanto, verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua” (BENVENISTE, 1995, p. 288). A instância de discurso aí mencionada é o ato individual de enunciação que realiza o sistema que, antes da enunciação, é mera virtualidade. Para o autor, o sujeito só é sujeito

quando se apropria do sistema lingüístico para produzir enunciações que se realizam materialmente em enunciados, e a linguagem, por sua vez, “só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Lacan, amigo e leitor de Benveniste, reproduz essa concepção em sua teoria sobre o sujeito e a subjetividade afirmando que “está-nos parecendo, cada vez mais claramente, que o sujeito só é sujeito quando fala” (LACAN, 1985, p. 221)⁴, de modo que a subjetividade é a condição da linguagem e do discurso, pois Benveniste (1995, p. 289) afirma categoricamente que “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade, pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão”, essas formas, os pronomes pessoais, formas vazias de referência semiótica, possuidoras somente de referência semântica, são preenchidas no ato enunciativo, dão vida ao sistema e são, poderíamos dizer, a língua da língua, isto é, o sistema no sistema, a estrutura na estrutura.

Com base na forma dos pronomes pessoais, Benveniste elabora a noção de *pessoalidade* e de *subjetividade* colocando os pronomes da língua como o instrumento caracterizador do sistema da enunciação. Os pronomes se opõem, primeiro, com base no critério de *pessoalidade*: “eu/tu” são pessoas, “ele” é não-pessoa; aqueles são interiores ao discurso, este é exterior, pois é somente o substituto médio da referência. O critério de *pessoalidade* ancorado no princípio de interioridade e exterioridade discursiva foi elaborado por Benveniste com base em suas habilidades comparativistas (entre línguas naturais), pois é “importada” dos conceitos dos gramáticos árabes, para quem a primeira pessoa é *al-mutakallimu*, isto é, *o que fala*; a segunda é *al-muhātahu*, ou seja, *o que ouve*; e a terceira é *al-yā’ibu*, que significa, *o que está ausente*⁵.

O segundo critério da oposição é o da *subjetividade*: “eu” é interior à enunciação, é o ponto de ancoragem, é subjetivo; “tu” é pessoa, porém não é subjetivo, a não ser que deixe de ser um “tu” e se transforme em um “eu” quando se apropria da palavra e realiza uma enunciação. Dessa forma o “tu” nunca é subjetivo, mas condição indispensável da

⁴ As questões que se referem aos encontros da perspectiva enunciativa em lingüística e em psicanálise serão abordadas no capítulo 2.

⁵ Cf.: Dufour, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud Editora, 2000.

subjetividade, porque implica a condição de *reversibilidade* com o “eu”. Assim, as formas dos pronomes são as formas da enunciação, e é justamente com essa noção de “formas lingüísticas apropriadas” à expressão da linguagem que Benveniste introduz o segundo eixo de estudo a que nos referimos, qual seja, o “aparelho formal da enunciação”. Para o autor, a enunciação deve ser entendida numa perspectiva tridimensional que comporta as categorias de pessoa, tempo e espaço — *eu, agora, aqui* — definida em seu escopo como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 82), e menciona que “depois da enunciação, a língua é efetuada em um instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno” (BENVENISTE, 1989, p. 84). O autor explicita que o ‘ato individual’ é ancorado em uma perspectiva responsiva que orienta a formulação dos enunciados em uma ou outra maneira específica. Demonstra, assim, que, via de regra, o sujeito-enunciador estabelece os objetivos de seu discurso de acordo com as relações dialógicas estabelecidas socialmente porque “a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso” (BENVENISTE, 1989, p. 83) numa adesão explícita à idéia de que o discurso é eminentemente social, regulado por regras sociais e autorizado por práticas sociais institucionalizadas.

De fato, não há enunciado-enunciação se não houver determinados parâmetros que permitam a comunicação e que estejam inseridos no organismo vivo da língua. Segundo Paveau e Sarfati (2006, p. 179), esses parâmetros são “o locutor, o interlocutor, o lugar e o momento da interlocução [...] que se inscrevem em certas formas da língua por meio da *déixis*, [...] palavra grega que significa “ostensão, fato de mostrar” [...], empregada para designar a identificação languageira dos parâmetros da situação de enunciação”.

A *déixis* ou as formas dêiticas são o próprio aparelho formal da enunciação, os traços lingüísticos observáveis na cadeia enunciativa que inscrevem a subjetividade, a individualidade e a expressividade de um sujeito-enunciador em seu enunciado. Essas formas “ancoram” a enunciação para que a interpretação seja possível, para que a significação parta de algum lugar conhecido: o sujeito-enunciador é tomado como ponto de referência para desencadear o processo de referir no plano da linguagem a experiência

adquirida com o contato com a realidade objetiva. A ancoragem da enunciação que formaliza a enunciação existe em dois níveis: os dêiticos indicadores pessoais e os dêiticos espaço-temporais, por isso dissemos que a enunciação é um acontecimento tridimensional, pois comporta as pessoas, o espaço e o tempo da enunciação. A “trindade” lingüística da enunciação que apresenta o homem, sujeito-falante ternário, se opõe à lingüística das dicotomias, da bidimensionalidade, do homem binário das correntes cartesianas do pensamento.

O trabalho de Benveniste sobre a *déixis*, assim como o de seus continuadores, é vasto e complexo. Desses trabalhos, reteremos somente o seguinte: a *déixis* pessoal⁶, em seu par de oposições, isto é, a oposição eu-tu/ele, no que se refere à pessoalidade, e a oposição eu/tu no que se refere à subjetividade, são indispensáveis para uma análise das NCD, ao menos em duas de suas partes constitutivas, isto é, as não-coincidências interlocutivas e as não-coincidências interdiscursivas, para analisar esses dois grupos será levado em conta a pessoa do discurso na qual o enunciador materializa a enunciação. Da *déixis* espaço-temporal nos interessam os aspectos exteriores à enunciação, no sentido propriamente lingüístico; aspectos exteriores que ancoragem as expressões de NCD a uma forma institucionalizada de enunciado (quando se diz, onde se diz).

As formalizações que verificamos nos textos de Benveniste encontram uma justificativa. Para ele, a enunciação não deve ser objeto de investigação do lingüista, sua forma de conceber a enunciação e o trabalho de análise do enunciado apontam que

é preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres que marcam esta relação. (1989, p. 82).

⁶ Incluímos na *déixis* pessoal todas as formas lingüísticas indicadoras de pessoalidade.

A advertência tem uma dupla justificativa. É preciso entender que na visão do autor o objeto do lingüista é o texto do enunciado. Isto quer dizer que a enunciação não pode constituir objeto de investigação lingüística, primeiro porque requisita importação de elementos advindos de outros domínios do conhecimento, procedimento inaceitável do ponto de vista saussuriano e, segundo, porque requer uma mobilização heterogênea de presenças individualizadas, ou seja, de sujeitos-enunciadores “que mobilizam a língua por sua conta”, também inaceitável do ponto de vista saussuriano. Depois, é preciso entender que, para o autor, enunciado e texto do enunciado não são duas coisas diferentes. O enunciado é constituído das características que o compõem e é realizado de acordo com as regras gramaticais do sistema e das regras discursivas da comunidade na qual o enunciador se insere. Para Benveniste, há uma “relação” entre o sujeito e a língua, no entanto o enunciado não se limita a essa relação somente, há de se considerar o enunciado e sua relação com o sistema lingüístico, mas também há de se considerar o enunciado e sua relação discursiva eminentemente social de prática responsiva intersubjetiva.

Assim, uma análise que tome por base os princípios de Benveniste irá, necessariamente, desaguar numa análise na *déixis* enunciativa. No entanto, há marcas enunciativas que não são dêiticas, e estas têm uma estreita relação com as NCD; essas outras marcas não-dêiticas são colocadas no quadro teórico da Lingüística da Enunciação como *modalização*, isto é, a maneira através da qual o sujeito-enunciador considera a sua enunciação-enunciado.

A modalização, mesmo abordada pela perspectiva lingüística, recorre à Lógica Aristotélica, que estabelece a distinção entre os conceitos de “possível”, de “real” e de “necessário”; recorre ainda aos gramáticos latinos, sobretudo, a Varrão, e à distinção que ele estabelece entre os tempos e os modos dos verbos, diferenciando o *dictum* do *modus*, isto é, diferenciando “o que é dito” do “como é dito”⁷. A modalização reflete o julgamento intelectual ou afetivo que o sujeito-enunciador tem de seu enunciado, sua percepção do sistema lingüístico ou sua representação dos efeitos de sentido pelos quais o enunciado deve ser tomado e entendido pelo co-enunciador.

⁷ Um trabalho detalhado sobre a modalização é o de NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 151-222.

Os estudos canônicos sobre modalização apontam que um enunciado é modalizado se o sujeito-enunciador exprimir algum tipo de relação com o conteúdo de seu enunciado. Diferenciam-se as modalidades lógicas do enunciado das modalidades apreciativas. Desses estudos, reteremos aqui somente aqueles que serão retomados quando da descrição das NCD.

As modalidades lógicas são de cinco tipos: *aléticas* (expressar “necessidade” e “possibilidade”); *temporais* (“passado” e “futuro”); *deônticas* (“permissão” e “obrigação”); *volitivas* (“desejo”) e *epistêmicas* (“conhecimento” e “crença”). Deste conjunto, serão retomadas, na definição de NCD, as modalidades *aléticas*, *deônticas* e *epistêmicas*, que são as mais proeminentemente subjetivas.

Até aqui, o que fizemos foi somente justapor os dois principais autores da enunciação, Bakhtin e Benveniste, tentando reter de suas teorias os conceitos e as definições que tenham alguma relação com a proposta de definição e análise das NCD, pois, ao longo dos trabalhos em que Authier-Revuz (1990; 1998; 2004) desenvolve a noção de heterogeneidade enunciativa (daqui para frente somente HE), encontramos inúmeras convergências (e divergências) na forma de abordar a enunciação.

Observamos também que, embora não reconheça explicitamente nenhum vínculo das HE com a abordagem discursiva da linguagem, com frequência, as definições apresentadas por Authier-Revuz para o fenômeno remetem diretamente a essas abordagens. Por essa razão, é pertinente que façamos uma explanação, mesmo que sucinta, do que estamos chamando, a exemplo de Paveau e Sarfati (2006), de *Linguísticas Discursivas*.

1.2 As Lingüísticas Discursivas

Paveau e Sarfati (2006) colocam sob o rótulo de Lingüísticas Discursivas as abordagens da *lingüística textual*, da *análise de discurso* e da *semântica discursiva/textual* levando em conta que estas abordagens “se fundamentam sobre a dimensão transfrástica do enunciado” (p. 191). Contudo, só consideraremos aqui a análise de discurso (doravante AD) nos aspectos mais pontuais que se relacionam mais intimamente com a abordagem das NCD.

A AD é um espaço teórico de transdisciplinaridade (interagem e dialogam entre si os discursos disciplinares de ciências como Lingüística, História, Filosofia, Sociologia, Psicanálise etc) construído a partir de releituras, principalmente na tríade Saussure, Marx, Freud, relidos, respectivamente, por Pêcheux, Althusser, Lacan⁸. Segundo Paveau e Sarfati (2006, p. 203), “pode-se dizer que a indefinição, a mobilidade e a variedade do objeto “discurso” reclamam, para que seu estudo seja satisfatoriamente e cientificamente rentável, uma sólida armadura conceitual”. A busca por esta “armadura conceitual” leva-nos a dividir a AD em dois grandes conjuntos de definições: aquelas referentes aos *contextos epistemológicos* e aquelas referentes aos *quadros intelectuais*; no primeiro grupo, colocamos as intercalações disciplinares, os elementos exteriores à disciplina incorporados aos mecanismos analíticos e às operacionalizações conceituais; nesses elementos exteriores, vale salientar, incluem-se os recursos lingüísticos que “auxiliam” o analista de discurso em seu trabalho, pois, mesmo dividida em correntes diversas, por vezes, antagônicas, a AD sempre teve a pretensão de se configurar como uma disciplina autônoma e não-subordinada a qualquer das disciplinas a que recorre. No segundo grupo, são colocadas as definições, por vezes consonantes por vezes dissonantes, dos pensadores que tomaram o discurso como seu objeto de estudo.

⁸ Ousamos dizer que, em parte, essas intersecções foram profetizadas por Bakhtin (2000, p. 329), já em 1959, quando disse que “o texto (oral ou escrito) como dado primário de todas as disciplinas, e, de um modo mais geral, de qualquer pensamento filosófico-humanista (que inclui o pensamento religioso e filosófico em suas origens), o texto representa uma realidade imediata (do pensamento e da emoção), a única capaz de gerar essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento”. Para essa afirmação tomamos “texto” e “discurso” como sinônimos, embora, teoricamente, essa sinonímia não se aplique de fato, para nossos objetivos ela é legítima.

Dos contextos epistemológicos, devemos reter a idéia de que a AD constituída na França dialoga com a história e com a cultura escrita, própria da civilização letrada que necessita do texto para se interpretar, cuja tradição escolar desenvolve um espaço amplo para a liberdade de comentário de textos, erguida no auge do estruturalismo. Esta condição teórica faz os estudiosos mergulharem numa situação institucional (especialmente defendida e pregada por Bourdieu⁹) de que há nos discursos certas vicissitudes caracterizadas pelas relações entre os bens materiais ou simbólicos; há os atores (indivíduos, grupos, instituições como Estado, Igreja, Clero, Escola, Mídias, Cultura, Família, Partidos Políticos, Sindicatos etc) e estratégias de posicionamento, todos definidos com base em enunciados discursivos. Cada discurso, assim, em cada momento particular, reflete determinadas condições sociais, históricas, culturais, ideacionais, ideológicas e individuais do sujeito que o realiza em um momento único e irrepetível, não havendo forma possível de reproduzir as condições nas quais um discurso é efetuado.

Uma análise dos contextos epistemológicos que reclamam os procedimentos e postulados da AD para si, assumindo-os na totalidade, tomando-os de empréstimo ou somente admitindo-os como pressupostos gerais nos levam à enganadora impressão de que a AD mantém com as áreas conexas uma relação pacífica, e nem sempre foi assim, especialmente com a Lingüística praticada pelos cientistas da linguagem mais “puristas”, aqueles que trabalham com a chamada “microlingüística”, isto é, a lingüística do sistema, lingüística geral e teórica¹⁰. Estes reclamam que a AD é “libertina” em seus métodos e pouco sistemática em seus critérios de análises, e por isso é acientífica. Por seu turno, a AD rejeita a crítica alegando que é impossível se alcançar os sentidos dos discursos, em sua íntegra, sem levar em conta a exterioridade discursiva, mas reconhece que é a partir do funcionamento interno do sistema lingüístico que se deve começar uma interpretação dos discursos. A AD recorre à Lingüística para mostrar as relações entre as estruturas e construções lingüísticas e os efeitos de sentido que as palavras ganham num ato de discurso

⁹ Ao mencionar Pierre Bourdieu, estamos nos referindo especificamente às seguintes obras: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1998.

¹⁰ Para essa afirmação, estamos considerando a divisão da Lingüística em “ramificações”, realizada por Lyons (1987) em **geral e descritiva, diacrônica e sincrônica, teórica e aplicada, macrolingüística e microlingüística**.

sem, contudo, se limitar a esse procedimento que poderia ser confundido com uma análise polissêmica da palavra empregada num determinado contexto frástico imediato. Assim, a sintaxe e a semântica, bem como as relações sintático-semânticas dos termos de uma oração, são levadas em conta numa interpretação de discurso, de onde concluímos que não há AD sem um conhecimento apurado do sistema lingüístico dos documentos que se constituem em *corpora*.

Quanto à História, podemos dizer que seu papel nos contextos epistemológicos da AD é explicativo¹¹ e, geralmente, ela é tomada de maneira estrutural, isto é, toma-se a História como uma *forma*, no sentido clássico do termo, isto é, um todo formado por partes menores que podem ser decompostas em novas unidades até atingir a unidade indivisível do todo. Assim, interagem na interpretação dos discursos a história do sujeito, do grupo do qual o sujeito faz parte, a história das relações do grupo com outros grupos que se constituem em seu auditório, enfim, tudo aquilo que possa apontar causas, efeitos, motivações, intencionalidades no discurso são de ordem histórica. Justificar por que um enunciador *X* disse o que disse, a quem disse, no momento em que disse, tem, no íntimo da efetivação discursiva, uma motivação histórica. Isso se aplica igualmente aos documentos escritos que são tomados como *corpus* na AD, sobretudo a corrente francófona, pois é preciso justificar historicamente o uso de determinado termo, em determinado espaço textual, num documento escrito para determinado público-alvo. Esses princípios determinam a maneira como interpretamos uma NCD, pois muito de seu conteúdo se relaciona com a história do discurso que está na memória da coletividade.

Um dos pontos que mais interessam a AD é a constituição dos sentidos nos discursos e a maneira pela qual as formas lingüísticas organizam esses sentidos. É nesse ponto que a Filosofia se impõe ao analista do discurso, sobretudo na relação semântica entre as formas da língua e a *referência*, que sempre foi um problema abordado pelos

¹¹ A Lingüística, assim como a História, também possui um papel explicativo na AD, mas, enquanto aquela explica as nuances de sentido obtidas por meio das estruturas e construções, pela polissemia e homonímia, concentrando-se no “como foi dito”, esta justifica os discursos, no sentido de que apresenta as motivações que levam um sujeito-enunciador a assumir determinado discurso, num momento dado, para um determinado auditório, em condições específicas de enunciação, isto é, concentra-se no “por quem, onde, quando e por que é dito”.

filósofos, desde os sofistas na Idade Antiga até os pós-wittgensteineanos do século XX. Este problema, de certa forma, exerce influência sobre a maneira como percebemos as NCD; elas podem representar uma falha lingüística em nomear o real, isto é, é possível que o sujeito-enunciador se depare com um referente não-nomeado pelo sistema lingüístico ou nomeado de forma insatisfatória, a relação referência e sistema lingüístico fica, momentaneamente, ameaçada. Estabelecer, no discurso, uma forma da língua para nomear o real, determinar se a forma emprega é apropriada, justificar se e por que é ou não apropriada é um problema filosófico¹².

O trabalho do analista de discurso é, antes de tudo, um trabalho de interpretação dos documentos escritos sobre os quais a cultura de uma sociedade assenta suas égides. A Filosofia, ao longo dos séculos, foi uma disciplina voltada para a interpretação. Nas palavras de Sartre (2002, p. 21), “a filosofia deve ser, a uma só vez, totalização do Saber, método, Idéia reguladora, arma ofensiva e comunidade de linguagem”; disso se conclui que há entre a Filosofia e a AD um nível de investigação comum: a hermenêutica; Pêcheux (2006, p. 54) assim descreve essa relação:

o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.

Os analistas de discurso, quase sempre, utilizam técnicas de interpretação inspiradas na hermenêutica filosófica. Como interpretar um estado de coisas do mundo se ele é construído somente no discurso? Ou seja, se o referente não tem existência própria, não é palpável ao espírito humano antes de ser transformado numa instância discursiva, de que

¹² Para este assunto e suas implicações imediatas com a linguagem e o trabalho de um lingüista, duas obras são de especial interesse:

NEF, Frédéric. **A linguagem**: uma abordagem filosófica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

RICOER, Paul. Metáfora e referência. IN: _____. **A metáfora viva**. Col. Leituras Filosóficas. São Paulo: Loyola, 2000.

lugar parte a interpretação se não houver um ponto de ancoragem? A interpretação, mesmo que seja para estabelecer nuances de sentido, novos sentidos ou para transgredir os sentidos existentes nos discursos, tem que, forçosamente, partir desse lugar que a Filosofia se esforça para determinar: a referência.

Filosófico também é o problema do sujeito discursivo, que, tomado como conceito fundamental para o analista de discurso, apresenta uma variedade de definições e abordagens. O que é ser sujeito? Como se constituir sujeito? Estas são apenas duas do universo de perguntas que pululam nos estudos filosóficos, especialmente nas correntes existencialistas da filosofia (sobretudo os que tomam por base Hegel (2005), Heidegger (2004) e Sartre (2005)). Deste conceito, deriva outro igualmente notório no trabalho do analista do discurso: o da alteridade¹³, tomada como a investigação do lugar que o outro sujeito ocupa no momento em que se constituem os sentidos no discurso e de como este outro interfere na elaboração dos discursos. Para o analista do discurso, tomar a palavra é instantaneamente instaurar a presença de um outro naquele que diz “eu”. A noção filosófica de sujeito inserida na operatória analítica da AD se justifica, principalmente, em função de Pêcheux, que era filósofo por formação e cujos trabalhos são sensivelmente permeados por pensamentos filosóficos.

Os contextos epistemológicos da AD ainda invocam alguns pressupostos da Sociologia, mormente os que dão conta do funcionamento das instituições sociais e das perspectivas que defendem que são os discursos que mantêm a ordem social enquanto rede de práticas coletivas. Noções como identidade, ética, ideologia e poder, dirão os analistas de discurso, são construídas no seio da sociedade e são fundamentais se se quiser compreender o funcionamento dos discursos: “o discurso se estrutura por dominação [...]”. Todo discurso é um objeto historicamente produzido e interpretado, isto é, que se acha

¹³ O conceito de sujeito será retomado adiante e tem importância capital para a descrição e análise das NCD, bem como o conceito de alteridade. O próprio Bakhtin, ao elaborar a teoria da forma-sentido, isto é, da enunciado-enunciação, recorre à ontologia fenomenológica para caracterizar o sujeito a que ele se refere, caracterização que o leva ao conceito de alteridade. Embora este posicionamento seja raro de se perceber nos estudos que tomam os textos de Bakhtin como balizagem teórica, uma leitura atenta da primeira parte de *Estética da Criação Verbal* não deixaria dúvida quanto a isso. Dois estudos abordam o tema: AMORIN, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004; EMERSON, Caryl. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

situado no tempo e no espaço [...]. As estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de grupos poderosos” (WODAK, 2003, p. 19 *apud* PEDROSA, s/d).

Se o discurso funda a sociedade, é, pois, verdade, ao pé da letra, que fazer análise de discurso é fazer uma análise do funcionamento sociológico de grupos constituídos e legitimados. Nesse sentido, a AD precisa incorporar um mecanismo que evidencie a dimensão do poder (conseqüentemente, da dominação, uma vez que todo poder pressupõe essa relação) como uma “condição capital da vida social” (PEDROSA, s/d, p. 03).

Para concluir os quadros epistemológicos da AD, pelo menos os principais, dada a diversidade de saberes disciplinares que deixamos propositalmente de fora, resta-nos mencionar os pontos de contato da AD com a Psicanálise, e não são pontos pacíficos. Podemos falar, a princípio, que há duas formas de se olhar o discurso disciplinar da psicanálise: através de uma abordagem clínica, praticada nos consultórios, que tem a finalidade de encontrar a cura pela palavra, que envolve dois sujeitos com papéis definidos: o analisando e o analista; e há a psicanálise teórica, aquela cujo discurso atravessa os outros saberes, aquela cujos conceitos encontram resposta em muitos princípios de análise da AD. Da psicanálise clínica pouco se menciona em AD ou na própria configuração do problema das NCD e nós não nos reportaremos a ela. O que nos interessa é a psicanálise teórica que é implicitamente mencionada por Pêcheux na elaboração de sua teoria e explicitamente tomada por Authier-Revuz (2004) na abordagem da HE.

Como nosso interesse é esclarecer a zona de interseção nos limitaremos apenas a dizer que, ao mencionar a Psicanálise, os analistas de discurso, ao que tudo indica, estão falando de como ela teoriza sobre o sujeito. Os trabalhos de analistas de discurso (tanto na França como no Brasil) têm expressado uma simpatia pelo sujeito definido no escopo da Psicanálise e abandonado, aos poucos, o sujeito filosófico.

Um ponto polêmico que deve ser mencionado e aparentemente um problema cuja solução não se nos apresentará tão cedo, diz respeito à abordagem do sujeito. Em AD, o sujeito deve ser necessariamente social, constituído e definido por suas relações sociais¹⁴; em psicanálise o sujeito é individual e deve ser visto em sua subjetividade, único recurso

¹⁴ Althusser (1985) dá o exemplo do nome próprio para argumentar que o sujeito é social. Ele diz que o indivíduo, ainda antes de nascer, já se constitui em sujeito pelo nome próprio que os seus pais o dão.

que explica o enlace do sujeito com o simbólico. Logo o sujeito do discurso não é o sujeito do inconsciente, porém estes conceitos convergem e se completam, pois o sujeito-enunciador, num movimento discursivo pendular, alterna-se entre o sujeito social e o sujeito individual em momentos pontuais de sua enunciação.

Retomando o que foi dito acima, a AD pode ser organizada pelos contextos epistemológicos e pelos quadros intelectuais. Quanto aos primeiros, acabamos de apresentar aqueles que nos parecem pertinentes para a abordagem das NCD, limitando a apresentação aos conceitos que têm relação direta com esta abordagem. Na sequência serão apresentados os quadros intelectuais.

Por quadros intelectuais, queremos referir a produção acadêmica dos pesquisadores considerados fundadores da AD. Dissemos que a AD se constituiu num momento histórico em que as releituras foram fundamentais e mencionamos Pêcheux e sua releitura de Saussure; Althusser e sua releitura de Marx; e Lacan e sua releitura de Freud. É importante para nossa investigação assentar alguns pressupostos gerais de Althusser (1985), cujos trabalhos exercem sólida influência sobre a proposta de Pêcheux (1997a; 1997b; 2006) em quem nos apoiaremos inúmeras vezes nas análises das NCD. Consideramos Pêcheux o legítimo fundador da AD, com a ressalva de que não estamos colocando em questionamento as maneiras de se conceber e se praticar análise de discurso por qualquer corrente diferente da de Pêcheux, isto é, não discutimos aqui a legitimidade de abordagens, mas a gênese da idéia que viria a se transformar em AD.

Colocaremos também em evidência os trabalhos de Foucault¹⁵, cujos conceitos de “discurso” e de “sujeito” entendemos ser de importância capital para a compreensão das Lingüísticas Discursivas.

¹⁵ Os textos de M. Foucault são consultados [e citados] em nosso trabalho com três objetivos distintos. Consultamos Foucault quanto a sua metodologia de investigação em Ciências Humanas com os trabalhos: FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2ª ed. Col. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. Col. Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Foucault é consultado quanto ao seu entendimento sobre “discurso”, “enunciado”, “arquivo”, “funcionamento social dos discursos” em:

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. V. 1. 16ª ed. São Paulo: Edições Graal, 2005b.

1.2.1 Enunciado interdiscursivo e as condições de produção: Pêcheux e a Análise de Discurso

Althusser faz uma releitura da obra de Marx, reinterpretando *O Capital* e introduzindo a noção de ideologia como elemento fundador das relações sociais, dos comportamentos e dos discursos. Segundo Paveau e Sarfati (2006), o que Althusser demonstrou em sua argumentação foi que a ideologia não é apenas uma noção abstrata residente do plano das idéias. Segundo estes autores, “longe de ser uma pura representação desconectada da realidade empírica, as idéias e representações de um sujeito constituem realidades tão concretas quanto as produções materiais: elas fabricam o real” (p. 205). É por este viés que Pêcheux vai iniciar suas reflexões sobre discursos e práticas de dominação. Segundo ele, a ideologia existe antes de o sujeito se tornar sujeito através de seu discurso; o sujeito se torna “vítima” do já-dito ideológico, de presenças discursivas fantasmagóricas que assombram o seu dizer; é daí que germinam noções como *pré-construído*, *interdiscurso*, *interdiscursividade* e *a teoria dos esquecimentos*, noções fundamentais para uma teoria de análise de discurso.

A AD investiga a linguagem em seu formato de discurso, caracteriza o sujeito e analisa as condições de produção sobre as quais os discursos se materializam, percebendo, por fim, os sentidos que são ditos e silenciados em cada ato discursivo. Nesse caso, para a AD

a linguagem [...] ganha um traço fundamental na constituição do sujeito e do sentido [...]. O que ela visa [a AD] é tematizar o objeto discursivo como sendo um *objeto-fronteira*, que trabalha nos limites das grandes divisões disciplinares, sendo constituído de uma materialidade lingüística e de materialidade histórica, simultaneamente.

(FERREIRA, 2005, p. 14)

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Col. Leituras Filosóficas. São Paulo: Loyola, 2006a.

Por fim, consultamos os trabalhos deste autor ainda com o objetivo de comparar sua abordagem de “sujeito” com outras abordagens. As obras consultadas com este objetivo foram:

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004a.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. Col. Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

FOUCAULT, M. *Problematização do sujeito*: psicologia, psiquiatria e psicanálise. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

O aspecto discursivo da linguagem é, portanto, uma análise da historicidade, da interdiscursividade e da sistematicidade da língua. O sujeito do discurso não é exclusivamente o sujeito ideológico nem exclusivamente o sujeito psicanalítico; também não é a adição entre os dois. O sujeito do discurso está entre o sujeito da ideologia e o sujeito do inconsciente, tornando-se constituído na linguagem e revestido materialmente por ela.

Ferreira (2005, p. 17) explica ainda que

a língua do analista do discurso é outra. É a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência.

Essa não-totalidade da língua em perspectiva discursiva aponta para o equívoco e para o lugar da falta no discurso, revelando que o trabalho do analista é perceber o efeito das transgressões que ocorrem no interior da produção de discurso: transgressão da língua, pelo equívoco; do discurso, pelos sentidos; do sujeito, pelo inconsciente e da história, pela contradição, justamente porque

a incompletude caracteriza e distingue todo o dispositivo teórico do discurso e abre espaço para a entrada em cena da noção da **falta**, que é motor do sujeito e é lugar do impossível da língua, lugar onde as palavras ‘faltam’ e, ao faltarem, abrem brecha para produzir equívocos. O fato lingüístico do equívoco não é algo casual, fortuito, acidental, mas é constitutivo da língua, é inerente ao sistema. Isso significa que a língua é um sistema passível de falhas e por essas falhas, por essas brechas, os sentidos se permitem deslizar, ficar à deriva.

(FERREIRA, 2005, p. 18, grifo do autor)

É nesse lugar de equívoco que se constitui no discurso que uma NCD opera, demonstrando que há uma movimentação discursiva em torno do enunciado que colabora para construir a memória discursiva e a interdiscursividade, já que o acontecimento

discursivo é produzido por enunciadores e emerge em situações concretas determinadas historicamente, que, por sua vez, orquestram a ordem e as regras do dizer. É possível, dessa forma, afirmar que as NCD promovem a “espetacularização” do discurso acadêmico transformando seu aspecto material e semântico, pois esse tipo especial de enunciado não tem o conteúdo, nem a forma, nem a estrutura enunciativa do discurso acadêmico.

Os princípios metodológicos da AD privilegiam as materialidades discursivas em sua heterogeneidade (*cf.* GREGOLIN, 2006) e justificam que

como os sentidos estão permanentemente inseridos em regras enunciativas, a descrição de um enunciado coloca necessariamente em jogo (através de implícitos, de elipses, de negações e interrogações, de múltiplas formas de discurso relatado etc) o *discurso-outro* como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência. [...] O discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece correlações, deslocamentos, vizinhanças.

(GREGOLIN, 2006, p. 32, grifo da autora)

Esse aspecto foi minimamente investigado por Pêcheux e enunciado da seguinte forma:

não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação desses redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo — isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto de identificação.

(PÊCHEUX, 2006, p. 56-57)

A rede sócio-histórica em que o discurso está ancorado é algo sobre o que o sujeito não possui nenhum controle, pois esta lhe é inacessível: é o esquecimento número 1 de Pêcheux (*cf.* MALDIDIER, 2003), pois o sujeito-enunciador está mergulhado na memória

discursiva da qual faz parte e, se por alguma razão, implícita ou explícita, se formal ou se semanticamente falando, seu dizer não coincide com essa memória, o sujeito empreende uma estratégia que obture a falta; já as filiações deliberadas existem no interior de um discurso e são onde o sujeito se movimenta. Elas podem, por razões que são óbvias, não estar de acordo com as leis enunciativas; nesse caso, a subversão discursiva encontra seu lugar na transgressão dos sentidos. O enunciado, que materializa o discurso, faz parte, antes de tudo, de uma constelação de outros enunciados que podem ou não ser ditos, dependendo das circunstâncias, das condições de produção e dos enunciadores; o enunciado discursivo evidencia, enfim, as relações de poder que ocorrem no interior de uma comunidade discursiva. A cada momento em que um discurso é produzido, tem-se uma ‘desestruturação’ da comunidade discursiva, para, em seguida, ser ‘reestruturada’ pelos mesmos mecanismos que provocaram o deslocamento: tanto quanto possível, o sujeito-enunciador procura fixar o sentido daquilo que é dito e que é silenciado em seus discursos num processo interacional de resposta enunciativa aos discursos já pronunciados nos corredores sociais.

1.2.2 Arquivo e enunciado: Foucault e o despertar do poder

Além de Althusser e Pêcheux, merece destacada presença nos quadros intelectuais da AD a figura de Foucault, mesmo que, rigorosamente, este autor nunca tenha feito análise de discursos *stricto sensu*. O objeto de Foucault não é o discurso em si ou a linguagem em forma de discurso, mas, para compreender os documentos escritos sobre os quais se debruça e para compreender seu próprio processo de criação escrita, isto é, os documentos que ele mesmo produz, ele recorre ao que irá designar por “práticas discursivas” que representam, configuram e legitimam as “práticas sociais”. Para ele, o discurso é um fenômeno caracterizador da história do pensamento, uma maneira social de “criar uma situação”, sua metodologia é “escavar” os vários discursos que versaram e versam sobre um determinado objeto, para, através desta escavação, reconstruir o objeto

tema dos discursos enquanto fato social. Abordar os discurso para analisá-los exige “o olhar do arqueólogo do saber e do genealogista do poder [...]. O primeiro descreve e analisa as formações discursivas; o segundo mostra a proveniência histórica da vontade de verdade e saber, que dota os discursos de poder” (ARAÚJO, 2004, p. 219). Disso percebemos que ‘discurso’, ‘enunciado’, ‘saber’ e ‘poder’ são conceitos fundamentais na obra de Foucault e são termos recorrentes na AD.

Para este autor, só é possível se falar em “discurso” (o discurso da medicina, das artes, da gramática, da história etc), se for possível distinguir nesse conjunto discursivo objetos comuns, enunciados recuperáveis e normativos, conceitos permanentes e operantes e regularidade de temática, sendo esses elementos singularizadores que irão caracterizar as *formações discursivas*¹⁶ presentes numa sociedade. Um discurso relaciona-se com uma função enunciativa, que, por sua vez, é determinada por regras de funcionamento dos enunciados (o que pode o que não pode ser dito), as quais são definidas espaço-historicamente (o que vale e o que não vale para uma determinada esfera social numa determinada época), que é assumida por um determinado autor (quem pode dizer o que a quem). O discurso possui uma materialidade recuperável, repetível, re-atualizada sempre de maneira distinta cada vez que o autor realiza nova enunciação: “se o conteúdo informativo e as possibilidades de utilização não mudarem, o enunciado também não muda” (ARAÚJO, 2004, p. 230).

A analítica foucaultiana parte da noção de “acontecimento” (*cf.* CARDOSO, 1995), que, segundo Revel (2005, p. 13), pode ser entendido de duas maneiras distintas, à medida em se mergulhe no pensamento do autor. A primeira tem uma concepção negativa na qual o acontecimento é “um *fato* para o qual algumas análises históricas se contentam em fornecer a descrição”, diferentemente da proposta de Foucault, que pretende “reconstruir atrás do *fato* toda uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e de práticas”. A segunda concepção, ainda de acordo com Revel, tem um valor positivo, e passa a ser entendida a noção de acontecimento “como uma cristalização de determinações históricas complexas que ele [Foucault] opõe à idéia de estrutura”.

¹⁶ Retomaremos a discussão em torno das ‘formações discursivas’ no Capítulo 2.

Dessa noção surge a iminência da disposição de Foucault em perceber as regras de funcionamento dos discursos, que, segundo o autor, possuem uma conceituação fugidia, pois ‘discurso’ significa

ora domínio geral de todos os enunciados, ora o grupo individualizável de enunciados, ora a prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados; [...] a própria palavra “discurso” [...] deveria servir de limite e de invólucro ao termo “enunciado”.

(FOUCAULT, 1997, p. 90)

Embora reconhecendo a pluralidade de sentidos do termo ‘discurso’, em todas as acepções, um traço comum se destaca: discurso e enunciado são elementos indissociáveis por definição, de forma que é coerente afirmar que não se pode praticar uma análise de discurso de qualquer natureza sem considerar o enunciado como seu ponto de partida.

Foucault se ocupa longamente em discernir ‘enunciado’ de outras unidades de discurso já investigadas como a proposição, da lógica; a frase, da gramática; e o ato de fala, da pragmática. O filósofo francês afirma que em todas essas correntes de investigação “não se pode admitir sem reservas nenhum dos modelos tomados de empréstimo à gramática, à lógica ou à “Análise”. Nos três casos, percebe-se que os critérios propostos são demasiado numerosos e pesados, que não deixam ao enunciado toda sua extensão” (FOUCAULT, 1997, p. 95).

Num longo processo de análise por via de negativas — definindo o que o enunciado não é —, Foucault chega à conclusão de que o enunciado é uma função discursiva e deve ser entendido para além dos limites da frase, da proposição ou do ato de fala, embora os três elementos, assim como o próprio sistema lingüístico em sua inteireza, dependem do enunciado para existirem. Passa, então, a “trabalhar uma analítica de poder capaz de dar conta do seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas” (MAIA, 1995, p. 84), uma vez que estes ‘campos de discursos específicos’ referem-se ao que Foucault vai chamar de arquivo:

Chamarei de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo de regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimento e de coisas.

(FOULCAULT, 2005a, p. 95).

Conta perceber a relação intrínseca e a importância dada pelo autor à noção de ‘regras’, demonstrando que uma das funções enunciativas do enunciado é marcada por sua relação com o poder. Para Foucault, o poder se desenvolve no interior da sociedade como um ato (re)afirmado por meio dos discursos, ou seja, (re)afirmado por intermédio dos enunciados cuja função social tem, por um lado, o objetivo de proibir, interditar, reprimir, censurar e, por outro lado, tem a função de excluir, recalcar, abstrair, mascarar e esconder (*cf.* MAIA, 1995; ALBUQUERQUE, 1995; BIROLI, 2006; entre outros) ao mesmo tempo em que reconhece que seu objetivo é caracterizar os sujeitos e as relações de poder existentes entre eles (*cf.* FOULCAT, 2004), de forma que, na perspectiva deste autor, não se pode falar em discurso, enunciado e sujeito sem falar, necessariamente, em relações de poder perpetuadas através dos discursos. Foucault (2005a, p. 145) ainda será mais explicativo:

Por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos.

É para explicar este “conjunto de discursos efetivamente pronunciados” que interferem na produção de novos discursos que o método arqueológico de investigação será criado, pois a “arqueologia” de Foucault é a “descrição do *arquivo*”. O analista do discurso deve, então, torna-se um arqueólogo, nesta acepção da palavra, para realizar satisfatoriamente sua empreitada.

É justamente neste ponto em que os conceitos mencionados acima — discurso, enunciado, saber, poder — interagem formando novos conceitos híbridos. De que poder se está aí falando? De onde vem esse poder dos discursos? Quem confere poder aos discursos?

O primeiro poder é o de tomar a palavra e fazer-se sujeito. Tomar a palavra, enunciar, é entrar na ordem do discurso e, para tanto, é preciso estar qualificado, qualificação que advém do reconhecimento institucionalizado, pelo cumprimento das regras, pela obediência aos rituais, pela observação aos costumes e aos comportamentos. Assim, não há um sujeito no discurso, há uma *posição-sujeito* ou uma *função-sujeito* assumida por um indivíduo de fala que toma a palavra e (se) enuncia.

O segundo poder é o da “vontade de verdade e saber”, legitimado institucionalmente, legalizado pela prática de documentação escrita, autenticado pelo argumento de autoridade, que confere à função-sujeito, ritualizada em sua aplicabilidade, o poder de valorizar os discursos, de “repetir, classificar, pôr os objetos sob o escrutínio do olhar” (ARAÚJO, 2004, p. 235); este é o *poder-saber*, a gênese do poder dos discursos, a condição que torna os discursos verdadeiros, aceitáveis, comprovados.

Considerados esses conceitos, devemos reter o que nos diz Araújo (2004, p. 236-237):

A tarefa do analista do discurso é dupla: o *arqueólogo do saber*, localiza e descreve os discursos como práticas que dispõem as coisas para o saber (conjuntos dos enunciados formulados dotados de uma materialidade específica, disposição dos objetos em certos domínios, posições para o sujeito, referencial); e o *genealogista do poder*, mostra a proveniência, a formação da vontade de verdade que tem produzido discursos. Entre alguns de seus mais poderosos efeitos, está o de urdir o sujeito como indivíduo, alvo e produto de relações de poder e saber. Quer dizer, o genealogista analisa e critica o modo como a prática discursiva relaciona-se com outras práticas, econômicas, sociais, políticas, institucionais, que resultam na produção do sujeito sujeitado ao saber/poder, através da norma, do exame, enfim do controle do saber/poder [...]. O genealogista completa o esforço crítico do arqueólogo, ao mostrar como o discurso veicula e produz saber/poder.

(GRIFOS NOSSOS)

É com essa noção tripartite de analista/arqueólogo/genealogista que deixamos as reflexões sobre a AD no campo das Lingüísticas Discursivas. Assumimos, desde já, que abordamos esse tema com o interesse do analista, do arqueólogo e do genealogista caracterizados acima.

Esta apresentação teve a intenção de colocar a Heterogeneidade Enunciativa como uma investigação em linguagem que está no limite fronteiro da Lingüística Enunciativa com a Lingüística Discursiva, isto é, consideramos insatisfatório abordar o problema exclusivamente por seu aspecto enunciativo de descrição formal dos enunciados que caracterizam o fenômeno, como faz Authier-Revuz; igualmente, é impossível analisar discursivamente os efeitos da heterogeneidade enunciativa em textos autênticos e discursos reais sem se levar em conta seu aspecto enunciativo imediato e imanente, de forma que propomos que as NCD sejam abordadas, primeiro por sua constituição e seu formato, depois pelos efeitos de sentido que causam ao enunciado no qual são inseridas. Dessa forma, é pertinente apresentar agora, de forma sucinta, o que será retomado adiante de maneira mais verticalizada, ou seja, é preciso, ao situar as Heterogeneidades Enunciativas entre as Lingüísticas Enunciativas e Discursivas, é justo que se faça uma introdução a essa temática.

Authier-Revuz (1990; 1998; 2004) centra sua investigação em torno das heterogeneidades enunciativas, abordando o problema pelo que ela designa de “configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa — a modalização autonímica” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 74). Este estudo toma por base a proposta da conotação autonímica empreendida por Rey-Debove (*apud* AUTHIER-REVUZ, 2004); diferenciar modalização de conotação autonímica não é tarefa que possa ser completada em poucos conceitos, inclusive pelos aspectos teórico-contextuais em que os dois termos se inserem. A conotação autonímica é da ordem da semiótica, caracterizada pelo aspecto constitutivamente polissêmico das palavras, Rey-Debove se apropria das diferenças entre o semiótico e o semântico apresentadas por Benveniste para teorizar sobre a complexidade do signo lingüístico, enquanto entidade autônoma constituída de um significante e um

significado; já a modalização autonímica é da ordem da significação, do sentido que os signos adquirem no ato de discurso, no momento próprio da enunciação.

Heterogeneidade enunciativa, nesse quadro, é “entendida como manifestando diversos tipos de “negociação” do sujeito falante com o que eu chamo de heterogeneidade constitutiva” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 11). Flores e Teixeira (2005, p. 84) pontuam que

a heterogeneidade de que fala a autora não se reduz somente à relação com outros discursos, mas alude a toda forma de alteridade enunciativa, inclusive aquela que é da ordem do irrepresentável, que se “mostra” no plano enunciativo em pontos de “alteração” do dizer. Trata-se de uma heterogeneidade que se impõe ao dizer, abrindo nele próprio a falha de um *não-um* constitutivo do *um*.

A falha do sistema é o que constitui o não-Um, a possibilidade de equívoco de sentido, se falta de significação e, estruturalmente, da ausência, da brecha que a palavra provoca no interior dos discursos, que deve ser preenchida em nome da regularidade das significações e da memória discursiva, da interdiscursividade.

Como princípio metodológico, a autora adota a noção de metaenunciação e de metaenunciado. A metaenunciação caracteriza-se pela presença, na linearidade discursiva, de um metaenunciado, freqüentemente com retomada autonomia cuja função é modalizar os termos empregados ou avaliar a maneira pela qual o enunciado se materializa. Flores e Teixeira (2005, p. 82) mostram que:

o dizer retorna reflexivamente sobre um ponto de seu desenvolvimento, para sustentar o “que vai por si mesmo”, sob o modo pelo qual parece dar-se normalmente a nomeação, inscrevendo nela explicitamente a *falta* por meio de uma interrogação [...], de uma crítica [...], de uma aceitação [...], de uma renúncia.

Não obstante, apesar de se inserir no quadro discursivo-enunciativo, Authier-Revuz se recusa sistematicamente a analisar as formas de heterogeneidades por qualquer outro viés que não seja o estritamente lingüístico. A autora expõe, inventaria e descreve

pontual e minuciosamente as formas da língua que configuram o quadro das heterogeneidades, incluindo-se nesse bojo as não-coincidências do dizer, mas “sua análise não se detém propriamente em verificar as repercussões não-lingüísticas da constituição do sujeito e do discurso pelo outro [...], de forma que [a autora] não se coloca nem no campo da análise de discurso nem no da psicanálise” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 84).

Para Authier-Revuz, um enunciado, ou melhor, um metaenunciado possui diversas funções lingüístico-enunciativas que vão desde a fixação de sentido em quadros discursivos cristalizados pela memória discursiva até a negociação que ocorre entre o sujeito-enunciador e o Outro, definido no escopo lacaniano, passando pela negociação entre o sujeito-enunciador e a estrutura faltante da linguagem e sua reincidente incapacidade de nomear o real, por isso defendemos que as NCD devem ser descritas e analisadas com o suporte da Análise de Discurso, com a compreensão do discurso e de seu funcionamento, com as devidas considerações ao sujeito e à sua constituição.

Valendo-nos dessas noções, entendemos o discurso como uma dispersão de textos caracterizados por uma dispersão de sujeitos que são, por sua vez, duplamente clivados: primeiro, o sujeito é cindido pelo discurso inconsciente dividido entre si e o Outro, marcado por seu desejo nunca realizado; e, segundo, o sujeito é sempre interpelado pela história, clivado pela ideologia e coagido pelas leis do dizer. Como sabemos, nem tudo pode ser dito a qualquer momento em qualquer lugar por qualquer um, vez que há determinadas regras discursivas que devem ser respeitadas (*cf.* FOULCAULT, 1996), de forma que “a noção de discurso como um acontecimento [...] surge do gesto de inscrição do sujeito na ordem da língua e na ordem da história, em meio a um espaço em que pululam enunciados que emergem em certo momento histórico e se inserem na rede interdiscursiva que produz sentidos em uma sociedade” (NAVARRO, 2006, p. 12). Considerado como acontecimento, o discurso pode ser sintetizado em um enunciado (*cf.* GREGOLIN, 2006), ou na metaenunciação através do metaenunciado, como pretendemos demonstrar.

Capítulo 2:

Heterogeneidades Enunciativas: genealogia e parentescos

De que é feito um texto? Fragmentos originais, montagens singulares, referências, acidentes, reminiscências, empréstimos voluntários. De que é feita uma pessoa? Migalhas de identificação, imagens incorporadas, traços de caráter assimilados, tudo (se é que se pode dizer assim) formando uma ficção que se chama o eu.

Michel Schneider (*Ladrões de Palavras*, 1990, p. 15)

Neste capítulo, abordaremos os temas teóricos que estão nas fronteiras das Heterogeneidades Enunciativas, isto é, traremos à baila os conceitos fundamentais que podem ser tidos como a “genealogia” semântico-interpretativa das formas lingüísticas que configuram o objeto de estudo. Notadamente, referimo-nos à alteridade, princípio fundamental e pressuposto básico da linguagem humana sem o qual não há comunicação, não há diálogo, não há contato lingüístico. Mesmo nos textos e documentos mais monológicos, por trás de sua objetividade, há uma implicação de práticas alteritárias senão não haveria texto, não haveria discurso, não haveria enunciado-enunciação. Nessa busca pelo parentesco da alteridade com a heterogeneidade passaremos por algumas reflexões filosóficas (especialmente as relacionadas à ontologia fenomenológica), por teóricos ligados à literatura e à análise lingüístico-discursiva (considerando, principalmente, Bakhtin e Foucault) e anteciparemos algumas considerações tomadas de empréstimo à Psicanálise (neste momento apenas superficialmente e considerando somente os estudos de Leite, 1994, e Figueira, 1991, pois reservamos um espaço neste trabalho para tratar exclusivamente da relação das HE com a psicanálise). Mencionaremos também a relação realidade/construção que diretamente interfere na relação alteridade/identidade, de já reconhecendo que falar em práticas alteritárias exige que se fale em práticas identitárias (colocando em evidência principalmente o que diz Coracini, 2003, sobre o assunto). Com

essa discussão, além de caracterizar as NCD por sua genealogia (alteridade-sujeito-polifonia), queremos, antes de tudo, defender a idéia de que há no ato de inserir na enunciação uma dessas formas lingüísticas (isto é, inserir no discurso uma NCD); há uma intencionalidade subjacente de marcar lingüisticamente uma identidade. Dito de outra forma, a identidade de um sujeito-enunciador evidencia-se por meio de sua relação com a linguagem (neste caso, a própria linguagem já é um estrangeiro, ou seja, a linguagem já é considerada como um “outro” na identidade do sujeito-enunciador, um “outro” com o qual ele tem que se relacionar para se construir, considerando que mesmo a língua materna é estrangeira ao sujeito (*cf.* DERRIDA, 1996), pois um sujeito de linguagem não pode dizer que, de fato, a língua que utiliza é sua, já que não há posse de linguagem); esta relação é criada e mantida por meio das práticas alteritárias, porque “minha língua, a única que eu escuto falar e que me escuta falar, é a língua do outro” (DERRIDA, 1998, p. 47).

Das reflexões sobre alteridade e seu parentesco com as heterogeneidades enunciativas, introduzimos a noção de sujeito pensado como ponto de partida que funda as análises das HE (portanto esta noção deve ser considerada como bem mais que um pressuposto: é uma noção genealógica mesmo, no sentido de ascendência). O conceito será abordado com o objetivo de verificar sua aplicabilidade e operacionalização em textos e discursos autênticos (sobretudo naqueles tomados como *corpus* para nosso trabalho) em reflexões avalizadas por quadros teóricos diversos. Neste ponto específico, nossa intenção é fazer um confronto teórico com algumas das formas de se entender o sujeito e de como ele tem sido tomado, isto é, como sujeito da enunciação, sujeito do discurso, sujeito do inconsciente, sujeito da heterogeneidade (para o sujeito da enunciação considerando Benveniste e Lacan; para o sujeito discursivo considerando a Análise de Discurso Francesa; para o sujeito da heterogeneidade considerando Foucault [e sua noção de *função-sujeito*], Lacan e Authier-Revuz). Num universo de pesquisa em que os conceitos são fugidios, as classificações insatisfatórias e a terminologia dessemelhante, como acontece nas ciências humanas, é mais que justificável a diversidade teórica numa tentativa de, à medida em que se mergulha nos quadros intelectuais e nos contextos epistemológicos, requerer de cada teoria aquilo que melhor se acomoda à proposta de análise.

O terceiro membro da genealogia das HE é a polifonia (pensada no escopo bakhtiniano), cuja descrição remete à caracterização das ‘comunidades discursivas’ por onde circulam os discursos; sua relação com as NCD é clara, porque, ao passo que descrevemos os extratos polifônicos, reconhecemos quais os tipos de enunciados, quais as vozes, quais os dizeres, quais os objetos discursivos e quais as temáticas que devem fazer parte de um determinado arquivo. Propomos uma intercalação entre a noção de polifonia de Bakhtin e a noção de Arquivo de Foucault, para mostrar que as NCD são “estranhas” a determinados gêneros discursivos e que sua presença mobiliza relações de poder entre os enunciadoreis.

Estes três conceitos primários — alteridade, sujeito, polifonia — implicam em uma segunda geração de conceitos numa perspectiva trinarria. Da noção de alteridade (formação do ‘eu’ pela imagem do ‘outro’ que o habita, mas que lhe é estrangeiro) nasce a discussão sobre o ‘real’ da língua e sobre sua função de nomear o mundo; entra em cena a noção de símbolo representado pela linguagem. Da noção de sujeito, entramos nas discussões sobre o *ethos* discursivo e as imagens que são projetadas no exterior por meio da linguagem, pois as NCD expressam essas imagens, ao menos em parte. Por fim, do conceito de polifonia brota a noção de ‘comunidade discursiva’, que está presente em nosso trabalho para que, nas análises, possamos justificar a presença de NCD em determinados gêneros discursivos. É importante lembrar que nossos exemplos são retirados de textos acadêmicos, textos esses que circulam por uma “comunidade” específica, de certa forma fechada em si mesma, que possui objetivos específicos quando permite a circulação dos discursos em seus interiores.

2.1 Da alteridade à heterogeneidade

O termo ‘alteridade’ não consta nos dicionários de lingüística, e se é verdade que a cristalização de uma área de conhecimento se dá quando os dicionários legitimam a área (cf. COURTINE, 2006) apresentando seus termos técnicos, seus conceitos-chave e oferecendo definições e exemplos, devemos concluir que não há espaço de discussão

científica em linguagem que caiba falar em ‘alteridade’. Sustentando ainda a idéia de que a existência do dicionário legitima a área, inversamente ao que acontece com os dicionários de lingüística, os de análise de discurso (ou os manuais de termos-chave da AD) dedicam generosos espaços à definição, à função teórica e à aplicação analítica da ‘alteridade’. O fato é que o termo ‘alteridade’ remete a uma discussão filosófica, não lingüística. Não obstante, mantendo a coerência com o que dissemos anteriormente, esta pesquisa tem sua sustentação de base nas lingüísticas enunciativo-discursivas cujo contato com outras áreas realiza-se de maneira mais natural e é encarada de forma positiva, isto é, consideramos o atravessamento teórico pelo discurso de outros saberes disciplinares não como uma contaminação de área cujas fronteiras devem ser belicamente defendidas, ao contrário, este atravessamento teórico é necessário para a descrição exhaustiva e satisfatória do nosso objeto de estudo e para o crescimento da própria área com a qual queremos contribuir. Laplantine (2000, p. 21) explica que “a experiência da alteridade [...] leva-nos a ver aquilo que não teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos ‘evidente’”. A alteridade, desse modo, deve ser encarada como uma ponte estendida entre o que é habitual e o que é estrangeiro. Esta ponte é princípio de referência do sujeito, pois o sujeito é o que o ‘outro’ não é, e vice-versa. A experiência da alteridade funciona como o ponto nevrálgico entre semelhança e diferença que torna o sujeito um *ser*.

Todo o discurso científico-filosófico da (pós)modernidade é devedor dos antigos gregos, (quase) não há pensamento moderno ocidental que não tenha, de um modo ou de outro, alguma relação com as discussões travadas pelos filósofos antigos. Os gregos refletiram sobre a função do ‘outro’ na formação da consciência do *ser* e, mergulhados na dificuldade conceitual da relação, estabeleceram três formas de representação desse ‘outro’: as Górgonas, o deus Dionísio e a deusa Artêmis.

As Górgonas, diz a mitologia, eram três: Esteno, Eurália e Medusa, entidades monstruosas, com corpos cobertos de escamas e cabelos de serpentes. Mas nem sempre foram assim. Diz o mito que filhas de Forcis, deus do mar e de sua esposa Ceto, as Górgonas, a princípio, eram criaturas lindas e graciosas comparáveis à Afrodite, deusa do

amor e da beleza, cuja inveja pelas Górgonas fez com que lhes lançasse terrível maldição, transformando-as nesses seres terríveis de se olhar. Assim, as Górgonas passaram a usar máscaras para disfarçar e esconder a própria repulsa por si mesmas. Não foi suficiente. Mesmo mascaradas, as Górgonas passaram a possuir um olhar de morte, transformando todos aqueles que as encaram em pedra, fria e vazia de si mesma, sem vida, sem consciência, sem existência. O olhar de uma Górgona traduz o indizível, o impensável, o caos, o puro horror.

As Górgonas representam a *alteridade extrema*, o confronto bélico do sujeito com o diferente, mas no íntimo é uma relação com a identidade, pois o horror transmitido pela máscara monstruosa da Górgona é, na verdade, o brilho do espelho em seu olhar que reflete o sujeito e o obriga a encarar a si mesmo transformando-o em pedra. Encarar a Górgona é chegar ao extremo de si mesmo numa laçada de horror e atração, cuja mistura e confusão precipita o sujeito na dispersão de sua consciência; o outro, o diferente, aquilo que faz com que o sujeito seja único e possua uma identidade própria é uma ilusão desmascarada pelo olhar da Górgona; ela é, portanto, o *Outro Absoluto*, o duplo, a alteridade radical nascida da semelhança e, por isso, o sujeito que a encara se identifica com ela de tal forma que é petrificado. A Górgona nos faz lembrar que aquilo a que nos apegamos para nos dizer sujeitos, isto é, a identidade, é, no fim das contas, uma semelhança com o outro, não havendo forma de subjetividade senão a partir de reconhecimento, reconhecimento de si mesmo e, inversamente, reconhecimento do outro, isto é, ao passo que o sujeito se reconhece no outro, ele precisa que o outro o reconheça como sujeito, legitime a posição que ocupa, autorize sua imagem. Relacionar-se, em todos os sentidos do termo, é uma busca por legitimação num processo de alienação subjetiva. A alienação subjetiva é o espaço do sentido e da significação em que o sujeito, habitado pelo estrangeiro, que é o Outro Absoluto, é obrigado a encarar o estranhamento no ponto cego do extremo de uma disputa interior. A intradutibilidade do Outro Absoluto em forma de linguagem encontra um ponto de escoamento apenas no olhar da Górgona, encarada à revelia, confrontada de forma inconsciente. Em outras palavras, a alteridade extrema presente no Outro Absoluto, que é o Mesmo, realiza-se por meio do sujeito do

inconsciente, cuja característica é a “de estar, sob o significante que desenvolve suas redes, suas cadeias e sua história num lugar determinado” (LACAN, 1998, p. 198). Isto quer dizer que não há sentido na linguagem a não ser aquele que decorre do encontro casual do sujeito com o Outro Absoluto; o significante, seja ele qual for, marca indelével do sujeito alienado pela linguagem, pelo Outro, não possui significado, antes possui um não-significado, pois só é preenchido quando encontra ressonância subjetiva na alteridade extrema.

Dionísio é, segundo a mitologia grega, o deus da vegetação e foi ele quem ensinou aos mortais a arte de cultivar a videira e de fazer o vinho, de onde provém a embriaguez. Segundo o mito, Dionísio se apresenta aos mortais como um estrangeiro, usuário de máscara, um viajante passageiro de aparição súbita e efêmera, mas que realiza um importante ensinamento: por meio da embriaguez, Dionísio ensina o homem a tornar-se outro diferente daquele que é normalmente e, assim, em meio ao êxtase delirante da embriaguez revelar sua identidade a partir de uma experiência de evasão de si mesmo. Dionísio representa a *alteridade próxima*. Diferente do extremismo da Górgona, que petrifica ao contato visual, Dionísio oferece um paliativo, uma vivência de estranhamento cuja experiência primeira é tornar-se outro, falar como outro, agir como outro, mantendo, contudo, seu aspecto de Mesmo. Enquanto o contato com o Outro Absoluto representado pela Górgona acontece de forma inconsciente, o contato com o outro próximo representado por Dioniso ocorre de maneira consciente e consensual, uma alteridade desejada, uma estranheza delirante que ronda do exterior. O outro próximo é o estrangeiro que traz vantagem e colaboração, que preenche a lacuna, que ocupa os espaços vazios e garante a completude em meio à dessemelhança, ao mesmo tempo, abona o equilíbrio do sujeito, pois lhe permite uma experiência de *alteração* momentânea, um desvio de percurso sem, contudo, tirar-lhe do rumo. A alteridade próxima, assim como Dionísio, é aquela que chega e é sempre diferente em cada chegada, nunca permanece igual em si mesma e revela uma experiência diferente para cada sujeito que a vivencia e, por isso, é renovada e atualizada no contato subjetivo.

O fundamento do mito de Dionísio está no contato entre o patrício e o estrangeiro, cuja base primeira e mais importante é a aceitação recíproca de ambos, numa dialética de complementação mútua, mas o contato com o estrangeiro, apesar de benéfico tanto para ele como para o patrício, ocasiona uma ruptura originada da quebra de costumes, motivada pela concessão de comportamentos. Mantendo a analogia, a alteridade próxima leva o sujeito a reconsiderar os sentidos do habitual e a ponderar sobre a possibilidade de modificação das significações recorrentes. Ao passo que a alteridade extrema (simbolizada pela Górgona) nasce do sujeito com ele mesmo, isto é, origina-se no interior da consciência de si; a alteridade próxima (simbolizada por Dionísio) nasce de fora para modificar o interior; é o *outro sujeito-empírico*, que, ao complementar aquilo que falta ao *Um*-sujeito, provoca uma quebra do corriqueiro, mas assegura o direito à reestruturação, à redefinição do ponto de equilíbrio da subjetividade.

Das figuras gregas para a alteridade, resta-nos examinar o simbolismo em Artêmis, deusa da caça, das colheitas, dos animais selvagens; sempre-virgem (um presente de Zeus, seu pai), a deusa resolveu ser protetora das mulheres-na-hora-do-parto, pois decidira nunca parir, não desejava em si a presença de um estrangeiro, isto é, de um filho que, na realidade, é um outro ser, porém se compadecia daquelas que sofriam da suprema invasão de privacidade, da soberana conquista da subjetividade, pois, prenhe, a mulher renuncia a sua condição de unidade. Protetora da hora do parto, Artêmis ensina que o diferente, os opostos e mesmo os inimigos podem conviver e interagir num contexto de grupo unido, eles podem compartilhar de uma interdependência fundadora sem a qual não há sobrevivência. Como deusa da caça e das colheitas, Artêmis treina o homem para ir além das fronteiras, para ir à procura da demarcação das diferenças, para atravessá-la, retornar por ela, reconduzindo dos confins fronteiriços ao centro do mundo subjetivo, sem permitir que os limites sejam apagados.

Artêmis representa a *alteridade bárbara*, aquela que está além das fronteiras estabelecidas pelo sujeito. Ao mesmo tempo em que demarca suas fronteiras e estabelece suas diferenças em relação ao outro, o sujeito rejeita sua subjetividade e parte à procura do outro, numa caçada de inspiração artêmica. Entre “caçar” e “colher” o outro, o sujeito

modifica a si e às funções que ocupa (de caçador ou de coletor) em meio ao grupo do qual faz parte; para alcançar o seu intento, isto é, encontrar o outro, assume uma postura de acomodação de si às funções disponíveis, desenvolve estratégias, modifica táticas, elabora manobras, nas quais o fim último é acossar o outro e torná-lo semelhante a si, por isso é uma alteridade bárbara. Mas a caçada por si só não satisfaz o sujeito; ele precisa “armazenar” o outro, garantir sua permanência, daí a diferença entre a alteridade bárbara (representada por Artêmis) e a alteridade próxima (representada por Dionísio), enquanto aquela permanece e é armazenada por força e vontade do sujeito, esta é passageira e efêmera. Transpondo para os sentidos e as significações, enquanto o sujeito persegue os sentidos e os realiza por sua vontade por meio da alteridade bárbara, os sentidos se põem transitórios na alteridade próxima. Por seu turno, a relação da alteridade bárbara com a alteridade extrema é marcada pela antonímia, vez que a primeira opera na superfície, na intencionalidade, na transparência, e a segunda atua nas profundezas do desconhecido, no lapso, no engano e no engodo, na opacidade das relações íntimas.

Essa tríade de alteridades — extrema, próxima e bárbara — será examinada a partir de agora pela lente da perspectiva teórica, não mais simbólica, porém interligada, de forma a se preservar a analogia grega. A intenção é desenvolver um raciocínio que seja coerente com as imagens trabalhadas, sem, contudo, cair nos excessos metafóricos.

A alteridade extrema corresponde à perspectiva psicanalítica, em que o sujeito se define em função do Outro Absoluto, sobre o qual o sujeito não tem controle. A alteridade próxima corresponde ao princípio bakhtiniano de “outridade”¹⁷, pois é através do contato do sujeito com o outro que se adquire identidade, expressividade e sentido, mesmo que seja um contato efêmero e passageiro, pois

¹⁷ O termo ‘outridade’ não é estabelecido (ou aceito) no universo acadêmico que aborda o pensamento de Bakhtin. Um exemplo disso são os dois volumes organizados por Beth Brait intitulados, respectivamente, **Bakhtin: conceitos-chave** e **Bakhtin: outros conceitos-chave**, ambos publicados pela editora Contexto. Não há nem no primeiro nem no segundo volume da série nenhuma menção de que a alteridade seja um dos conceitos-chave da teoria bakhtiniana, assim como os conceitos de ‘sujeito’ e ‘outro’ são omitidos da lista, provavelmente apenas tomados por pressupostos, os quais estão presumidos nos demais conceitos apresentados. Não obstante, o termo foi empregado recentemente por Clark e Holquist na obra **Mikhail Bakhtin**, publicada no Brasil pela editora Perspectiva, em 2004. No texto os autores argumentam em favor da tese de que em Bakhtin há uma teoria intencional (e explícita) sobre a alteridade.

o ponto de vista bakhtiniano é que eu *posso* significar o que eu digo, mas só indiretamente, num segundo passo, em palavras que tomo da comunidade e lhe devolvo conforme os protocolos que ela observa. Minha voz pode significar, mas somente com os outros – às vezes em coro, porém o mais das vezes em diálogo. [...] Bakhtin concebe a outridade como o fundamento de toda a existência e o diálogo como estrutura primacial de qualquer existência particular, representando uma constante troca entre o que já-é e o que não-é-ainda. [...] O ‘eu’ bakhtiniano nunca é completo, uma vez que só pode existir dialogicamente. Não é uma substância ou essência por direito próprio, porém existe apenas num relacionamento tenso com tudo o que é outro e, isto é o mais importante, com outros ‘eus’. [...] O dialogismo, por contraste, celebra a alteridade: é uma gaia ciência uma *fröhliche Wissenschaft* do outro. Assim como o mundo necessita de minha alteridade para lhe dar significado, eu necessito da autoridade dos outros a fim de definir o meu ‘eu’. O outro é, no sentido mais profundo, meu amigo, porque é somente do outro que eu posso obter meu ‘eu’.

Clark e Holquist (2004, p. 39; 91)

Entre essas duas noções (conseqüentemente, entre esses dois quadros intelectuais) emerge, novamente, a incômoda diferença de abordagem: enquanto a alteridade psicanalítica (da presença do Outro Absoluto) é a individualização do sujeito, a outridade bakhtiniana (a presença do outro próximo) é social, logo coletiva¹⁸. O mal-estar inicial que essa incompatibilidade (individual/social) provoca se desfaz se recorremos aos princípios guiadores das duas alteridades. Tanto a Psicanálise¹⁹ como o dialogismo bakhtiniano bebem da mesma fonte na construção da teoria alteritária: ambos buscam apoio nos ombros da ontologia fenomenológica²⁰. Por sua vez, a alteridade bárbara corresponde à forma como Foucault entende o sujeito e à sua peculiar caracterização de que o sujeito é uma *função* exercida socialmente pelo indivíduo a partir da ‘vontade de saber’. Neste caso,

¹⁸ A despeito de essa afirmação estar relacionada ao fato de Bakhtin ser freqüentemente associado ao marxismo (portanto intimamente relacionado a perspectivas sociais), Emerson (2003, p. 20), citando Vitaly Makhlin (Professor da Universidade Estadual de Pedagogia de Moscou que coordenou a Conferência Internacional do Centenário de Bakhtin em 1995), diz que “Bakhtin foi um não marxista, não formalista, não freudiano, não estruturalista, não existencialista, não coletivista, não utópico, não teológico, em uma palavra, não-modernista”, e, na mesma página, Emerson afirma que a compreensão da obra de Bakhtin reside na compreensão de que “há uma insistência em Bakhtin na não-coincidência, na incompatibilidade, na alteridade”.

¹⁹ Nunca é demais redefinir os limites de uma pesquisa: a Psicanálise aqui mencionada é a abordagem freudo-lacaniana.

²⁰ Tanto Bakhtin quanto Lacan citam Hegel e Heidegger. O primeiro em *Marxismo e filosofia da linguagem*. O segundo, explicitamente, em pelo menos três de seus seminários: *As psicoses (livro 3 da Coleção O Seminário)*, *A transferência (livro 8)* e *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (livro 11)*; implicitamente, há menção de ontologia fenomenológica em: *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise (livro 2)* e *As formações do inconsciente (livro 5)*.

o sujeito é aquele que prepara a “armadilha” na qual o outro será apanhado e antropofagicamente devorado pelo mecanismo que mobiliza as “governabilidades”, pela “bio-política” e pela “subjetivização da verdade” (*cf.* GROULX, 2006).

2.1.1 Dados primários: alteridade a partir da ontologia fenomenológica

A ontologia investiga o *ser* como possuidor de certa natureza que lhe é inerente e que é comum a todos e a cada um dos seres. Estabelecendo para si este objetivo, a ontologia escolhe como método de abordagem do problema a fenomenologia, definida como um retorno à essência das coisas. O discurso fenomenológico tenta reconstruir a verdade nos dados primários, oriundos da experiência e somente esta pode ser considerada pela intuição como a verdadeira essência do objeto investigado. Nas palavras de Heidegger (2006, 66-67):

A expressão *fenomenologia* significa, antes de tudo, um *conceito de método*. [...] O termo tem dois componentes: fenômeno e logos [...] corresponde, no que respeita a sua formação, à teo-logia, bio-logia, socio-logia, termos traduzidos por ciência de Deus, da vida, da sociedade. Fenomenologia seria, portanto, *a ciência dos fenômenos*.

Destas palavras, depreendemos que o *ser*, tomado como objeto de investigação (abordado, no nosso caso, como *sujeito*), deve ser entendido como um fenômeno de onde se origina todos os demais fenômenos com ele relacionados e cuja *verdade* de sua essência (isto é, de sua essência enquanto sujeito) é um retorno a si mesmo. No universo de investigação fenomenológica, a *verdade* encontra-se na consciência do sujeito, porém essa consciência lhe é estrangeira, isto é, é algo *outro* que ela mesma (*cf.* HEGEL, 2006).

O sujeito ôntico da fenomenologia deve buscar compreender que há um *Em-si* (que é aquilo que o sujeito chama de ‘eu’) e há um *No-Outro* diferente de si, mas que o habita; dessa relação nasce todas as representações da realidade e sua relação com as experiências vividas pelo sujeito. A consciência do sujeito é para *si-mesma* o verdadeiro, isto é, aquilo

que o sujeito carrega em si é aquilo que ele considera verdade, e essa compreensão leva o sujeito a acreditar que sua consciência é a ressonância de outros seres semelhantes a ele; nos termos fenomenológicos, é um *ser-Outro*. Hegel (2005, p. 136; 140) esclarece:

Para a consciência-de-si, portanto, o ser-Outro *é como um ser*, ou como *momento diferente*, mas para ela é também a unidade de si mesma com essa diferença, como *segundo momento diferente*. [...] o mundo sensível é para ela um substituir, mas que é apenas um fenômeno, ou diferença que não tem *em si* nenhum ser. [...] A consciência-de-si é *desejo*. Certa da nulidade desse Outro, põe *para si* tal nulidade como sua verdade; aniquila o objeto independente, e se outorga, com isso, a certeza de si mesma como *verdadeira* certeza, como uma certeza que lhe veio-a-ser de *maneira objetiva*.

A consciência do sujeito em busca de sua própria verdade, isto é, de sua essência, agarra-se ao que lhe é diferente para marcar sua identidade. Acontece que, de súbito, o diferente se apresenta como o mesmo, isto é, não há diferenças entre dois sujeitos, há momentos de diferença provindos de experiências diferentes que levam os sujeitos (tanto o Em-si como o ser-Outro) a representar o mesmo objeto, fonte do desejo, o mesmo fenômeno como objetos e fenômenos distintos. Disso decorre a negação peremptória do sujeito, onde o ‘eu’ não é o ‘tu’, uma vez que abordam o mundo de momentos diferentes; disso também vem a ‘nulidade’, o sujeito enquanto tal é nulo, é negativo, pois representa o Um impossível de si próprio: “o Eu é o conteúdo da relação [entre o Em-si e o ser-Outro] e a relação mesma; defronta um Outro e ao mesmo tempo o ultrapassa, e este Outro, para ele, é apenas ele próprio” (HEGEL, 2005, p. 135). Em outras palavras, a consciência-de-si que faz do sujeito um sujeito só existe porque ela é verdade para este sujeito no momento da diferença, no momento em que e quando ela é *para si* um *para o Outro*. “Ela veio de fora e para fora de si. [...] Primeiro, ela se perdeu a si mesma, pois se acha numa *outra* essência. Segundo, com isso ela suprassumiu o Outro, pois não vê o Outro como essência, mas é a *si mesma* que vê no *Outro*” (HEGEL, 2005, p. 143). Este é o fundamento da alteridade ôntica abordada pela perspectiva da fenomenologia, isto é, o sujeito se representa outro, porque é assim que ele se vê: o Outro não é uma essência em si, mas

parte da essência daquilo que o sujeito é; o sujeito mesmo é um outro e sua singularidade, que é o que lhe atribui identidade, na verdade é uma universalidade habitual de tal forma engendrada na consciência do sujeito que este é compelido de fora para dentro a torna-se outro, porque “cada um vê o Outro fazer o que ele faz; cada um faz o que do Outro exige – portanto faz *somente o que faz*, enquanto o Outro faz o mesmo. O agir unilateral seria inútil; pois o que deve acontecer, só pode efetuar-se através de ambos” (HEGEL, 2005, p. 144).

Desse ponto de vista, a problemática da alteridade se manifesta, a princípio, pela caracterização da existência do outro e suas formas de manifestação, bem como sua influência na caracterização do ‘eu’. Sartre (1997) dedica toda uma parte de suas reflexões em *O ser e o nada* justamente a essa questão. Ele nos diz que “o outro é o mediador indispensável entre mim e mim mesmo [...]. Pela aparição mesmo do outro, estou em condições de formular sobre mim um juízo igual ao juízo sobre um objeto, pois é como objeto que apareço ao outro” (1997, p. 290). A percepção deste autor é a de uma revelação, com entonação bíblica, de pura dependência do ‘eu’ em relação ao outro. Não há ‘eu’ sem que haja o outro, porque o eu é concebido em função do outro que governa todas as relações. Tudo o que existe na consciência de um sujeito, só existe porque o outro o faz ver que esse juízo está lá presente, donde dizemos que não há significação sem relação alteritária. Sartre demonstra a verdade desse pensamento afirmando que “necessito do outro para captar plenamente todas as estruturas de meu ser; o Para-si remete ao Para-outro” (1994, p. 290-291).

Essa constatação de dependência empurra a reflexão para o debate sobre o *real*²¹. A concepção sartriana apresenta a existência do outro como aquilo que há de mais real na consciência de um sujeito, já que é essa existência que fundamenta todas as suas estruturas, no sentido de ser essa consciência de outriedade existente no sujeito que garante que o estatuto do real seja preservado. “O outro, na minha experiência, não é um fenômeno que

²¹ Frequentemente encontramos inúmeros trabalhos de especialistas em diversas áreas do conhecimento que apresentam a linguagem como o elemento mediador entre os sujeitos, ou como o elemento mediador entre o sujeito e o mundo, entendido aqui como experiência empírica *real* vivenciada por um sujeito e verbalizada através da linguagem. Considerando esse princípio, a discussão que ora se pretende realizar é pertinente e oportuna, pois pretende fornecer os elementos que embasarão as futuras análises.

remeta à minha experiência, mas refere-se por princípios a fenômenos situados fora de toda experiência possível para mim”, afirma Sartre (1997, p. 296). O outro deve ser buscado fora do sujeito, fora da consciência do ‘eu’, fora da impressão do ‘eu’, fora do sentido do ‘eu’, fora da linguagem do ‘eu’ e ainda assim tão intimamente ligado ao ‘eu’ que é capaz de determinar tudo que lhe diz respeito, inclusive a linguagem e os sentidos que ela é capaz de expressar. É nesse sentido que a psicanálise tem apresentado sempre um sujeito dividido, incapaz de se definir e de se demonstrar por si mesmo, mas sempre em constante conflito com esse outro que é constitutivo de sua própria natureza de *ser*, pois o sujeito da psicanálise é o sujeito do desejo absoluto, do desejo inalcançável, do objeto-a.

Essa possibilidade torna o ‘eu’ um *ser* incompleto, e essa sensação de incompletude leva-o a uma busca constante e interminável pela parte que falta a sua essência alcançada somente por instantes (momentos de diferença) no ato da interação com o outro. Este último, por sua vez, perfaz todo o trajeto do primeiro numa expressão dialética. “O mediador é [sempre] o *outro*. O outro aparece comigo, já que a consciência-de-si é idêntica a si mesmo pela exclusão de todo Outro. Assim, o primeiro fato é a pluralidade das consciências, e esta pluralidade é realizada sob a forma de dupla e recíproca relação de exclusão”, diz Sartre (1997, p. 306), percebendo que, apesar de toda necessidade que o ‘eu’ sente de encontrar sua completude no outro, este ‘eu’ sempre tem a tendência de negá-lo, como também é por ele negado. As consciências são ‘idênticas’ porque a diferença reside na unidade, isto é, a unidade é na realidade e ao pé da letra, lugar das diferenças, mas, antes de tudo, o sujeito que se denomina ‘eu’ tende a se considerar completo e a se perceber como um todo, negando toda a dependência do outro, num movimento de denegação. Isso se reflete nessa relação eu-outro porque o outro traz à consciência do sujeito tudo aquilo que ela não é. A definição filosófica de outridade é sempre uma constante negativa.

Para finalizar este ponto, fiquemos com a afirmação de Sartre (1997, p. 307) que diz:

O outro só tem interesse para mim na medida em que é o outro Eu, um Eu-objeto para Mim, e, inversamente, na medida em que reflete meu Eu, ou seja, enquanto sou objeto para ele. Por essa necessidade que tenho de não ser objeto para mim salvo lá adiante, no Outro, devo obter do outro o reconhecimento de meu ser.

Esse talvez seja todo o fundamento do pensamento fenomenológico concernente à alteridade, ao outro e à sua função na formação do ‘eu’. O outro nada mais é, por esta abordagem, do que um outro-Eu que se revela sob nova forma para o sujeito e eis por que sua presença na consciência de um ‘eu’ é tão fundadora: porque é através dele, isto é, do Outro, que o sujeito se apresenta para si mesmo e é por meio do Outro que este sujeito se revela. Talvez, justamente pensando dessa forma e numa resposta dialógica a suas influências fenomenológicas, Bakhtin (2000, p. 80) tenha dito: “Quando me olho no espelho, em meus olhos olham olhos alheios; quando me olho no espelho, não vejo o mundo com meus próprios olhos e, desde o meu interior; vejo a mim mesmo com os olhos do mundo – estou possuído pelo outro”.

2.1.2 A máscara monstruosa da Górgona: alteridade extrema e Psicanálise

Na psicanálise lacaniana, o sujeito nunca alcança a sua essência, isto é, nunca encontra a verdade de sua consciência, porque, segundo Lacan (2002), se é verdade que a essência do pensamento é a consciência-de-si, isto é, se o sujeito é aquele que pensa sobre o pensamento, ele entra num “jogo de espelhos sem fim” (p. 45), pois há o pensamento e o pensamento pensante (consciência-de-si) e deverá, forçosamente, aparecer um terceiro pensamento, que se pensará pensamento pensante, e assim sucessivamente, a cada vez que a consciência-de-si se torna consciência. Com base nesse argumento, Lacan (2002, p. 45) afirma que “este pequeno problema, que jamais foi resolvido, basta por si só para demonstrar a insuficiência do fundamento do sujeito no fenômeno do pensamento como transparente a si mesmo”, o que quer dizer que o sujeito, longe de ser inteligível a si mesmo é, antes, mergulhado nas profundezas do que nós preferimos chamar de *opacidade-*

de-si. E como o sujeito se define? O quem vem a ser sujeito? Eis as perguntas a propósito das quais a reflexão sobre a alteridade psicanalítica tenta lançar alguma luz.

Lacan, no seminário intitulado *As psicoses*, se demora longo tempo em explicar que a função da comunicação (para ele na psicanálise, mas que nós podemos tomar como qualquer manifestação da linguagem) efetua-se por meio de uma inversão. A fala chega ao outro como um negativo (fotográfico) que não expressa exatamente aquilo que o sujeito quer dizer. Para ele, há um ponto-chave entre o que o sujeito diz e o que ele expressa, posto que as palavras não fazem jus ao pensamento. Lacan admite que há entre o pensamento e a palavra um ponto de verdade (*fides* é o termo que ele emprega) e de fingimento, pois, para ele

o que é visado na mensagem [da comunicação] é que o outro está aí enquanto Outro absoluto. Absoluto, isto é, que é reconhecido, mas que ele não é conhecido. Da mesma forma, o que constitui o fingimento é que vocês sabem no fim das contas se é um fingimento ou não. É essencialmente essa incógnita na alteridade do outro que caracteriza a ligação da palavra no nível em que ela é falada ao outro.

Lacan (2002, p. 49)

O que nos leva a crer que o confronto entre o ‘eu’ que fala e o Outro Absoluto é uma relação de omissão. Ao passo em que o sujeito reconhece que o Outro interfere naquilo que ele diz, resolve ignorar a sua presença e fazer-se sujeito absoluto de seu dizer, isto é, tornar-se sujeito suposto saber (numa outra expressão lacaniana), sujeito que imagina que sabe aquilo que diz e porque diz, embora (na análise psicanalítica) fique claro que o sujeito é aquele que “não sabe o que diz”, já que

os significantes, assim como o desejo, se apoderam de formas errantes que nada valem por si mesmas, que foram despojadas de significação, que funcionam separadas de sua significação primeira, no fundo funcionam como letras [...]; esses significantes só valem na medida em que foram esvaziados da significação, e se trata de tornar a encontrar, a cada vez, essa significação em particular.

Miller (2002, p. 59)

A essência da alteridade psicanalítica é fazer crer que o endereçamento das mensagens contidas na linguagem, um movimento interior do sujeito com o sujeito, não entre um ser e outro ser, na realidade é uma comunicação do sujeito consigo mesmo. É, melhor dizendo, uma oscilação do sujeito (*ego*) consigo mesmo (*alterego*) por meio da linguagem. As respostas que um sujeito expressa por meio da linguagem, a descrição de seus pensamentos, a explosão de seus sentimentos não se dirigem a um outro interlocutor propriamente dito, antes, dirigem-se a ele próprio que se vê materializado no outro, que percebe o outro como percebe a si mesmo. Por isso a noção, tão cara à psicanálise, de ‘transferência’: o contato com o Outro é impossível, pois ele é inalcançável, é impenetrável (como o olhar da Górgona), por isso o sujeito (o analisando, nos termos psicanalíticos) transfere sua verdade (a consciência-de-si, nos termos ontológicos) para o outro. Em última instância, falar ao outro (interlocutor) é falar ao Outro Absoluto sem ter a certeza de que este esteja ouvindo, ou sem a garantia de que dele venha uma resposta inteligível. Miller (2002) ensina que essa transferência ocorre em três estágios ou de três diferentes formas, excludentes ou complementares, conforme a relação subjetiva estabelecida no ato da comunicação: repetição, resistência e sugestão, nas quais, sob o nosso ponto de vista, a alteridade (conseqüentemente, a heterogeneidade) se presentifica.

É neste ponto que a psicanálise lacaniana desvencilha-se de suas origens. É a partir daqui que a alteridade psicanalítica (que até então se parecia com a continuação da alteridade ôntica, com uma discussão de primado existencialista do outro como representação da semelhança humana, do ‘tu’ como um reflexo do ‘eu’) passa a entender o Outro Absoluto não como simetria, aquele que pode, eventualmente, responder, mas como um lugar de onde fala o sujeito, e um lugar temerário, posto que desconhecido, pois “o Outro deve ser considerado [...] o lugar em que a fala se constitui” (LACAN, 2002, p. 309).

A partir desta perspectiva, Lacan irá imergir na lingüística para defender sua tese. Para ele,

o *tu* está longe de se dirigir a uma pessoa inefável [...], o *tu* não é sempre o *tu* pleno que se leva enormemente em conta [...]. A função da segunda pessoa é a de visar o que é ninguém, o que se despersonaliza. [...] É o *tu* que em nós diz *tu* que se faz sempre mais ou menos discretamente ouvir, esse *tu* que fala sozinho, e que nos diz *você percebe* ou *você é sempre o mesmo*. [...] Reconheçamos aqui o superego, que nos aparece de repente sob a forma fenomênica [...] este superego é realmente algo como a lei, mas é uma lei sem dialética. [...] Este *tu*, ele vê tudo, entende tudo, anota tudo.

Lacan (2002, p. 310-311)

Neste ponto, Lacan nos mostra exatamente no que consiste a alteridade extrema: no ‘eu’ que se diz ‘tu’²². Para um lingüista, o ‘tu’ deve ser entendido como aquele a quem a mensagem se destina, é o alocutário, mas nem sempre o ‘tu’ se dirige ao alocutário. Com efeito, inúmeros exemplos de *corpus* coletados com objetivos diversos dão conta do fenômeno. Outro ponto importante nesta tese é a de que a despersonalização do ‘tu’ é uma ponta do *iceberg*, uma evidência de uma outra presença no sujeito. Outra presença que ele (inconscientemente) reconhece e evidencia por meio da linguagem, é o ponto de fusão entre o olhar do sujeito (isto é, seu ‘eu’) e o olhar da Górgona (o Outro Absoluto que o habita); não há possibilidade de diálogo com o ‘tu’ aí mencionado, ele fala, ele se impõe, ele é uma lei, mas, é o próprio Lacan quem o diz, é uma lei sem dialética, isto é, sem possibilidade de retorno, de alguma forma o Outro está barrado, inapelavelmente, distante da consciência do sujeito.

No entanto, sua presença é detectável na linearidade do discurso, lugar de sua constituição, porque o Outro Absoluto se constitui na cadeia significante, o que nos leva a crer que a alteridade extrema é um processo de reconhecimento (na prática psicanalítica é o analista quem o reconhece), no sentido de dizer que “o reconhecimento do outro não constitui uma passagem inacessível, pois que também vimos que a alteridade evanescente da identificação imaginária do eu não encontra o tu senão num momento limite onde

²² Exemplos dessa *alteração* extrema do ‘eu’ inspirados em Lacan seriam em frases como: “Quando a gente chega a um estágio desses não resta nada a você senão morrer”. O exemplo é artificial mas demonstra o raciocínio. Não resta ao sujeito mais nada a não ser morrer, porém, lingüisticamente falando, o sujeito se coloca como um “você”, uma espécie de quarta pessoa na comunicação que nem é aquele que fala, nem aquele a quem se fala propriamente, isto é, este ‘você’ não se refere ao alocutário, mas ao próprio sujeito que o pronuncia.

nenhum dos dois poderá subsistir junto com o outro” (LACAN, 2002, p. 341), isto é, o Outro é uma auto-imagem residual, uma projeção mental do indivíduo que se materializa aqui e acolá na cadeia discursiva revelando as faltas do sujeito.

Confrontar este Outro Absoluto (na prática psicanalítica) é confrontar a máscara monstruosa da Górgona que reflete aquilo que se esconde, num jogo especular de alteridade extrema.

2.1.3 Celebração alteritária: alteridade próxima e Dialogismo

A reflexão de Bakhtin sobre a alteridade é abrangente, porque abrangentes são todas as temáticas sobre as quais esse autor lançou algum olhar, nunca se detendo a só uma teoria, a um só tema ou a um só objeto em particular para oferecer, a partir daí, uma só resposta; antes, Bakhtin preocupou-se em elaborar uma teoria geral sobre os fatos da vida em suas generalidades a partir dos elementos que ele considerava particularizadores da existência humana. Em outras palavras, Bakhtin, atento a dar respostas diferentes ao mesmo conjunto de perguntas, mergulhou fundo em temas como linguagem, atividade estética, ética, relações sociais, entre outros, na intenção de oferecer um debate consistente capaz de apresentar sempre possibilidades, contudo, sem especificar possibilidade de quê, isto é, o legado de Bakhtin é a incompletude, a inconclusão, não só dos objetos que ele abordou, mas uma incompletude, inclusive, na forma de os abordar.

Há em Bakhtin uma teoria de alteridade, possivelmente a mais requisitada nos estudos da crítica e teoria literária e dos estudos da linguagem. Para ele, a alteridade é algo que está intimamente relacionada com a própria vida do sujeito enquanto ser humano, sua concepção de singularidade e de identidade subjetiva diz respeito ao lugar único que cada um ocupa na existência. “Dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço”, diz a Lei universal da Física, e é este o argumento de Bakhtin para organizar o mundo a partir das noções de tempo e de espaço, de temporalidade ou simultaneidade e localidade. Neste sentido, o ‘eu’ é um ato, um acontecimento que deve ser calibrado a partir da singularidade

de outros 'eus' numa relação de complementaridade, pois aquilo do mundo que escapa a um 'eu', dadas as circunstâncias únicas de tempo e de espaço que este ocupa, é apreendido através das consciências dos demais 'eus' com os quais o primeiro 'eu' singular se relaciona, nestes termos, a consciência humana, para Bakhtin, é a construção do 'eu'.

Este pressuposto fundamental leva Bakhtin a acreditar que o 'eu' é a capacidade de reação ao ambiente social imediato no qual o 'eu' está inserido e sua maior característica é a possibilidade de oferecer uma resposta aos estímulos exteriores que se apresentam. Desta forma, o 'eu' é incompleto por definição. Já que sua condição primeira é ocupar um tempo e um espaço definidos na cadeia das simultaneidades o 'eu' nunca consegue visualizar a totalidade das coisas ou dos objetos de mundo; já que o 'eu' é a possibilidade de resposta a estímulos exteriores, o 'eu' "necessita de um estímulo da alteridade do mundo social a fim de sustentar sua responsabilidade" (CLARK e HOLQUIST, 2004, p. 93). O *outro próximo* (não próximo no sentido literalmente espacial, mas *próximo* no sentido de ser aqueles com quem o 'eu' mantém contato de alguma forma, que pode ser materializado em diversas circunstâncias como o contato com outras épocas, através da literatura, de outras teorias, através de leituras diversas etc), o outro próximo é formador da consciência de um 'eu', é modificador dos sentidos, é co-responsável por tudo aquilo que um sujeito crer, de forma que não há, neste mundo de trocas alteritárias ininterruptas, significações. O sujeito é, antes de tudo um criador e consumidor de sentidos e de significações num processo em que mente, linguagem e sociedade operam em simultaneidades, de maneira que a distinção inaugural subjetiva entre eu/outro é a oposição primacial de todas as relações.

O 'eu' é único, pois o mesmo conjunto de circunstâncias às quais um sujeito está pronto a responder nunca é idêntico na linha temporal (nem mesmo no plano das simultaneidades) e é essa variabilidade de respostas a estímulos exteriores idênticos que conferem a um 'eu' individual sua identidade. Por essa perspectiva poder-se-ia objetar que o 'eu' é uma totalidade, uma totalidade no sentido de dizer que seu comportamento social é integral, mas o próprio fato de um 'eu' encontrar-se irreversivelmente situado na cadeia temporal e num espaço determinado faz desse 'eu' incompleto por definição uma vez que da realidade objetiva o 'eu' só apreende a parcialidade que lhe é exposta a partir desses dois

pontos físicos. Nesse sentido, ser incompleto é uma condição físico-biológica do ‘eu’, não uma questão de abordagem social, filosófica, metafísica ou qualquer outra. Esse lapso espaço-temporal ao qual o sujeito está irremediavelmente ancorado não é permanentemente fixo, antes é uma posição que o ‘eu’ pode (e de fato faz com frequência) alterar em relação a outros ‘eus’ com quem interage. A questão que se apresenta aí é que ninguém, nenhum ‘eu’ individualizado pode existir sem modificações efetuadas pelos outros ‘eus’ que desenvolve de alguma maneira meios para garantir a continuação da responsabilidade da relação *eu-ante-o-outro* na perspectiva de moldar os significados que não existem sem essas relações. Isto é o processo dialógico que Bakhtin persegue em todos os seus trabalhos.

Assim, Bakhtin nos ensina que nem o ‘eu’ nem o outro são abstrações filosóficas ou manifestações lingüísticas de signos vazios de significados (pois todos os signos separados de contextos efetivos de uso, isto é, de momentos de enunciação, também são vazios de significados), mas que são fenômenos, acontecimentos, atos sociais fragmentados que vão conferindo a um sujeito sua habilidade de (se) interpretar. A alteridade se insere exatamente no ponto em que é importante para o ‘eu’ perceber aquilo que ele deixou escapar para poder tornar-se inteiro, momentaneamente, o sujeito se evade de si para conseguir reencontrar seu ponto de apoio na interpretação dos significantes, de forma que

a outridade não é, pois, um *a priori* metafísico, porquanto a não-coincidência é um traço constitutivo da percepção humana. Há também um hiato estrutural na visão de que o homem é dotado, um ponto cego ditado pela lei da localização. Mas, uma vez que o lugar ocupado por cada um de nós é único, tanto as coisas que não posso ver quanto aquelas que posso são distintivas em relação a mim mesmo e ajudam de diferentes e importantes maneiras a constituir-me”

(CLARK e HOLQUISTE, 2004, p. 95)

Se aceitarmos esse princípio como verdadeiro, não há entre um ‘eu’ e o outro uma relação de alienação, muito menos essa relação deve ser temida²³, pois em Bakhtin o grande fundamento da alteridade é que o sujeito pode, enfim, presenciar, sentir, perceber, ver, entender, alcançar, encontrar, atingir, mergulhar naquilo que sua condição de prisioneiro de um espaço-tempo lhe negou tornando-o parcial e incompleto, pois sua incompletude é preenchida por meio de sua situação de outridade, aquilo que falta a um ‘eu’ é preenchido pelos outros ‘eus’ com os quais o sujeito se relaciona. A condição de não-coincidência entre um ‘eu’ e os outros (pela condição espaço-temporal, principalmente, mas igualmente por uma série de circunstâncias às quais os sujeitos estão expostos) não deve ser encarada como nefasta, pois é o conflito que move as consciências e, conseqüentemente, é o conflito que move o mundo, no sentido de dizer ‘conflito’ como as motivações que proporcionam a interação entre os ‘eus’. Sobre a “não-coincidência” entre as consciências, Clark e Holquist (2004, p. 96) nos explicam que

a série de não-coincidências é levada a seu limite na não-coincidência existente entre o meu ‘eu’ e todas as formas disponíveis para a expressão do eu, não apenas para os outros mas também para mim mesmo, isto é, tempo, espaço e os valores que, em qualquer encontro particular, dão ao tempo e ao espaço cores específicas. Esta radical não-coincidência do eu com os marcadores do eu é a base não só das peculiaridades do pronome eu entre os outros elementos formais de qualquer língua natural, como ainda da inaptidão de todos os aspectos da linguagem a se amalgamarem com o sujeito.

A não-coincidência está presente no que concerne ao fato de um sujeito está inserido na existência social a partir da somatória de todos os atos que acumulou ao longo da vida, isto é, a soma de todas as respostas que foi compelido a oferecer aos outros, respostas não-idênticas em relação a outras respostas de outros ‘eus’, portanto, o sujeito é um constante mergulhar em não-coincidências alteritárias. Por outro lado, o sujeito igualmente não coincide com o mundo. Se assumimos que o pensamento molda o mundo,

²³ Lembremo-nos do aforismo de Sartre que se transformou em dito popular: “o inferno são os outros”.

é lícito afirmar que o sujeito não ‘fabrica’ o mundo, antes o sujeito modifica (*altera* seria o termo apropriado, uma vez que derivado de *alteração*, *tornar outro*, em última análise, deriva de *alteridade*, *qualidade daquilo que é outro*) o mundo em razão de sua relação com o presente. Organizado para pensar sempre no vir-a-ser (isto é, nas possíveis respostas a seus atos) o sujeito é mergulhado num futuro absoluto do qual não pode se desvencilhar.

A alteridade próxima é uma imagem que o sujeito obtém de si mesmo a partir da imagem que ele tem do outro, uma vez que o sujeito só se torna completo através dos adiantamentos que faz ao outro a partir de sua posição e dos adiantamentos que recebe dos outros a partir de suas posições únicas, a esta relação Bakhtin chama de “*arquitetônica*”²⁴, isto é, a atividade de um sujeito formar conexões entre materiais díspares, ou seja, a relação entre o ‘eu’ e o outro é antes de tudo uma relação de dessemelhança, nesse sentido a arquitetura é o momento

quando contemplo um homem fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver [...]. Quando estamos nos olhando, dois mundos diferentes se refletem na pupila dos nossos olhos. Graças a posições apropriadas, é possível reduzir ao mínimo essa diferença dos horizontes, mas para eliminá-los totalmente, seria preciso fundir-se em um, tornar-se um único homem.

Bakhtin (2000, p. 43)

2.1.4 Armadilhas alteritárias: alteridade bárbara e função-sujeito

A obra de Michel Foucault (tanto os estudos devidamente publicados sob a rubrica de suas pesquisas como os Cursos pronunciados no *Collège de France*) não trata especificamente do tema alteridade; em muitas partes dessas obras o que encontramos é um pensamento formulador de conceitos (e métodos de abordagem) em torno dos

²⁴ Este termo foi cunhado por Bakhtin no texto *A arquitetura da responsabilidade*, inédito no Brasil. Há menção do termo na primeira parte de *Estética da Criação Verbal*, na tradução espanhola. A tradução em português refere-se ao fenômeno como ‘arquitetura da criação’.

processos de subjetivação (práticas sociais e técnicas específicas de objetivação do sujeito. As primeiras dizem respeito ao exercício de “confissão”, no sentido cristão, onde o sujeito confessa a *si-para-o-outro* com o intuito de revelar sua natureza para *si-mesmo*; por sua vez, as técnicas de objetivação são realizadas por meio do “discurso da verdade” que toma o *ser-humano* como objeto de estudo; o movimento alteritário aí presente pode ser sintetizado a partir da relação *sujeito, verdade e poder*, na qual o sujeito procura o “outro” para se fazer sujeito, na prática da confissão, e toma a si como objeto para experimentar a relação consigo mesmo e exercitar a “prática de si”) e da própria subjetividade, pensada a partir da constituição social do sujeito e das relações éticas e morais através das quais o sujeito por meio de determinadas divisões de si em relação aos outros se constitui, divisões subjetivas ocorridas em nome da “normalização” dos comportamentos e da autorização de “práticas divisoras”²⁵. Não obstante a esse fato, gostaríamos de propor uma leitura de *História da sexualidade: o cuidado de si*, a partir de uma abordagem alteritária, caracterizadora da *alteridade bárbara*, considerando, sobretudo, os capítulos II, III e parte do capítulo V desta obra, intitulados pelo autor, respectivamente, de *A cultura e si*, *Eu e os outros* e *A mulher* (deste último considerando somente os subtítulos *O vínculo conjugal* e *A questão do monopólio*).

Em *O cuidado de si*, Foucault traça um perfil histórico da regulamentação dos prazeres cujo objetivo era a imposição da austeridade moralizante como princípio regulador das condutas sociais. De já, gostaríamos de propor que a *alteridade bárbara* se efetiva no sujeito a partir do momento em que ele, dotado de um desejo natural, procura encontrar os prazeres conseguidos por meio de seu contato com os outros. No entanto, da leitura deste texto queremos concluir que os prazeres subjetivos a partir do contato com o outro não são possíveis se antes não houver uma renúncia daquilo que é prazeroso por meio do outro. A partir desta renúncia ocorre “uma intensificação da relação consigo pela

²⁵ De acordo com Revel (2005, p. 82) as práticas divisoras são aquelas que dividem “o louco e o são de espírito, o doente e o homem saudável, o homem de bem e o criminoso etc”, nesse sentido, as práticas de subjetivação refletem os jogos de governabilidade que orientam os comportamentos sociais. Consoante a este discurso, Groulx, refletindo sobre a possibilidade da existência de uma ontologia em Foucault (cf. RAGO e VEIGA-NETO, 2006) menciona que em Foucault, a auto-reflexividade e o mundo-verdade perdem suas filiações metafísicas e o filósofo passa a assumir que “a loucura é o discurso da alteridade sobre o que pretendem encarnar as figuras da razão e da verdade” (GROULX, 2006, p. 216).

qual o sujeito se constitui enquanto sujeito de seus atos” (FOUCAULT, 1985, p. 47). Essa atitude abdicativa leva o sujeito a uma individuação. Contudo, a despeito de todas as individualizações, o ser humano leva uma vida “em público”, porque o que conta é o *eu-para-os-outros* e *os-outros-para-mim*, ou seja, mesmo dedicado a encontrar-se a si por meio da conquista e da preservação da moral austera, mesmo recluso e isolado, o sujeito conserva no íntimo de sua existência uma voz alteritária que se recusa a morrer, que se recusa a silenciar dentro de si, donde a necessidade, o “desejo ardente” que teima em ramificar-se no sujeito. Os fenômenos individualizadores convivem com a vida “em público” do sujeito porque são interdependentes. Nas palavras de Foucault (1985, p. 48):

A atitude individualista, caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade e pelo grau de independência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual ele pertence ou às instituições das quais ele depende; a valorização da vida privada, ou seja, a importância reconhecida às relações familiares, às formas de atividade doméstica e ao campo dos interesses patrimoniais; e, finalmente, a intensidade das relações consigo, isto é, das formas nas quais se é chamado a se tomar a si próprio como objeto do conhecimento e campo de ação para transformar-se, corrigir-se, purificar-se, promover a própria salvação.

A “governabilidade”, um dos conceitos foucaultianos mais invocados pelos estudiosos das relações sociais, deriva exatamente das noções alteritárias do cuidado de si, pois não é possível uma prática de governabilidade (isto é, cuidados de um sujeito para com os outros) se não houver anterior a ela o cuidado de si, ou seja, para governar a outros (regular suas condutas, imputar-lhes suas leis, conduzir seus comportamento, autorizar suas práticas etc) é necessário governar a si. Mas o que exatamente podemos entender por cuidado de si? Quais implicações essa expressão carrega? Que tipos de práticas podem efetivar num sujeito a evidência de um cuidado consigo mesmo? Foucault (1985, p. 50) é explícito:

Por essa expressão é preciso entender que o princípio do cuidado de si adquiriu um alcance bastante geral: o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é em todo o caso um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes; ele também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas: **ele constitui assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições**; ele proporcionou, enfim, um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber. (GRIFOS NOSSOS).

O cuidado de si é o lugar de onde parte um sujeito em busca dos outros, por isso “as relações interindividuais” no pensamento do autor; é o limite da subjetividade que irá romper com as fronteiras do indivíduo, e por isso “as trocas e a comunicação”; e é ainda a caça de prazeres alcançados somente nos lugares exteriores, isto é, prazeres proporcionados por outros indivíduos. O mito de Artêmis, que representa para nós a alteridade bárbara, mostra a divisão do sujeito em duas funções distintas: de coletor e de caçador, nestes termos, a coleta é o cuidado de si por meio de determinadas práticas antes da caçada e do encontro com o outro. Assim, no momento da colheita, isto é, o cuidado de si, é o momento que precede a prática da caçada, mas não devemos confundir a prática da cultura de si como reclusão simples. Ela, a prática, pressupõe um exame de si, um retorno ao passado, leituras, anotações das leituras, leitura das anotações, anotações sobre as anotações e todos os cuidados espirituais e/ou intelectuais que o sujeito deve ter consigo mesmo; há também a necessidade de se cultivar a prática da cultura física, isto é, quando falamos de cuidado de si, não devemos nos limitar apenas aos cuidados com a “alma”, mas devemos valorizar também o corpo. Por exata perspectiva, Foucault reconhece que, às vezes,

no exercício do cuidado de si, **faz-se apelo a um outro**, o qual adivinha-se que possui a aptidão para dirigir e para aconselhar, faz-se uso de um direito; e é um dever que se realiza quando **se proporciona ajuda a um outro** ou quando se recebe com gratidão as lições que ele [o outro] pode dar. [...] Acontece também do jogo entre os cuidados de si e a ajuda do outro inserir-se em relações preexistentes às quais ele dá uma nova colaboração e um calor maior. [...] O cuidado de si aparece, portanto, intrinsecamente ligado a um “serviço de alma” que comporta a possibilidade de um jogo de trocas com o outro e de um sistema de obrigações recíprocas. (GRIFOS NOSSOS)

Foucault (1985, p. 58-59)

A cultura de si impõe a necessidade de sair de si mesmo e ir à procura daqueles que possuem as habilidades necessárias para a compreensão do desejo absoluto que o sujeito experimenta, buscar seus conselhos, sua experiência, tornar-se outro por meio da imagem alheia sem que de fato esse outro se torne um ‘eu-para-mim’, pois ainda é um ‘outro-para-mim’, sem, contudo atribuir a isto uma acepção negativa. No pensamento anterior do filósofo francês, fica claro que a busca é algo positivo, porque instala entre dois sujeitos uma relação colaborativa e traz o bônus adicional de proporcionar ao sujeito um “calor maior”, concluímos com isso que a alteridade bárbara, a da procura pelo outro, é um processo evidenciador de afetividades, não as afetividades desinteressadas, mas que implicam em “trocas e obrigações”.

A prática que se menciona aqui, a alteridade bárbara, é ao mesmo tempo pessoal, individual e social. Os exteriores são freqüentemente invocados, buscados, requisitados, porque essa prática implica em que

o sujeito se constitua face a si próprio, não como um simples indivíduo imperfeito, ignorante e que tem necessidade de ser corrigido, formado e instruído, mas sim como indivíduo que sofre de certos males e que deve fazê-los cuidar, seja por si mesmo, ou por alguém que para isso tem competência. Cada um deve descobrir seu estado de necessidade, e que lhe é necessário receber medicação e socorro.

Foucault (1985, p. 62-63)

O casamento é um exemplo de como a procura pelo outro revela o estado de necessidade de um sujeito. Definido como “uma união livremente consentida entre dois parceiros cuja desigualdade se atenua até certo ponto sem, contudo, desaparecer” (FOUCAULT, 1985, p. 82), é através do casamento que a busca pelo outro se torna mais evidente. O casamento é um sistema de procura constante, de encontro, de deveres, de obrigações compartilhados, que não deve ser entendido apenas como uma relação interpessoal, pois “o casamento passaria a ser mais geral enquanto prática, mais público enquanto instituição, mais privado enquanto modo de existência, mais forte para ligar

cônjuges e, portanto, mais eficaz para isolar o casal no campo das outras relações sociais” (FOUCAULT, 1985, p. 84).

Assim, a alteridade bárbara passa pela constituição do sujeito em sua individualidade (o cuidado de si) antes de partir em busca de complementação no outro através dos prazeres, das trocas e das obrigações mútuas. O fato é que o outro está sempre aí na fenda subjetiva, nos lugares em que o sujeito se diz sujeito e se faz por meio de suas práticas individuais e sociais de forma que, seja qual for a perspectiva sob a qual abordamos um sujeito, olhar para um sujeito é olhar sempre para um outro que o acompanha.

2.1.5 No país dos outros: alteridades e heterogeneidades

É certo que o discurso é a condição de existência do sujeito enquanto “ser de fala”. É igualmente certo que o discurso é povoado de e por práticas alteritárias, práticas estas que são, às vezes, mostradas na linearidade discursiva (como o discurso direto, a citação, a alusão etc.) e, por vezes, são veladas, escondidas, mascaradas (pouco importa o termo) num processo de apagamento da alteridade “natural” de todos os discursos, estrategicamente colocadas para restaurar o Um do discurso (no sentido de dizer “Um”, como “uma voz que fala” ou “um sentido que se instaura no discurso em função das contingências contextuais” etc.), seja como for, a alteridade “natural” dos discursos deságua em uma constituição discursiva heterogênea estruturante do sujeito que fala e do próprio discurso. Em outras palavras, a alteridade é o ponto discursivo no qual ocorre uma dupla clivagem: a primeira do próprio discurso com os exteriores discursivos, e, a segunda, do discurso com o sujeito que enuncia. A natureza desse ponto alteritário agenciador de heterogeneidades enunciativas fica na zona de contato do Um com o não-Um cuja análise consiste em “localizar um ponto de heterogeneidade e circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença ao resto da cadeia, à homogeneidade ou a unicidade da língua, do discurso, do sentido etc” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 31).

As alteridades possíveis, aquelas das quais falamos anteriormente – extrema, próxima e bárbara –, implica em um continuum de heterogeneidades²⁶ presentes nos discursos por razões distintas e são, às vezes, conscientes, às vezes, inconscientes e frutos do interdiscurso e do já dito presente na memória discursiva. Este ponto de contato do Um com o não-Um

mostra as marcas de distâncias num discurso [...], de um lado pelos pontos escolhidos para colocar explicitamente fronteiras, limites, demarcações – quer dizer, **de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir** – de outro lado, **pelo tipo de relação que aí se joga com o outro**, relação explicitada pelas glosas ou interpretável pelo contexto: há diferenciações que revelam o preciosismo cúmplice de um discurso com seus exteriores, do esforço de um discurso teórico, por exemplo, para ultrapassar a tecedura dos discursos pré-existentes na qual ele é tomado e na qual ele se faz, da marcação de posição de afrontamento polêmico, e de uma “luta pela vida” quando o que se joga na zona de contato não é da ordem da discussão, por mais violenta que seja, mas do direito à existência para um dos dois apenas, caso extremo da solidariedade constitutiva de um discurso em relação ao outro. [GRIFOS NOSSOS]

Authier-Revuz (1990, p. 31)

Assim, na cadeia do discurso onde o outro reina absoluto, por mais que o sujeito o apague, há sempre um outro do qual é preciso se defender (a alteridade extrema da máscara monstruosa da Górgona), pois sua presença e reconhecimento ameaçam a unicidade subjetiva, desafia a “ferida narcísica” de todo ser falante que existe na ilusão de ser centro e senhor de sua fala, dono absoluto de seu pensamento, possuidor totalitário de seu discurso, quando na realidade não passa de um suporte apenas, de um porta-voz de inúmeros outros sujeitos falantes habitantes de seu discurso. Há a “luta pela vida” do discurso que não se sustenta se o outro se sustentar, ponto de polêmicas, de desafios discursivos, de incompatibilidades (é a alteridade próxima que incita ao debate, que evoca a contenda, a altercação), pois a mola que move o mundo, os sujeitos e seus discursos é o

²⁶ Sobre este continuum trataremos na segunda parte deste trabalho, mas podemos antecipar que se refere tanto aos tipos heterogeneidades (das mais explicitamente marcadas às não-marcadas) quanto ao grau lingüístico de sua expressão, isto é, as formas que são tipicamente metaenunciativas, com verbos dizer, até as que são mais interpretativas, como a alusão, cuja presença do outro (extremo, próximo ou bárbaro) só é detectável a partir de noções exteriores ao discurso em questão.

conflito intersubjetivo. E há o outro a quem recorrer para se constituir, nas armadilhas alteritárias, na assimilação subjetiva, na fragmentação da existência do Eu que assume diferentes funções em meio aos corredores discursivos para fazer ouvir sua voz, para fazer aparecer sua subjetividade, para fazer valer sua presença discursiva como ponto de encontro entre “os vários Eus que me constituem um Eu”.

Destes outros que por aí vão num ato enunciativo – presenças de alteridades diversas em perspectiva trinária – surgem as heterogeneidades como filhas órfãs de pai, isto é, aquelas que estão por si mesmas colocadas na ordem do discurso, num ponto localmente observável, como instrumento divisor de fronteiras, mas residentes das pluralidades e lingüisticamente comensuráveis nas raias do discurso.

Assim, a alteridade extrema corresponde a certas formas lingüísticas de NCD, sobretudo aquelas que são interpretáveis do ponto de vista de uma transferência, no sentido psicanalítico, entre um sujeito-enunciador e outro, e àquelas fórmulas de NCD que remetem ao equívoco languageiro no qual o sujeito está mergulhado; a alteridade próxima corresponde às formas de NCD que expressam presenças estrangeiras no discurso e que são mais lingüisticamente marcadas, lugares em que o outro é evidenciado e que conjuram o não-Um de forma mais explícita; por fim, à alteridade bárbara, justamente por sua variedade de funções exercidas pelo sujeito a partir dessa projeção teórica, corresponde, por um lado, a determinadas formas de NCD que anunciam o Um realizado, motivado por um desejo pessoal do sujeito-enunciador, por meio de uma fórmula lingüística que exprime uma “coincidência” do enunciador com o seu dizer, ou também uma “coincidência” da palavra com a coisa referida, ou ainda expressam a adequação visada pelo enunciador que se coloca entre o limite do dizer e do não-dizer (ou a indecisão do enunciador entre duas palavras para fazer justiça ao seu pensamento) e, por outro lado, a alteridade bárbara corresponde ainda a uma conjuração do não-Um, motivado por inúmeras falhas na nomeação por meio de modalidades suspensivas da enunciação, anuladoras do dizer e/ou reveladoras de imperfeição na prática languageira²⁷.

²⁷ As fórmulas lingüísticas a que nos referimos neste parágrafo e que constituem o cerne de toda a nossa pesquisa serão mais bem examinadas a partir dos inventários propostos por Authier-Revuz (1998) na segunda parte de nosso trabalho, o objetivo de mencioná-las aqui de forma tão superficial é somente para esclarecer

2.2 A problemática do sujeito

A subjetividade, desde que o movimento Estruturalista optou por abandonar as especulações filosóficas, foi banida das reflexões nos discursos das ciências. No auge do Estruturalismo, na década de 1960, quando a Lingüística já era de fato reconhecida por seu estatuto científico e suas preocupações estavam direcionadas para a descrição do sistema caracterizando-o como independente, socialmente constituído e autônomo a qualquer exterior, a problemática do sujeito de linguagem se instaurava de maneira incômoda, como se, para usar uma expressão psicanalítica, o objeto recalcado insistisse em retornar à superfície, num processo de irrupção do recalque-originário à cadeia significante. Até mesmo nas pesquisas antropológicas cujo centro investigativo é o homem, mesmo aí, não havia sujeito, há “objetos de investigação” e o pesquisar também não se constitui sujeito, pois se assim o fosse comprometeria a objetividade da investigação e, conseqüentemente, a qualidade dos resultados. A própria noção de estrutura parecia ser incompatível com a noção de subjetividade, pois não há espaço para um sujeito numa estrutura, seja ela qual for. Por outro lado, a noção de subjetividade ameaçava a autonomia da estrutura. Em outros termos, postular a existência de um sistema autônomo, uma abstração social que paira acima de todos e de qualquer um indivíduo e, a seguir, reconhecer a existência de um sujeito que manipula este sistema motivado por quaisquer razões e o impregna com sua expressividade coloca em xeque o axioma teórico construído em nome da delimitação do objeto. Assim, não há sujeito, pelo menos não um que caiba nas investigações que tomam a estrutura como princípio fundamental.

Não obstante, a ruptura sempre foi a condição da regularidade, isto é, a continuidade de um discurso científico se sustenta sob a dispersão de suas abordagens e, num movimento de abertura, alguns teóricos, cuja efervescência e impacto de seus desenvolvimentos intelectuais se dão justamente neste auge estruturalista, postulam a convivência teórica e a abordagem metodológica dos conceitos de estrutura e de sujeito/subjetividade como passíveis de simultaneidades. Entre estes, descaram-se Michel

sua relação com as alteridades uma vez que consideramos esse conceito como genealogicamente relacionado à noção de HE.

Pêcheux e Michel Foucault, abordando a língua enquanto sistema, mas garantido um lugar de relevo para a investigação subjetiva, sobretudo na corrente de pensamento que ficaria conhecida entre nós como Análise de Discurso; Jacques Derrida, cujo trabalho é de um verdadeiro filósofo abordando o mundo em sua inteireza e cuja riqueza temática lhe confere, com justeza, o título de pensador; e Jacques Lacan, na Psicanálise, que assume em sua totalidade a noção de estrutura e desenvolve, sem medo, o conceito de sujeito/subjetividade dentro da estrutura, inclusive formalizando seus conceitos em vários matemas, gráficos, modelos etc. Esses pensadores, entre outros, iniciam um processo de revisão no discurso da ciência da linguagem (com as devidas ressalvas de que os objetivos que cada um escolheu para si nem sempre [ou quase nunca] eram os mesmos) cujos princípios metodológicos e resultados de suas pesquisas são por nós conhecidos como o movimento *Pós-estruturalista*; é com base nesses princípios metodológicos do pós-estruturalismo que as noções de sujeito e subjetividade serão trabalhadas mantendo-se a integridade estrutural do sistema num movimento lingüístico conhecido hoje por neo-estruturalismo, lugar de discurso científico da linguagem onde encontramos as HE.

Mas o que significa *ser sujeito* no quadro de descrição e interpretação das HE? Como alguém, isto é, um indivíduo falante, ser de linguagem, *se torna sujeito*? Quais são as condições responsáveis pelo sucesso ou fracasso no processo de *tornar-se sujeito*? Quem ou o que é o sujeito das HE? Estas são, dizendo como Derrida (2001, p. 81), “perguntas para as quais não ousamos oferecer respostas, pois não as temos nenhuma, mas, igualmente, são daquelas que não tememos fazer e fazendo-as não tememos refletir sobre elas”.

O sujeito das HE não é o sujeito discursivo da AD. O sujeito da AD é uma *posição-sujeito* (a definição de Foucault de *função-sujeito* social é influência flagrante na elaboração deste conceito pelos analistas de discurso), isto é, um lugar discursivo a partir do qual o enunciador elabora e torna público o seu discurso, projetando-se no mundo exterior a partir de seu mundo interior, marcado por sua história e experiências individuais (cf. ORLANDI, 2005, pp. 99-108). Esta posição-sujeito é tomada a partir da noção de que sujeito e sentido se constituem em história, língua e ideologia, lugar em que as interpelações ocorrem e, por isso, provocam transgressões e constrangimentos. No

sentido da AD, ser sujeito é, inapelavelmente, submeter-se²⁸, ser interpelado pela história – individual e coletiva – que emerge na superficialidade discursiva por meio da ideologia, é uma posição irremediavelmente social. Assumir uma posição-sujeito num ato de discurso é assumir-se sujeito em uma comunidade discursiva²⁹ cujas constelações de enunciados são reconhecíveis no interior discursivo e estas convergem para grandes planos temáticos detectáveis (o discurso da história, do marxismo, da fé, do cristianismo, do anti-semitismo, do nazismo etc). Não é esse sujeito que abordamos quando o procuramos nas HE, embora seja possível perceber algumas aproximações. Voltaremos a isso adiante.

O sujeito das HE não é o sujeito da Psicanálise. O discurso psicanalítico sobre a subjetividade é marcante na teorização do quadro de investigação das HE, sobretudo aquela Psicanálise freudo-lacaniana dissemina por meio de Lacan em seus seminários. Em Lacan, o sujeito é uma suposição (cf. LACAN, 2007, entre outros), isto é, nós supomos que existe uma maneira específica de ser sujeito e que nós mesmos o somos³⁰. Mas o sujeito em Lacan não é o indivíduo, antes é uma construção paulatina que se concretizará ao longo da vida no indivíduo por meio dos outros desde sua infância até a sua morte, nunca ficando completo³¹. Assim, o sujeito se constitui a partir do exterior, lingüisticamente estruturado pelos outros numa imagem especular, introduzido, lentamente, na ordem simbólica por meio da qual ele se organiza e internaliza a imagem que tem de si. No entanto, esse sujeito assim constituído é consciente e, para Lacan (2007, p. 221) é o *falso-ser*, pois “penso onde não sou e sou onde não penso”. Numa primeira abordagem lacaniana o sujeito é uma

²⁸ Embora a noção de *assujeitamento* do sujeito não seja mais utilizada hoje em dia, os analistas do discurso reconhecem que existe uma submissão subjetiva na medida em que o enunciador precisa adequar-se a inúmeras contingências imediatas que irrompem em seu discurso e a partir de seu exterior, daí a afirmação de que o sujeito da AD é, ainda, submetido, mas submetido não significa submisso e, por isso, é possível perceber-se algumas transgressões no fio discursivo (Cf. COURTINE, 2005, 2006; MALDIDIER, 2003; INDURSKY, 1997; GREGOLIN, 2006; entre outros).

²⁹ Este conceito será abordado na sequência.

³⁰ Lacan exemplifica essa suposição quando, na análise, o falante enuncia “Eu penso que sou...”, “Eu me considero uma pessoa...” etc.

³¹ Para Lacan, à medida que a criança vai recebendo dos pais, professores e outras pessoas com quem ela tem contato, por meio da linguagem, imagens como “você é uma filha modelo”, “um aluno exemplar”, “uma menina linda”, “um excelente profissional” ou, por outro lado, “um filho rebelde”, “um aluno desleixado”, “um incompetente” etc, o indivíduo vai internalizando essas imagens provindas dos outros e passa a assumi-las como sendo o seu verdadeiro Eu, imagens essas que podem aparecer ao indivíduo inclusive na hora da morte, nisso consiste, em parte, o processo de transferência. (Cf. LACAN, 1992).

imagem projeta no espelho e verbalizada pelo outro que, ao longo do tempo, vai se acumulando a outras imagens para formar o “eu”.

O sujeito da Psicanálise não é o sujeito do enunciado: na busca de encontrar um conceito satisfatório de sujeito, Lacan mergulha no pensamento lingüístico e conclui que o sujeito do enunciado, aquele sujeito formal da oração gramatical não pode representar o verdadeiro sujeito. Para ele, em sua língua francesa cuja presença da dêixis pessoal é obrigatória, o sujeito do enunciado é somente um substituto do sujeito verdadeiro, um lugar-tenente que lhe serve de suplente, não sendo possível chegar-se ao sujeito verdadeiro por meio da análise do sujeito do enunciado (cf. DOR, 2003; FINK, 1998); este sujeito é o elemento do enunciado (frase gramatical) que identifica num discurso uma imagem apenas ideal do sujeito, aquela consciente e justamente por isso, no entendimento de Lacan, falsa (ver nota 16, na página anterior), pois o sujeito verdadeiro não aparece de forma explícita naquilo que é dito.

Não obstante, apesar de não aparecer de forma explícita no dito, é possível detectarmos na cadeia falada determinadas expressões lingüísticas que exprimem desejo, hesitação, temor, ambigüidade, incerteza etc, e são estas expressões que revelam o sujeito verdadeiro, um sujeito em cuja enunciação aparece, mas “como que sugerindo que o falante está negando a própria coisa que afirma, temendo a coisa em si que afirma desejar, ou desejando a própria coisa que parece temer” (FINK, 1998, p. 59-60). Este sujeito é uma “outra instância” enunciativa que aproveita e se beneficia dos lapsos gramaticais, das transgressões de sentidos, porque

Este sujeito não tem existência além de um furo no discurso. O sujeito do inconsciente manifesta-se no cotidiano como uma irrupção transitória de algo estranho ou extrínseco. Em termos temporais, o sujeito aparece apenas como uma pulsação, um impulso ou interrupção ocasional que imediatamente se desvanece ou se apaga, “expressando-se”, dessa maneira, por meio do significante. [...] É aquele que interrompe o fluxo normal dos acontecimentos discursivos. [GRIFOS DO AUTOR]

Fink (1998, p. 63)

O sujeito verdadeiro, em Lacan, é sujeito da enunciação, isto é, o sujeito do inconsciente: um sujeito que *diz* e *não-diz* ao mesmo tempo, um sujeito dividido, a favor e contra, que é transitório no fio discursivo e, por isso, não tem existência constante e duradoura só aparecendo quando a ocasião lingüística, gramatical, contextual ou discursiva é favorável. Este sujeito da enunciação *diz* o que tem a dizer e desaparece, evaporando-se no próprio ato enunciativo e no conteúdo enunciado, permanecendo somente o tempo necessário de (se)enunciar. Outra característica é que este sujeito é barrado pela ordem simbólica da linguagem, alienado dentro do inconsciente (dentro do Outro) e, por essa razão matematizado por Lacan por meio do signo $\$$, permanecendo de seu ato de enunciação somente o significante que o evidencia, aquele que Lacan chamou de S_1 , isto é, significante primordial, justamente porque é o significante que evidencia o sujeito da enunciação³². Dessa forma, o sujeito não é o ser pensante que se supunha no pensamento cartesiano. Em Descartes, *pensar* é igual a *ser* que é igual a *sujeito*, havendo um ponto de convergência em que pensamento e existência coincidem formando o sujeito³³:

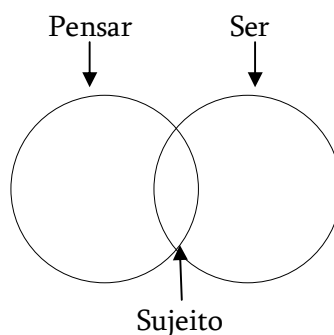


Figura 01:

O sujeito cartesiano: confluência do pensar com o ser.

Por esta perspectiva, o sujeito é abordado sob a ótica do sujeito-origem e fonte de todo o sentido, é o sujeito consciente das abordagens psicológicas, o sujeito das abordagens

³² Lacan trata desse tema em vários de seus seminários. Aqui nos baseamos em *O Seminário, livro 8: a transferência* (1992), *O Seminário, livro 3: as psicoses* (2002), e *O Seminário, livro 23: o sintoma* (2007), este último recém-publicado pela Jorge Zahar Editor.

³³ As figuras aqui apresentadas são tomadas de empréstimo a Fink (1998).

que, ao modo de uma “ultrapassagem do estruturalismo” em relação à lingüística estrutural, pensam esse encontro [de exteriores teóricos na descrição da enunciação] através de uma mudança do objeto, negando ou diluindo a língua como “ordem própria” em proveito de um objeto outro, vindo de outros campos: aqui pode estar Bourdieu, que recusa o conceito de língua em proveito de um “todo social” que exerce suas “causas” no setor da linguagem como em todos os outros setores da atividade humana; esta é, de modo geral, a perspectiva “comunicacional” que “funde” a língua em um objeto interdisciplinar global, para o qual as categorias de base são da ordem da “troca”. [...] Se, com efeito, apoiamonos, explícita ou implicitamente [...], em um sujeito-fonte intencional do sentido que ele exprime através de uma língua instrumento de comunicação [...] então é coerente considerar que o enunciador está em condições de (se) representar sua enunciação e o sentido que nela se “produz”, e que talvez lhe seja transparente, acessível. [...] [Neste caso,] O desdobramento metaenunciativo [ou seja, as HE] aparecerá, então, como uma forma manifesta do controle funcional exercido pelo enunciador, a partir de sua intencionalidade, sobre a maquinaria comunicacional, e se integrará particularmente bem às abordagens da enunciação como teatro, encenação, jogo de máscaras, de imagens e de papéis, para os sujeitos que se desdobram em uma relação interativa com o outro. [ASPAS DA AUTORA]

Authier-Revuz (1998, p. 183; 185)

Como se pode notar, Authier-Revuz não só reconhece a possibilidade de abordagem de pesquisa que tome por pressuposto o sujeito-origem do sentido, como descreve as direções que uma análise das HE por esta perspectiva devem tomar. Contudo, reconhecidamente, esta não é sua opção teórico-metodológica que se volta para um outro tipo de noção subjetiva. A proposta de uma abordagem pela ótica do sujeito-fonte intencional do sentido é próxima dos postulados teóricos de Ducrot (2004) que coloca a enunciação “como teatro, encenação, jogo de máscaras, de imagens e de papéis, para os sujeitos que se desdobram em uma relação interativa com o outro”, de forma que mencionamos este tipo de sujeito aqui somente para fazer justiça à sua presença no texto fundador das HE, presença que legitima a opção teórica de considerar o sujeito senhor de seu dizer, mas, para os objetivos da autora, aos quais nos filiamos, o sujeito-origem do sentido não é o sujeito das HE.

Este sujeito cartesiano consciente e origem do sentido não é o sujeito lacaniano e tampouco é o sujeito das HE, como mencionado acima. Em Lacan, *ser* e *pensar* não podem coincidir formando o sujeito, antes o sujeito deve, necessariamente, escolher entre um ou outro. O gráfico da figura 01 ganha nova dimensão em Lacan:

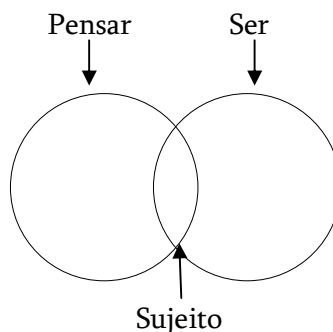


Figura 02:

O sujeito lacaniano: escolha entre *ser* e *pensar*.

Este sujeito é antes de qualquer coisa dividido entre o “falso-ser”, o consciente, cujo pensamento é somente a legitimação da imagem que os outros projetam nele, e o inconsciente, aquele que nega, pois o sujeito *ou não pensa ou não é*. Segundo Fink (1998, p. 67):

O sujeito não é senão essa própria divisão. A própria variedade de expressões como “sujeito fendido”, “sujeito dividido” ou “sujeito barrado” cunhadas por Lacan – todas escritas com o mesmo símbolo [...] – consiste inteiramente no fato de que as duas “partes” ou avatares de um ser falante não têm nenhum traço em comum: elas estão separadas de forma radical (o eu ou falso ser exige uma negação dos pensamentos inconscientes, o pensamento inconsciente sem nenhuma preocupação que seja com a opinião positiva do eu sobre si mesmo. [...]) A clivagem do Eu em eu (falso eu) e inconsciente gera uma superfície num certo sentido com dois lados: um que é exposto e um que é escondido. Embora os dois lados possam não ser constituídos, em essência, de materiais radicalmente diferentes – lingüísticos por natureza – em qualquer ponto ao longo da superfície há uma frente e um verso, uma face visível e uma invisível. [...] Existe uma clivagem válida pelo menos no local entre a frente e o verso, entre o consciente e o inconsciente. [ITÁLICO E ASPAS DO AUTOR]

É com base nessa definição de sujeito, carregado de operadores conceituais, que Authier-Revuz (1998, p. 186-187) fez sua escolha teórico-metodológica, especificando que

Podemos nos apoiar em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer [...] em um sujeito produzido na linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente -, quer dizer, onde o sujeito, efeito de linguagem, advém dividido, na forma de uma não-coincidência consigo mesmo, um sujeito radicalmente separado de uma parte de si mesmo, marcado, como diz Lacan, por uma “heteronomia radical da qual Freud constatou no homem a ferida”, [...] um sujeito dividido-descentrado (sob a ação de um Outro radical, de um heterogêneo absoluto) [...]. Apoiados assim, consideraremos que o dizer não poderá ser transparente ao enunciador de quem ele escapa, irrepresentável, em sua dupla determinação pelo inconsciente e pelo interdiscurso: nesse caso, **impõe-se a necessidade de se repensar – de um outro modo do que um simples reflexo – o estatuto dos fatos, observáveis, de auto-representação.** [GRIFOS NOSSOS]

Porém, apesar de termos, enfim, chegado à definição de sujeito realizada por Authier-Revuz, queremos crer que o sujeito da Psicanálise não é o sujeito das HE, antes, este sujeito deve ser pensado a partir do ensino psicanalítico de Lacan, mas não exatamente igual a sua proposta de sujeito.

O sujeito das HE é, os dados poderão comprovar, um sujeito afetivo-institucional, sujeito organizador de fendas enunciativas e agenciador de práticas discursivas. O sujeito da heterogeneidade é um sujeito suposto saber, não no sentido estritamente lacaniano para quem a expressão representa, entre outras coisas, o processo de transferência que ocorre na análise e a representação consciente do falso ser, isto é, do falso eu, mas, nas HE, consideraremos que o sujeito suposto saber representa uma instância enunciativa na qual o sujeito é uma suposição necessária, uma pressuposição advinda do reconhecimento do heterogêneo na cadeia estrutural da ordem simbólica da linguagem, assim como do heterogêneo dos sentidos e das significações, elementos, ao mesmo tempo, estruturantes do sujeito que emergem da e na própria estrutura, e, por um lado, estruturados pelo sujeito na mesma estrutura que lhe confere forma.

2.3 Comunidade Discursiva: formações ideológicas e formações discursivas

Definimos ‘discurso’ dizendo que é uma dispersão de textos e dissemos que ‘texto’ é uma dispersão de sujeitos. Frequentemente ouvimos falar em certos domínios que abrigam determinados discursos, chamados por Marcuschi (2004) de ‘domínios discursivos’; esses domínios discursivos acolhem determinados discursos que são colocados sob suas rubricas por critérios fugidios: ora se considera a temática, ora se considera a estrutura, ora se considera a função, ora se considera o suporte, ora se considera a modalidade na qual o discurso se manifesta, ora se considera tudo isso junto. Daí ouvimos falar em discurso político, discurso religioso, discurso acadêmico, discurso publicitário etc, constituindo certos invólucros para o que nos parece ser mais apropriado considerar como um hiperdiscurso — termo que designa os vários discursos de mesma temática, mesma estrutura, mesma função etc — que constituiria uma determinada comunidade discursiva (CD).

As CDs se constituem por práticas sociais, autorizadas por instituições também sociais. São as CDs que regulam os dizeres presentificados nos discursos que são proferidos por seus membros; são elas também que determinam as condições de produção dos discursos englobando os sujeitos e a situação discursiva imediata. As CDs também se relacionam intimamente com a memória discursiva, bem como se relacionam também com o contexto sócio-histórico e ideológico, de forma que a interdiscursividade está no centro da constituição de uma comunidade discursiva dada.

Assim definida, uma CD caracteriza-se pelas formações ideológicas (FIId) e pelas formações discursivas (FD) que atravessam os discursos, pela interdiscursividade e pelo interdiscurso, pela dialogismo e pela polifonia, bem como pelas relações de poder que interferem na produção dos discursos e regulamentam quem pode dizer o quê a quem e quando. Numa comunidade discursiva dada, impera a potência discursiva de “uma voz sem nome” (FOUCAULT, 2006, p. 5) que reafirma incessantemente:

É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam — estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse.

(FOUCAULT, 2006, p. 6)

Em primeiro lugar, é preciso definir em que sentido se toma a noção de FId, buscando compreender que tipo de ideologia está aí manifestada e representada que afeta os discursos e os dizeres.

O termo ideologia já foi tomado sob os mais diversos significados, pelas mais variadas correntes de pensamento. Em Marx, ‘ideologia’ tem uma carga semântica negativa, posto que é a ideologia que cria no homem uma visão ilusória da realidade provocando uma inversão da verdade, mascarando os fatos sociais e maquiando as desigualdades existentes na sociedade. Althusser (1985) aproveita essa noção para explicar as relações que ocorre na sociedade, afirmando que existem certos “aparelhos ideológicos de estado” encarregados de manter a ordem social e o domínio das classes privilegiadas. Esse domínio será, nessa visão, exercido através dos discursos que perpetuam a ordem vigente levando os sujeitos ao conformismo e a reprodução mecânica das idéias.

Já Bakhtin e seu Círculo Lingüístico tomam o termo ‘ideologia’ com uma outra acepção. Para eles, “Ideologia é [...] o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais, [...] e ideológico — entenda-se bem — é o conjunto dos produtos da cultura dita imaterial” (FARACO, 2003, p. 46; 47). Assim, o termo perde seu aspecto semântico mais negativo e é reabilitado pela política lingüística de Bakhtin com um sentido de “expressão valorativa”, “postura axiológica” emitida através dos signos lingüísticos num momento efetivo de enunciação, no ato de comunicação, posto que o signo lingüístico em Bakhtin só existe enquanto signo ideológico, contaminado pela história sócio-cultural do sujeito que se apropria dele num momento de discurso:

Pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como *palavra do outro* pertencentes aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra *minha*, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. [...] A palavra expressa o juízo de valor de um homem individual (aquele cuja palavra serve de norma: o homem de ação, o escritor, o cientista, o pai, a mãe, o amigo, o mestre, etc.) e apresenta-se como um aglomerado de enunciados.

(BAKHTIN, 2000, p. 313)

A partir do conceito de ideologia, o conceito de FId será trazido por Pêcheux para o quadro teórico-metodológico-interpretativo da AD. As FIds dizem respeito ao conjunto de idéias explícitas e implícitas que entram em funcionamento no ato discursivo, esta noção é solidária à noção de FD, posto que “a formação ideológica tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas” (BRADÃO, 2000, p. 38). Por sua vez, FD foi empregada pela primeira vez por Foucault (1997) para designar o conjunto de regras que governam um discurso dado, sendo preciso considerar também que

no caso que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* — [...] as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva.

(FOUCAULT, 1997, p. 43-44, grifo do autor)

Uma FD é, portanto, o elemento teórico que caracteriza uma comunidade discursiva, é o elemento que coloca em funcionamento a memória do grupo social que assume determinado discurso no jogo de repetição e de renovação dos dizeres, determinando a existência dos discursos. A aproximação entre FD e memória se concretizará na AD com Pêcheux que passará a considerar que a FD tem estreita relação

com os termos dos enunciados, determinando que uma palavra muda de sentido conforme migre de uma FD para outra, demonstrando o efeito de sentido empreendido pelo jogo mnemônico-discursivo.

A interdiscursividade, elemento teórico abstrato constitutivo do discurso que se realiza materialmente por intermédio do interdiscurso, afeta uma FD dada na medida em que é constituída de outros dizeres assumidos por outros sujeitos em outros lugares discursivos, que podem ser outra teoria, outra época, outro estilo etc. Afetada também pelo dialogismo — outra entidade abstrata dos discursos que se materializa textualmente através da polifonia — uma FD pode conter elementos contraditórios entre si na medida em que o as vozes sociais podem ser conflitantes. Essas vozes sociais (= polifonia) estão em constante duelo ideológico na mesma FD posto que os sujeitos-enunciadores renovam o *já-dito* quando assumem, interpretam, questionam, negam etc; a polifonia se revela (e se materializa) também nos silêncios, nos apagamentos inconscientes ou deliberados que cada ato discursivo contém. Por fim, um FD é afetada, especialmente, pelas relações de poder que estão em jogo na comunidade discursiva demarcando os limites do discurso — o que exterior ou interior a ele —, limitando os dizeres, os sentidos, as possibilidades de interpretação — através de fixação de sentido, de redução contextual, de desvio do equívoco linguageiro — (re)afirmando a ordem do discurso, sua linearidade enunciativa e sua dispersão social.

2.4 Ethos e discurso: da imagem de si às formações imaginárias

Tomado como prática social, instrumento de interação viva entre sujeitos, o discurso — oral ou escrito, planejado ou de improviso, formal ou cotidiano, tenso ou descontraído — sustenta através de si uma imagem do sujeito-enunciador que o profere, que o assume. Amossy (2005, p. 9) sublinha que

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si.

A idéia de imagem do locutor no discurso não é nova. Remete à Grécia clássica quando Aristóteles (1981) trata da retórica e da oratória, como a arte de bem falar. *A arte retórica*, de Aristóteles dá conta de que o discurso deve ser composto de três elementos solidários entre si e indissociáveis: o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Sem entrar nas minúcias conceituais, digamos apenas que, pela perspectiva aristotélica, *pathos* remete à parte argumentativa do discurso que opera com a emoção, através da qual o orador mobiliza a paixão do auditório a seu favor; *logos* diz respeito ao conhecimento demonstrado pelo orador no discurso, é a parte que cabe à razão e à lógica; e o *ethos* figura como a imagem que o orador faz de si: uma imagem de sapiência, ou de benevolência, ou de humildade, ou de autoridade etc. O discurso assim tem como componentes a ordem lógica do discurso, o encadeamento das idéias, a mobilização das emoções do auditório e a imagem que o locutor faz de si, que necessariamente não tem haver com a realidade posto ser apenas uma imagem criada com um objetivo específico: fazer valer a tese que é defendida através do discurso.

O conceito de *ethos* já foi reformulado por inúmeras correntes de pensamento e tomado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento sob aspectos que nem sempre coincidem (*cf.* AMOSSY, 2005). Não obstante, para nossos interesses imediatos, sustentaremos que *ethos* é uma imagem construída pelo sujeito-enunciador através dos discursos para representar a si ao mesmo tempo em que representa para si o outro. Entendendo que

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto de discurso e assim por diante.

(ORLANDI, 2000, p. 40)

O *ethos* é assim a matéria da qual são construídas nos discursos as formações imaginárias que jogam com as relações que se estabelecem entre os sujeitos-enunciadores no interior da comunidade discursiva, numa dialética de constantes respostas. Tomando a noção numa perspectiva psicanalítica, falaremos como Lacan (1998, p. 223) que nos explica que os discursos

são caracterizados pela relação que aí se estabelece com um outro absoluto, quer dizer, com um outro para além da intersubjetividade. É muito especialmente no plano imaginário que este para além da relação intersubjetiva é atingido. [...] O sujeito passa para além desta vidraça onde sempre vê, amalgamada, sua própria imagem.

A imagem de si, construída por meio dos enunciados discursivos, revela como o sujeito-enunciador se vê dentro da comunidade discursiva: se apto a interferir nos discursos já-ditos, se habilitado a interpretá-los, questioná-los; se aceita as interdições convencionais do grupo, se rejeita o que já é colocado como certo pela memória discursiva; se admite, enfim, que “é preciso continuar”. Por meio dessa imagem construída artificialmente pelo discurso

o sujeito é capaz de fazer-se outro, e de chegar a pensar que o outro, sendo um outro ele mesmo, pensa como ele, e que lhe é preciso colocar-se como terceiro, sair do outro que é seu próprio reflexo [...]. O sujeito adota uma posição em espelho que lhe permite adivinhar o comportamento de seu adversário [...] este próprio método já supõe a dimensão da intersubjetividade, em que o sujeito tem de saber que na sua frente tem um outro sujeito, em princípio homogêneo a ele mesmo [...]. Há um primeiro tempo em que suponho o outro sujeito exatamente na mesma posição que eu, pensando o que penso no mesmo momento em que o penso.

(LACAN, 1985, 228)

As FIms implicam então uma íntima relação com a psicanálise, evidenciando um sujeito clivado, posto que é sempre o sujeito do desejo, que se vê no outro, seu interlocutor e que acredita que esse outro possui seus desejos. O sujeito-enunciador que se evidencia através do *ethos* construído no discurso é um sujeito marcado pelo inconsciente.

A investigação das heterogeneidades enunciativas em sua configuração de não-coincidências do dizer requer uma análise que leve em conta a descrição das formas lingüísticas que materializam o fenômeno (empreitada realizada por Authier-Revuz), mas também requisita do analista que se leve em conta (i) as transgressões languageiras (da língua, do discurso, do sujeito e da história), (ii) a regras e as condições de produção da comunidade discursiva (incluindo-se aí sua caracterização por meio das formações ideológicas, discursivas e imaginárias e toda a operatória conceitual que esses conceitos exigem), (iii) os atravessamentos de discursos teóricos (notadamente da psicanálise freudolacanianana) e (iv) a interpretação enunciativa (com a caracterização do sujeito discursivo).

Capítulo 3:

O apelo à Psicanálise

O enunciado, desde o início, elabora-se em função da eventual reação-resposta, a qual é o objeto preciso de sua elaboração [...]. Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal. Logo de início, o locutor espera deles uma resposta, uma compreensão responsiva ativa. Todo enunciado se elabora como que para ir ao encontro dessa resposta.

Mikhail Bakhtin (2000, p. 320)

A proposta estruturalista foi um divisor de águas na produção do conhecimento, não só na perspectivização dos estudos lingüísticos, mas em todo o conjunto que compõe a investigação das ciências humanas. Desse fato decorre outro, igualmente importante nas arqueologias epistemológicas que é o do surgimento da corrente de pensamento designada por ‘pós-estruturalismo’ na qual são abrigados os ensinamentos de M. Foucault, J. Derrida e J. Lacan, para citar apenas três dos nomes mais representativos do movimento.

É sobre os alicerces desse último que o neo-estruturalismo vai assentar suas égides, estabelecendo as mais íntimas relações com o historicismo, com o desconstrucionismo e com o psiquismo com o objetivo de fundar uma análise rígida e coerente dos fenômenos tratados. Trata-se, pois, de um movimento pendular de retorno no qual sejam abandonados os excessos formalistas sem, contudo, comprometer a qualidade sistemática da circunscrição do objeto, numa postura comprometida com a cientificidade ao mesmo tempo em que não se limita ao positivismo clássico.

Na contemporaneidade, é da ciência lingüística, onde o estruturalismo teve maior repercussão, que vemos surgir o maior número de pesquisas dando a seus objetos uma

feição pós e neo-estruturalista. A presente pesquisa faz coro a essa orientação e se coloca entre aqueles que investigam no campo da lingüística da fala que estuda antes de tudo “a atividade de quem fala” (SAUSSURE, 2000, p. 27) posto que “na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas [...], onde a construção da língua está orientada no sentido da enunciação e da fala” (BAKHTIN, 1992, p. 92). Logo, se uma lingüística da fala se preocupa com a atividade do falante, enquanto a lingüística da língua tem um objeto abstrato e social (cf. SAUSSURE, 2000) e esta última, para construir seu estatuto de cientificidade, viu-se obrigada a fazer renúncias e exclusões, é coerente dizer que, no que se refere à primeira, um atravessamento teórico exterior é inevitável posto que reconhece haver fatos lingüísticos que só podem ser descritos recorrendo-se ao sujeito da enunciação.

Num quadro assim delineado, parece desnecessário justificar a presença de um exterior teórico, uma vez que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são palavras de ordem que adquiriram nos últimos tempos *status* de compassos direcionais. Não obstante, mesmo aparecendo como um consenso, é importante nos perguntarmos da necessidade, da natureza e das conseqüências de se tomar uma disciplina exterior numa proposta de análise de fatos lingüísticos.

As coincidências e as não-coincidências do dizer são fenômenos direta e necessariamente ligados ao sujeito da enunciação posto que suas formas representam a atitude desse sujeito frente àquilo que diz, ao modo como diz e à escolha lexical empregada no seu dizer, é, pois, um fenômeno discursivo que não pode deixar de lado os elementos psicanalíticos constitutivos do indivíduo. Porém, cumpre destacar que a psicanálise não aparece no quadro teórico como uma interdisciplinaridade complementando aquilo que falta à lingüística, antes, a psicanálise ‘atravessa’ o discurso teórico do fenômeno.

Aceitar um ‘atravessamento’ negando uma interdisciplinaridade não é pura subversão terminológica. É assumir o risco de sustentar que o discurso teórico da psicanálise entra em cena como constitutivo do fenômeno tratado pensando-se “na afetação de um discurso por outro, configurando o avanço teórico de um campo em função de sua exposição ao saber de outro” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 185). Apoiados nessa

concepção, percebemos que tratar das formas das coincidências e não-coincidências do dizer requer do analista a compreensão de certos aspectos, pontuais, do construto teórico psicanalítico.

As coincidências do dizer se apresentam em dois níveis diretamente relacionados com o sentido do dizer e com a atitude do sujeito-enunciador e as não-coincidências se apresentam em quatro grupos sendo também relacionados ao sentido e ao sujeito do dizer. Este sujeito ao qual nos referimos é tomado como um sujeito-*efeito* do sentido, definido no escopo da psicanálise e como tal marcado pelas categorias *real-simbólico-imaginário* e mergulhado numa atitude linguageira que foi definida por Lacan (1985) como *lalangue*. Nesse sentido, apela-se à psicanálise para compreender

(i) o que significa ser sujeito e que sujeito é esse de quem se fala?

(ii) o que significa as categorias real-simbólico-imaginário e como elas afetam a caracterização do sujeito?

(iii) o que é a *lalangue* e como ela deve ser considerada no tratamento do objeto?, além disso, Authier-Revuz (1998) reiteradamente afirma que a enunciação é o domínio do não-Um e se “a língua se manifesta pela enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 63) é coerente dizer que a língua é, pois, o domínio do não-Um. É também para definir esse não-Um na proposta das análises das expressões das coincidências e não-coincidências do dizer que a psicanálise é convocada.

3.1 Do Um e do não-Um

O *Um* e o *não-Um* são duas categorias caracterizadoras do sistema lingüístico e de certas proposições teóricas lacanianas sobre a linguagem. São excludentes entre si e comportam um certo grau de polarização, no sentido físico-químico do termo, sem se confundir no entanto com o valor expresso pela negativa que antecede um dos termos, marcando sua diferença; dito de outro modo, as categorias possuem a peculiaridade de serem positiva ou negativa, onde a polarização negativa é expressa pela categoria que

apresenta a afirmação, enquanto que a positividade é expressa pelo termo que, lingüisticamente falando, possui o advérbio de negação. Assim o Um é de polarização negativa, ao passo que o *não-Um* é de polarização positiva, posto que as diferenças entre as duas categorias se encontram justamente no fato de que uma é o que a outra não-é.

Em termos lingüísticos esse fenômeno foi apontado por Saussure (2000, pp. 130-141) quando proclama que um signo só tem valor em oposição aos demais, e ainda, na sua afirmação de que “na língua não há senão diferenças”. Apropriando-se desse conceito, Lacan fará todo um trabalho teórico em torno do significante lingüístico com o objetivo de caracterizar o inconsciente que, segundo ele, deve ser estudo pela estrutura da linguagem, numa operacionalização conceitual em que “implica essa função da unidade³⁴” (LACAN, 1961), a nomeação na língua leva em conta a distinção de Um e não-Um (daí sua estreita relação com o fenômeno das coincidências e não-coincidências da dizer).

A linguagem designa sempre com parcialidade. A psicanálise percebe isso com mais facilidade do que a lingüística. Porge (2006, p. 212) nos ensina, de seu ponto de vista psicanalítico, que a linguagem “não é a parte de um todo, mas, ao contrário, é uma parte que não tem nenhuma medida comum com o Um da totalidade (seja ela a da imagem, seja ela a do universo discursivo)” fornecendo exatamente o argumento necessário à explicação de porque o Um é negativo, justamente porque não pode haver “medida comum com o Um”, ou seja, não pode existir o conceito de ímpar nem na linguagem, nem no sujeito que utiliza essa linguagem. A ‘unidade’ entra em cena como uma categoria lingüística: “unidade de sentido” (impossível do ponto de vista da AD e da hermenêutica), “unidade enunciativa” (que considera o enunciado produto de ‘um’ enunciador), “unidade discursiva” (que considera o produto do discurso, ou seja, o texto, como ‘um’ discurso) representam essa categoria. Ao contrário, a ‘não-unidade’ impera no plano discursivo, desde a fenomenologia hegeliana-heideggeriana até a análise pós-contemporânea de Sartre, a inconclusibilidade do sujeito defendida por Bakhtin, a constante transformação das forças sociais em Foucault, o não-acabamento dos discursos demonstrado pela AD

³⁴ Esta afirmação de Lacan encontra-se no texto *L’identification*, de 29 de novembro de 1961, texto inédito no Brasil, por isso, tomamos a citação de empréstimo a Porge (2006, p. 109).

fornecem exemplos de sobeja dessa característica, a um só tempo, essencial e perturbadora dos discursos.

3.2 “*O inconsciente é estruturado como uma linguagem*”

A leitura da obra de Lacan nos leva a crer que seu interesse pela linguagem e conseqüentemente pela lingüística nasce de seu interesse imediato de investigar o sintoma psicanalítico como um símbolo, de forma que é o aspecto simbólico da linguagem, classificada pelos semioticistas como o mais importante sistema de símbolos sociais que o leva a enunciar, reiteradamente, em textos diversos, e em momentos diversos das apresentações de seus Seminários que o “inconsciente é estruturado *como uma linguagem*”.

Lacan persegue, ao longo de seu ensino, uma caracterização da psicanálise e uma configuração do inconsciente, seu objeto de estudo, de tal forma elaborada e sofisticada que passa por diversas disciplinas do conhecimento humano acumulado: filosofia, lógica, matemática, literatura, lingüística. É da relação com essa última, e somente em alguns pontos específicos da discussão lacaniana que nos ocuparemos aqui.

Primeiro, entendamos que para Lacan (2003, p. 173) “a psicanálise verdadeira tem seu fundamento na relação do homem com a fala” e que para ele (2003, p. 154), a linguagem “significa no que ela comunica: ela não é nem sinal, nem signo, nem tampouco signo da coisa como realidade externa”.

Lacan persegue, por um tempo, a ordem simbólica da linguagem abandonando-a depois, passando a perseguir o *significante* como fundador da subjetividade, do discurso, do sujeito e da própria linguagem. Ele nos diz que

os conceitos da psicanálise são captados num campo de linguagem e seu domínio se estende tanto quanto é possível que uma função de aparelho, uma miragem da consciência, um segmento do corpo ou de sua imagem, um fenômeno social ou uma metamorfose dos próprios símbolos sirvam de material significante para aquilo que o sujeito inconsciente tem a expressar. Essa é a ordem essencial em que se situa a psicanálise, e que daqui para frente chamaremos ordem simbólica.

(LACAN, 2003, p. 145)

Sem entrar nas discussões (já clássicas) sobre as aproximações e os distanciamentos do significante saussuriano e do significante lacaniano, assinalemos apenas que eles não são a mesma coisa, embora aproximá-los seja um procedimento legítimo, como afirma Arrivè (1999, p. 73):

O significante lacaniano tem como epônimo e como étimo epistemológico o significante saussuriano. O significante lacaniano não se confunde com o significante saussuriano. Apesar das diferenças que os separam, os dois significantes estão unidos por relações tais que a sua denominação pelo mesmo significante — o significante *significante* — é legítima.

As diferenças são evidentes entre os dois conceitos, a começar pelo grafo através do qual os dois teóricos os representam. Em Saussure (2000, p. 80; 81; 136) temos:

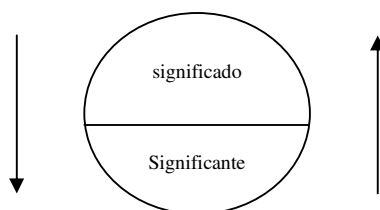


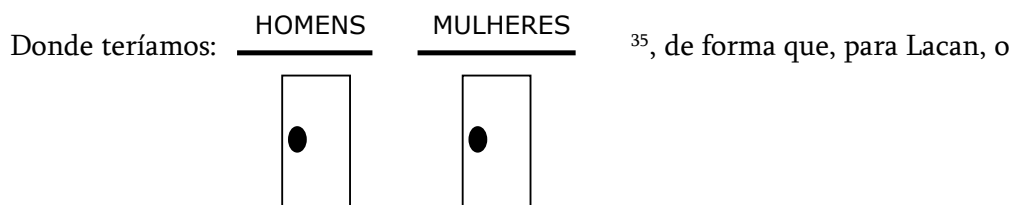
Figura 03:
O signo lingüístico saussuriano

O modelo que é publicado no *Curso de Lingüística Geral* é baseado em uma moeda da qual o significado está numa face e o significante em outra, aparecendo no grafo duas setas em sentido oposto que indicam a relação de pressuposição recíproca entre os elementos que constituem o signo lingüístico. Baseado nesse modelo, Lacan vai dizer que na lingüística saussuriana o significado tem prioridade hierárquica sobre o significante porque foi grafado por Saussure na parte de cima do gráfico e vai modificar essa relação suposta por ele propondo que se escreva o gráfico assim: $\frac{S}{s}$, no qual o significante aparece grafado em maiúsculo, acima da barra, destacado em negrito, enquanto que o significado é posto em baixo, grafado com minúscula e em itálico afirmando que na verdade o

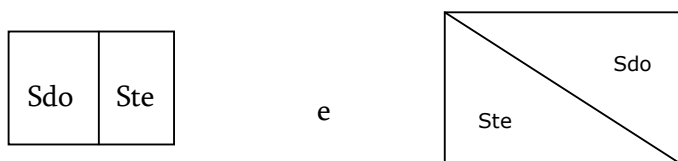
significante é a parte que tem prioridade no signo. Como prova, convoca um argumento empírico:

Um trem chega à uma estação. Numa cabine, um menino e uma menina, irmão e irmã, estão sentados um em frente ao outro, do lado em que a vidraça, dando para o exterior, descortina a visão das construções da plataforma ao longo da qual o trem parou: “Olha!, diz o irmão, chegamos, chegamos a Mulheres! — Imbecil!, responde a irmã, não está vendo que nós estamos em Homens?”

(Lacan, 2000, p. 503)



significante se altera ao passo que o significado permanece. Arrivé (1999, p. 83 e segue) afirma que o argumento lacaniano não se sustenta, posto que nas notas de Saussure (não publicadas, mas que ele teve acesso) havia outros modelos de gráficos e o que foi publicado é apenas mais um. Esses outros gráficos seriam assim representados:



Figuras 04 e 05:
Outras representações gráficas do signo linguístico saussuriano a partir
de *Escritos*

De forma que, para Arrivé, o argumento da superioridade do significado em Saussure, criticada por Lacan, não se sustenta. Não obstante, mesmo considerando os dois outros

³⁵ Tanto a citação quanto o gráfico foram tomados de empréstimo de Porge, 2006, p. 87-88

modelos de gráficos saussurianos, há uma diferença evidente entre os dois gráficos que Arrivè deixou escapar, uma que é crucial para a argumentação de Lacan: a borda, nos gráficos saussurianos que “amarram” sempre um significado ao significante; borda que desaparece definitivamente na perspectiva lacaniana.

Entretanto, dissemos que não nos aprofundaríamos nas minúcias teóricas. Para nossos objetivos imediatos é suficiente dizer como Arrivè (1999, p. 108) que “o problema do inconsciente estruturado como uma linguagem domina, evidentemente, todo o conjunto da reflexão lacaniana”. Esse mesmo autor, chama a atenção para dois fatos especiais: primeiro aparece na fórmula lacaniana o *como* e o *uma*. O *como*, de acordo com Arrivè, se opõe ao *por*, para designar que o inconsciente não sofre os efeitos da linguagem, posto que se Lacan dissesse que o inconsciente é estrutura *por* uma linguagem, afirmaria a dependência do inconsciente, assim, Lacan diz *como* e não *por*, o que significa que, a estrutura da linguagem pode definir o inconsciente, mas não o afeta diretamente. Por sua vez, ainda de acordo com Arrivè, o *uma* da fórmula tem um duplo sentido: primeiro, mostrar que o inconsciente se estrutura como uma entre tantas linguagens e, segundo, marcar a inconclusibilidade do inconsciente, sua não-totalidade, que teria sido negada a partir da definição se usasse o artigo definido. Para Lacan (2003, p. 512) “na medida em que o inconsciente está implicado, há duas vertentes fornecidas pela estrutura, ou seja, pela linguagem. A vertente do sentido, daquele que se acreditaria ser o da análise, que nos despeja sentido [porque] [...] é surpreendente que este sentido se reduza ao não-sentido”.

A estrutura da linguagem serve a Lacan para que ele encontre os sentidos mascarados na fala, sentido que se revelam pelo não-dito, não-expresso, pelo que é expresso somente a partir de um efeito inconsciente, sem que o sujeito o saiba ou o perceba. Se a linguagem é esse universo estrutural, o discurso, para Lacan aparece como o elemento interpretável apenas pelo seu avesso, portanto, pelo que ele não diz, pois “o inconsciente [...] é apenas um termo metafórico para designar o saber que só se sustenta ao se apresentar como impossível, para que, a partir disso, confirme-se ser real (entenda-se, discurso real)” (LACAN, 2003, p. 423), de forma que é coerente supor que o discurso do

inconsciente está presente em todo discurso proferido pelos sujeitos-enunciadores, configurando-se como um componente constitutivo do qual não se pode fugir.

Porge (2006, p. 106) afirma que

na gênese de *o inconsciente é estruturado como uma linguagem* há um termo médio implícito: o Outro. “O inconsciente é o discurso do Outro”, Lacan escreve em 1953. [...] O inconsciente é *como* o discurso do Outro. Se o inconsciente é o discurso do Outro, “o inconsciente é estruturado como uma linguagem” pode, segundo entendemos, reescrever-se *O discurso do Outro é estruturado como uma linguagem*.

Esse “termo médio” que aparece — o Outro — é o terceiro no ato comunicativo. Lacan diferencia o outro (*autre*, em francês) do Outro (*Autre*), onde o primeiro, grafado com minúsculo, remete ao co-enunciador, participante ativo da comunicação e o Outro, com inicial maiúscula é um lugar inatingível pelo sujeito e inalcançável pela linguagem. É o próprio inconsciente que entra em cena, afirmando ainda mais sua presença no ato comunicativo. Lacan (1985, p. 307) ao apresentar o seu esquema de comunicação aponta a existência de quatro elementos solidários que interagem simultaneamente:

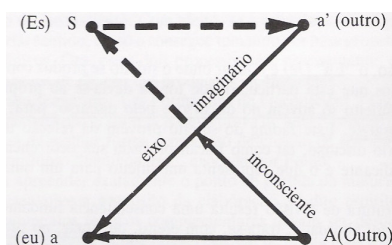


Figura 06:
O esquema da comunicação em Lacan

No gráfico aparecem o sujeito *S*, o “eu” – *a*, o outro *a'* (interlocutor, co-enunciador) e o *A* (Outro) (inconsciente). É preciso reparar na direção das setas e na constituição das linhas. A comunicação parte sempre do sujeito da enunciação de forma incompleta, “mutilada”, faltante, em direção ao interlocutor (*a'*), por ser incompleta, a seta é

pontilhada. O “eu”, sujeito do enunciado, nas palavras de Dör (1989) apenas um representante do sujeito verdadeiro, ou seja, do sujeito da enunciação, ocupa a posição de “lugar-tenente”, substituindo-o e, por isso, recebe do interlocutor, do co-enunciador, alguma coisa que o completa, por isso a linha sem interrupção.

Do inconsciente alguma coisa sai em direção ao sujeito — a linha sem interrupção —, sem o atingir, posto que esse “alguma coisa” é barrado pela ordem simbólica, pelo “muro da linguagem” e é substituído pelo imaginário uma vez que o sujeito projeta no outro (a’) a imagem que faz de si e que faz de seu dizer. Muito pouco desse “alguma coisa” que sai do inconsciente em direção ao sujeito o atinge, por isso a linha pontilhada que lhe chega após romper o eixo imaginário.

Segundo Dör (1989, p. 125), é preciso estar atento para o fato de que

quando um sujeito comunica-se com um outro sujeito, a comunicação (“a linguagem comum”) é sempre mediado pelo eixo imaginário aa’. [...] Quando um sujeito real dirige-se a um *outro* sujeito real, ocorre, devido à divisão operada pela linguagem, que um Eu que comunica com um eu diferente, porém semelhante a ele. Disso resulta que falar a um outro equivale inevitavelmente a manter um diálogo de surdo com ele. A mediação da linguagem, que eclipsa o sujeito, impõe que quando um S dirige-se a um verdadeiro Outro, ele jamais o atinge diretamente. Este Outro está, com efeito, situado do outro lado do *muro da linguagem*, assim como o sujeito S está fora de circuito em sua verdade de sujeito por esta ordem da linguagem.

Lacan desenvolve, mais tarde, essa teoria, retomando inúmeras vezes esse mesmo gráfico e depois, simplificando-o. Para nossos objetivos, é suficiente perceber o processo de transferência que se instaura no ato de discurso (*cf.* LACAN, 1992): o sujeito da enunciação uma vez que não consegue atingir o Outro, a quem tenta incessantemente atingir, dirige seu discurso a um co-enunciador que passa a representar esse Outro, que, na verdade, “é o outro-ele-mesmo”.

Há, assim, em Lacan, um sujeito do enunciado e um sujeito da enunciação. O sujeito da enunciação é o sujeito que nos interessa e ele

em vez de simplesmente designar *quem* está falando, parece nos dizer algo a respeito do falante, em outras palavras, que ele não está completamente de acordo com o que está dizendo. Parece apontar para um sujeito falante ambivalente que diz sim e não ao mesmo tempo, que enquanto diz uma coisa, insinua outra.

(FINK, 1998, p. 61)

É o sujeito constitutivamente dividido, cindido, clivado que ao mesmo tempo que toma a palavra num ato de discurso a divide com uma outra instância, tornando-se porta-voz de outro enunciador que não parece ser ele mesmo. O sujeito-efeito de sentido da linguagem, incompleta, inconclusa, estrutura faltante — o sujeito do inconsciente.

Em termos lingüísticos, é necessária uma situação propícia para este sujeito se manifestar, caso contrário permanece adormecido nas profundezas do inconsciente, permanece ‘recalcado’, para usar uma expressão psicanalítica. A falha do sistema lingüístico que ocasiona a necessidade de preencher a falta que se instala no discurso através da operação de inserção das não-coincidências do dizer é um desses momentos propícios posto que

este sujeito não tem outra existência além de um furo no discurso. O sujeito do inconsciente manifesta-se no cotidiano como uma irrupção transitória de algo estranho ou extrínseco. Em termos temporais, o sujeito aparece apenas como uma pulsação, um impulso ou irrupção ocasional que imediatamente se desvanece ou se apaga, “expressando-se”, dessa maneira, por meio do significante.

(FINK, 1998, p. 63)

Exatamente como acontece nas não-coincidências do dizer que parecem ser um impulso discursivo irrompido ocasionalmente que se apaga logo em seguida, pois como “o inconsciente [se apresenta] como aquele que interrompe o fluxo normal dos acontecimentos” (FINK, 1998, p. 63) as não-coincidências do dizer se apresentam como interrompendo a cadeia linear da enunciação.

3.3 Real-Simbólico-Imaginário (RSI)

A tríade lacaniana *Real-Simbólico-Imaginário* tem estreita relação com a linguagem na medida em que ela é a estrutura simbólica utilizada para representar o real. Em primeiro lugar, notemos que “no que concerne às ligações da ordem simbólica, isto é, no que concerne ao campo de linguagem que aqui nos serve de tema, *tudo está sempre presente*” (LACAN, 2003, p. 160), porém, “está presente” não significa estar contemplado porque “o impossível é o real” (LACAN, 2003, p. 431). Dito de outra maneira, existe no jogo sujeito-linguagem-discurso três componentes indissociáveis: o referente a se nomear pela linguagem, o signo que o representa e o significante que o designa; no entrecruzamento dos fatos discursivos “o simbólico do significante se cruza com o imaginário do signo e com o real do referente” (PORGE, 2006, p. 130).

O imaginário entra em cena como um medidor das relações discursivas, provavelmente sua parte mais essencial, posto função de mediação. O real é o impossível da linguagem mas o sujeito pretende representá-lo e imagina que alcança sua tarefa senão não haveria discurso, não haveria o que ser dito, de tal forma que “o real participa da determinação do sujeito em tudo o que essa determinação pode ter de exterior a ele” (PORGE, 2006, p. 119).

Se a relação RSI afeta o sujeito é justamente por esse caráter de exterioridade. A subjetividade é um fato interior ao sujeito, a linguagem a representa na medida em que possui em sua estrutura os elementos indispensáveis a sua materialização discursiva, ao mesmo tempo em que outra de suas funções é a nomeação do real, que lhe escapa, posto que sua estrutura é sempre faltante, fato que corrobora para a definição de sujeito clivado, afetado pela transgressão do discurso, refém da transgressão do inconsciente cujo fundamento é se perceber incompleto e como tal preso a uma rede simbólica de desejo da qual não pode se libertar.

As não-coincidências do dizer aparecem porque existem no discurso mais de uma intenção além da de comunicar. Lacan explica-nos que a “segunda intenção do discurso como discurso, do discurso que se interroga, que interroga as coisas em relação a si mesmo,

em relação a sua situação no discurso que não é mais exclamação, interpelação, grito de necessidade, mas já nomeação³⁶, daí o corte repentino na ordem linear do discurso para a inserção de uma não-coincidência do dizer, uma necessidade de nomeação.

Segundo Porge (2006, p. 236 e segue) há um real da estrutura, da ordem simbólica, e um real do sujeito que como “sujeito inconsciente, ele não pode dizer “eu” a não ser dividido”. O Real é, portanto aquilo que divide o sujeito, que o torna clivado porque cindido entre o impossível da ordem simbólica e a necessidade de representar o real através dela.

Em síntese, a relação do RSI com as não-coincidências do dizer dizem respeito ao referente — a coisa, real da língua a nomear, exterior ao sujeito, portanto inalcançável para ele —, ao significante — da ordem simbólica que apreende o possível e não o necessário e, portanto, provoca o equívoco, ocasionando a falha do significar —, e ao signo — que em última instância mediado pelo imaginário, porque só é signo na medida em que representa algo para alguém.

3.4 *Lalangue*

Lacan (2003, p. 403) afirma categoricamente que “o inconsciente é a condição da lingüística” mas adverte, concomitantemente, que a lingüística deve entender que o “sujeito [que usa a linguagem] não pára de criar embaraços” (LACAN, 2003, p. 402; 405) não por sua própria conta ou deliberadamente, antes porque “o sujeito não [é] aquele que sabe o que diz, quando efetivamente alguma coisa é dita pela palavra que lhe falta, bem como no ímpar de uma conduta que ele julga ser sua. [...] É que o efeito [de sentido] que propaga não é de comunicação de fala, mas de deslocamento de discurso”. Há um lugar em que todos os discursos efetivamente falham, não alcançando a dimensão do real, seja pelo signo empregado, seja pelo modo de feição que o discurso adquire na enunciação posto que “o dizer provém apenas do fato de que o inconsciente, por ser “estruturado *como uma*

³⁶ Essa citação de Lacan encontra-se no texto “*Lê désir et son interpretation*” de 1959 que por ser inédito no Brasil foi tomado de empréstimo a Porge, 2006, p. 99.

linguagem”, isto é, como a lalíngua que ele habita, está sujeito à equivocidade pela qual cada uma delas se distingue. Uma língua entre outras não é nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela” (LACAN, 2003, p. 492).

A linguagem habita a lalangue, mas o inconsciente habita igualmente a lalangue, é coerente supor que a linguagem habita o inconsciente e, por conseguinte, os dois reportam juntamente com outras coisas os fatos do equívoco e da falha característicos do sistema lingüístico. Milner (1984, p. 108) nos diz:

Lalíngua é, então, uma massa de abundantes aborrencências nas quais o sujeito engancha seu desejo, e em que um nó qualquer possa ser eleito para fazer-se signo. O ponto de subjetivação é sempre um entre outros, e basta que a cadeia em que ele se distingue seja discernida para que surjam mil cadeias análogas.

A linguagem, povoada de multiplicidade de sentidos, ancorada na polissemia, mergulhada na homonímia generalizada é ambiente de muitos “enganos” que emergem no dizer, esse ambiente é ocasionado pela lalangue que “é a verdade (*Real*) que não se diz toda, mas irrompe no *Simbólico*” (FLORES, 1999, p. 176).

No que se refere às não-coincidências do dizer, o jogo do equívoco provocado pelo estado da linguagem mergulhada na lalangue materializa-se na falta própria do sentido, quando a palavra empregada não é suficiente para dizê-lo, donde o sujeito se sente constrangido a reenviar a palavra ao contexto imediato, acrescentando-lhe sentidos ausentes ou “podando-lhe” sentidos inoportunos.

II PARTE

METAENUNCIÇÃO, HETEROGENEIDADES E NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER

Capítulo 4:

Metodologia e Generalidades Descritivas

O mundo do símbolo, cujo próprio fundamento é o fenômeno da insistência repetitiva, é alienado para o sujeito ou, melhor, ele é causa de o sujeito realizar-se sempre alhures e de sua verdade lhe estar velada em alguma parte. O eu está na interseção de um e outro.

Jacques Lacan (*O Seminário: livro 2*, 1985, p. 264)

4.1 Contexto da pesquisa

Esta pesquisa está vinculada ao grupo de estudos PROTEXTO, atuante na linha de pesquisa “Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização” do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará. Este grupo se interessa pela análise de textos e de discursos autênticos e assume o pressuposto geral de que estes “se constroem em atividades de enunciação, sendo, por si mesmas, resultantes de práticas intersubjetivas, interacionais e sócio-cognitivas”³⁷.

Nossa pesquisa tem um enfoque qualitativo-interpretativista. Seguindo autores como Marconi e Lakatos (2002), Cervo e Bervian (2002), Machado (2005), entre outros, a análise pautou-se pelo método dialético-hermenêutico. Este método, segundo os autores apontados, consiste em duas etapas principais: na primeira (essencialmente dialética) selecionam-se partes do objeto de estudo, descrevendo-as em sua constituição material, tarefa que fornecerá ao analista uma visão minimamente detalhada de todos os componentes que interagem na formação do fato observado; e a segunda (parte

³⁷ Projeto apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq . Junho, 2005.

hermenêutica) é a fase definida como a parte da pesquisa na qual o pesquisador, estabelecendo determinados critérios de análises³⁸, realiza as interpretações, aponta as implicações e explora os eventuais planos de explicações que o objeto de estudo comporta.

No nosso caso, o estudo consiste em descrever linguisticamente e analisar discursivamente a heterogeneidade enunciativa a partir das expressões de não-coincidências, formas metaenunciativas³⁹ de HE. Na primeira fase, parte descritiva, consideramos a materialização das NCD nos seis níveis de metaenunciação segundo a proposta de Authier-Revuz (1998), definidos da seguinte maneira:

- Nível 1 — eventos explicitamente metaenunciativos marcados com os verbos ‘dizer’, ‘chamar’, ou similares;
- Nível 2 — eventos semi-explicítos que implicam o verbo ‘dizer’ sem o explicitarem;
- Nível 3 — eventos metalingüísticos com retomada e/ou reenvio de termo à cadeia enunciativa;
- Nível 4 — eventos substitutivos com permuta de um termo por outro;
- Nível 5 — eventos com marcas tipográficas, assinaladas por aspas, itálico ou outros sinais;
- Nível 6 — eventos interpretativos com suspensão da linearidade sintática para avaliação, comentário ou modalização da enunciação em curso.

Ainda nessa fase (e ainda de acordo com a mesma teoria), realizamos o agrupamento dos eventos metaenunciativos nas quatro (04) categorias propostas, verificando, neste momento, se os dados coletados forneceriam elementos por meio dos quais procederíamos à (re)avaliação dos inventários lingüísticos⁴⁰ das NCD, isto é, examinamos se os eventos coletados se enquadravam ou não nas listas de descrição formal elaboradas por Authier-Revuz (1998). As categorias que aqui mencionamos são:

³⁸ Ver tópico 4.4.

³⁹ Ver definição e exemplo no tópico 4.3 na sequência deste texto.

⁴⁰ Ver tópico 4.3.1.

1. Eventos de não-coincidências interlocutivas;
2. Eventos de não-coincidências interdiscursivas;
3. Eventos de não-coincidências entre as palavras e as coisas;
4. Eventos de não-coincidências das palavras consigo mesmas.

O *corpus* de análise é constituído de textos que compõem o discurso acadêmico materializado em artigos científicos de Lingüística. Esta escolha foi feita, em primeiro lugar, em função da atenção que é dada na comunidade discursiva em questão (o universo acadêmico) a esse gênero específico, visto que é o gênero discursivo mais divulgado no meio acadêmico, seja em trabalhos universitários para conclusão de disciplinas acadêmicas, seja em apresentações formais em eventos do meio, seja em publicações em periódicos. Em segundo lugar, a escolha deve-se a duas orientações teóricas: a primeira diz respeito à afirmação de Authier-Revuz (2004, p. 36) de que “os discursos político, religioso e científico são monofônicos”, e de que o discurso acadêmico é, por definição, um discurso científico; e, a segunda, em razão da proposição de Lacan (1999, p. 241) segundo a qual “é no discurso científico que a voz do Outro está mais amordaçada”. Com isto, queremos mostrar que o discurso acadêmico, uma vez que se presta à metaenunciação, torna-se automaticamente um discurso polifônico, no qual a voz do Outro está presente.

4.2 Critérios de constituição do *corpus*

As NCD poderiam ser observadas em qualquer tipo de discurso. Authier-Revuz (1998) nos diz que examinou mais de quatro mil exemplos de metaenunciados colhidos dos mais diversos “registros” de linguagem, orais e escritos, todos devidamente atestados. Não obstante, optamos por examiná-las num tipo de discurso específico, o acadêmico, num gênero textual delimitado, a saber, o artigo científico. Essa delimitação se dá, em parte, pela natureza de nosso trabalho e pelos objetivos propostos e, em parte, pela natureza do próprio gênero, pois, mesmo que não se acredite mais na hipótese de que os gêneros científicos são objetivos, pelo menos a maior parte dos estudiosos de gêneros concorda que

estes são mais propensos ao uso de atenuadores, isto é, de palavras ou expressões utilizadas para diminuir o comprometimento do autor com a informação textual comunicada (*cf.* Swales, 1990), o que torna este gênero menos propício ao uso de NCD, logo, é coerente supor que, independente do ambiente discursivo imediato, elas estarão presentes.

As NCD marcam justamente o comprometimento do sujeito-enunciador, em vários níveis, com a enunciação, com o conteúdo enunciado, com o sentido expresso, com o sistema lingüístico etc. A heterogeneidade é um princípio constitutivo da linguagem e as NCD constituem uma das maneiras de essa heterogeneidade se materializar.

Dessa forma, nosso *corpus* foi composto de trintas artigos acadêmicos de publicação *on line*, selecionados com base no critério temático, devendo todos os textos versar sobre Lingüística, sendo coletados dez da revista *D.E.L.T.A*, dez da revista *Linguagem em (dis)curso* e dez da revista *ReVel*. Os eventos analisados foram selecionados com base na definição de metaenunciação e foram enquadrados nos seis níveis de classificação descritos conforme os inventários de NCD. Uma vez selecionados, agrupamos os eventos nas categorias de heterogeneidade e procedemos à descrição lingüística das formas de expressões do fenômeno, comparando nossa descrição com a descrição de Authier-Revuz (1998) no plano lingüístico e discursivo. A lista a seguir elenca os textos que compõem o *corpus*.

CÓD. DO TEXTO	REF.	TÍTULO DO ARTIGO
	Vol./Nr. - Ano	
ReVEL. Texto 01	1/1 – 2003	Os dêiticos e a enunciação.
ReVEL. Texto 02	1/1 - 2003	Tempo e discurso.
ReVEL. Texto 03	2/2 - 2004	Concepções de Escrita, texto e gênero textual em relatos de aula de língua materna.
ReVEL. Texto 04	2/2 - 2004	Níveis de construção do sentido – os níveis de profundidade.
ReVEL. Texto 05	2/2 - 2004	Gêneros discursivos ou tipologias textuais?
ReVEL. Texto 06	3/4 - 2005	A subjetividade em salas de bate-papo.
ReVEL. Texto 07	4/6 - 2006	Seqüência descritiva e argumentação.
ReVEL. Texto 08	4/6 - 2006	Redação de vestibular: gênero heterogêneo.
ReVEL. Texto 09	4/6 - 2006	Texto literário, texto cultural, Intertextualidade.
ReVEL. Texto 10	4/6 – 2006	A alteridade no monólogo.
LED. Texto 01	1/1 - 2000	O sujeito é ou está sujeito?

LED. Texto 02	1/2 - 2001	Sobre a singularidade do sujeito na posição autor.
LED. Texto 03	2/2 - 2002	Gênero textual como signo lingüístico: os reflexos da tese da arbitrariedade.
LED. Texto 04	2/2 - 2002	Sujeito, discurso e representação lógica
LED. Texto 05	3/esp. - 2003	Dez observações sobre a questão do sujeito
LED. Texto 06	3/esp. - 2003	Subjetividade e imaginário lingüístico
LED. Texto 07	3/esp. - 2003	O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário.
LED. Texto 08	3/esp. - 2003	Sujeito epistêmico e materialidade do discurso: o efeito de singularidade.
LED. Texto 09	4/esp. - 2004	Interdiscursividade e conflito entre discursos sobre raça em reportagens brasileiras.
LED. Texto 10	4/esp. - 2004	Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias?
D.E.L.T.A. Texto 01	13/esp. - 1997	Novos horizontes no estudo da linguagem.
D.E.L.T.A. Texto 02	13/esp. - 1997	Conhecimento da história e construção teórica na lingüística moderna.
D.E.L.T.A. Texto 03	14/esp. - 1997	Sobre a classificação das palavras.
D.E.L.T.A. Texto 04	14/esp. - 1998	Formas de funcionamento na sintaxe.
D.E.L.T.A. Texto 05	21/esp. - 2005	Motivações cognitivas e interacionais em competição: a força das palavras em contexto.
D.E.L.T.A. Texto 06	21/esp. - 2005	Introdução à análise de discurso crítica.
D.E.L.T.A. Texto 07	21/esp. - 2005	Análise crítica do discurso e teorias culturais: hibridismo necessário.
D.E.L.T.A. Texto 08	21/esp. - 2005	Grupos excluídos da mídia: uma análise de discurso crítica.
D.E.L.T.A. Texto 09	21/esp. - 2005	Discurso como arma de Guerra: um posicionamento ocidentalista na construção da alteridade.
D.E.L.T.A. Texto 10	22/1 - 2006	Análise de conteúdo e análise de discurso: o lingüístico e seu entorno.

TABELA 1: Lista dos textos que compõem o *corpus*.

ONDE:

ReVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem

D.E.L.T.A - Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada

LED – Linguagem em (dis)curso

Este *corpus* encontra-se na base de dados do Grupo Protexto do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal do Ceará como parte das contribuições de nossa pesquisa ao desenvolvimento dos estudos do Grupo.

4.2.1 Artigo Acadêmico como *corpus* de análise

Artigo acadêmico é um gênero textual institucionalizado escrito por um pesquisador para outros pesquisadores (geralmente da mesma área) e tem como objetivo imediato relatar da maneira mais objetiva possível uma experiência científica, que pretende ser publicada em revistas especializadas, em periódicos ou em anais de eventos (*cf.* Swales, 1990). Este gênero possui uma estrutura relativamente regular, inclusive sendo normatizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT, e oficialmente deve conter entre 12 e 15 páginas, perfazendo uma média de 5.000 palavras, distribuídas nas sessões: Introdução, Metodologia, Resultados e Discussão. Swales (1990) nos diz que sua origem data do século XVII, coincidindo com o surgimento do primeiro periódico científico, o *The philosophical transactions of the Royal Society* em 1665. Neste estudo sobre os artigos, Swales observa que, ao longo dos anos, o artigo sofreu várias mudanças, principalmente em seu aspecto estrutural. Acrescenta que houve uma considerável redução no tamanho dos textos e na distribuição das sessões, pois na origem os autores de artigos dedicavam mais espaços às introduções e às discussões e, hoje, encontramos justamente o contrário: são dedicados maiores espaços à metodologia e aos resultados.

Para justificar o fato de que o artigo científico é pensado como um texto objetivo, ou não-subjetivo, fato com o qual, a exemplo da expressiva maioria dos analistas do discurso, não concordamos, apresentamos a seguir uma exposição teórica rápida sobre como alguns autores caracterizam esse gênero.

Entre os estudos sobre o artigo, encontramos o de Latour e Woolgar (1979), no qual os autores se dedicam a descrever os tipos de linguagem que um texto acadêmico e científico deve apresentar. Os autores mostram que o artigo possui uma linguagem enxuta, desprovida de qualquer tipo de “pessoalismo” ou estilo ornado, mesmo nas ciências humanas onde os artigos demonstram mais empatia com discussões teórico-filosóficas. Knorr-Cetina (1981) defendem a idéia de que o artigo científico não é exatamente um texto-relatório apenas e levantam a hipótese de que o artigo é, antes de tudo, um texto conativo, que pretende “vender” uma idéia, o que o torna automaticamente um texto

argumentativo. Este argumento já advoga em favor da causa de que o artigo acadêmico é subjetivo. Com este objetivo, o de descrever o artigo como um texto argumentativo, esse autor localiza, num *corpus* constituído de artigos antigos e contemporâneos à época do estudo, eventos de linguagem argumentativa para descrever os processos retóricos aos quais o artigo está atrelado. Gilbert e Malkay (1984) concentram-se na objetividade do gênero a partir do tipo de linguagem utilizada pelos articulistas para descrever os fatos que são tomados como objetos de estudo. Swales e Feak (1994) se ocupam em descrever a estrutura e o conteúdo dos artigos atuais. Para este estudo, os autores tomaram como *corpus* artigos produzidos no âmbito das ciências exatas e biológicas e a partir deles elaboraram generalizações para os artigos escritos em outras áreas do conhecimento.

Segundo Swales e Feak (1994), o formato canônico do artigo deve conter a Introdução, na qual o autor apresenta a base de seu estudo, descreve o objeto, elabora e apresenta as perguntas específicas e levanta hipóteses. É na Introdução também que devem aparecer as referências anteriores ao estudo, argumentos de autoridade ou citações que estejam intimamente relacionadas ao fato descrito. Para eles, a Introdução tem uma função retórica cujo objetivo é atrair o interesse dos pares para a leitura do texto.

Logo após a Introdução, deve aparecer a Metodologia, na qual o autor do artigo deve apresentar detalhadamente os passos da pesquisa, inclusive com os retornos inevitáveis à pesquisa científica, descrevendo os fracassos para que sirvam de exemplos, de forma que outros pesquisadores não cometam os mesmos erros. Essa descrição deve prioritariamente seguir o encadeamento cronológico. Swales e Feak (1994) advertem que, mesmo numa sessão metodológica, é possível fazerem-se chamadas textuais nas quais a teoria seja invocada para justificar o procedimento que está sendo descrito. A Metodologia seria, assim, para esses autores, um texto que estaria entre o formato descritivo e injuntivo.

Resultados é a sessão do artigo em que são apresentadas as descobertas. Para Swales e Feak (1994), deve ser um texto expositivo no qual se evita qualquer tipo de comentário ou avaliação. No entanto, Thimpson (1993) reconhece que as fronteiras entre Resultados e Discussão não são assim tão claras, chegando às vezes a se fundirem em uma só sessão. Para Tompsom (1993), a sessão Resultados é fundamentalmente de função retórica, embora

Swales e Feak (1994) não concordem, considerando essa sessão a mais objetiva do artigo, portanto de função expositiva.

Por fim, o autor do artigo deve apresentar a sessão de Discussão, que é a sessão das generalizações a partir dos dados específicos que foram expostos nos resultados. É a parte interpretativa, avaliativa, em que o articulista responde às questões que foram propostas na Introdução.

Estas informações foram colocadas aqui para que pudéssemos ter em mente a caracterização do tipo de textos que compõem o nosso *corpus* facilitando, assim, a identificação dos eventos que coletamos para as análises.

4.3 Operadores conceituais e definição de termos

Segundo Lakatos (2004), para que uma pesquisa alcance resultados satisfatórios, o pesquisador deve, mesmo antes de expor as teorias que orientam o estudo, delimitar as operações conceituais tornando os elementos teóricos imediatos claros e explícitos, de forma a assegurar ao estudioso segurança quanto à abordagem do objeto de estudo, bem como garantindo um bom desenvolvimento às etapas metodológicas propostas. Por esta razão, apresentaremos aqui os principais conceitos e termos relacionados à HE com suas respectivas definições, ilustrando, sempre que possível, com exemplos autênticos de sua existência discursiva.

A heterogeneidade (destacamos o singular) é um modo de conceber a linguagem como uma prática subjetiva, constitutivamente marcada por presenças não-unitárias, não-monovalentes, não-pacíficas; é um pressuposto de linguagem, cuja existência está entre o dialogismo (de Bakhtin) e a interdiscursividade (de Pêcheux).

As heterogeneidades enunciativas (destacamos o plural) são representações lingüísticas e materiais da heterogeneidade da linguagem construídas de diversas formas e implicam numa negociação obrigatória entre o sujeito-enunciador, que estabelece processos de denegação (tomado no escopo freudiano) com o objetivo de (re)estabelecer o

Um da linguagem, negando na superfície imediata da enunciação a heterogeneidade que se evidencia por meio do conteúdo denegado.

As não-coincidências do dizer (NCD) são um tipo especial de heterogeneidade enunciativa construída a partir da modalização autonímica* que realizam, na linearidade enunciativa, um movimento de laçada reflexiva*, na qual o enunciado torna-se objeto da própria enunciação, cujo resultado primeiro é a opacificação enunciativa*. São de quatro tipos e mobilizam duas bases teóricas distintas que, rigorosamente, não se relacionam, somente se justapõem: (a) não-coincidência interlocutiva, (b) não-coincidência interdiscursiva, (c) não-coincidência entre as palavras e as coisas, (d) não-coincidências das palavras consigo mesmas. As bases (a) e (b) apóiam-se no dialogismo bakhtiniano e na interdiscursividade de Pêcheux, e (c) e (d), no discurso teórico da psicanálise freudo-lacanianana. Esses tipos de enunciados possuem vários formatos lingüísticos e apresentam diversas funções discursivas⁴¹.

A modalização autonímica é uma estratégia especial de modalizar um enunciado por meio de uma glosa* através da qual o sujeito-enunciador evidencia a relação consigo mesmo, ou a relação que mantém com o outro, ou a relação que mantém com o sistema lingüístico, ou ainda a relação que mantém com o próprio dizer, podendo, entre outros objetivos, avaliar, comentar, descrever etc, o seu próprio enunciado ou sua enunciação. O estatuto ‘autonímico’ diz respeito à opacificação* do enunciado, isto é, cada vez que um enunciado se refere a um enunciado anterior na mesma enunciação instaura-se automaticamente o processo de metaenunciação*. Entre outras características, a mais notável é que a modalização autonímica bloqueia a sinonímia constitutiva da língua. Por exemplo:

⁴¹ Apesar de este espaço ser para definição de termos e apresentação de exemplos, as não-coincidências do dizer em seus quatro tipos constituem o objeto específico de nossa pesquisa, portanto optamos por não apresentar um conceito geral, pois sua descrição se encontra no Capítulo 5.

[01]⁴²

- a. O **Rio de Janeiro** continua lindo.
- a.1. A **Cidade Maravilhosa** continua linda.
- b. **Cidade Maravilhosa** têm dezessete letras.
- b.1. A **Cidade Maravilhosa**,/ *se é que ainda podemos chamar assim depois de tanta violência*,/ é linda.

O negrito destaca o signo lingüístico em análise, o itálico destaca a glosa de modalização autonímica e as barras oblíquas, a ruptura sintática característica da metaenunciação, que apresenta certa propriedade entonacional (uma ligeira inflexão de voz) quando o enunciado é materializado na oralidade. No exemplo, em a. temos o signo lingüístico [Rio de Janeiro] utilizado em seu estatuto ‘normal’ podendo ser substituído por meio da sinonímia por um equivalente, como acontece em a.1, resguardadas as alterações gramaticais necessárias e os efeitos de sentido próprios da sinonímia, os quais não nos interessam no momento. Em b. temos o signo lingüístico [Cidade Maravilhosa] utilizado em seu estatuto de autonímia, isto é, um signo lingüístico autonímico, pois o sujeito-enunciador faz do signo que utiliza o próprio conteúdo de sua enunciação [tem dezessete letras], impossibilitando a sinonímia [Rio de Janeiro tem dezessete letras, impossível do ponto de vista lógico de verdade]. Em b.1 temos uma modalização autonímica. O sujeito-enunciador faz uma enunciação-enunciado a partir da enunciação-enunciado anterior (daí o estatuto de autonímia), rompendo momentaneamente a linearidade enunciativa para (se) colocar avaliativamente (daí a modalização) frente àquilo que enuncia.

Laçada reflexiva é o movimento de modalizar um signo com valor autonímico, quer dizer, empreender a escolha de um signo lingüístico ou expressão lingüística para construir a metaenunciação* em torno dele [exemplo b.1].

Opacificação enunciativa é um dos efeitos provocados pela modalização autonímica que consiste em uma demonstração de que o sentido da enunciação em curso não é óbvio, isto é, não é transparente a(o) sujeito(s)-enunciador(es). Em outras palavras, dizendo como Rey-Debove (*apud* AUTHEIR-REVUZ, 2004), tome uma enunciação e fale dela e teremos uma opacificação enunciativa (Rey-Debove apresenta esse princípio com o signo

⁴² Exemplos artificiais construídos com fins meramente ilustrativos.

lingüístico em si e diz, ao pé da letra: “tome um signo, fale dele e temos uma opacificação” [AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 105-171]); o exemplo b.1 também representa esse fenômeno.

Glosa (de onde derivam os termos glosar, sujeito-glosador). Segundo Ferreira (1999, p. 992), este termo, proveniente do grego (*glôssa*), em sua origem relaciona-se à língua e à linguagem, cuja significação remete a uma “nota explicativa de palavra ou do sentido de um texto; [constituindo um] comentário, interpretação”. Assumido pelo latim (*glossa*), teve sua abrangência reduzida a um “termo raro, obscuro”, passando a significar uma “anotação marginal ou interlinear” que esclarece a obscuridade do termo em questão; no baixo-latim (*glosa*), o termo assimila os sentidos anteriores, adicionando-os à noção de “cancelamento, suspensão” temporária. Nas HE, especificamente nas NCD, glosar é a própria natureza do metaenunciado, isto é, glosar é “comentar, anotar, explicar, censurar, criticar, suprimir, anular” (etc.) um enunciado, e o glosador é o sujeito que “glosa, interpreta, comenta”⁴³.

A metaenunciação (de onde deriva o conceito de metaenunciado) é o processo de inserir, numa cadeia enunciativa, uma segunda enunciação que se refere à primeira, necessariamente construída a partir de uma glosa modalizada autonimicamente com finalidades opacificantes diversas, quebrando momentaneamente a linearidade enunciativa. São formadas por expressões lingüísticas variadas que vão desde o uso simples de sinais tipográficos (exemplo [02]), passando por formas explícitas de metaenunciação com verbo ‘dizer’ em primeira pessoa do singular ou plural no indicativo ou subjuntivo, seguido de retomada ou substituição (com valor afirmativo ou negativo) do termo da lançada reflexiva (exemplos [03.1] - retomada de termo sem qualquer expressividade valorativa -, [03.2] - retomada de termo com valor positivo -, [03.3] - retomada de termo com valor negativo -, [03.4] - substituição de termo sem expressividade valorativa -, [03.5] - substituição de termo com valor positivo -, e [03.6] - substituição de termo com valor negativo), até glosas mais complexas organizadas lingüisticamente como orações subordinadas (exemplo [04]), sintagmas circunstanciais (exemplo [05]) e aposições

⁴³ As aspas em todo o parágrafo indicam a definição *stricto sensu* apresentada em Ferreira (1999, p. 992), que é coincidente com a forma como Authier-Reviuz (1990; 1998; 2004) emprega o termo.

(exemplo [06]) (cf. AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 19) e cujo resultado e produto é um metaenunciado. Exemplos⁴⁴:

[02]⁴⁵

A globalização é a /“**liberdade**”/ mais totalitária que eu já vi.

(José Saramago, em entrevista concedida ao Jornal da Globo em 14/05/2006)

[03]

[03.1] – Retomada de termo sem expressão valorativa:

Precisamos construir uma nova **metodologia** para abordar os problemas do mundo, /*digamos uma **metodologia** que seja filosófica*, / que possa [...].

(Sartre. *Crítica da razão dialética*, 2002, p. 23)

[03.2] – Retomada de termo com expressividade positiva:

Não há porque não chamá-lo de **traidor**, / *digamos **traidor** mesmo*, / pois o Projeto de Lei Complementar 01 é uma traição a todo movimento sindical.

(João Felício, ex-presidente da CUT, em artigo publicado no *Portal Mundo do Trabalho* em 17/05/2007)

[03.3] – Retomada de termo com expressividade negativa:

A dedicação exclusiva na UERN é um **regime de trabalho**, / *não digamos **regime de trabalho** que têm uma conotação ambígua*, / que deve funcionar como um processo de reconhecimento ao professor que notoriamente demonstra produtividade e compromisso com a academia.

(Aécio Cândido, Vice-Reitor da Universidade do Estado do RN, em conferência sobre o Regime de Dedicação Exclusiva no âmbito da UERN, maio/2007)

[03.4] – Substituição de termo sem expressividade valorativa:

É uma questão de **reconhecimento**, / *eu digo **aceitação***, / de um movimento legítimo que luta por condições mínimas de ensino.

(Estudante da USP, em entrevista ao Jornal Hoje da Rede Globo de Televisão durante a ocupação da Reitoria da USP, maio/2007)

⁴⁴ Exemplos autênticos, mas retirados de fontes diversas.

⁴⁵ Nesses exemplos e daqui para frente, o termo “laçado reflexivamente”, na cadeia enunciativa, aparece dentro de um retângulo, o autônimo, quando aparece, marcamos em negrito; o itálico destaca a metaenunciação e as barras oblíquas a ruptura sintática ou a entonação caracterizadora do metaenunciado.

[03.5] – Substituição de termo com expressividade positiva:

Os gêneros do discurso de Bakhtin é o texto básico da questão,/ *digamos, aliás, que é na verdade o **texto fundador***,/ e qualquer estudo sobre gênero deve, obrigatoriamente, começar por ele.

(Eliete Queiroz, professora do Depto. de Letras da UERN, em conversa oral informal, abril/2007)

[03.6] – Substituição de termo com expressividade negativa:

Não percebemos, mas a TV nos garante um fornecimento diário de influências sobre a língua. Com a TV, nossa linguagem se atualiza e se renova,/ *não digamos **se pasteuriza***,/ mas sotaques são padronizados, bordões viram moeda de troca de audiência, formas de comunicar se encaixam em parâmetros palatáveis à transmissão por satélite e cabo.

(Luiz Costa Pereira Junior, Editor da Revista *Língua Portuguesa*, em *Carta ao leitor* da edição nº 4, ano 1, 2006)

[04] – Sem retomada unívoca de termo, construída por oração subordinada:

As discussões a respeito do metadiscurso,/ *embora o termo não seja usado sempre da mesma forma*,/ têm sido fortemente influenciadas pela distinção feita por Halliday (1973) entre as funções textual e interpessoal, em oposição à função ideacional.

(Luciana Moraes. *O metadiscurso em artigos acadêmicos: variação intercultural, interdisciplinar e retórica*. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ. 2005, p. 73)

[05] – Sem retomada de termo, construída por sintagma circunstancial:

Um dos efeitos práticos da TC [= terapia cognitiva] é a sua contribuição ao desenvolvimento da autonomia pessoal,/ *como se diz atualmente*,/ tornando as pessoas mais aptas a refletir e a interpretar [...].

(Helmuth Krüger, doutor em Psicologia, *O pensamento na terapia cognitiva*, revista *Psique. Edição Especial*. Ano 1, nº 3, 2007, p. 52)

[06] – Sem retomada de termo, construída por aposição:

Um dos primeiros desafios enfrentados pelo terapeuta cognitivo refere-se ao estabelecimento da aliança terapêutica,/ *expressão utilizada para designar um ambiente apoiador e acolhedor*,/ pois muitas vezes a empatia é difícil e cabe ao terapeuta evitar [...].

(Ana Rosa Silveira Cavalcante e Ana Maria Serra. *Desafio de delírios e alucinações*, revista *Psique. Edição Especial*. Ano 1, nº 3, 2007, p. 41)

Esses exemplos, além de demonstrar a variedade de formas e expressões metaenunciativas, serviram-nos para estabelecer a convenção que adotamos para o

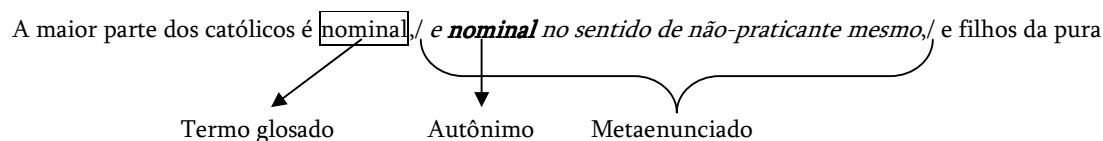
Capítulo 7, isto é, o termo glosado, ou “laçado” reflexivamente aparecerá sempre dentro de um retângulo, se houver autônimo no metaenunciado, isto é, se o termo for reenviado à cadeia enunciativa ou for substituído por outro, este autônimo estará marcado por negrito; e todo o metaenunciado estará marcado através de itálico e separado do resto da enunciação-enunciado por meio de barras oblíquas:

[07]

A maior parte dos católicos é nominal/ e ***nominal*** no sentido de não-praticante mesmo,/ e filhos da pura [...]

(Mara Figueira, *O Brasil para Cristo*, revista Sociologia, Ano 1, nº 7, 2007, p. 54)

Onde:



Os termos apresentados nessa sessão são pressupostos fundamentais à interpretação das NCD e retomados com relativa frequência tanto na exposição teórica e descrição lingüística quanto nas análises que foram propostas.

4.3.1 A inquietação teórica: inventários de NCD segundo Authier-Revuz

Em Authier-Revuz (1998, pp. 13-28; 177-198), encontramos as listas nas quais a autora inventaria as principais possibilidades de construções lingüístico-formais das ocorrências enunciativas de NCD. Foi com base nestes inventários que surgiram as primeiras inquietações motivadoras da presente pesquisa, no sentido em que nos questionamos como poderíamos depreender determinados tipos de efeitos enunciativos e discursivos a partir deles e o que esses efeitos mostram da linguagem, do discurso e da enunciação. Os inventários propostos pela autora são apresentados a seguir:

1. Não-coincidências interlocutivas:

Glosas que especificam a maneira do dizer ou o evidenciam sentidos não partilhados por interlocutores.

1.1) injunção de vozes

1.2) apelo

1.3) submissão da voz do enunciador à vontade do co-enunciador

a. Formas restauradoras do Um da enunciação (efeitos 1.1 e 1.2):

[...] *X, digamos, [...]*

[...], *digamos X, [...]*

[...] *X, permitam-me dizer, [...]*

[...] *X, se quiser, [...]*

[...] *X, se entende o que eu quero dizer, [...]*

}⁴⁶

b. Formas evidenciadoras do não-Um da enunciação (efeitos 1.3):

[...] *X, como você não diz, [...]*

[...] *X, você não gosta do termo, [...]*

[...] *X, como você diz, [...]*

2. Não-coincidência interdiscursiva:

A autora não apresenta formas lingüísticas específicas, mas salienta que essas NCD servem para:

a) Balizagem ou incerteza:

Discurso “citado”;

Retomadas de outros discursos de forma não-marcada (como alusão).

⁴⁶ Para essas três últimas formas a autora apresenta uma reticência (...) insinuando que podem aparecer sob outros formatos.

b) Balizagem exterior “apropriada” ao objeto do dizer:

*Palavra de outro lugar;**Palavra de outra época;**Palavra de outra teoria;**Palavra de outra pessoa.*

c) Exterioridade de palavra/sentido:

[...], X, no sentido p, [...]

d) Especificação do “tipo” de outro

*Outra língua**Outra região ou “socioleto”**Outra época**Outro registro**Outro discurso teórico**Outra posição política*

3. Não-coincidências entre as palavras e as coisas

a. Explicitar o Um realizado:

*[...] X, eu digo bem X', [...]**[...], ousou dizer X, [...]**[...], o que se pode dizer/chamar X, [...]**[...], o que é preciso chamar X, [...]*

a.1 Expressivas de falsa ou ilusória coincidência:

*[...] X, é a palavra (exata, justa, ...) [...]**[...] X, no sentido estrito [...]**[...] X, propriamente dito, [...]*

b. Adequação visada:

b.1 Enunciação suspensa entre o dizer e o não-dizer

[...] o que se poderia chamar X [...]

[...] não digo X, mas Y [...]

b.2 Indecisão/dúvida entre duas palavras:

[...] X, eu falho dizendo Y, [...]

[...] X, eu deveria dizer Y, [...]

[...] X, ou antes Y, [...]

[...] X, não, Y, [...]

[...] X ou Y, [...]

c. Expressivas de falta da enunciação

c.1 Modalidades suspensivas:

[...] X, se se pode dizer, [...]

c.2 Anuladoras

[...], eu não direi X, [...]

c.3 Reveladoras de imperfeição

[...] X, na falta de algo melhor, [...]

[...] X, por comodidade, [...]

[...] X, provisoriamente, [...]

[...] X, por assim dizer, [...]

[...] X, é um eufemismo, [...]

[...] X, entre aspas, [...]

4. Não-coincidências das palavras consigo mesmas

a) Fixação de Um sentido:

[...] X, no sentido de p, [...]

[...] X, não no sentido de q, [...]

[...] X, sem jogo de palavra, [...]

b) Encontro com o não-Um

[...], eu falho dizendo X, [...]

[...] X, se ousar dizer, [...]

Observação: Toda forma de enunciado que indique: desculpas

reservas

irrelevância

c) Sentido estendido do não-Um:

[...] X, também no sentido de q, [...]

[...] X, no sentido p e no sentido q, [...]

[...] X, nos dois sentidos, [...]

[...] X, em todos os sentidos da palavra, [...]

d) Reafirmação do não-Um:

[...] X, é o caso de dizer, [...]

[...] X, é a palavra!, [...]

[...] X, numa palavra ambígua, [...]

Estritamente falando, esse é o inventário explícito apresentado por Authier-Revuz e a partir do qual abordamos o *corpus* escolhido para esta investigação. A principal fonte de inquietação é que, pelos inventários, algumas formas se repetem e são classificadas, mesmo repetidas, em posições diferentes na listagem. Perguntamos: as formas por si mesmas, tais como aparecem nos inventários, são suficientes para uma classificação? Que

contingências contextuais determinam a classificação de uma determinada forma lingüística num grupo de NCD e a mesma forma num grupo diferente? A classificação de um metaenunciado é excludente, isto é, uma vez classificada uma forma lingüística como um tipo x de NCD, todas as outras classificações estão automaticamente excluídas? É possível classificar um metaenunciado em dois ou mais tipos de NCD simultaneamente? Em caso afirmativo, o que essa simultaneidade provoca ou evidencia na enunciação e na teoria?

4.4 Procedimentos de análises

Em princípio, os procedimentos adotados para a análise dos fenômenos são inspirados em Teixeira (2005), no que se refere aos efeitos discursivos, e em Miranda (2003), no que toca às questões psicanalíticas, além daqueles já consagrados pela Análise de Discurso que adota os critérios de interpretação das vozes subjetivas que emergem na materialidade discursiva. Dentre esses procedimentos, destacamos:

- a. Validação da pessoa gramatical do texto:
Verificação de como o sujeito-enunciador materializa seu dizer: em primeira pessoa do singular ou do plural ou em terceira pessoa do plural;
- b. Caracterização da incisa parentética e da ruptura sintática da metaenunciação:
Verificando como se dá textualmente o mecanismo lingüístico que afeta a linearidade sintática do enunciado no qual se insere uma metaenunciação;
- c. Interpretação semântica do enunciado desdobrado:
Análise do efeito discursivo pretendido com a metaenunciação — se para mostrar que o dizer está de acordo com as leis da linguagem ou se o dizer de alguma forma é afetado por uma falha constitutiva do sistema lingüístico;

Análise do efeito alcançado — se a presença do enunciado desdobrado em metaenunciação provoca alteração de sentido, complexifica a polissemia, afeta a homonímia, bloqueia a sinonímia, entre outros;

d. Interpretação enunciativa do fenômeno:

Análise da posição-sujeito assumida pelo enunciador no jogo de sujeito-efeito de sentido que coloca seu discurso (e conseqüentemente se coloca) numa formação discursiva dada, assumindo ou negando uma dada conjuntura de formações ideológicas; análise do jogo do poder entre enunciadores, evidenciado através das formas de expressões do fenômeno materializando determinadas formações imaginárias.

É importante dizer, por fim, que, durante a análise, esses procedimentos poderão ser reduzidos ou ampliados de acordo com a necessidade exigida de forma a atender os objetivos propostos para este trabalho.

Capítulo 5:

Heterogeneidades Enunciativas:

Primeiras abordagens

A palavra é uma coisa material na medida em que ela só existe mediante uma produção física, como pelos órgãos da fala ou da tinta no papel. Mas a palavra é mais do que sua pura “fiscalidade”, ou a transcende, na medida em que possui significado. Esta dualidade da palavra estende-se ao seu emprego: o signo nunca é o que ele significa. [...] Se o homem é o animal lingüístico, está fadado ao dualismo, dado o fato de a ordem dos signos nunca coincidir com a ordem das coisas a que denominam. O mundo é sempre outro para a consciência, de modo que a alteridade está na natureza humana.

Clark e Holquist (*Mikhail Bakhtin*, 2004, p. 106)

Neste capítulo, nosso objetivo é fazer uma apresentação, mesmo que breve, das primeiras abordagens da Heterogeneidade Enunciativa, descrevendo o percurso teórico pelo qual passou Authier-Revuz até chegar às não-coincidências do dizer, refletindo, com base em elementos presentes no discurso teórico da autora, como ela coloca em análise o distanciamento entre as enunciações para verificar o estatuto do outro no fio discursivo, negando “aquilo que vai por si mesmo”.

Por convenção, dividimos o trabalho de Authier-Revuz em três fases distintas e interligadas: na primeira, a autora aborda as Heterogeneidades Enunciativas e a presença do outro no discurso a partir do discurso citado (discurso direto e discurso indireto) e de sinais tipográficos, principalmente, as aspas; a segunda fase trata de outros fenômenos linguageiros que remetem a um certo “exterior discursivo” como os lapsos de língua, os chistes, os anagramas, os acrósticos, os estrangeirismos etc.; e a terceira fase constitui nosso

objeto específico, trata das heterogeneidades em formato de não-coincidências do dizer; estas, por sua vez, estão descritas, exemplificadas e analisadas nos capítulos 6 e 7.

Num trabalho de 1980, intitulado “Palavras mantidas à distância”, Authier-Revuz aborda a questão das aspas identificando cinco tipos específicos de usos de aspas em discursos autênticos e descreve suas funções discursivas. Segundo a autora, as aspas são empregadas para: (a) *diferenciação*, (b) *condescendência*, (c) *proteção*, (d) *questionamento ofensivo* e (e) *ênfase*, mas especifica que, mesmo com funções discursivas diferentes, no que toca à enunciação a função é uma só: o sujeito mantém afastadas de sua enunciação as palavras enunciadas por outros, ou afasta outros sentidos presentes nas palavras. Convém sublinhar que as aspas, abordadas pela perspectiva da HE, já representam uma espécie de metaenunciação, que, mesmo o conceito não estando ainda totalmente refinado, apresenta de forma embrionária a modalização autonímica. Sublinhamos ainda que a estrutura heterogênea das aspas requer que se interprete fatos linguageiros, aparentemente idênticos, de maneira distinta. Por exemplo:

[08]⁴⁷

Ele disse: “não há certezas que perdurem sem errância”.

[09]

[09.1]

A palavra “amanhecer” têm quatro sílabas.

[09.2]

A palavra “amanhecer” realiza milagres numa alma deprimida.

Em [08], as aspas empregas marcam o discurso direto, recurso lingüístico mais usual para destacar palavras de outros empregadas na enunciação de um sujeito-enunciador. O estatuto das aspas nesse evento é de distanciamento evidente, marca de delimitação fronteira entre os discursos enunciados. Em [09.1], as aspas servem de uso das palavras com conotação de menção, isto é, na medida em que a palavra é utilizada na linearidade enunciativa, é também destacada (como se fosse colocada numa espécie de alto-relevo enunciativo) para evidenciar o fenômeno autonímico, utilizada como *língua objeto*, nos termos da lógica. Já em [09.2], ocorre uma justaposição do uso autonímico com a

⁴⁷ Exemplos artificiais com finalidades ilustrativas.

modalização enunciativa na qual o sujeito-enunciador, ao mesmo tempo em que utiliza a palavra destacada por meio das aspas, faz menção a ela sem explicitar que tipo de menção deseja realizar, levando a palavra a um uso duplicado, numa operação metalingüística local de distanciamento, em que suspende, temporariamente, a responsabilidade da enunciação em curso (como se a palavra enunciada não pertencesse a sua enunciação), e lança a enunciação num espaço vazio a ser preenchido pelo co-enunciador. A enunciação é colocada, dessa forma, sob vigilância, uma enunciação sob controle, apontando para um *lá-fora* forçadamente puxado para o *aqui-dentro* da enunciação em curso (cf. AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 217-237); é por meio deste estatuto da função duplicada das aspas que remete a uma heterogeneidade latente, que ronda do exterior e se presentifica no interior da enunciação, de forma atemporal e indefinida, como se o sujeito fosse alheio ao conteúdo enunciado e o espaço reticente, que as heterogeneidades enunciativas encontram sua primeira materialização lingüística.

5.1 Aspas: um corpo estranho na enunciação

As aspas de *diferenciação* servem ao enunciador para marcar aquilo que pertence de fato a ele e o que pertence ao outro, em outro momento ou em outro discurso. São empregadas para que o enunciador evidencie de forma unívoca suas palavras distanciando-as das outras palavras enunciadas por outros enunciadores (um duelo entre sujeitos que explicitam o não-Um da linguagem). São específicas para estrangeirismos, neologismos e palavras técnicas, como nos exemplos a seguir:

[10]⁴⁸

Dessa forma, ele [Parret] descarta as “Teorias de referência por similaridade”, as quais afirmam que o conhecimento do falante a respeito do referente determina se o enunciado expressa uma proposição singular contendo ‘eu’.

(ReVEL. Texto 01)

⁴⁸ Os exemplos apresentados nesta sessão foram retirados do *corpus* constituído para nossa pesquisa.

[11]

A articulação encaminhada se harmoniza tanto com o discurso contemporâneo sobre risco quanto com as explicações “fiscalistas” a respeito do funcionamento da mente e do sofrimento psíquico.

(D.E.L.T.A. Texto 10)

Assegurando uma enunciação em que as palavras enunciadas foram “arrancadas” de seu lugar de origem (exemplo [10]), ou, por outro lado, denunciando que a palavra não é apropriada à enunciação em curso, pois pertence a uma outra língua ou a um outro registro de linguagem, ou, ainda, que a palavra de alguma forma constitui um neologismo (exemplo [11]), as aspas de diferenciação expõem um sujeito incapaz de se fazer pleno em sua enunciação que oscila entre o que enuncia e o que deixa de enunciar, um sujeito que, por temer os sentidos deslizantes de um significante, mantém sua enunciação sob vigia na ilusão de controlá-la.

As aspas de *condescendência* colocam em funcionamento dois universos discursivos e duas imagens enunciativas. O enunciador considera *seu* universo discursivo e o universo discursivo de seu co-enunciador; a palavra aspeada, neste caso, pertence ao universo do co-enunciador, mas o enunciador, numa postura *condescendente*, assume essa palavra; as aspas têm por função preservar a imagem do enunciador, num jogo de preservação de face, marcando que ele, apesar de assumir a palavra em sua enunciação, requer a suspensão da responsabilidade por ela. Nesse caso, o grau de distanciamento é mantido garantindo ao sujeito uma distinção ou reserva naquilo que enuncia, como acontece no evento [12]:

[12]

[...] Genette, finalmente, ao hierarquizar os diferentes tipos de interação semiótica entre textos, desenvolve uma nomenclatura consistente, ao mesmo tempo em que “esteriliza” o trabalho com a intertextualidade [...]

(ReVEL. Texto 09)

As aspas de *proteção* indicam palavras de sentido “carregado” de um sentido que o locutor não admite integralmente, ou carregadas de um saber específico a que ele renuncia, ou que admite implicitamente não possuir; podem ainda indicar uma situação

social da qual o locutor precisa se distanciar, para defender-se de uma possível réplica. Antecipando a “compreensão responsiva ativa”, o sujeito diz, por meio das aspas, que prefere não discutir, não polemizar por causa da palavra empregada. Authier-Revuz (2004, p. 224) fala dessas aspas como sendo colocadas em funcionamento por “um sujeito ilegítimo [...] um locutor levado a empregar palavras carregadas, para ele, de um saber ou de uma situação social da qual se considera depositário ou ocupante ilegítimo”. Estes são os casos de palavras eruditas, excessivamente técnicas de áreas específicas, consideradas ameaçadoras pelo sujeito-enunciador. Abaixo, o exemplo:

[13]

É possível, a partir de então, romper com uma análise exclusivamente descritiva e assegurar um “desbloqueio” da Análise Crítica do Discurso [...]

(D.E.L.T.A. Texto 10)

As aspas de *questionamento ofensivo* remetem a um sujeito-enunciado coagido a empregar uma palavra, forçado pelo contexto, pela presença de um outro sujeito-enunciador, pelo co-texto imediato ou por outra razão de ordem discursiva ou social. As aspas que marcam essas palavras apresentam-se como uma reação a uma situação em que o discurso do enunciador é dominado pelo exterior, pelo interdito, pelo interdiscurso, mas, ao mesmo tempo, o sujeito “pode defender-se com essas aspas que são de reação ofensiva em uma situação dominada” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225), como no evento a seguir:

[14]

No presente artigo consideramos especificamente o problema da “necessidade” de uma classificação das palavras, assim como certo número de questões teóricas que a nosso ver não estão suficientemente esclarecidas na literatura.

(D.E.L.T.A. Texto 04)

Por fim, as aspas de *ênfase* ressaltam exatamente o sentido integral a que a palavra quer remeter. Funcionam “como uma resposta à suspensão de responsabilidade”, isto é, o

sujeito enunciador suspende qualquer relação com o outro e marca que assume o sentido da palavra; esse tipo de aspas é substituível por itálico ou negrito. Exemplo:

[15]

Minha pretensão é levá-los a compreender que é uma “gramática” mesmo que garante a aquisição da linguagem a partir das primeiras entradas que a criança recebe de seus pais, sobretudo, de sua mãe.

(D.E.L.T.A. texto 01)

Com base nesses primeiros exercícios analíticos, Authier-Revuz irá transformar sua proposta de abordar a enunciação por seus aspectos heterogêneos refinando a metodologia até transformá-la num sofisticado mecanismo de investigação em lingüística da enunciação. Refletindo sobre o assunto e investigando cada vez mais a fundo seu objeto, tornando-se a principal crítica de si mesma, a autora cunha os termos *heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade mostrada* para designar o fenômeno de linguagem em que o distanciamento entre enunciações, a divisão das vozes discursivas e a clivagem do sujeito-enunciador, vítima da “terceira ferida narcísica”, que não é senhor de seu discurso, aparecem como fatos marcantes no uso da linguagem verbal.

Para Authier-Revuz, a heterogeneidade constitutiva é um princípio da linguagem e não pode ser abordado diretamente, pois não há materialidade de sua existência abstrata. É um pressuposto teórico assumido com tom axiomático. Não obstante, isso não significa uma completa e irremediável impossibilidade de se pesquisar a heterogeneidade, pois, na superfície da enunciação aparecem seus indícios, como um meio de negociação entre o sujeito e a heterogeneidade constitutiva da linguagem. Esses indícios são as heterogeneidades mostradas, que são lingüisticamente detectáveis na cadeia enunciativa. Para a autora, há duas maneiras de a heterogeneidade se mostrar na enunciação: 1. por meio da heterogeneidade marcada mostrada e 2. por meio da heterogeneidade mostrada não-marcada. Por exemplo:

[16]

Dessa forma, estaria afirmando que o sentido produzido pelo texto como um todo ("wholes") e os padrões ("patterns") podem ser demonstrados não através de contagens e medidas, mas por diferentes possibilidades de interpretação da multiplicidade de conotações.

(D.E.L.T.A. Texto 10)

[17]⁴⁹

As análises realizadas com base no esgoto dessa pesquisa [...]

Em [16], a enunciação é realizada em *uma língua* e, num momento pontual da enunciação, o sujeito introduz uma *outra língua*, por meio da qual evidencia-se o *outro estrangeiro*. Na linearidade enunciativa, há uma tradução de termos estrangeiros para a língua original da enunciação. O rompimento da cadeia enunciativa por meio de parênteses e a marca lingüístico-formal empregada caracteriza a heterogeneidade mostrada marcada. A marca, que nesse caso são as aspas, poderia ter sido outra, como itálico ou negrito, por exemplo. Já em [17], que tenta reproduzir na escrita o que seria na oralidade um lapso de língua, ou um ato-falho, não possui qualquer marca formal, caracterizando, portanto, a heterogeneidade mostrada não-marcada. O outro que se instaura na enunciação por meio da palavra *esgoto* pode representar diversas contingências imediatas do sujeito-enunciador, as quais no momento não vêm ao caso. Objetar-se-á que o co-texto imediato e o contexto discursivo são uma marca da heterogeneidade, no entanto, cremos firmemente que, quando Authier-Revuz aborda as heterogeneidades, reporta-se ao que é efetivamente dito, isto é, ao conteúdo enunciado e não ao que se pretendia enunciar. É evidente, pelo contexto, que a intenção do sujeito-enunciador era utilizar a palavra *escopo* e não *esgoto*, mas o que foi dito - e justamente por isso se instaura a heterogeneidade - foi *esgoto*, uma outra palavra, de um outro contexto, pretendida por outras razões, que se apresenta, como no jogo oportunista do inconsciente, o qual espera o sujeito distrair-se, num momento preciso de enunciação, para tomar-lhe a palavra. Exatamente por ser um processo inconsciente é que não há marcas, pois o sujeito, em princípio, não percebe que teve sua enunciação "invadida" por uma outra voz que não era a sua. Casos outros dessa

⁴⁹ Este exemplo é artificial, colocado com o objetivo de existir um parâmetro comparativo entre as duas formas de heterogeneidade mostrada.

heterogeneidade mostrada não-marcada são os chistes, os ditos espirituosos, os piropos⁵⁰, os anagramas, os acrósticos e todas as formas lingüísticas em que outras palavras, ou novas palavras, ou diferentes palavras podem ser identificadas em uma enunciação. Nesses casos, o processo enunciativo acontece de forma, se não totalmente consciente, pelo menos semiconsciente, e semiconsciente porque o efeito pretendido pelo sujeito enunciador nunca (ou quase nunca) é o efeito alcançado.

Dada a diversidade das formas marcadas de heterogeneidades, e considerando os objetivos deste capítulo, que pretende ser uma apresentação rápida, nos contentaremos em apresentar somente as principais formas descritas por Authier-Revuz (2004, pp. 11-80).

5.2 Heterogeneidade mostrada

Como já deve ter ficado claro, o conceito de heterogeneidade está ancorado ao conceito de autonímia, de metaenunciação e de modalização autonímica. Para Authier-Revuz (2004), a autonímia como uma “tomada de consciência lingüística” (DUBOIS *et alii*, 1993, p. 81) por parte do falante é uma das formas mais complexas de heterogeneidade. A autora distingue *conotação autonímica* de *modalização autonímica*. Existe uma relação natural entre significado/significante, entidades que formam o signo lingüístico, e a referência. Um signo lingüístico, em princípio, deve relacionar-se a um (ou a um conjunto relativamente limitado) de referente(s), tornando possível sua interpretação, que, obviamente, deve partir de algum ponto ancorado na experiência sócio-histórico-ideológica de cada sujeito. Essa relação natural entre signo-referência é o *uso* do signo, o emprego comum da linguagem. Em algumas enunciações, essa relação natural se perde, ou escapa. É quando o sujeito toma o signo lingüístico como objeto da própria enunciação em curso, isto é, o sujeito aciona a autonímia, conceito oriundo da lógica para atender às necessidades descritivas do sistema da linguagem, e princípio universal das línguas naturais

⁵⁰ Segundo Miller (2002) os piropos são uma espécie de galanteio espirituoso (ao modelo do chiste) por meio do qual um sujeito-piropiador dirige um elogio a uma mulher com o objetivo de conquistá-la.

segundo Martin (2006), para quem todas as línguas do mundo dispõem de mecanismos descritivos autonímicos:

os signos lingüísticos substituem as coisas; eles trazem em si a idéia das coisas. É quase evidente. Observemos, mesmo assim, que a função simbólica pode se disfarçar: ocorre que os signos, em vez de remeter às coisas, remetem a si mesmos. *No plural*, mesa *se escreve com um s*: eis algo que não diz absolutamente nada de nenhuma mesa, mas somente da palavra *mesa*. A própria gramática fica conturbada com isso e pode então gerar paradoxos: Na frase “*mesa é um nome feminino*”, mesa *é um nome masculino*. Absurdo? De jeito nenhum. Nós dizemos: mesa *está escrito no singular* e não **está escrita*; é, porque, então, mesa, tão logo é autonímico, funciona como um substantivo masculino. Desconfiemos das evidências, na lingüística como em qualquer lugar!

(MARTIN, 2003, p. 81-82)

Rey-Debove (*apud* AUTHIER-REVUZ, 2004) chama o emprego autonímico das palavras de *conotação* autonímica, explicando que o signo, em seu estatuto de uso comum é transparente, pois o signo aponta para uma referência. Uma vez que o signo é tomado em seu estatuto de conotação autonímica, passa por um processo de opacificação lingüística, porque bloqueia a transparência própria do signo, que, deixando de remeter a um referente outro, passa a remeter a si próprio, impedindo qualquer possibilidade de substituição sinonímica. Com base nessas reflexões, Authier-Revuz (1998, 2004) desenvolve o conceito de modalização autonímica. A modalização, neste caso, é tomada como marcas não-dêiticas da presença do sujeito-enunciador num enunciado, expressa por meio de glosas de avaliação, reserva, comentário, notas explicativas etc. Ela é “autonímica” porque imprime à enunciação em curso a opacificação discursiva do enunciado e é modalização porque imprime ao enunciado uma glosa de comentário, avaliação ou expressão afetivo-explicativa em relação ao modo de enunciar ou às palavras empregadas. Em casos especiais, um signo comporta as duas funções – conotação e modalização autonímicas – em enunciações em que as palavras são colocadas sob vigilância, ou em relevo (os vários usos das aspas apontam para essa característica), passando a possuir “três andares” – uso/menção/modalização – segundo a autora; nesses casos, a conotação

autonímica é pressuposta e implícita, presente na estrutura profunda da enunciação enquanto que a modalização autonímica se deixa ver na superfície, identificada ou por marcas tipográficas formais da escrita ou por certa ascendência entonacional que marca, na oralidade, o relevo impresso na palavra empregada. Por exemplo⁵¹:

[18]

[18.1]

Nosso objetivo é apresentar o deslocamento dos gêneros textuais como uma “novidade” no ensino de língua materna.

(Anais da XVI Jornada de Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Ceará, V. I, 1998)

[18.2]

Pode-se dizer, portanto, que a maior “novidade” no ensino de língua materna/ — *se realmente o for* — /é o deslocamento [...].

(Anais da XVI Jornada de Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Ceará, V. I, 1998)

Em [18.1] o signo *novidade* é colocado em relevo pelo sujeito-enunciador, destacado do restante da cadeia enunciativa por meio das aspas, demonstrando que tem determinadas reservas ao empregar a palavra. A enunciação é colocada sob vigilância e o signo, na medida em que é usado é também mencionado (conotação autonímica). O sujeito-enunciador ao usar o signo, fala, implicitamente, dele. Em [18.2], temos uma *modalização autonímica*. A expressão sublinhada representa um desdobramento do enunciado; dá-se uma ruptura sintática representada pelos travessões (—) demonstrando que o enunciador interrompeu seu raciocínio inicial (*a novidade no ensino de língua materna*) para se voltar para a própria enunciação, verificando se o termo empregado, ou a expressão utilizada, é ou não apropriado: — *se realmente o for* — direcionando-se sobre um termo do *já-dito*; nessa metaenunciação há a substituição do termo glosado (*novidade*) por um anafórico (o pronome oblíquo “o”) e é marcado por aspas, demonstrando alguma preocupação do sujeito pelo emprego desse signo na cadeia enunciativa. A ruptura sintática pode estar empregada conscientemente para demonstrar uma dúvida, uma

⁵¹ Os exemplos apresentados nessa sessão, embora oriundos do discurso acadêmico, não foram retirados do *corpus* constituído para a pesquisa, pois o formato específico desse tipo de heterogeneidade não foi encontrado nele.

hesitação sobre o que foi dito, numa espécie de ‘preservação de face’, estratégia, aliás, largamente empregada em textos científicos.

5.2.1 As formas da heterogeneidade marcada

5.2.1.1 Adequação do signo empregado

O fato mais evidente na linguagem é que as línguas variam. Dizer que as línguas variam é efetivamente utilizar uma expressão ambígua, porque as línguas variam, pelo menos, de duas formas: (i) considerando os limites políticos, as línguas variam no aspecto que o senso-comum e técnico denomina de ‘idiomas’ e (ii) considerando os postulados da sociolinguística e da dialetologia, uma mesma língua varia diastrática, diafásica, diacrônica e diatopicamente. Assim, no fio de um discurso, o usuário da língua torna seu dizer heterogêneo ao explicitar um termo estrangeiro, explicando-o ou especificando sua origem, ou ao transpor um termo de uma variedade da língua para outra, geralmente uma variedade técnica para uma linguagem “comum”. Por exemplo:

[19]

O português do Brasil (doravante PB) sempre foi classificado como sendo uma língua do tipo *pro-drop*,/ ou seja, língua que permite a ocorrência de categorias vazias em posições argumentativas [...]

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

[20]

[...] a estratégia mais comum é o emprego de *afixos*,/ elementos que se juntam a determinadas bases para denotar diminutivos, aumentativos, afeições e desprezo,/ [...]

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

[21]

[...] Afirma-se também que a *palavra*,/ compreendida mais amplamente como signo lingüístico e verbal,/ é constitutiva da consciência [...]

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

No exemplo [19], a parte em relevo explicita o termo estrangeiro (*pro-drop*), que vem marcado em itálico, já demonstrando que o produtor do texto se preocupa com o emprego deste signo; o sujeito-enunciador, neste exemplo, ainda utilizou um marcador argumentativo próprio para explicações: “ou seja”, no fio discursivo houve a metaenunciação natural da linguagem, que é sintoma da modalização autonímica, isto é, a explicação que diz em que sentido o termo é empregado.

O exemplo [20] exige uma consideração inicial. O texto é um artigo científico publicado numa revista de temática exclusiva da área para a divulgação entre os cientistas da linguagem. É, portanto, potencialmente produzido para leitores especializados; o uso do signo “afixos” seguido de uma explicação detalhada é um indício da necessidade que o sujeito da enunciação sente em heterogeneizar o seu discurso, possivelmente valorizando-o como uma fórmula clássica, de aceitação pacífica entre os membros de sua área de atuação; a necessidade específica de clarear o termo se perde, dado o público-alvo do texto, daí a conclusão lógica de que somente uma marca intrínseca ao discurso abre espaço para esse uso discursivo. O termo glosado, nesse caso, é um termo técnico, não menos heterogêneo que um termo estrangeiro.

O exemplo [21] é muito semelhante ao [20], com a diferença de que o termo técnico vem marcado por itálico. Este signo, diferentemente do termo *afixos*, que é de aceitação pacífica na comunidade discursiva, necessita de uma explicação, pois o termo *palavra* não só é ambíguo por definição, como dependendo da filiação epistemológica do sujeito-enunciador, pode ser tomado em mais de um sentido técnico. A outra voz que aí se faz ouvir é a voz de toda uma corrente de pensamento que pode estar cristalizada entre o meio lingüístico ou não.

5.2.1.2 Certeza quanto ao signo empregado

A linguagem humana é, não raro, imprecisa. Diversas vezes queremos nos referir a um determinado “objeto de mundo”, e o signo não é suficientemente adequado, ou o locutor tem dúvidas quando ao seu uso. Nas ciências humanas, esse problema é ainda mais grave, dada a diversidade terminológica, pois cada pesquisador, cada sub-área de um saber disciplinar sente a “necessidade” de incluir novos termos à terminologia corrente, muitas vezes utilizando um termo já existente numa nova perspectiva. “As figuras de dúvida, de reserva, de hesitação, de retoque ou retificação ou de confirmação” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 15) representam esse tipo de heterogeneidade. Alguns exemplos:

[22]

[...] a sistematicidade lingüística, com a sua ordem própria e sua,/ *por assim dizer*, /“estabilidade” [...]

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

[23]

[...] essa teoria, [...] assume a diversificação discursiva em função temática,/ *se é que se pode falar em **função temática** nesse nosso contexto*,/ contudo [...]

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

[24]

[...] a higienização verbal,/ *isso mesmo: **higienização verbal***,/ corresponde ao termo[...].

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

Observando o exemplo [22], temos a impressão de que o sujeito-enunciador não está seguro quanto ao termo que irá empregar, subjetivando-se na medida em que enuncia, revelando uma enunciação pontuada pela incompletude do dizer. É como se o signo em questão não pertencesse ao léxico estabilizado da área, por isso se torna necessário um rompimento do discurso para demonstrar essa insegurança, é uma figura de reserva empregada com o claro objetivo de preservação de face, de desculpar-se por ser um sujeito

que fala com insegurança a partir de um lugar enunciativo em que deveria estar absolutamente seguro.

O exemplo [23] ilustra o que Authier-Revuz chamou de “figura de dúvida”. Mais do que uma adequação ao interlocutor, parece-nos que o sujeito da enunciação está se dirigindo a si mesmo, justificando para si o emprego de um termo, ou, no processo especular, procurando atingir o Grande Outro, de uma outra cena enunciativa. A metaenunciação orquestrada por meio da subordinada “*se é que se pode falar*” pode ser interpretada como “*será que eu posso falar?*”; notemos que houve o reenvio do termo glosado – *função temática* – na cadeia enunciativa, tornando-o autônimo do primeiro termo. Nesse caso, queremos crer que o sujeito-enunciador dirige essa parte do enunciado para si mesmo e não para o seu leitor/interlocutor. Funcionaria como uma ressalva ou uma pergunta retórica.

Já o evento [24] é uma forma mais rara e, aparentemente, só em casos realmente especiais tem sido empregado em textos científicos. É a figura da confirmação. O signo empregado não é usual na área, então o produtor do texto, antecipando uma possível atitude responsiva ativa negativa por parte do interlocutor, confirma o termo empregado, ratificando-o. Sua função é impedir que o interlocutor interprete como um equívoco o termo empregado, levando-o a perceber que, apesar de ‘estranho’, a intenção visada era exatamente aquela e que o uso do termo não foi lapso.

5.2.1.3 Indicação interpretativa de signo

Authier-Revuz chama essa forma de heterogeneidade de “significação da palavra normalmente óbvia”; optamos por chamá-la de ‘indicação interpretativa de signo’ porque resume melhor a função da glosa:

[25]

[...] partimos de informações contidas no texto, que o autor ou o falante veiculam através de seu discurso e, de informações não-textuais,/ *entendido aqui no sentido em que Marcuschi dá ao termo*,/ daí construímos os sentidos...”

(Anais da XVI Jornada de Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Ceará, V. I, 1998)

[26]

[...] a comunicação,/ no sentido etnometodológico do termo,/ se apresenta [...]

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

Os exemplos demonstram que a função dessa heterogeneidade é óbvia: serve para indicar, direcionar a interpretação que o interlocutor fará do termo empregado. Geralmente não é marcada no sentido de não apresentar o signo grafado com itálico ou aspas, por exemplo, mas permanece a indicação ou o direcionamento que vêm intercalados por vírgulas (mais comum) ou por travessões, configurando a ruptura sintática do enunciado.

5.2.1.4 Empréstimos

Chamamos, genericamente, de “empréstimos” as fórmulas das expressões lingüísticas que Authier-Revuz (2004) chama de ‘o pertencer das palavras’, isto é, de outros discursos inseridos na linha discursiva. São formas muito semelhantes aos modelos atuais de intertextualidade, discurso citado, argumento de autoridade etc. Todas as formas que remetem a um outro discurso — citação e alusão, mais notadamente — preenchem os requisitos para ser esse tipo lingüístico de heterogeneidade:

[27]

Essas instituições são formações sociais e como tais, aparelhos ideológicos,/ *que segundo Althusser (1974: 72):*

Só existe prática através de uma ideologia e esta está inserida em aparelhos ideológicos. Portanto, ele reúne em um discurso fictício não só o que se diz nos testamentos, nos teólogos, nos sermões, mas também nas suas práticas, nos rituais, nas cerimônias e nos sacramentos./

(Boletim da ABRALIN, Março de 2001, nº 26/ESPECIAL V. I)

[28]

Conforme Dias (2001) e Azeredo (2000) as cláusulas parentéticas ocupam a posição intercalada em relação à informação...”

(Anais da XVI Jornada de Estudos Lingüísticos da Universidade Federal do Ceará, V. I, 1998)

Essas parecem ser as formas de heterogeneidade mais utilizadas no gênero artigo acadêmico (mas somente uma análise quantitativa poderia fornecer dados precisos para essa afirmação). O exemplo [27] é uma citação direta na qual o produtor do texto interrompe o seu discurso para entregar o direito de voz a um outro locutor que venha a referendar aquilo que ele está defendendo. Refletindo sobre esse tipo de fenômeno lingüístico e chamando-o, como já foi mencionado, de intertextualidade, Piègay-Gros (1996) diz que “a citação aparece, então, como uma forma emblemática da intertextualidade, porque ela caracteriza um estatuto do texto dominado pela heterogeneidade e pela fragmentação” e completa dizendo que “a citação permite reforçar o efeito da verdade de um discurso, autenticando-o”. Esse tipo de heterogeneidade é o mais explicitamente marcado, devido à própria convenção do meio acadêmico, que normatiza que a citação deve ser demonstrada, explícita, geralmente entre aspas e, em alguns casos, recuada mais à direita do parágrafo; a norma da escrita acadêmica recomenda ainda que apareça em letra menor que o restante do texto, o que a faz ainda mais marcada, diferenciada do restante.

Authier-Revuz ainda apresenta outras formas de heterogeneidade (discurso indireto livre, ironia, antífrase, imitação, entre outras) que, considerando os objetivos a que nos propusemos, serão deixadas de fora dessa reflexão.

Mais adiante, no desenvolvimento da teoria das heterogeneidades enunciativas, Authier-Revuz refinará ainda mais os procedimentos analíticos e retomará essas discussões sob a designação de não-coincidências do dizer.

Capítulo 6:

Não-coincidências do dizer: o furo do discurso

Mas como esquecer a linearidade? Não se trata acima de tudo de colocá-la no seu devido lugar? Como não a atender, como não consentir que ela tenha o seu lugar, uma vez que ela traduz da maneira mais direta possível o trajeto da vida do homem, na sua condição de indivíduo, entre seu nascimento e sua morte?

Rousseau-Dujardin (*Mentido por escrito: sobre a situação psicanalítica*, 1980)

6.1 Metaenunciação e Heterogeneidade Enunciativa

Existem, no sistema lingüístico, mecanismos disponíveis para tornar a linguagem o seu próprio objeto. Os estudos da comunicação, iniciados pelo Círculo Lingüístico de Praga e desenvolvidos por Jakobson (1999), estabeleceram seis elementos indispensáveis ao processo comunicativo (emissor, receptor, código, mensagem, canal e referente). Posteriormente, Kerbrat-Orecchioni (1980), atenta às falhas deste modelo, adiciona ao esquema uma série de elementos, entre eles as competências lingüísticas, pragmáticas, ideológicas e culturais. Ambos os esquemas, com base nos elementos da comunicação, previram que a linguagem é organizada em determinadas funções e que, na superfície textual, aparecem os indícios de cada função. Ao emissor, corresponde a função emotiva (ou expressiva); ao receptor, corresponde a função conativa (ou apelativa); ao referente corresponde a função referencial; à mensagem, corresponde a função poética; ao canal, corresponde a função fática; e, ao código, corresponde a função metalingüística. É essa última que nos interessa.

Tome-se um código, fale-se dele por meio de seus próprios elementos constituintes, e teremos função metalingüística. O exemplo clássico dessa função são os dicionários, mas não são os únicos. Em quase todos os gêneros textuais, encontramos fragmentos de metalinguagem introduzidos discursivamente por meia dúzia de elementos chamados pela gramática tradicional de locuções ou partículas explicativas (cf. BECHARA, 2004; GARCIA, 2004); essas expressões denotativas são: *ou seja, isto é, melhor dizendo, dizendo de outra forma, em outras palavras, dito de outra maneira*, e algumas poucas variantes.

É em frases introduzidas por essas expressões, frases quase-apostos, ou quase-orações apositivas, que encontramos o sintoma de um outro desdobramento lingüístico que aponta para uma estrutura de linguagem na qual uma ausência é sentida ou, ao contrário, uma presença estranha é pressentida e, por isso, a enunciação é colocada sob vigilância. Esse outro desdobramento é a metaenunciação, diferente da função metalingüística que diz o mesmo com outras palavras. Ela aponta para o outro, ou outros que ameaçam o sujeito. A metaenunciação, como centuriões no fórum romano protegendo o último imperador, aponta para um sujeito que, ao desculpar-se pela lição de casa inacabada ou ao confessar-se perdido no lugar em que deveria estar absolutamente seguro do dizer, assume o risco de se perder em um vazio enunciativo, renunciando a afirmar-se como sujeito na origem do discurso que atravessa sua enunciação. Além de um “furo” no discurso e de uma ferida a ser sanada na enunciação, um procedimento metaenunciativo mantém a distância o(s) outro(s) que ameaça(m) invadir a subjetividade do enunciador garantindo-lhe, mesmo que ilusória e temporariamente, o direito de (se) enunciar como Um. Algumas vezes, a armadura e escudo subjetivo de defesa contra o não-Um ameaçador, voraz e letal da enunciação é justamente evidenciar, reafirmar, conjurar sua presença, dizendo-lhe “Enuncie! Fale! Proclame-se! Faça-me seu porta-voz”. Este procedimento, ainda que extremista, materializa uma perfeição-aparente do sistema lingüístico por meio da qual uma função batismal emerge na linearidade da enunciação ou, por outro lado, dizer o não-Um é assumir uma figuração de engodo discursivo na qual o sujeito se coloca como sufragista da justeza-designativa em voga, guardada no arquivo da memória. Esses procedimentos, tanto o da função batismal como da função sufragista, auxiliam o sujeito a

obnubilar o não-Um, e têm como resultado a manutenção da “propriedade” da enunciação e de sua continuidade. O sujeito-obnubilador da metaenunciação mascara o não-Um iludindo-se no próprio ato enunciativo e evidencia justamente aquilo que pretendia negar. É, pois, em última instância, uma atitude subjetiva de denegação temida por todo enunciador.

Dito de outra maneira, as não-coincidências do dizer podem aparecer mesmo quando um sujeito-falante assume a sua enunciação batizando um referente ainda não nomeado ou nomeado inapropriadamente, ou, ainda, de forma insuficiente, para designar-lhe todo o conteúdo (função batismal). Também podemos notar suas funções designando a posição assumida pelo sujeito-enunciador que adere a um termo já nomeado reconhecendo-lhe o estatuto de perfeito para descrever a idéia em situações de fala (função sufragista de justeza designativa). Os eventos transcritos a seguir evidenciam este desdobramento metaenunciativo:

[29]

[...] a intenção em apresentar detalhadamente todos esses conceitos foi na tentativa de demonstrar que hibridismo /é a *palavra exata* /para descrever este tipo de texto em que as marcas de gêneros como [...]

(LeD. Texto 09)

Neste evento, o termo glosado (*hibridismo*) mostra a função sufragista de justeza designativa apontada pelo sujeito por meio da metaenunciação (*é a palavra exata*), que, nesse exemplo, se apresenta sem ruptura sintática no enunciado, nem aparece qualquer marca lingüística distinguindo o termo glosado ou a metaenunciação do restante da cadeia enunciativa. É visível que a adesão ao termo é plena e que o sujeito não teme empregá-lo. A expressividade presente na metaenunciação, mesmo escrita, leva-nos a crer que o sujeito da enunciação rende-se à ordem discursiva e instaura no curso de seu dizer a voz do não-Um, daquele outro que se enuncia escondido na perfeição da relação nomeador-nomeante-nomeado.

Não previsto pelos inventários, este tipo de NCD é interpretativo, portanto classificado no nível 6 apontando para a heterogeneidade constitutiva da linguagem e, por

isso, sua presença em enunciações garante ao sujeito o direito de exercer o lugar de enunciação legitimado pela rede de discurso sobre a qual assenta sua fala. É uma negociação assimétrica entre um enunciador nunca “senhor de sua morada” e os circuitos discursivos nos quais um outro impera soberano, mas concede, momentaneamente, um vislumbre de realização linguageira para que o sujeito, alçado ao estatuto de mestre de seu dizer, mostre o ponto para o qual deve convergir a origem do discurso. Ainda assim, uma voz que ronda do exterior ressoa dissonante no limiar desse discurso, pois o referencial conteudístico da enunciação em formato de glosa de “figura do bem-dizer” mostra a marca da experiência da subjetivação a se-fazer por meio de si, no qual a alteridade extrema do Outro Absoluto figura como sombra ou penumbra a ameaçar de longe, somente com o olhar, como um pai reprovador que impõe a lei da linguagem. Subjetivar-se por meio da certeza do dizer (*é a palavra exata*) funciona como um grito de liberdade de um sujeito que rompe com as cadeias enunciativas que acorrentam o direito de voz autônoma a (se) enunciar. A seguir, um outro exemplo desse tipo de heterogeneidade:

[30]

A língua-l do gerativismo/ *é o que eu chamo de **Versão-I***/ porque [...]
(D.E.L.T.A. Texto 04)

O evento [30] é semelhante ao anterior em muitos aspectos, mas dele difere sob muitos outros. As semelhanças podem ser rapidamente enumeradas. Não há marcas lingüísticas nem no termo glosado, nem ruptura sintática na enunciação (poderíamos já classificá-la como metaenunciação interpretativa, nível 6). É importante deixar claro que essa equiparação que aqui propomos não foi prevista pela teoria de base que adotamos; é importante também sublinhar que, ao optarmos por este procedimento teórico-metodológico, não estamos defendendo a idéia que existem duas abordagens teóricas para se tratar das heterogeneidades enunciativas, ao contrário, as mudanças de enfoque e de abordagens se seguiram para melhor esclarecer a teoria, sofisticar os procedimentos de análises e assegurar melhores resultados. Assinalemos ainda que a heterogeneidade

(constitutiva *versus* mostrada marcada e não-marcada) não deixou de existir: ela apenas foi descrita sob um viés mais profundo.

Podemos observar que há, no evento [30] uma substituição de um signo por outro (*língua-I* por *versão-I*). Este fato nos leva a interpretar o evento como substitutivo, nível 4. Ainda há de se considerar o verbo “chamar” flexionado na primeira pessoa do singular, logo, evento explicitamente metaenunciativo, nível 1. Assim, podemos dizer que três níveis interagem na formação da metaenunciação em evidência: no nível 1- pela presença do verbo chamar; no nível 4 – pela permuta de termos; no nível 6 – pela completa ausência de marcas formais.

O verbo *chamar* “re-batiza”, nesse caso, uma referência já nomeada; então, é coerente supor que o sujeito da enunciação recusa a nomeação anterior por considerá-la imprópria ou insatisfatória. Considerando que o termo glosado na enunciação é *língua*, uma das palavras mais ambíguas na terminologia lingüística, a insatisfação do sujeito é uma resposta ativa aos sentidos inoportunos (logo, outros sentidos) que o termo aciona no momento em que é enunciado. O sujeito-enunciador convoca o não-Um, fazendo-o presente por meio da pluralidade dos sentidos, não para reafirmá-lo, mas para esmigalhar sua influência e destroná-lo de sua majestade por meio da flexão verbal em primeira pessoa do singular, como quem convoca um servo para lembrá-lo justamente de seu estado de servidão. Porém, e é aí que o engodo se faz, ao convocar o não-Um, mesmo com maldosas intenções, o sujeito-enunciador, inconscientemente, o legitima, mais que isso, autoriza o não-Um a materializar-se, declarando publicamente sua existência. Substituir o termo glosado por um outro dá ao sujeito enunciador a impressão (falsa) de que ele controla a enunciação e que fala por meio dela, não percebendo que é “mais falado do que fala”, porque revela um desejo inalcançável de ser sujeito-origem do dizer. O exemplo [31], na seqüência, difere do evento [30], porque possui ruptura sintática e porque mostra um sujeito vacilante, entregue à dúvida e à incerteza, que não assume a precisão da escolha de suas palavras, mas que demonstra que seu dizer é admissível, indicando um vaivém entre o dito e o a-dizer, ou entre o sentido dado e o sentido a-vir. O movimento de subjetivação é

positivo, pois o sujeito encontra uma resposta para a voz do exterior numa nomeação *conforme* as leis do dizer, enunciando para si e para o Grande Outro da linguagem:

[31]

A crítica ao subjetivismo idealista é uma reação às correntes psicologizantes, / *que se pode chamar hoje em dia de **perspectiva individualista de linguagem***, mas vale sublinhar que [...]

(ReVEL. Texto 06)

Por meio desse tipo de glosa metaenunciativa, o sujeito se coloca como *descriptor* das palavras que utiliza, jogando reflexivamente com um dizer que se volta sobre si mesmo. O sujeito-enunciador se sente distante do co-enunciador, portanto forma o não-UM com ele. As glosas servem, nessa perspectiva, a duas funções básicas: dizer um sentido (de várias formas), chamadas aqui de “função batismal” (como no exemplo [29]) ou solicitar que se interprete um termo numa pluralidade de sentido, posição enunciativa que optamos por chamar de “função sufragista de justeza-designativa” (como no exemplo [30]).

Nos exemplos a seguir, encontramos também o sujeito vacilante do evento [31], mas sob uma ótica diferente. A laçada reflexiva de movimento batismal não se dá por meio de um admitir da nomeação, mas por uma estratégia de enunciação provisória, nomeação de caráter temporário. Nesse caso, o enunciador apela para uma concessão alteritária transitória, para a *alteridade próxima* conjurando no ato enunciativo a evasão de si no momento de subjetivar-se. No exemplo [33], a ameaça do não-Um se realiza pela ambigüidade, pelos outros sentidos que intimidam a interpretação da palavra enunciada:

[32]

“Por essa perspectiva as palavras devem ser classificadas por uma categorização funcional, / *que vamos chamar provisoriamente **classe 1***./

(DELTA. Texto 05)

[33]

“Metodologicamente falando devemos primeiro situar a enunciação / *no sentido estrito* / que foi batizado por...”

(D.E.L.T.A. Texto 08)

Devemos considerar que o sentido de uma palavra, discursivamente falando, é geralmente óbvio, ou pelo menos, com base nas contingências contextuais imediatas, as possibilidades de interpretações são limitadas. A partir daí é de se supor que ou a metaenunciação carrega em si mais do que uma “vaidade” enunciativa, abrindo espaço para reflexões sobre a constituição subjetiva (estabelecendo elementos para análises de outra ordem, como considerações psicanalíticas, por exemplo), ou, por outro lado, devemos admitir que, por fim, as possibilidades de interpretação não são tão óbvias como o esperado.

É de se supor igualmente que essa obviedade semântica se perde em função da falha constitutiva do sistema lingüístico (ou por outras razões, como a falha do enunciador, interferências externas etc.) que promovem a abertura de um movimento enunciativo capaz de re-estabelecer a unidade discursiva, numa técnica em que escolher uma palavra e explicitar o seu sentido em relação aos outros sentidos possíveis ou em relação às outras palavras, num lugar pontual da enunciação, no qual a palavra por si mesma é insuficientemente descrita pelo contexto, torna-se uma necessidade.

Isso leva o enunciador a fazer (ou sugerir no curso enunciativo) um “trabalho interpretativo” ao reenviar o termo ao contexto, ou ao fixar um outro contexto para a interpretação não sair prejudicada, sendo o termo, nesse caso, evocado com valor unívoco pelo enunciador. O exemplo [33] demonstra esse fato. Nele, o sujeito-enunciador, ao glosar o termo *enunciação*, sente que, se não explicitar o sentido em que toma a palavra, a interpretação pode sair prejudicada, ou pode ser feita de forma ambígua, daí a necessidade de metaenunciar especificando em que aspecto toma o termo, qual seja, *no sentido estrito*.

Dessa maneira, essas glosas testemunham implicitamente a presença do exterior (do não-Um) naquilo que está sendo dito e representam “um apelo” explícito a esse discurso exterior, ou exterior discursivo, que serve de apoio para ancorar o sentido, justamente porque, na teoria, a pluralidade de sentido, a nomeação e o encontro do enunciador com o seu dizer são fatos exteriores à estrutura própria da linguagem e, mesmo assim, se revelam na cadeia discursiva. Entendemos, dessa forma, que a natureza da interpretação da glosa

pelo co-enunciador é encontrada “fora” do contexto linear e imediato da enunciação do dizer, levando-o a assumir implicitamente que o discurso é dominado pelo não-Um.

O signo lingüístico é naturalmente complexo. Este fato mobiliza o intrincado funcionamento da metaenunciação que se desdobra em diversas funções enunciativas e discursivas. Com base nos exemplos apresentados até agora, podemos listar como funções da metaenunciação:

(a) considerando o caráter sufragista de justeza-designativa:

- (i) adesão plena/escolha precisa (evento [29]),
- (ii) explicitação palavra/contexto (evento [30]),
- (iii) direcionamento interpretativo (evento [31]),
- (iv) redução contextual (evento [33]);

(b) considerando a função batismal:

- (i) nomeação provisória (evento [32]),
- (ii) nomeação iniciante,
- (iii) nomeação admissível,
- (iv) nomeação obrigatória e
- (v) coragem da nomeação verdadeira.

Para as quatro últimas funções listadas serão apresentados exemplos oportunamente mais adiante neste trabalho, porque elas exigem que mobilizemos critérios de análises diferentes dos que foram utilizados até agora.

Convém mencionar que a redução contextual ocorre quando uma palavra, constitutivamente polissêmica, é enquadrada em um contexto específico em formas que tomam expressões como “[...] *no sentido de* [...]”, podendo aparecer de forma negativa, expurgando da enunciação qualquer sentido inconveniente; os outros sentidos são higienizados, pois são inoportunos. Essa higienização se dá por meio de expressões como “[...] *não no sentido de* [...]”, como nos eventos [34] e [35] transcritos a seguir:

[34]

O discurso fundador sobre a bipolaridade masculino-feminino que está presente na mídia tem sua origem dissecada na relação de poder,/ *no sentido de Foucault*,/ e atribui ao discurso uma notável [...].

(D.E.L.T.A. Texto 10)

[35]

Faz parte dessa profusão de sentidos em formação a construção da mulher como grupo homogêneo [...] pode subjazer a essa construção uma lógica, / *não no sentido aristotélico*, / que compartilha entre muitas características, a histeria, o descontrole emocional, o comportamento obsessivo, a fragilidade corporal e mental e a infantilidade.

(D.E.L.T.A. Texto 10)

Por sua vez, a explicitação de palavra ou explicitação de contexto aponta para o fenômeno da sinonímia, ou mais apropriadamente da autonímia, já que, geralmente, a metaenunciação vem acompanhada de retomada do termo glosado.

O direcionamento interpretativo funciona como uma contextualização adicional ou como uma extensão contextual. A contextualização adicional é entendida como o reconhecimento do sujeito-enunciador de que o contexto imediato não é suficiente para uma interpretação de seu dizer, levando-o a convocar o co-enunciador a adicionar novos contextos para a interpretação do termo (evento [36]). Note-se que, neste evento, o termo glosado ganha o revelo das aspas (nível 5) e é retomado na metaenunciação por meio de seu autônimo (nível 3). Novamente, os eventos devem ser classificados no que se refere aos níveis lingüísticos, levando-se em conta uma co-ocorrência e uma interação entre eles. Cada vez mais nos convencemos de que os seis níveis descritos pela teoria não são excludentes.

Na extensão contextual, o sujeito-enunciador assume os sentidos possíveis em sua totalidade (exemplo [37]); é preciso destacar que, neste caso, não há retomada unívoca do termo, mas ele é permutado pela sintagma genérico “*a palavra*” (nível 4).

[36]

É uma abordagem “mentalista”, / *mas **mentalista** num sentido que deveria ser não-controverso.*

(DELTA. Texto 01)

[37]

O programa minimalista é uma teoria **formal**, / *em todos os sentidos que a palavra transmite*, / pois representa...”

(DELTA. Texto 01)

Essas figuras representam o efeito produzido, o efeito desejado e o efeito pesado no ato comunicativo, este último mais voltado para a preocupação do sujeito-enunciador com o modo de dizer e não com o dito propriamente considerado, remetendo a uma *intencionalidade* do enunciador em se assumir como senhor de sua enunciação, ainda assim deixando emergir um dizer que não é totalmente UM, já que exige a especificação dos sentidos, dos contextos ou das palavras.

É preciso esclarecer o que podemos entender por ‘efeito produzido’, ‘efeito desejado’ e ‘efeito pesado’. Todo ato comunicativo, isto é, todo ato efetivo de enunciação, possui um objetivo, uma intenção em ser proferido, de modo que o ‘efeito desejado’ é a intenção do sujeito-enunciador em se fazer compreender, em obter uma atitude responsiva do co-enunciador. Se, até certo ponto, é impossível saber, com efeito, a intenção de um sujeito-enunciador, pelo menos é possível admitir que as pistas deixadas no próprio ato enunciativo apontam para essa intenção. O ‘efeito produzido’ está na própria interpretação do dito, na atitude responsiva; e o ‘efeito pesado’ é representado explicitamente nas glosas em que o sujeito-enunciador avalia o seu dizer ou sua escolha lexical, ou seu contexto imediato de interpretação, numa postura em que enunciador é ao mesmo tempo o produtor do enunciado e o interpretante desse enunciado, antecipando, calculando respostas. Os eventos a seguir representam a enunciação do *dizer admissível*, em fórmulas lingüísticas com o verbo “poder” (exemplo [38]), do *dizer obrigatório* constituído por necessidade/coragem do enunciador, em fórmulas lingüísticas com os verbos “dever”, “precisar” (exemplo [39]), do *dizer equivocado* com expressões do tipo “é o caso de dizer...” (exemplo [40]); e se apresentam ainda sob a forma do *batismo do dizer* com os verbos “propor”, “decidir” e “chamar” (exemplos [41] e [42]), entre outras fórmulas possíveis.

[38]

[...] por tratar-se de pessoas do discurso, *poderíamos dizer que essa hierarquia está no nível do discurso-pragmático* [...].

(D.E.L.T.A. Texto 03)

[39]

Observe-se que a situação social-comunicativa ilustrada remete ao que *precisamos chamar de interação dialógica assimétrica* que se desenvolve entre o professor e alguns alunos revelando já de início, a ausência de ação pedagógica de controle ou monitoramento de classe.

(D.E.L.T.A. Texto 06)

[40]

A importância dessa distinção vem de que um traço semântico tem, / *por assim dizer*, / existência independente, sendo essencial para descrever um fato, a saber, o significado de um item.

(D.E.L.T.A. Texto 04)

[41]

A reflexão foucaultiana opera um deslocamento de uma noção repressiva e negativa de poder para uma abordagem produtiva do mesmo – um poder estimulador de discursos e práticas *que eu chamo de 'lógica sócio-relacional'*.

(D.E.L.T.A. Texto 05)

[42]

A proposta de Foucault sobre o 'biopoder' colabora para explicar aquilo *que eu proponho como 'discurso de narrativas alteritárias imaginárias'* para significar a atitude da mídia em [...]

(D.E.L.T.A. Texto 05)

Essas fórmulas outorgam o estatuto do conceito de *sujeito-efeito do sentido do dizer* mantido na ordem discursiva por meio de sua constituição afetivo-institucional, sujeito organizador de fendas enunciativas, que agencia as práticas discursivas nas quais é obrigado a entrar para (se) enunciar. É um sujeito que se representa no seu dizer, ao mesmo tempo em que representa o seu próprio dizer, sua intenção em dizer e/ou sua submissão em assumir as leis do dizer nas formas da coerção ao verdadeiro e nas formas do dizer obrigatório (exemplo [39]) cujas estratégias de negociação emergem na superfície do dizer enunciado.

6.2 Não-coincidências do dizer

Como já foi mencionado, as *não-coincidências do dizer* são procedimentos lingüísticos empregados pelos falantes por meio dos quais assumem uma postura avaliativa daquilo que foi dito, levando em conta a caracterização da falha do sistema, apresentada anteriormente. Esse fenômeno é, em outros termos, o momento da enunciação no qual a falha do sistema fica mais evidente e através do qual o falante emprega expressões de forma mais explícita para obturar a falta.

6.2.1 Não-coincidência interlocutiva

A não-coincidência interlocutiva é, segundo Authier-Revuz (1998), constitutiva da enunciação, por se apoiar na noção lacaniana de sujeito, assumindo o discurso psicanalítico de que o sujeito é, por definição, dividido entre a representação que faz de si mesmo ao se assumir como um ‘eu’ que fala, já que só é sujeito quando fala, e o Outro que lhe é constitutivo, entendido como as vozes do inconsciente que afloram na superfície do discurso. O Outro é definido como:

o grande Outro da linguagem, que está sempre já aí. É o Outro do discurso universal, de tudo que já foi dito, na medida em que é pensável. [...] É também o Outro da verdade, esse Outro que é um terceiro em relação a todo diálogo, porque no diálogo de um com o outro sempre está o que funciona como referência tanto do acordo quanto do desacordo, o Outro do pacto quanto o Outro da controvérsia.

(MILLER, 2002, p. 22)

A primeira impressão que salta é a de que este desdobramento do fenômeno se refere a uma interferência comunicativa entre os co-enunciadores, não obstante, muito além de não-coincidir com seu interlocutor, o sujeito do dizer não-coincide consigo mesmo, pois seu dizer é atravessado pelo discurso do inconsciente. O evento [43], transcrito a seguir, representa uma injunção de vozes, por meio da qual o enunciador

convoca o Outro a assumir com ele uma enunciação, como que receando enunciar sozinho, ou como se solicitasse assistência para (se) enunciar. Já no evento [44], o enunciador submete seu dizer às vozes exteriores que estão no limite da enunciação e que, por isso, a constituem. Note-se que, enquanto o evento [44] apresenta termo glosado e substituição de termo (nível 4), o evento [43] é interpretativo (nível 6):

[43]

O procedimento de análise aqui empreendido é, / *digamos*, / muito próximo aos procedimentos da Análise Crítica do Discurso”

(D.E.L.T.A. Texto 03)

[44]

É justamente esse o objetivo do formalismo lingüístico contemporâneo, / ou *neo-estruturalismo*, se preferirem/ [...].

(DELTA. Texto 01)

Entendemos que os dois exemplos acima apresentam pontos em que o sujeito-enunciador sente que seu dizer não está, necessariamente, coincidindo com o discurso do grande Outro, o discurso universal da linguagem e defendemos que, por isso, tenta obturar a lacuna criada pela não-coincidência que se instala em sua enunciação com uma injunção de vozes (exemplo [43]), na qual convida (ou convoca) o Outro a dizer como ele, a entrar em seu jogo discursivo. Como o Outro é um lugar discursivo sempre inalcançável para o falante, entram em cena as formações imaginárias da enunciação e o processo psicanalítico da transferência em que o sujeito-enunciador projeta no interlocutor a imagem que tem do Grande Outro. O co-enunciador funciona, no ato discursivo, como um lugar-tenente que representaria para o enunciar o lugar inalcançável do Outro da Linguagem. Por outro lado, o sujeito que fala, por vezes submete-se à vontade do dizer do Outro se ofertando como seu porta-voz (exemplo [44]), nesse caso o enunciador renuncia à subjetividade. Entregando-se à inconclusibilidade de sua enunciação, coloca em funcionamento os mesmos mecanismos imaginários e empreende o processo de transferência.

A comunicação é um processo em que um enunciador se dirige a outro, é estruturado na ilusão do lugar imaginário da unidade. Momentânea e pontualmente, esse

Um da comunicação é ameaçado, ou se perde, ou é renunciado, por isso, inserir uma seqüência lingüística do tipo da não-coincidência interlocutiva é tentar re-estabelecer essa unidade discursiva, ou antes, explicitar de forma contundente o não-Um.

Assim, as não-coincidências interlocutivas se materializam por:

- (a) tentativa de restaurar o UM da enunciação, em formas que se apresentam como sendo:
 - (i) pedido de permissão, usualmente utilizando o verbo *permitir* ou similares em estruturas de orações subordinadas condicionais (evento [45]);
 - (ii) injunção de vozes, em formas lingüísticas marcadas pelo verbo *dizer*, geralmente conjugado na primeira pessoa do plural do subjuntivo (evento [43]);
 - (iii) submissão do dizer à vontade do co-enunciador, formas construídas com o verbo *querer* e/ou *aceitar* (evento [44]); e
- (b) explicitação da presença do não-Um, em estruturas do tipo:
 - (i) distanciamento do dizer em relação ao co-enunciador, em que o sujeito-enunciador reconhece que as palavras que usa pertencem, naquele momento, pontualmente, a ele mesmo e não a seu co-enunciador (exemplo [46]); e
 - (ii) distanciamento do dizer em relação ao enunciador, no qual o sujeito-enunciador reconhece que as palavras empregadas são próprias de seu co-enunciador e não dele mesmo (evento [47]):

*[45]⁵²

Nem sempre o que se vê nas pesquisas sobre a linguagem é a circunscrição de um objeto legitimamente lingüístico, antes, é, / *se me permitem o uso da expressão*, / um cabedal mosaico de teorias diversas.

(Chomsky. Conferência pronunciada em São Paulo).

⁵² Dada a dificuldade de encontrar no *corpus* estabelecido para esta pesquisa algumas expressões lingüísticas das não-coincidências do dizer, optamos por oferecer exemplos retirados de fontes diversas. Estes eventos serão marcados com um asterisco e será referida sua fonte.

*[46]

É um posicionamento raro que nem sempre se apresenta de público, chega a ser radical, / *mas entendo que é uma avaliação minha e não representa exatamente aquilo a que o professor se refere* / [...].

(Ouvinte da Conferência em resposta a proposição de Chomsky)

*[47]

Talvez eu não tenha sido claro. Radical realmente não se aplica nesse contexto, / *mas como o senhor muito bem coloca é uma palavra sua e não minha*. / Como disse em minha conferência e se o senhor a ouviu bem concordará, minha proposta é a de um formalismo eventual, um neo-estruturalismo, e é ainda apenas um programa de investigação e não uma proposta teórica”.

(Chomsky. Treplicando, na mesma conferência)

Authier-Revuz (1998) chama a atenção para o fato de que esse tipo de não-coincidência é uma marcação ilusória no discurso, um “engodo” enunciativo, uma vez que o sujeito-enunciador procura demonstrar que o seu dizer é produção de UM dos co-enunciadores, quando, na verdade, é constitutivamente marcada pelo não-Um e que, mesmo naqueles lugares onde o sujeito apresenta seu dizer de forma unívoca (como na injunção de vozes ou na submissão à voz do outro), ele nada mais é que um *efeito* da falha constitutiva do sistema lingüístico, um *efeito* da homonímia generalizada do sistema, da polissemia, do Outro que aflora na superfície da enunciação.

6.2.2 Não-coincidência interdiscursiva

A não-coincidência *interdiscursiva* é uma forma de marcar o que é interior e o que é exterior à enunciação do sujeito. É interior à enunciação porque ela se realiza sempre numa perspectiva tridimensional de *eu-aqui-agora*, cujo ponto de referência é sempre o sujeito que fala. E exterior porque sempre há um outro, em um outro lugar e num outro tempo, que (se) enuncia. A interioridade e a exterioridade no discurso marcam de forma nem sempre unívoca o dizer daquele que se enuncia ‘eu’ e o dizer de um ‘outro’ que é invocado a participar da enunciação. Tal participação serve para confirmar, refutar, apoiar, contradizer (entre muitas outras funções) aquilo que é dito no momento em que o sujeito-enunciador cede lugar a essa outra voz.

Dito de outra maneira, a não-coincidência interdiscursiva aponta as fronteiras entre os discursos, de forma que a enunciação acena para o domínio do não-Um. Fortemente marcada por mecanismos lingüísticos ou diluída na enunciação, a exterioridade discursiva e a validação de marcas fronteiriças asseguram ao enunciador a possibilidade de manter a outra enunciação à distância. Essa distância representa uma “armadura” vestida pelo sujeito no ato de subjetivar-se.

Apoiada na concepção da polifonia bakhtiniana e na interdiscursividade⁵³ de Pêcheux⁵⁴, este fenômeno diz respeito às vozes que circulam nos corredores sociais através dos vários discursos instaurados ao longo da linha do tempo. O enunciador reconhece que o seu dizer não é o primeiro, que há outros discursos afetando o seu e que, por isso, deverão ser considerados no ato hermenêutico de interpretação. A representação lingüística dessas formas de NCD pontua as mais explícitas heterogeneidades enunciativas, demarcando fronteiras entre o dizer de um “eu” e um outro dito, ou entre um dizer de agora e um de uma outra época, ou ainda, uma outra teoria, ou mesmo um outro sujeito-enunciador. Estas formas são representadas, em seu nível mais explícito, em citações e alusões, cujas marcas apresentam a especificidade da presença do heterogêneo, do não-Um constitutivo da enunciação. Abaixo os eventos [48] a [51]:

[48]

De acordo com Graesser et alii (2000: 418), "as representações semânticas na mente humana são bastante elaboradas porque estão ancoradas em um rico corpo de experiências e conhecimento geral de mundo (que varia de uma pessoa para outra)". Nessa perspectiva, pode-se vislumbrar, no espaço de sala de aula, um contexto interacional, ao mesmo tempo coletivo, pessoal e cognitivo [...].

(D.E.L.T.A. Texto 05)

⁵³ Cumpre destacar que a interdiscursividade é definida a partir da noção de interdiscurso. Este conceito foi cunhado por Pêcheux a partir da noção *formações discursivas*, de Foucault e deve ser entendido como o conjunto de enunciados determinados historicamente que estão de acordo com um dado sistema de regras sócio-históricas. Dessa forma, a partir de elementos *pré-construídos* num discurso dado é possível proceder-se a uma identificação no discurso do campo discursivo ao qual pertence ou, paradoxalmente, perceber no discurso formações discursivas antagônicas. Ao mesmo tempo, a partir dessa identificação, desse interdiscurso que atravessa o discurso tem-se determinado o que pode e o que deve ser dito.

⁵⁴ Cabe esclarecer que Authier-Revuz, apesar de considerar tanto o conceito de polifonia como o de interdiscursividade para a definição em discussão, não confunde os dois, antes se utiliza da proposta de interdiscursividade para preencher as lacunas da polifonia, haja vista ter sido esta última pensada como um conceito de análise literária e não propriamente de análise discursiva, de forma que a autora reconhece as diferenças entre ambos e considera as aproximações que podem existir entre eles.

[49]

A noção de hibridismo,/ *segundo During (1999)*, / pode ser entendida como processo de combinação dos produtos culturais com elementos novos para produzir efeitos diferentes em situações diferentes.

(D.E.L.T.A. Texto 06)

*[50]

[...] o sujeito é, antes de tudo, apenas um ser-falante, *não sei se esse termo é apropriado ao escopo das pesquisas estruturais* como a que pretendemos realizar, mas vamos mantê-lo para [...]

(Perini, em Ensaio publicado pelo portal da Editora Parábola, julho/2006)

*[51]

[...] é preciso trazer para a lingüística a noção de anti-representacionalismo, *como bem dizem os filósofos modernos* [...].

(Págano e Magalhães, Artigo publicado na revista *Entre Livros*, Ano 1, nº 4, 2006)

6.2.3 Não-coincidência entre as palavras e as coisas

A não-coincidência entre as palavras e as coisas é caracterizada pela autora pela perspectiva psicanalítica, considerando a tríade lacaniana *real, imaginário e simbólico*. As “coisas” são colocadas como objeto-real a nomear, e as palavras, como o instrumento utilizado no processo designativo, o aparelho simbólico significante. Acontece que o real é sempre inalcançável em sua essência, e a linguagem, uma vez constitutivamente falha, não é suficientemente adequada para nomeá-lo, entendimento lingüístico, aliás, muito próximo das postulações da semiótica discursiva.

O *real*, em termos lacanianos, é sempre heterogêneo, e isso faz com que ele escape à ordem simbólica, própria da linguagem. O sujeito, por sua vez, constrói sempre imagens imaginárias na tentativa de alcançar o real impossível pela ordem simbólica; essas imagens podem ser de si mesmo, do outro (interlocutor), do Outro, do discurso, da “coisa” que é nomeada. As palavras, assim, nunca alcançam satisfatoriamente a tarefa de nomear o real nem de designá-lo. A manifestação lingüística dessa parte do fenômeno costuma expressar:

- (i) dúvida quanto à enunciação, com verbos no futuro do pretérito ou futuro do presente e retomada do termo (evento [52]);

(ii) anulação de sentido, construída através do verbo dizer ou chamar e advérbio de negação (evento [53]);

(iii) explicitação da imperfeição do sistema lingüístico (eventos [54] e [55]).

A diversidade de figuras lingüísticas nas quais esse fenômeno se apresenta é imensa. Authier-Revuz (1998, p. 24) coloca essa dificuldade explicando que as formas de não-coincidências das palavras com as coisas

aparecem, de forma notável, por um lado, no plano dos fenômenos “tratados”, reflexivamente, pelos enunciadores, entre outros, a metáfora, o neologismo, o eufemismo e a hipérbole, e um conjunto de oposições gramaticais (finitude, número, tempo, modo...) muito raramente em causa nos outros campos de não-coincidência e, por outro lado, no plano das formas de glosa, a importância particular da modalização explícita que apresenta uma encenação complexa de recursos modais da língua (modalidade de enunciação, polaridade afirmativa/negativa, auxiliares modais, modos e tempos com valor modal, advérbios, subordinadas...).

*[52]

A gramática gerativa nasce num contexto específico e se desenvolve de uma forma tal que, / *se não inusitada, eu diria, pelo menos, ousada* /.

(Chomsky, Conferência proferida em Brasília)

*[53]

é justamente essa “liberdade” de pesquisa pouco criteriosa *que eu não chamaria de lingüística*.

(Chomsky, Conferência proferida em Brasília, responde a questões após a conferência)

[54]

Suponho que exemplos onde um item lexical novo, / *que vou chamar provisoriamente de não-negras*, / desafia, mesmo que ainda timidamente [...]

(LeD. Texto 06)

[55]

As teses desse autor me seduziram e me levaram a ler trechos de *As palavras e as coisas* e os textos de uma antologia de textos estruturalistas. Todos eram “anti-humanistas”, / *se é que o termo se aplica*, / e eu achava *difícil* / *(de fato, impossível)* / argumentar contra eles...”

(LeD. Texto 08)

6.2.4 Não-coincidência das palavras consigo mesmas

As não-coincidências das palavras consigo mesmas remetem a fenômenos próprios do sistema lingüístico: da polissemia e da homonímia, que ocasionam, com frequência, distúrbios de compreensão, interferências interpretativas e “equívocos do dizer”. São definidas com base no conceito de *lalangue* e analisadas pela perspectiva lingüístico-psicanalítica. Aparecem no discurso, pontualmente, com expressões que produzem:

- (i) fixação de um sentido e negação de outro,
- (ii) desculpas e reservas em relação ao termo empregado,
- (iii) inclusão/extensão de sentido, e
- (iv) consideração sobre a palavra empregada demonstrando certa coerção ou receio.

Exemplos para essas fórmulas serão apresentados no capítulo 7.

A análise que estamos propondo deve, por um lado, considerar que as formas de NCD se apóiam no sujeito-efeito do sentido que, no curso de sua enunciação, empreende um trabalho de negociação entre a centração lingüística no sujeito-enunciador, que, como falante, determina a nomeação do referente, o sentido *co-* e contextual, a significação extensiva do termo autônomo reenviado ao contexto, ou ainda determina a redução interpretativa por vezes necessária numa atitude languageira de egocentrismo lingüístico. Por outro lado, por meio delas o sujeito se evidencia como aquele que é “mais falado do que fala” (cf. LACAN, 1985), uma vez que só é sujeito quando se apropria do sistema lingüístico num ato efetivo de enunciação, mas que se representa como uma condição de seu imaginário, um sujeito que é puro efeito da falha constitutiva do sistema sobre a qual não tem controle e da qual é vítima constante.

Isto posto, podemos perceber que o fenômeno evidencia a inexatidão do sistema lingüístico manifesto em sua apresentação materialmente lingüística, revelando, ao mesmo tempo, um sujeito incapaz de se sentir completo em sua enunciação e configurando um quadro de subjetividade peculiar, no qual oscilam, disputam, revezam-se e concorrem

simultaneamente um sujeito senhor absoluto de seu dizer *versus* um sujeito radicalmente dividido e constitutivamente clivado em sua essência.

O mecanismo lingüístico das NCD se apresenta na materialidade discursiva, em sua maioria quase absoluta, como incisivas parentéticas, configurando uma ruptura sintática e uma suspensão temporária da linearidade enunciativa. Em outros termos, o sujeito-falante, deparando-se com uma falha do sistema, interrompe a cadência sintática do enunciado, não por vontade própria, mas por pressão do sistema lingüístico, e insere em seu dizer uma forma de obturação fantasmagórica, o que o leva a preencher a falta. Retomando o evento [45], temos:

Nem sempre o que se vê nas pesquisas sobre a linguagem é a circunscrição de um objeto legitimamente lingüístico, antes, é, */ se me permitem o uso da expressão, /* um cabedal mosaico de teorias diversas.

(Chomsky. Conferência pronunciada em São Paulo).

Analisando pela perspectiva da ruptura sintática, temos duas enunciações: a enunciação [1], que é linear no sentido do encadeamento das idéias e da seqüenciação lógica:

nem sempre o que se vê nas pesquisas sobre a linguagem é a circunscrição de um objeto legitimamente lingüístico, antes, é um cabedal mosaico de teorias diversas

A quebra da linearidade ocorre quando o sujeito-enunciador insere a enunciação [2] “*se me permitem o uso da expressão*”, forma enunciativa usada para solicitar “permissão” de usar a expressão “*um cabedal mosaico de teorias diversas*”, ao mesmo tempo em que, implicitamente, o falante demonstra avaliar sua própria maneira de dizer as coisas, subjetivando-se à medida que enuncia.

É, em última análise, um enunciado dentro de outro, sendo que o primeiro (no exemplo, a enunciação [1]) é a cadeia comunicativa e o segundo (a enunciação [2] do

exemplo) é um desdobramento do primeiro com a função específica de comentá-lo, esclarecê-lo, explicitá-lo, avaliá-lo, entre outras possíveis. Geralmente construídos com modalizadores ou com orações subordinadas (“*se me permitem...*”, no exemplo), estes mecanismos possuem o estatuto de autonímicos, já que são signos lingüísticos remetendo a signos lingüísticos, cuja característica fundamental é estabelecer na enunciação um quadro de metalinguagem natural complexa, que funciona, por sua vez, como uma reflexão metaenunciativa.

Como efeito de sentido, a análise desse fenômeno transcende as fronteiras clássicas estabelecidas para a Lingüística e exige a convocação de outras áreas do conhecimento, configurando aquilo que Authier-Revuz denomina de *heterogeneidade teórica*, pois reconhece que há uma dupla heterogeneidade, a das formas lingüísticas investigadas e das teorias justapostas que embasam os processos analíticos.

Capítulo 7:

Não-coincidências do dizer:

Quando as palavras são mantidas à distância

A palavra é uma coisa material na medida em que ela só existe mediante uma produção física, como pelos órgãos da fala ou da tinta no papel. Mas a palavra é mais do que sua pura “fiscalidade”, ou a transcende, na medida em que possui significado. Esta dualidade da palavra estende-se ao seu emprego: o signo nunca é o que ele significa. [...] Se o homem é o animal lingüístico, está fadado ao dualismo, dado o fato de a ordem dos signos nunca coincidir com a ordem das coisas a que denominam. O mundo é sempre outro para a consciência, de modo que a alteridade está na natureza humana.

Clark e Holquist (*Mikhail Bakhtin*, 2004, p. 106)

Abordamos os textos que compõem nosso *corpus* inicialmente para proceder à validação da pessoa gramatical na qual os textos foram escritos. O objetivo era tentar associar a presença das não-coincidências do dizer à posição enunciativa assumida pelo autor do texto, pois, pelos inventários, nos parecia que textos escritos em primeira pessoa do singular ou do plural favoreciam o aparecimento das NCD. A dificuldade neste procedimento foi a constatação de que os artigos acadêmicos apresentaram uma hibridização enunciativa, isto é, os autores dos textos alternavam a posição enunciativa, havendo textos, inclusive, nos quais aparecem índices das três posições possíveis; por exemplo, no texto [ReVEL. Texto 05], na introdução encontramos “*nosso artigo tem como objetivo [...]*”, o que evidencia a posição enunciativa em primeira pessoa do plural. Nesse mesmo texto, na fundamentação teórica encontramos “[...] *sabe-se que os gêneros textuais [...]*”, indicando uma mudança na posição enunciativa para a terceira pessoa do singular. Já o texto [LeD. Texto 08] é iniciado com a expressão “*Minha proposta neste artigo é [...]*”

anunciando uma posição enunciativa de primeira pessoa do singular; na revisão da literatura (ou fundamentação teórica) encontramos com frequência expressões como *“saliente-se que Pêcheux [...]”*, indicando a “virada” de primeira pessoa para a terceira pessoa do singular, enquanto nas apresentações de resultados e análise encontramos expressões como *“percebemos, pelo trecho em questão, que estamos diante de um [...]”*, aparecendo índices de primeira pessoa do plural.

Essa constatação aponta para sujeitos dispostos a pensar a enunciação em cena aberta, isto é, inconclusa por natureza, que abriga pensamentos por se fazer, encenando, no interior do ato discursivo e em seus meandros, um modo de relação daquele que escreve com aquele que lê.

Dito de outro modo, a indecisão enunciativa revelada por meio dos textos já aponta para um vácuo de subjetividade, para uma hesitação de um pensamento a vir, no qual o autor do texto se entrega à aventura de subjetivar-se escavando a potência de uma escrita supostamente inconclusa, evidenciando um traço de clivagem entre a ordem estabelecida do discurso (artigo acadêmico de natureza científica, publicado em revista especializada, destinado a relatar o mais objetivamente possível os resultados, parciais ou totais, de uma pesquisa) e as vozes que estão ausentes no próprio discurso, a inconclusibilidade natural do próprio discurso, o duelo entre memória e esquecimentos que fazem emergir os discursos do já-lá. Essa variação de posição enunciativa num mesmo texto revela, sobretudo, um sujeito que se expressa num misto de determinação e indeterminação, girando sobre si mesmo a partir do impulso de um movimento exterior e sob a força de uma imobilidade móvel que atua independentemente do impulso discursivo que origina sua enunciação, revelando, também, um vacilo na posição enunciativa – afinal, quem é que fala? O pesquisador se perde na sua própria subjetividade, uma vez que, ao pensar que está falando de um lugar, está em outro lugar, e isso sempre escapa. É o que Freud diz quando fala da 3ª ferida narcísica: o homem não é senhor da sua própria morada. Entrar na enunciação a partir da primeira pessoa do singular (evidente nas introduções dos textos analisados) é assumir-se sujeito do saber, aquele que se encontra apto a falar de um lugar privilegiado e que pode deixar sua fala significar na coletividade. Abandonar esta posição alçando-se na

terceira pessoa do singular (fortemente marcada nas fundamentações teóricas) é deixar aparecer um saber sem sujeito, abandonando a enunciação a uma significação na emergência de uma escrita à beira do abismo, pois se enuncia a partir do apagamento discursivo do sujeito-suposto-saber das heterogeneidades enunciativas. Apresentar os resultados e análises na primeira pessoa do plural é convocar o outro a enunciar junto consigo, solicitando-lhe sua anuência e legitimação, incorporando-o no próprio ato enunciativo, um sujeito temeroso de estar só naquilo que enuncia, pois receia o equívoco da linguagem (habitada na *lalangue*) que transgride os sentidos.

Com base nessa dificuldade, sentimos a necessidade de estabelecer uma nova convenção para classificar a posição enunciativa na qual o texto está materializado. Considerando que a descrição metodológica de um trabalho é sua parte mais objetiva, ao menos teoricamente falando, optamos por classificar a posição enunciativa dos textos que compõem o *corpus* a partir dos índices pessoais encontrados nessa sessão específica dos artigos, ressaltando que essa convenção foi usada unicamente com o objetivo de classificar os textos quanto à posição enunciativa, e que os eventos tomados para exemplificação são retirados de todas as partes dos textos que compõem o *corpus*; ressaltamos ainda que todos os eventos metaenunciativos que localizamos foram transcritos, neste ou em capítulos anteriores, não ficando nenhuma ocorrência de metaenunciação presente no *corpus* de fora da pesquisa ou considerada irrelevante (salvo os eventos que eram ou citação direta ou alusão, quando preferimos apresentar apenas um ou dois exemplos).

A partir daí, pudemos estabelecer que, dos trinta (30) textos que compõem o *corpus*, treze (13) foram escritos na primeira pessoa do singular (1PSg), dez (10) na primeira pessoa do plural (1PPl) e sete (07) na terceira pessoa do singular (3PSg), distribuídos conforme a tabela a seguir:

1PSg	1PPI	3PSg
LeD. Texto 02	LeD. Texto 03	LeD. Texto 01
LeD. Texto 04	D.E.L.T.A. Texto 04	D.E.L.T.A. Texto 08
LeD. Texto 05	D.E.L.T.A. Texto 07	ReVEL. Texto 01
LeD. Texto 06	D.E.L.T.A. Texto 09	ReVEL. Texto 04
LeD. Texto 07	D.E.L.T.A. Texto 10	ReVEL. Texto 07
LeD. Texto 08	ReVEL. Texto 02	ReVEL. Texto 08
LeD. Texto 09	ReVEL. Texto 03	ReVEL. Texto 09
LeD. Texto 10	ReVEL. Texto 05	—
D.E.L.T.A. Texto 01	ReVEL. Texto 06	—
D.E.L.T.A. Texto 02	ReVEL. Texto 10	—
D.E.L.T.A. Texto 03	—	—
D.E.L.T.A. Texto 05	—	—
D.E.L.T.A. Texto 06	—	—

Tabela 02:
Distribuição dos textos analisados com base na posição enunciativa

Encontramos nos textos em análise eventos dos quatro tipos de não-coincidências do dizer — (a) interlocutiva, (b) interdiscursiva, (c) entre as palavras e as coisas e (d) das palavras consigo mesmas — sem, contudo, encontrar todas as fórmulas lingüísticas previstas pela teoria. Atribuímos esse fato, em parte, ao gênero textual escolhido como *corpus*, dada sua constituição a partir de atenuadores subjetivos, e, em parte, ao fato de que algumas expressões das NCD são mais propícias à oralidade. É o caso, por exemplo, da expressão “*como eu posso dizer?*” por meio da qual o sujeito-enunciador interrompe a linearidade enunciativa para buscar na memória um termo apropriado ao dizer, o que pode revelar, diga-se de passagem, uma falsa modéstia típica dos discursos persuasivos mais marcados pela oratória e pela retórica.

Na apresentação, a seguir, dos eventos selecionados, optamos por expor primeiro as não-coincidências interdiscursivas, pois se pressupõe que são as mais evidentes quando se trata de artigos acadêmicos, uma vez que, obrigatoriamente, o discurso acadêmico se fundamenta a partir de outros discursos já presentes no meio. O nosso interesse não é afirmar o óbvio, antes é demonstrar como o sujeito-enunciador mantém à distância as palavras dos outros (ou as outras palavras) de sua enunciação por meio da inserção de determinadas estratégias enunciativo-discursivas (as NCD), levando em conta o grau de

distanciamento e os efeitos por ele pretendidos, e ainda avaliando os efeitos alcançados. Em seguida, apresentaremos os eventos de NCD interlocutivas, NCD das palavras com as coisas e NCD das palavras consigo mesmas, mantendo, desse modo, a seqüência em que o objeto é descrito na teoria de origem.

7.1 Não-coincidências interdiscursivas (NCId)

Recapitulando o que foi dito anteriormente, as não-coincidências interdiscursivas, representam momentos pontuais na enunciação em que as fronteiras entre duas ou mais enunciações são rigorosamente demarcadas. São estratégias discursivas utilizadas por um sujeito-enunciador para balizar, polemizar, atestar, contradizer etc. Nesse tipo de metaenunciação percebemos que entrar na ordem discursiva, enunciar, sobretudo na comunidade acadêmica, é render um espaço da enunciação às outras enunciações (e conseqüentemente a outros sujeitos-enunciadores). É praticar um exercício de criação de si presente no modo de escrever que necessita das outras vozes para sustentar (quando se trata de “balizagem apropriada”) ou motivar (quando se trata de “incerteza”) a enunciação; em última análise, é exercitar a condição subjetiva da alteridade bárbara (aquela da caça ao outro para alcançar completude) fazendo emergir na superfície da enunciação a heterogeneidade e o lugar não-unário de onde se enuncia. Vejamos alguns exemplos:

[56]

[...] o segundo estatuto, de acordo com Kristeva, é o da palavra objetel:

/A palavra objetel é o discurso direto das “personagens”. Tem uma significação objetiva direta, mas não se situa ao mesmo nível do discurso do autor, encontrando-se distanciada dele. É ao mesmo tempo orientada para seu objeto e ela mesma objeto de orientação do autor. Mas a orientação do autor para a palavra objetel não penetra nela; toma-a como um todo, sem alterar seu sentido, nem sua totalidade; ela o subordina a suas próprias tarefas, sem se introduzir uma outra significação. Dessa maneira, a palavra (objetel), convertida em objeto de uma outra palavra (denotativa), não é “consciente” dela. A palavra objetel é, portanto, unívoca, como a palavra denotativa (1974, p. 71-2)./

A palavra objetel pode ser vista como a fala das personagens utilizada apenas como “elemento decorativo” em uma narrativa. Bakhtin chama **tal estilo** de *pictórico*, pois o sujeito da enunciação manipula a palavra do outro com vistas a dar um certo colorido em seu próprio discurso.

(ReVEL. Texto 09)

Este evento possui uma complexidade singular. Primeiro, evidencia o verbo *dizer* sem o explicitar na seqüência inicial “*de acordo com Kristeva*” (tomado por: “*de acordo com o que diz Kristeva*”), logo, poderíamos classificá-lo como sendo de nível 2. Possui um termo glosado, ‘*palavra objeta*l’, que serve de motivação para o sujeito-enunciador entregar a voz da enunciação ao outro convocado (Kristeva) como balizagem apropriada. Ao requerer para si novamente a enunciação, o sujeito-enunciador re-insere na cadeia enunciativa o termo antes glosado, transformando-o num autônimo, mas o re-nomeia dando uma nova vestimenta a uma idéia já posta na ordem discursiva da comunidade: ‘*palavra objet*al’ por ‘*elemento decorativo*’. Este último, por sua vez, é marcado explicitamente por aspas duplas (classificado como evento tipográfico, portanto de nível 5), não para marcar distanciamento entre as palavras do sujeito-enunciador e as palavras dos outros convocados no ato enunciativo, mas para fazer mergulhar a interpretação a partir dos sentidos possíveis (‘*elemento decorativo*’ poderia ser tomado como efeito estilístico das figuras de linguagem, o que não é o caso) protegendo-se, assim, dos sentidos indevidos, ou inoportunos. Ainda assim, mesmo já tendo entregue a enunciação a outro para sustentar sua voz, o sujeito-enunciador convoca uma terceira voz, substituindo o termo glosado por outro, mantendo, contudo, a expressividade positiva: ‘*elemento decorativo*’ por ‘*tal estilo*’, levando-nos a considerar também os níveis 3 e 4, pois há retomada de termo, por um lado, e substituição de termo, por outro. A ruptura sintática ocorre por meio dos elementos formais já previstos para a escrita acadêmica: dois pontos, seguidos de recuo de página para citação direta com mais de três linhas. Isso completa a evidência da heterogeneidade por meio da explicitação de que a enunciação é de outra época (a marca formal da publicação no final da citação). A heterogeneidade é evocada, primeiro, por meio das palavras do outro, tipograficamente marcadas, depois pela renomeação do objeto de disputa enunciativa realizada pelo sujeito enunciador, seguida de uma comparação com um terceiro, que tem uma outra forma de nomear o mesmo conceito, explicitando o não-Um da linguagem: três sujeitos-enunciadores, três épocas, três nomeações e o mesmo objeto de enunciação. Apesar da complexidade enunciativa aí comprovada, que poderia ser minimizada se dividíssemos o evento em várias partes,

escolhemos não fragmentá-lo, sob pena de perdermos justamente essa dinâmica da heterogeneidade que procuramos evidenciar.

[57]

Segundo Bardin (1995), podemos distinguir três momentos de desenvolvimento da AC: anos 40, anos 50 e desdobramentos posteriores a 1960.

(D.E.L.T.A. Texto 10)

No evento [57], temos um mascaramento da heterogeneidade, pois o sujeito-enunciador não entrega literalmente a voz enunciativa ao outro, mas o convoca para sua própria enunciação, intimando-o a dizer junto com ele, procedimento evidenciado pela primeira pessoa do plural do verbo ‘poder’; mais do que isso, convoca também os outros sujeitos (leitores de seu texto) a dizer com eles numa injunção de três (ou várias) vozes: aquele que enuncia, aquele com quem enuncia (Bardin) e aqueles a quem a enunciação se dirige e cujas vozes são solicitadas a entrar em coro. Este tipo de estratégia configura um quadro de discurso-segundo sem qualquer marca tipográfica, porém o sujeito-enunciado constrangido pelas leis do dizer (no caso pelas regras próprias da enunciação acadêmica) refere-se ao outro que o completa, ou que o sustenta por meio da marcação da época (também presente no evento anterior e praticamente em todos os eventos desse tipo⁵⁵). Por um lado, essa injunção de vozes serve para confirmar aquilo diz o sujeito-enunciador, demonstrando que a enunciação é ao mesmo tempo espaço do dizer do Um e do(s) outro(s); é uma tentativa empreendida pelo sujeito-enunciador de restaurar o Um da linguagem exatamente naquele ponto em que ele está mais ameaçado, qual seja, o de abordar o mundo a partir de seu modo de interpretação os fenômenos, mas esta tentativa restauradora do Um da linguagem é uma ilusão, é mais uma tentativa do sujeito de encobrir ou minimizar a falta eterna, ou, nas palavras de Freud, uma tentativa para burlar a castração. Em termos enunciativos, as marcas subjetivas que são expressas por uma não-coincidência interdiscursiva apontam para um sujeito temeroso de assumir sozinho o seu

⁵⁵ Em todo o *corpus*, encontramos esporadicamente eventos em que a enunciação de outra época não estava referida e um caso especial em que a enunciação do outro foi completamente assimilada (quase num processo de plágio), não havendo qualquer referência ou marca.

discurso em meio a sua comunidade discursiva; há uma indicação de uma formação imaginária que atravessa o dizer, como se o enunciador se perguntasse “*quem sou eu para afirmar isso?, mas afirmo se ele afirmou e se vocês outros afirmarem comigo*”. Quanto ao formato léxico-sintático, é formado pela expressão ‘segundo’, indicando uma maior expressividade da não-totalidade do ato enunciativo: o termo ‘segundo’ possui três entradas no dicionário⁵⁶, isto é, deriva-se de três termos diferentes do latim: *secundu*, *secundum*, *secundo*. O primeiro corresponde ao numeral ordinal, primeira das acepções do dicionário, que fornece para esse termo dez significações diferentes, entre elas a possibilidade de traduzir-se ‘segundo’ por ‘outro’; o segundo termo corresponde à preposição latina e implica sempre um outro elemento na enunciação, aquele a quem o enunciador se refere; o terceiro termo é advérbio latino e indica tempo. A homonímia do termo em português garante a pluralidade de significações; a não-unidade é, portanto, maior. A partir dele, o sujeito-enunciador expressa-se como sujeito fora de si, voluntariamente renunciando-se à certeza de quem é ou de quem deve ser no horizonte discursivo que o convoca, revelando-se um sujeito da negação de si. Há outros casos de eventos metaenunciativos de discurso-segundo, em que as implicações semântico-enunciativas são de outra ordem. Vejamos o exemplo que segue:

[58]

[...] é preciso, segundo Charaudeau, que eles procedam a uma ***mise en scène***, /expressão usada para designar que os falantes colocam a linguagem em cena, / [...]. [o destaque em negrito e em itálico no termo *mise en scène* é do autor].

(ReVEL. Texto 02)

Este evento, além de evidenciar o que expusemos no evento [40], tem uma outra função bastante singular. É uma metaenunciação construída por meio de um termo que é, ao mesmo tempo, pertencente à outra língua (marcado por meio de itálico) e pertencente a outro enunciador (marcado por meio do negrito); o termo glosado (*mise en scène*) não é retomado na metaenunciação, mas seu sentido é explicitado, num processo em que o

⁵⁶ O dicionário que se menciona é Novo Aurélio: século XXI, elaborado por Aurélio B. de H. Ferreira e publicado, em sua terceira edição, pela editora Nova Fronteira em 1999.

sujeito-enunciado expurga qualquer outro sentido inoportuno, por meio de uma oração apositiva (*expressão usada para designar que os falantes colocam a linguagem em cena*). Nele, podemos ver um sujeito-enunciador dirigir-se ao Grande Outro da Teoria⁵⁷, reportando-se não ao público que participa de sua enunciação (no caso, os leitores), mas a um outro lugar, o lugar do convencimento de que está apto a enunciar. Uma vez que pesquisou os meandros de sua temática, compreende aqueles que enunciaram a respeito dela, entende seus desdobramentos, conquistando o direito de enunciar suas descobertas. O ritmo da modalização autonímica faz ver, antes do pensamento a expor, alguém que assume a enunciação em sua inteireza, mesmo que ela esteja atravessada por outros dizeres precedentes. Esta maneira de enunciar afiança ao sujeito a garantia de manter a ilusão de que ele fala de um domínio discursivo ancorado na unidade, e permite-lhe expressar-se como sujeito que enuncia por méritos próprios, a partir de um lugar de origem do discurso em que se encontra absolutamente seguro de seu dizer. No entanto, fica claro que essa segurança é pura ilusão, já que o termo é definido “*segundo...*” um outro. E, mesmo expressando-se com suas próprias palavras, o sujeito não consegue fazer-se Um, pois está dividindo seu dizer com o outro.

As não-coincidências interdiscursivas marcam os limites entre as enunciações e, quando o sujeito-enunciador assume que as palavras não são suas, mas de um outro, faz um movimento duplicador de sua postura enunciativa. Por um lado, ao atribuir palavras enunciadas a outro, o sujeito-enunciador evidencia o território da heterogeneidade, do não-Um discursivo, no sentido de apresentar uma enunciação compartilhada, pois baseada na estrutura não-Um-enunciador; por outro lado, ao “ceder” parte de sua enunciação a esse outro convocado como balizagem, o sujeito-enunciador se entrega à ilusão de que as demais palavras são suas e de mais ninguém. É um movimento de concessão momentânea ao não-Um para garantir sua permanência no lugar da enunciação. O evento [42], a seguir, é notório por essa característica. Por meio dela, o sujeito-enunciador imprime ao enunciado um grau de expressividade por meio do qual declara um limite fronteiro entre

⁵⁷ Uma classificação de Grande Outro conforme a enunciação é apresentada por Soler (1998, pp. 13-120) que, entre muitos, ela apresenta: o Grande Outro da Lei, o Grande Outro da Linguagem, o Grande Outro da Poesia, o Grande Outro da Dissertação, o Grande Outro da Verdade, o Grande Outro da Fé etc.

sua enunciação e a enunciação do outro por meio da expressão “*nas palavras de...*”, seguida da nomeação do outro-interlocutor, que garante ao sujeito o direito de se fazer no intervalo entre dirigir-se a alguém e dizer uma enunciação sua de forma inconclusa, pois dependente de outra voz enunciada e arquivada na memória discursiva da comunidade. Mergulhado num ambiente não-Um, o sujeito da enunciação mescla a sua enunciação com duas outras enunciações (às vezes, muitas outras enunciações conhecidas, marcadas, nomeadas, como acontece no evento [59], na seqüência; às vezes, perdidas no esquecimento da memória, mas arquivadas como as grandes marcas discursivas, como no evento [60], também na seqüência) para sustentar a sua voz por meio de um protocolo de enunciação que revela um imaginário enunciativo no qual o sujeito que detém o lugar de fala rodopia em torno de si próprio, paradoxalmente, entregue e alheio à imediatez do movimento que o impulsiona a enunciar. Isto é, mesmo não marcando explicitamente por meio de qualquer convenção da escrita o discurso-segundo, o sujeito-enunciador garante, de forma contundente, que as palavras ditas não são dele, mas de um outro, proferidas em algum outro lugar ou em alguma outra época. O sujeito-enunciador se faz, então, de porta-voz de enunciações passadas, mas por ele assumidas com legitimidade subjetiva em constante mutação. Vejamos os exemplos:

[59]

/Nas palavras de Eleni Martins (1990)/, esse sujeito que se apresenta em relação de intersubjetividade lingüística é o que sustenta a teoria dialógica de Bakhtin e só existe pelo pressuposto da subjetividade.

(ReVEL. Texto 10)

[60]

/Nas palavras de Simon, Bakhtin e Bhabha/, em situações históricas e políticas diferentes, refletem sobre o hibridismo como abertura de espaços novos de enunciação que redesenham a geometria das relações culturais contestando sua hierarquia de poder.

(D.E.L.T.A. Texto 07)

[61]

Pronomes possessivos, expressões que situam o leitor no âmbito espaço-temporal do “eu-lírico” */ para usar um termo da Teoria da Literatura/* bem como as flexões verbais, indicam a presença do dêitico pessoal na poesia.

(ReVEL. Texto 01)

O evento [61] tem um formato lingüístico diferente dos apresentados até agora. Em primeiro lugar, notemos que, mesmo sendo uma não-coincidência interdiscursiva, não há a nomeação explícita do outro que é mencionado; também não há qualquer menção a épocas anteriores. No entanto os discursos se misturam. A voz do lingüista que enuncia toma emprestado um termo de uma outra voz, explicitamente marcado por meio da metaenunciação, convocando o discurso da *‘Teoria da Literatura’*, grafando, inclusive, teoria da literatura com iniciais maiúsculas, para reafirmar o lugar de direito nos discursos teóricos de uma disciplina autônoma. Encontramos o termo glosado ‘*eu-lírico*’ marcado entre aspas e não retomado de forma unívoca na metaenunciação, um evento tipográfico de nível 5, pois no ato de metaenunciar o sujeito-enunciador faz um movimento em que o termo glosado torna-se ao mesmo tempo o signo e seu autônimo, daí a necessidade das aspas. O signo passa, assim, a comportar duas funções, quais sejam, indicar um referente nos discursos e remeter a si-mesmo numa laçada reflexiva em que ele significa e é significado por meio da enunciação, digamos, comum, e por meio da metaenunciação. Os limites que se impõem aí com relação às fronteiras da enunciação em curso dão conta de presenças estrangeiras, ao menos no que toca aos limites e diálogos das áreas do conhecimento entre si. O sujeito revela uma disputa entre um discurso purista – o da Lingüística (com L maiúsculo) – com seus termos técnicos próprios que não deveria precisar de termos advindos de outros lugares, nesse caso, do discurso da Teoria da Literatura. Outro exemplo dessa natureza é transcrito a seguir:

[62]

[...] por estar apoiado na noção de assujeitamento, continua excluindo explicitamente condições internas do sujeito, e isto a partir da própria formulação do conceito de sujeito, conforme seus objetivos e necessidades teóricas, o que pode ser visto como uma “petição de princípio”, / ou, num jargão matematizante, uma “*operação axiomática*”/.

(LeD. Texto 04)

Este é um evento substitutivo (nível 4), no qual o termo glosado (*petição de princípio*) é permutado por outro (*operação axiomática*) mantendo a expressão valorativa positiva. Os dois termos - o glosado e o substituto - são marcados por aspas (o evento pode, pois, ser classificado como sendo de nível 5, ou seja, evento tipográfico); no evento, a metaenunciação (*num jargão matematizante*) tem como função discursiva estabelecer a importação de outra teoria - ou outra área do conhecimento - de um termo que servirá, na linearidade enunciativa, de substituto a um termo empregado. Os dois discursos em questão - o da Lingüística e do da Matemática - evocados pelo sujeito por meio dos termos colocados em reflexão insinuam uma enunciação que não tem consistência orgânica, pois a subjetividade aí expressa se move de uma área a outra sem muita fixidez. Essa subjetividade enunciativa mostra um movimento do sujeito-enunciador que se dobra no limite da ordem discursiva que o constitui como sujeito de enunciação no momento em que enuncia de uma posição e reflete sobre uma posição outra, que não é a sua, num movimento híbrido que é próprio do sujeito, aquele movimento de quem está dentro e fora, ao mesmo tempo, da ordem discursiva. Isso provoca efeitos enunciativos intermitentes e momentâneos de duração, nos quais o mais expressivo e notório é a duplicação da posição que o sujeito adota ao enunciar, enunciação duplicada por estar mergulhada na pluralidade de discursos teóricos que servem para caracterizar a temática enunciada. Esse fato ocorre também no evento [63], transcrito abaixo:

[63]

/Na linguagem corrente,/ o termo "menor" costuma ser aplicado a crianças e adolescentes na faixa etária até 18 anos [...]

(D.E.L.T.A. Texto 08)

Neste evento, a metaenunciação aparece antes do termo glosado, que vem marcado entre aspas (nível 5). A modalização introdutória da enunciação (*na linguagem corrente*) faz emergir um distanciamento entre o sujeito-enunciador e o efeito-pretendido com a enunciação, deixando ver-se duvidar da linguagem invocada para sua enunciação (a linguagem corrente), ao mesmo tempo em que diz, implicitamente, que sua linguagem é outra diferente daquela que invoca (a linguagem científica). Porém, é nosso dever perceber

que não é só *na linguagem corrente* que o termo glosado (*menor*) se aplica a menores de 18 anos. É na linguagem corrente, na linguagem legal (lembremos que civil e criminalmente ‘menor’ corresponde à idade mínima de 18 anos que antecede a imputação de pena e a responsabilidade civil), também na linguagem religiosa, que exige autorização dos pais do menor de 18 anos para que possa assumir o casamento etc. A não-coincidência entre a enunciação em curso e a ‘linguagem corrente’ parece demonstrar uma intencionalidade do sujeito-enunciador que pretende apontar uma interpretação decifradora de um conteúdo secreto, mas mostrado em ato, através de pistas escriturais deixadas em sua enunciação, denunciando um querer-dizer como uma experiência subjetiva em exercício.

Além dos casos mencionados, dada a diversidade de funções enunciativas existentes no quadro discursivo das NCD, é pertinente apresentar os eventos [64] e [65], entre outros que foram encontrados no *corpus*:

[64]

Cabe à ideologia/ *como nos diz Pêcheux*/ fornecer coisas-a-saber, um já-lá interdiscursivo, que visam homogeneizar o mundo.

(LeD. Texto 02)

[65]

A análise crítica do discurso (ACD), *anteriormente denominada **lingüística crítica***, representa uma alternativa multidisciplinar de estudos da linguagem [...].

(LeD. Texto 10)

O evento [64] apresenta o formato clássico do “*como diz o outro*” do adágio popular. Construída por meio de oração subordinada adverbial conformativa, a metaenunciação, neste caso, é marcada pelo não-Um mostrado no campo da enunciação. Este evento, de nível 1, explicitamente metaenunciativo marcado com o verbo “*dizer*”, evoca a presença do exterior de forma apenas aludido, não há citação direta do discurso do outro; mesmo assim, sua enunciação está lá presente. Quanto ao evento [65], este evoca uma outra época que nomeia diferente um dado referente. No nosso entendimento, este evento está entre a não-coincidência interdiscursiva — pois joga com dois discursos em duas épocas distintas: aquela da enunciação em curso e aquela outra época convocada por

meio do sintagma circunstancial de tempo “*anteriormente denominada*” — e a não-coincidência das palavras com as coisas — pois o referente permanece o mesmo, o que se altera é a nomeação.

Authier-Revuz coloca os eventos metaenunciativos em quatro grupos bem delimitados. Nossos dados nos levam a crer que esta classificação deve levar em conta um *continuum*, um tipo de escalonamento enfático. Neste exemplo, se dermos ênfase à relação enunciação atual *versus* enunciação de outra época, o evento é NC interdiscursiva; por outro lado, se colocarmos a ênfase na relação referente-nomeação, então é coerente classificar o evento [65] nas NC entre as palavras e as coisas.

Assim, o que queremos defender, diferentemente do que está implícito nos textos de Authier-Revuz, é que a classificação de um evento metaenunciativo de desdobramento reflexivo não deve ser feita de maneira excludente, mas deve levar em conta os efeitos enfáticos que cada evento transmite no ato discursivo.

O evento [65], por exemplo, a ênfase é dada às diferentes épocas de enunciação. Se o sujeito-enunciador tivesse hipoteticamente dito “*A ACD que já foi chamada de [...]*” ou “*Aquilo que chamamos de ACD, mas que já foi conhecida por [...]*”, a ênfase teria sido dada à relação referente-nomeação.

7.2 Não-coincidências interlocutivas (NCII)

A seguir, apresentaremos alguns eventos classificados como não-coincidências interlocutivas, tecendo comentários sobre sua constituição sintática e interpretação discursiva e enunciativa. Sublinhamos que o mais fundamental neste tipo de NCD é que este procedimento lingüístico de metaenunciar atrela o enunciado à formação da subjetividade do enunciador a partir do encaixamento sintático que introduz, no plano temporal inerente ao processo linear da cadeia enunciada, uma duração que se encarrega de suspender instantaneamente o imaginário fluxo regular da enunciação de onde fala um sujeito a se constituir, por vezes mostrando um sujeito que é senhor (ainda que imaginário)

de seu dizer e, por vezes, mostrando um sujeito que faz do incerto, do improviso, o lugar realçado para que se efetive um dado processo de subjetivação. Nesses eventos, o enunciador joga com a imagem de si e com a imagem que tem do co-enunciador acionando as formações imaginárias do discurso.

[66]

No entanto, diferente da dêixis anteriormente analisada e / *aqui denominada discursiva*, / torna-se difícil encontrar referentes exatos para o que / *o lingüista [Maingueneau] denomina de dêixis fundadora* /.

(ReVEL. Texto 01)

Este evento não possui qualquer marca formal de metaenunciação, no entanto estamos propondo uma interpretação para os dois trechos “*aqui denominada discursiva*”, e “*o lingüista denomina de dêixis fundadora*” como expressiva de NCil. Esta interpretação se baseia no fato de os trechos evidenciarem a manipulação entre enunciações em contato, enunciações que poderiam ser entendidas como “a enunciação minha” e a “enunciação do outro”. O enunciador subjetiva-se no ponto de contato entre um eu e um outro que funciona, na enunciação em curso, como o elo interpretativo que ancora a cadeia enunciada ao corte fundamental existente entre o que se enuncia e o que enunciaram. Discordando do outro, o sujeito se completa quando coloca em funcionamento a alteridade próxima, ao mesmo tempo em que tenta reafirmar o Um por meio do batismo do dizer “*aqui denominada*”, esforçando-se para diminuir os efeitos intermitentes de uma enunciação dividida. No duelo entre os dois enunciadores, encontramos o sujeito da enunciação realizando um jogo estratégico do adiamento e da suspensão com respeito ao tema que é objeto do enunciado, ritualizando um ato enunciativo que implica e problematiza o sujeito (isto é, implica e problematiza a si mesmo) que toma como ponto da origem do saber.

Já no evento [67], transcrito a seguir, há um esforço do sujeito em homogeneizar o discurso. Apesar de referir o enunciador com quem dialoga — *Bakhtin (1992)* —, o sujeito utiliza suas palavras sem distanciar-se delas por quaisquer meios tipográficos ou sintáticos. A expressão “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” é consagrada na comunidade discursiva lingüística como a definição clássica de Bakhtin para gêneros do discurso. O

sujeito deste evento [67] se apropria da enunciação do outro sem qualquer cerimônia, tornando-a sua num processo em que assimila as palavras do outro, enunciando-as como pertencentes a si e não a ele:

[67]

O quanto foi assimilado da idéia de gênero discursivo pensada por Bakhtin (1992) como tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados nas diferentes esferas sociais de utilização por profissionais que ensinam a língua portuguesa?

(ReVEL. Texto 05)

[68]

Segundo o autor, não podemos considerar um tipo “puro” / *(esta é a palavra que ele emprega, mas aqui se deu preferência ao termo **homogêneo**)*, / pois há uma heterogeneidade de seqüências relacionadas para formar uma unidade significativa, especificando que entendemos “heterogeneidade” / *no sentido de **hibridismo** tipológico que compõe as redações de vestibular.* /

(ReVEL. Texto 08)

Na mesma linha de raciocínio, de que as NCil expressam uma “disputa”, um “duelo” entre enunciadore, o evento [68] coloca essa disputa em termos de afastamento. Por meio de aspas de proteção (evento tipográfico de nível 5), o sujeito, na linearidade de sua enunciação, em dois momentos distintos, glosa dois termos. O primeiro “*puro*” é explicitado metaenunciativamente por meio de uma oposição colocada entre parênteses, seguida de substituição do termo glosado por outro permutado de forma não-unívoca: “*homogêneo*”. O sujeito dessa enunciação promove o distanciamento entre sua forma de nomear e a forma nomeada pelo outro. Logo em seguida, tomando o termo anteriormente inserido na primeira metaenunciação, realiza uma segunda metaenunciação, desta vez não uma NCil, mas uma não-coincidência das palavras consigo mesmas. Explorando a polissemia do léxico, reduz a dimensão contextual na qual o termo glosado, “*heterogeneidade*”, deve ser considerado “*no sentido de hibridismo tipológico*”. Ao realizar a segunda metaenunciação, o enunciador assinala, pela maneira de dizer entre aspas, a distância entre o sujeito e o desejo do sujeito que jamais abre mão de si como lugar de autoria, incluindo todas as sanções neuroticamente aí implicadas. Esta enunciação em

disputa (no primeiro desdobramento) conspira para a partilha que o sujeito coloca para si e para seus interlocutores no limite da ausência do discurso; por outro lado, a enunciação ameaçada pelo fantasma dos outros sentidos (no segundo desdobramento) alude a um lugar primordial de significação insinuado na ausência dos contextos implicados e excluídos; aponta ainda para o limite do discurso no ato de enunciação e para um espaço de construção de experiência subjetiva em que o sujeito afetivo-institucional das HE sente-se irremediavelmente dividido entre o sentido óbvio das palavras, sentido que vai por si mesmo, e aqueles outros sentidos indesejáveis que afetam o ato de subjetivar-se enquanto enuncia.

Semelhante acontecimento enunciativo se apresenta no evento a seguir, em que o enunciador joga com duas NCD ao mesmo tempo, para conquistar o direito de (se) enunciar:

[69]

A sistematização realizada por Genette auxilia, pois, na medida em que caracteriza tipos específicos de relações intertextuais / *no sentido forte* / (ou, como ele chama, **relações transtextuais**) / .

(ReVEL. Texto 09)

Neste evento, o termo glosado “*relações intertextuais*” serve a dois propósitos e configura um quadro metaenunciativo que nós nomeamos de *encaixamento de glosas*. Primeiro, por meio de uma não-coincidência da palavra consigo mesma, o enunciador exclui os sentidos indesejáveis ou inoportunos que o termo comporta. Nesta metaenunciação em particular, “*no sentido forte*”, é preciso que nós nos perguntemos quantos sentidos pode comportar uma expressão como “*relações intertextuais*”? O que o sujeito da enunciação não diz, mas insinua, quando afirma a existência de um sentido “*forte*” de intertextualidade ou de relações intertextuais? Que fronteira aí se pretende estabelecer? É evidente que, se existe um *sentido forte*, existe, por conseguinte, um “*sentido fraco*” e se existe um sentido fraco é, então, um sentido que não deve ser considerado, justamente por ser “*fraco*”. A partir dessa glosa, o enunciador realiza o encaixamento, anunciando que aquilo que ele nomeia de *x* foi nomeado por outro sujeito de uma outra forma: “*relações transtextuais*”. O não-Um é reafirmado por meio de uma

ruptura sintática, propositalmente colocada ao final da enunciação, como se o enunciador procurasse minimizar sua relevância, ou, dizendo de outra maneira, procurasse demonstrar que o efeito pesado na escolha dos termos não tem relação direta com os sujeitos que os enunciaram, fazendo valer o jogo do imaginário em que um “eu” da enunciação em curso duela com uma outra voz que insiste em se fazer sujeito por meio da subjetivação daquele que fala no momento da enunciação. No entanto, a disputa instaurada não é entre dois sujeitos, propriamente falando, antes, o jogo enunciativo que depreendemos a partir deste evento é entre a voz que fala e uma outra instância discursiva ou uma outra voz que sussurra como que soprando que o enunciado não está sozinho, uma vez que outro enunciador já “chamou” o objeto da enunciação por outra designação. Essa presença inconsciente é sentida por meio da organização da segunda metaenunciação, colocada entre parênteses, num gênero textual em que os parênteses representam um acréscimo, uma palavra, expressão ou comentário “extra”, isto é, que sobra, que se for retirado da linearidade enunciativa não trará qualquer prejuízo para o sentido pretendido com a enunciação. Esta escolha representa, em última análise, uma tentativa desesperada do enunciador em negar o não-Um da enunciação, relegando-o a uma condição de excesso, de aresta, de apêndice. Assim procedendo, o não-Um denegado torna-se para o sujeito não uma realidade concreta da enunciação, mas uma ameaça contornada, exposta na enunciação somente para ser mantida sob controle, vigiada. Dessa forma, o sujeito assegura o lugar imaginário de onde fala, subjetivando-se à medida que marca na cadeia enunciativa sua autoria, esquivando-se mediante um modo de enunciar que recorta o tempo longe da linearidade que lhe é consensualmente imputada.

O evento [70], a seguir, é representativo de uma submissão de voz. O enunciador, ao titubear na sua enunciação, revela-se um sujeito temeroso de seu dizer e mostra-se desejando estar além da posição de incerteza a partir da qual é obrigado a (se) enunciar. O sujeito da enunciação apresenta-se hesitante e experimenta a incômoda posição de estar perdido em meio ao tumultuoso ambiente de tantos outros de quem depende para se legitimar na posição de sujeito. A metaenunciação “*se me permitem a expressão*”, que antecede o termo glosado “*uma assimetria*”, revela, pela própria ordenação linear dos

termos que a compõem, uma insegurança subjetiva sob a qual o enunciador assenta o enunciado: um sujeito que se desculpa antes mesmo de enunciar, que busca permissão para dizer, como quem fala a partir de um lugar usurpado e, logo, ocupado sem legitimidade:

[70]

Podemos, entretanto, em nossas discussões teóricas e análises, falar do sujeito sem falar do autor. Acredito que aqui o óbvio aparente se desfaz, pois, além da não sobreposição destas duas noções, vislumbramos, / *se me permite a expressão*, / uma assimetria entre elas.

(LeD. Texto 02)

Ao contrário, o sujeito pode mostrar-se completamente seguro. A determinação do enunciar é colocada em evidência por meio do verbo “*chamar*” na primeira pessoa do singular no evento [71]. Porém, cumpre observar que, apesar de se colocar como um sujeito seguro de seu dizer, o enunciador encaixa uma glosa de não-coincidência da palavra consigo mesma que serve de afirmação das presenças exteriores por meio do sentido estendido do não-Um (“*com toda a ambigüidade que a expressão traz*”). Esse mesmo sujeito, seguro do seu dizer, também se evidencia no evento [72] por meio da dêixis pessoal e do verbo “definir”:

[71]

Daí estar suspenso, como no movimento dos dados no ar, antes (de)caírem, ou do chicote no ar, antes de tocar a carne, de estar encarnado. / *Isto que chamarei de a* *suspensão do sujeito*, / *com toda a ambigüidade que a expressão traz*, / tem início quando o bebê, ainda um infans, pode advir como um sujeito ao ser falado por um Outro (geralmente encarnado na mãe).

(LeD. Texto 02)

[72]

[...] diante disto, talvez possamos dizer que os esquecimentos nº 1 e 2 atuam na construção do “eu” porque procuram apagar a submissão do sujeito à ideologia, / *que defino como formações imaginárias que procuram universalizar o sujeito*, / calando o retorno de seus significantes primordiais ao preenchê-los de significados compartilhados pelos seus “semelhantes”.

(LeD. Texto 02)

Uma forma de não-coincidência interlocutiva que nós denominamos de *forma híbrida* é a que está exemplificada no evento [73]. Nela o sujeito alterna-se entre uma segurança aparente da enunciação e uma “hesitação” discursiva invocada por meio da injunção de vozes (“*com Guimarães*”), por trás da qual o sujeito-enunciador se esconde. O sujeito da enunciação coloca-se entre assumir o que diz e distanciar-se do dizer num ato enunciativo que somente é assumido de público se for assumido por todos. Este evento é diferente dos anteriores porque naqueles o sujeito da enunciação se coloca na “linha de frente” da enunciação por meio da dêixis de primeira pessoa seguida de verbo de batismo de dizer (*eu proponho chamar de ...; eu chamo de ...; eu defino como ...*); nesta, este sujeito (se) coloca como dependente de um espaço vazio a ser preenchido pelo momento de evasão da subjetividade, momento em que, discursivamente, os outros a preenchem. É um tipo de alteridade tal que coloca em funcionamento um estranhamento momentâneo, pois o enunciador deixa-se possuir pelo outro e, paradoxalmente, exhibe-se como o “caçador” (do mito de Ártemis), que procura encontrar a ressonância de sua enunciação na legitimidade das outras vozes que dizem consigo. A injunção de vozes ocorre por meio da dêixis de primeira pessoa do plural, lugar em que todos são convidados (ou convocados) a dizer o mesmo numa reafirmação de Um ilusório da linguagem. Além disso, é visível que o sujeito da enunciação pretende fazer valer o “dizer admissível” por meio da modalização alética de possibilidade de nomeação (“*podemos chamar*”). Considerando este aspecto, o sujeito da enunciação alterna-se entre atender as “leis do dizer” e contornar essas leis por meio de uma enunciação verossímil, construindo uma espécie de “adendo às leis”, desde que a nomeação seja consagrada pelo coro de vozes convocado a enunciar junto com ele.

[73]

E um dos problemas mais comuns ao discurso científico é a confusão entre tipos lógicos na operação que, / *com Guimarães, podemos chamar corte epistemológico.* /

(LeD. Texto 04)

Uma injunção de vozes menos explícita, diferente do evento anterior, é aquela em que a convocação de muitas vozes para enunciar com o sujeito é representada apenas pela dêixis de primeira pessoa do plural. No evento anterior, o enunciador convoca um outro enunciador (*Guimarães*) e pede que seus co-enunciadores acompanhem o “coro” enunciativo, num movimento de “eu enuncio, ele enuncia comigo e vocês deverão fazer o mesmo”. No evento [74], apenas o verbo “*dizer*” na primeira pessoa do plural insinua o apelo a outras vozes. Devemos reparar que a sutileza da heterogeneidade, nesses casos, mostra-se na conjugação dos verbos, preferencialmente no presente do subjuntivo ou no futuro de pretérito do indicativo, tempos e modos verbais que carregam propriedades lingüísticas cujas marcas de aspectos lançam o enunciado num espaço indeterminado de começo e fim de uma ação. Nesses casos, a aurora do processo de subjetivação é concomitante e inseparável de presenças alteritárias, porque a injunção de vozes garante ao sujeito da enunciação o direito de entrar na ordem discursiva instaurada na memória discursiva e, ao subjetivar-se, o sujeito se deixa levar e leva o outro pela força das palavras.

[74]

Eu diria que o funcionamento é diferente, mas no caso do Eu do discurso científico, considerando a reflexão que aqui desenvolvi, há alguma evidência de que ele aparece por contraste, ainda que em posições alternativas Eu/Nós/Se / (*negociadas, digamos*). /

(LeD. Texto 08)

Além dessas, outra forma que encontramos e que merece ser assinalada foi a do evento [75] no qual aparece uma expressão de relações afetivas entre o sujeito e sua enunciação, isto é, por meio da metaenunciação o sujeito expressa o seu “gostar de dizer”:

[75]

Afirma o autor que o imaginário lingüístico é o lugar onde se constitui / – *ou, como eu gosto de dizer, **lugar onde se encontra materializada*** – / a rede de paráfrases e reformulações características de uma formação discursiva.

(LeD. Texto 06)

Os dois últimos eventos desta seção, transcritos a seguir, são bastante expressivos. No evento [76], várias formas de heterogeneidades enunciativas co-ocorrem. Primeiro, o

sujeito da enunciação realiza uma laçada reflexiva, por meio de aspas, no termo “*sortilégio de cor*”. No nosso entendimento, são aspas que podem ser interpretadas como sinal de *diferenciação*, marcando que a expressão é de um outro enunciador (no caso, de Nascimento), ou, por outro lado, podem ser interpretadas como aspas de *proteção*, uma vez a palavra “*sortilégio*” possui sentidos carregados de expressividade negativa. Ambas as interpretações, porém, asseguram o processo de vigilância sob o qual o sujeito mantém sua enunciação.

Em seguida, devemos observar que o termo laçado por meio das aspas é renomeado, mas o sujeito-enunciador não o renomeia por conta própria: invoca três outros enunciadores, marcando, inclusive, a época das outras enunciações (não-coincidência interdiscursiva), por isso, mantém as aspas de diferenciação. Essas aspas entram em ambigüidade (ou em conflito) com a metaenunciação construída com um “*eu proponho nomeá-la ...*”, pois se a proposta de nomeação é do sujeito da enunciação em curso, como entender que ela seja realizada seguindo outros enunciadores de outras épocas? As aspas em “*esteticização*” devem, então, ser interpretadas como uma “figura de bem-dizer” por meio da qual o sujeito mergulhado no não-Um tenta afirmar o Um apenas imaginário e ilusório. Por outro lado, as aspas nesse termo podem ser explicitamente metaenunciativas e não de diferenciação, porque o enunciador “traduz” o termo para sua língua de origem utilizando parênteses para metaenunciar (outra não-coincidência interdiscursiva, no caso, explicitadora de outra língua).

Como se pode observar, as heterogeneidades enunciativas são complexas, e determinados casos, como este em evidência, têm sua complexidade redobrada pelo encaixamento de glosas e porque sua presença torna a enunciação passível de uma propagação singular em que o sujeito da enunciação assume um movimento vacilante, mesmo quando demonstra estar seguro daquilo que enuncia, um sujeito que se concede o risco de entrar, não no discurso, mas em um processo de construção subjetiva em abismo, percebendo-se e sendo percebido como um sujeito hesitante, que mostra subjetivando-se enquanto enuncia e enunciando durante o processo mesmo de subjetivar-se.

[76]

Nascimento denomina esta forma de desracialização ideológico-discursiva de “sortilégio da cor”. / *Eu proponho nomeá-la, seguindo Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), “esteticização” (“aestheticization”) das identidades raciais* / no sentido de que esta forma discursiva, de classificação racial através de uma gama variada de cores, nos leva, de modo mais ou menos consciente, do campo da origem étnica ou cultural para o campo da cor da pele, com o propósito de criar uma imagem particular dessas identidades.

(LeD, Texto 09)

Por fim, o evento [77] apresenta, no discurso acadêmico, uma forma de heterogeneidade largamente utilizada pela “linguagem comum”, forma que é consagrada pelo uso popular e que expõe “o pertencer das palavras”. A noção de posse, por um lado, estabiliza o sujeito da enunciação em curso, que proclama ser “dono” das palavras enunciadas e, por outro lado, desestabiliza a cadeia enunciativa, porque, uma vez pronunciadas, as palavras não pertencem mais a ninguém. O desdobramento da metaenunciação em “*faço minhas as palavras de...*” é um recurso à alternância interlocutiva que permite ao sujeito enunciar desdobrando-se em três vozes que se contrapõem no interior da mesma enunciação: a voz daquele que fala e arroga-se o direito de apossar-se das palavras alheias, tornando-as suas; a voz daquele que força a falar, voz sem nome e sem presença material, que está sempre presente em qualquer ato enunciativo; e a voz daquele que resiste em falar, instaurando, assim, a partir de uma voz dominante no curso do dizer, o ato de incorporação de duas vozes trazidas do exterior. É, pois, uma exploração dos efeitos do estilo heterogêneo em que uma enunciação se reporta a outra, incorporando-a a modo de citação, e dois enunciadores se completam ou se complementam num desdobramento duplicado de não-coincidências, ao mesmo tempo, interlocutivas e interdiscursivas, abrindo um espaço do dizer a partir do qual a voz que cita e incorpora um ato enunciativo por meio da posse das palavras alheias proferidas nas fronteiras externas leva o sujeito a exercer o comando de toda a operação de enunciar.

[77]

Para finalizar este artigo, / *faço minhas as palavras de Kanavillil Rajagopalan (2002: 214)* / para quem:

No fundo, o trabalho do pedagogo crítico é um trabalho eminentemente lingüístico, à medida que o poder se instala e se estrutura mediante a linguagem – sendo que o educador, no caso, sabe muito bem que é intervindo na própria linguagem que se pode intervir na realidade que se quer alterar.

(D.E.L.T.A. Texto 05)

Sublinhemos, por fim, que a enunciação citada é um ponto de comutação em que ora se cita a voz do desejo, a de quem teme entrar na ordem arriscada do discurso; ora é citada a voz da instituição, território enunciativo da ordem discursiva que controla o poder de proliferação, divulgação e publicação da fala.

7.3 Não-coincidências entre as palavras e as coisas (NCPC)

A reflexividade deste modo especial de enunciar, em que as palavras enunciadas não coincidem com a coisa nomeada caracteriza-se pelo traço subjetivante da enunciação que a põe girando em torno de si mesma. O caráter opacificante desta maneira de dizer, marcado por incisivas desestruturantes do fio linear da cadeia enunciativa torna visível uma titubeação discursiva que vem rubricada por uma distribuição temporal que desatreia o ato de fala de sua referência pontual. Realça uma outra dimensão do enunciado no exato momento em que se dá a enunciação.

Os casos mais simples são expressos pela substituição de uma palavra por outra por meio da conjunção “ou”. Os eventos a seguir ([78] a [82]) são manifestações de uma indecisão em nomear um referente, ou de uma dúvida quanto ao uso das palavras empregadas. Independentemente da forma como entendamos o procedimento metaenunciativo em evidência, devemos perceber que o sujeito da enunciação esforça-se para adequar o termo ao referente cuja pluralidade de nomeações mergulha a enunciação num ambiente perigosamente imperfeito, um lugar de abismo e de ameaça.

[78]

[...] ser impossível atribuir-lhes um referente se não conhecemos como participantes, / *ou testemunhas, os actantes* / e o âmbito espaço-temporal da enunciação.

(ReVEL. Texto 01)

[79]

[...] o mais importante é levar em conta a diferença fundamental entre gêneros primários, / *ou simples*, / e secundários, / *ou complexos* /.

(ReVEL. Texto 05)

[80]

A etnografia crítica refere-se ao processo reflexivo de escolha entre alternativas conceptuais e de julgamento de significados e métodos, principalmente para desafiar a pesquisa e o monitoramento, / *ou policiamento*, / entre outras formas da atividade humana.

(D.E.L.T.A. Texto 05)

[81]

A noção de mestiçagem, / *ou mistura impura*, / remete à questão do hibridismo cultural, própria do mundo pós-colonial, em que as diferentes culturas constituem, [...]

(D.E.L.T.A. Texto 06)

[82]

[...] verifica-se ainda a possibilidade de estabelecer diferentes tipos de relação entre as categorias depreendidas (quais são as categorias que se associam, quais se equivalem ou se excluem, etc.), configurando-se o que se denominou análise de contingência / (*ou de co-ocorrência*) /.

(D.E.L.T.A. Texto 10)

Outra forma de substituição de termos é construída de forma explicitamente metaenunciativa utilizando o verbo “dizer”. Essas expressões carregam consigo um sentido de que no ato enunciativo a imperfeição do sistema fica evidente, e, uma vez vítima dessa imperfeição, o sujeito demonstra sua angústia em subjetivar-se por meio do aparelho simbólico da linguagem, que nunca é suficiente para descrever o real.

[83]

[...] o conteúdo metaplícito / (*ou, melhor dizendo, ultraplícito*) / é “aquele que só pode ser construído mediante a situação de comunicação” [...]

(ReVEL. Texto 04)

[84]

Em 1975 (cf. PÊCHEUX e FUCHS, 1990), a par de uma definição do quadro epistemológico, estabelecendo um dispositivo que associa formação social, língua e discurso, esboça-se na AD uma teoria não-subjetiva da subjetividade / (*ou dizendo melhor, **da enunciação** – o que leva a pensar na posição do sujeito que enuncia*) /.

(LeD. Texto 08)

[85]

[...] motivo pelo qual pretendemos justificar nossa opção por um trabalho numa ótica discursiva, tal avanço parece ter ocorrido / – *seria melhor dizer "tal avanço **parece vir ocorrendo**"?* – / paulatinamente.

(D.E.L.T.A. Texto 10)

As modalidades suspensivas da metaenunciação também evidenciam o encontro do enunciador com a falha constitutiva do sistema lingüístico e denunciam um estilo inerente ao processo de subjetivação em que, colocando sua enunciação momentaneamente suspensa, o sujeito coloca-se fora do si construído por meio de sua relação ambivalente entre sujeito-mundo e sujeito-enunciação, num processo em que é a própria enunciação que, ao construir o mundo, constrói a subjetividade do enunciador, por um lado, e, por outro, promove a dissolução do sujeito no instante em que enuncia, pois a experiência do sujeito, enunciando-se na periferia do discurso e colocando-se fora de si relativamente ao ato enunciativo, se interpõem entre o enunciador e sua enunciação.

Essa estrutura de metaenunciação dos eventos [86] a [88] insinua uma voz que não apenas hesita, mas resiste a moldar-se aos acordes seguros do Um imaginário, voz que se anuncia vacilante ao expressar o desejo do sujeito-enunciador pela negativa pressuposta e implícita no ato da enunciação.

[86]

“É isto e não aquilo o que quero dizer”, é mais ou menos esse o enunciado que materializa esta (re)investigação, que comporta no nível da enunciação um movimento de defesa, / *se assim posso dizer*, / contra o recalado.

(LeD. Texto 02)

[87]

O sistema é frouxo, / *digamos assim*, / e obriga a escolhas, a uma estética – um estilo, / *por que não?* / – da existência. Estamos longe do sujeito assujeitado.

(LeD. Texto 05)

[88]

A importância dessa distinção vem de que um traço semântico tem, / *por assim dizer*, / existência independente, sendo essencial para descrever um fato, a saber, o significado de um item [...].

(D.E.L.T.A. Texto 03)

Por fim, cabe-nos assinalar as fórmulas lingüísticas de não-coincidências entre as palavras e coisas, que são expressivas de falsa coincidência ou de ilusória materialização discursiva do Um da enunciação. Formas que procuram explicitar o Um realizado, atenuando os conflitos entre signo e referência, num contexto em que a textualização institucional do saber desdobra as posições daquele que diz e daquele que pensa o seu ato de dizer, expondo, inconscientemente, múltiplas vozes diagramadas pelas possibilidades insinuadas nas posições subjetivas assumidas pelo enunciador. Nesses casos, o sujeito admite sua própria voz ecoando em certo domínio discursivo que o conduz, inapelavelmente, a uma condição de experiência definidora dos limites enunciativos. Os eventos [89] a [92] demonstram esse espaço em que o sentido do termo glosado, discursivamente, é posto à prova e revela a imperfeição do sistema, por meio de um enunciado moldado por um sintagma circunstancial cujo efeito principal é o corte enunciativo entre o dizer e o mundo e configura um acontecimento onde a difração opacificante da unidade glosada articula a posição do sujeito à sua maneira de dizer.

[89]

A pressuposição, / *no sentido estrito*, / é sempre óbvia. Não é um dado novo, é um dado de entrada (insumo), um conhecimento ativado.

(ReVEL. Texto 04)

[90]

A polissemia, uma das propriedades mais tipicamente discursivas da língua, é, / *logicamente falando*, / efeito da condição, constitutivamente dúplice – digital/analógica – do sentido.

(LeD. Texto 04)

[91]

Quando busca relativizar os efeitos da interpelação, Pêcheux é atraído pelo chiste, / *no contexto da psicanálise*, / que apareceria, em sua interpretação, como “o instante de uma vitória do pensamento no estado nascente, a figura mais apurada de seu surgimento. Isso reforça que o pensamento é fundamentalmente inconsciente [...], a começar pelo pensamento teórico [...]” (1988, p. 303).

(LeD. Texto 08)

[92]

Este é, de fato, o ponto de vista que adotamos quando estudamos outros organismos, ou os próprios seres humanos afora os aspectos mentais - humanos “do pescoço para baixo”, / *metaforicamente falando* /.

(D.E.L.T.A. Texto 01)

7.4 Não-coincidências das palavras consigo mesmas (NCPM)

Nosso entendimento sobre esse tipo de NCD é que este formato específico do fenômeno, ancorado na polissemia e na homonímia, coloca em jogo as palavras e seus sentidos (discursivos, contextuais, lexicais ou dicionarizados), promovendo uma abertura da enunciação ao exterior do discurso, uma vez que o contexto interno não é suficiente para estabelecer o sentido do termo glosado.

Nesses casos, o sujeito passa por um processo de tomada do lugar de fala em que a enunciação reflete a própria constituição da subjetividade que se materializa na falésia, ou seja, na intermitência entre o interior e o exterior da enunciação. Se assim for, é coerente dizer que o ato de um sujeito metaenunciar no ambiente do equívoco e da *lalangue* lacaniana remete seu dizer a vozes que o comandam a sua revelia, presentificadas no ato enunciativo por meio da alteridade extrema, na medida em que o sujeito vai expondo as vicissitudes pelas quais passa enquanto enuncia.

Em termos discursivos há o encontro, na enunciação, do *Um* pretendido na linearidade discursiva com o não-*Um* da linguagem, que ocasiona a transgressão do discurso por meio do sentido. Há uma polissemia generalizada que evidencia a falha do sistema em comunicar com exatidão, em nomear o real. Os outros sentidos são, assim, inoportunos, ambíguos, e devem ser “excluídos”. Uma vez que o contexto não é suficiente para “excluir” esses outros sentidos inoportunos, o sujeito-enunciador, preocupado com o efeito-pretendido de seu dizer, sente a necessidade de fixar o sentido empregado no termo,

o que significa que o signo se opacifica, pois não foi suficiente para deixar transparecer o sentido exato do que estava sendo nomeado. O signo encontra-se, dessa forma, mergulhado na estrutura equivocizante da *lalangue*, de quem o sujeito-enunciador é refém. Como refém, há, nestas enunciações, a transgressão do sujeito pelo inconsciente, que se revela sujeito-efeito da falha que faz de seu dizer um momento de se dirigir ao Grande Outro. Esse “se dirigir ao Grande Outro” é, em princípio, impossível, posto que o Outro é sempre inalcançável, o que leva o sujeito-enunciador a elaborar uma estratégia de “espelho”, isto é, o interlocutor imediato reflete o Grande Outro a quem o enunciador se dirigiu. Os eventos a seguir representam essa fixação de sentido por meio da qual o dizer do Um se encontra com o não-Um ameaçador dos sentidos:

[93]

Embora a redação do vestibular, normalmente, tenha um caráter dissertativo, apresenta uma heterogeneidade tipológica, / *no sentido de diferentes seqüências discursivas*, / a serviço da dissertação.

(ReVEL. Texto 08)

[94]

[...], excluindo o texto histórico-social / (*entendendo aqui **história** no sentido marxista*) / mantido por Bakhtin e Kristeva em suas reflexões.

(ReVEL. Texto 09)

[95]

A noção de intertextualidade é operacionalizada na medida em que se estuda o texto (escritura) em relação ao texto histórico-social e aos arquitextos / (*no sentido genettiano*) / que o precedem.

(ReVEL. Texto 09)

[96]

Sobre a questão da classificação de cor / – *classificação no sentido de Bourdieu*, / conforme interpretação de Fairclough [...].

(LeD. Texto 09)

Diferente dos eventos anteriores em que o enunciador joga com expressividade positiva dos sentidos enunciados, há formas em que a negação é o recurso empregado na metaenunciação. Nesses casos, o enunciador preocupa-se não com a pluralidade de sentidos do termo glosado, mas com um sentido específico que ameaça o Um da

enunciação. A fixação do Um por meio da negação deixa transparecer a transgressão do discurso que, nesse caso, é duplamente marcada pela negação do sentido, seguida de fixação de outro. Há uma referência explícita ao efeito pretendido com o termo cuja intencionalidade é plena, pois o enunciador assume uma posição de “redobramento confirmativo” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 57), transformando-se em sujeito da fala, justamente porque não consegue moldar o real da língua ao sentido pretendido, então, como enunciador, dobra-se a falha do sistema e obtura-se o lapso. Este sujeito recorre à pluralidade de discursos, ao não-Um discursivo, para referendar aquilo que diz, numa remissão a outro autor, fato inequívoco que prova a heterogeneidade do discurso, a divisão das vozes enunciantes.

Este tipo metaenunciação favorece a caracterização do sujeito enunciantes por revelar o receio do sujeito-enunciantes em assumir aquilo que é colocado. As causas desse receio são inúmeras. A boa tradição da escritura acadêmica fala em “preservação de face”, isto é, numa modalização característica desse gênero discursivo através da qual o enunciantes se apropria de determinado conceito sem com ele se comprometer, dada sua natureza controversa ou pouco aceita pela comunidade discursiva; ainda assim, o sujeito-enunciantes se representa em sua enunciação como um sujeito incapaz de dizer aquilo que é necessário ou ainda aquilo que é verdadeiro. Na comunidade discursiva na qual o sujeito se imagina inserido, ele não possui autonomia enunciativa para proferir esta verdade necessária. Há uma relação entre as Formações Discursivas e as Formações Imaginárias, pois o sujeito-enunciantes se imagina como “inferior” ao seu co-enunciantes, ao discurso do Outro, à voz anônima que fala por meio dos enunciados estabilizados em sua comunidade discursiva.

Este sujeito que aí vai representado preocupa-se, a um só tempo, com o efeito pretendido e com o efeito alcançado com o seu discurso, e teme não haver a receptividade que gostaria. Há, expressa nessas metaenunciações, a intencionalidade de um desejo de ser aceito, e este desejo é, ainda que flagrante na enunciação do efeito pretendido, invariavelmente denegado. A transgressão aí presente é a transgressão do sujeito pelo inconsciente, pois é o inconsciente que fala e na enunciação não está uma sequência de

palavras a ser interpretada; o que está na enunciação é um temor evidente do sujeito-enunciador em deslizar junto com a falha do sistema, acompanhando-a para o ambiente do equívoco, da negação, da rejeição; um sujeito que, assim, divide seu dizer com o Outro, fazendo-se porta-voz de si mesmo.

[97]

Entenda-se aqui essa necessidade de uma instância subjetiva / *não no sentido de um sujeito empírico, mas no sentido de uma posição ou lugar, ou ainda no sentido de uma função* /.

(ReVEL. Texto 09)

[98]

[...] a materialidade expressa em um discurso traz a marca da subjetividade que a produziu, / *mas não no sentido de ser apenas expressão da individualidade do autor*, / pois o que está ali expresso é a relação entre uma individualidade, posta em um tempo e espaço definidos historicamente, e uma realidade que está sendo representada por essa individualidade, com consciência do que está fazendo, mas sem o domínio de todas as alternativas postas por essa mesma realidade.

(LeD. Texto 07)

A linguagem, habitante da *lalangue*, segundo Lacan, faz do sujeito-enunciador uma sombra e efeito daquilo que diz, e sua estrutura equivoquista de subjetividade se realiza nas não-coincidências das palavras consigo mesmas por meio de um dizer sempre lançado à reafirmação do não-Um.

Os exemplos a seguir oferecem a dimensão precisa do universo linguageiro em que o sujeito é somente um efeito institucional, que se apresenta como desejando insinuar-se sub-repticiamente na enunciação que deveria pronunciar. A verdade pretendida com a enunciação nunca é alcançada, porque não precede à enunciação, mas, ao contrário, se segue a um doloroso processo de subjetivação.

Essa maneira equivoquista de enunciar demonstra a clivagem que mostra o instante subjetivo se impondo alheio a qualquer seqüencialidade enunciativa e o sujeito divagando em meio à multiplicidade de posições e funções que deve ocupar para ter o direito de (se) enunciar.

[99]

[...] nesse espaço sobra um lugar em que o sujeito pode atuar como Eu, ou melhor, ele pode retornar, emergir, alternando a posição-cientista estrita com a que dele fica / – *é o caso de dizer* – / à “margem” da FD.

(LeD. Texto 08)

[100]

[...] uma reflexão sobre o discurso empregado nesta era digital, era em que nos encontramos e da qual não há como escapar, pois a realidade nos engloba de tal forma que dela nos tornamos reféns, sem escolha de negá-la que não representa a total exclusão da sociedade, / *por que não dizer*, / de nós mesmos.

(ReVEL. Texto 06)

Duas últimas formas chamaram nossa atenção no *corpus*. O evento [101] é especialmente singular, sobretudo considerando o gênero textual e a comunidade discursiva. Nele, a metaenunciação é feita por meio de uma parentetização na qual é inserida uma pergunta — “*um ponto de retorno?*”. Cumpre questionar que tipo de sujeito está aí implicado e a quem se dirige. A pergunta representa uma dúvida, um questionamento, ou uma hesitação, mas dirigida a quem? Ao co-enunciador? À memória discursiva arquivada na comunidade? A alguma voz de autoridade? A si mesmo? Ou a todos eles?

Seja como for, o evento representa o ponto de encontro entre a análise lingüística e a psicanálise, pois é evidente que a relação estabelecida por meio da metaenunciação é de alteridade extrema, na qual o sujeito enunciador encara o olhar da Górgona, o olhar da castração e da ferida narcísica, que aponta para as aberturas da enunciação, por meio de espaços subjetivantes.

[101]

Talvez valesse a pena especificar um pouco melhor o que significa dizer que há um ponto crucial / (*um ponto de não retorno?*) / no que se refere à questão: trata-se fundamentalmente de aceitar que o sujeito é *segundo* em relação a seu entorno – social, linguageiro, ideológico, cultural, até mesmo biológico.

(LeD. Texto 05)

[102]

As piadas me obrigavam a prestar atenção ao que é novo no velho. E, principalmente, aos jogos de linguagem. Porque os temas das piadas são discursos velhos, como se sabe, mas cada piada é sempre uma surpresa, propiciada por uma técnica (lingüística ou textual) específica. Há sempre / – *quase sempre*, *vá lá* – / algo circunstancial nelas.

(LeD. Texto 05)

Este último evento se aproxima o máximo possível da oralidade e deve ser interpretado a partir de dois ângulos. A partir da expressão “*quase sempre*”, que mostra a imperfeição da linguagem ou a inabilidade do sujeito-enunciador em (se) enunciar, pois é vítima do ambiente languageiro do equívoco da linguagem; e, a partir da expressão “*vá lá*”, reveladora de uma condescendência que o próprio sujeito se concede para se permitir enunciar fica claro a dimensão do equívoco que ameaça, quase sempre, um ato de enunciação.

As análises aqui realizadas mostram que o discurso, materializado na linguagem como um lugar de “falta” apresenta lugares a serem preenchidos pelos falantes que ocupam posições-sujeito em relação à representação de seu discurso. Essas posições-sujeito oscilam entre uma aparente neutralidade em relação ao sistema lingüístico, que denega sua condição de duplamente clivado, interiormente, pelo inconsciente, e exteriormente, pela história e pela ideologia, revelando que o campo enunciativo e o campo discursivo dos estudos lingüísticos são os campos em que melhor se evidenciam a noção da não-totalidade, do não-Um constitutivo da linguagem; e uma posição-sujeito “agressiva” frente ao aspecto da equivocidade da língua, isto é, explicitando o não-Um, marcando as transgressões que ocorrem: transgressão da língua, pelos equívocos; do discurso, pelos sentidos; do sujeito, pelo inconsciente e da história, pela contradição.

A evidência de que a linguagem falha e de que existe uma ferida a ser remediada deixa igualmente evidente que há uma possibilidade de retificação, de reparação: as não-coincidências do dizer, que, mesmo sendo um fenômeno que mais parece uma cicatriz da qual o sujeito deseja distanciar-se, surgem no momento necessário em que a falha é mais

manifesta; como a falha é sempre reprimida, inconfessável, o sujeito se coloca evitando que se repita o equívoco ao infinito, garantindo a continuidade do fio do discurso.

Pretendemos demonstrar por meio das análises apresentadas que as não-coincidências do dizer se configuram como um fenômeno constitutivo da linguagem. Quisemos demonstrar também que sua presença no texto acadêmico produz, como efeito residual, uma negação da objetividade pressuposta do discurso científico, porque evidencia falhas nessa objetividade. A divisão das vozes discursivas, o evidenciamento de faltas no dizer e a dimensão subjetiva observada pela perspectiva psicanalítica tornam coerente a afirmação de que o discurso acadêmico pode ser visto como uma arena em que se digladiam relações de poder. Esse discurso pode ser encarado como o lugar onde são reafirmadas as hierarquias institucionais, o que significa que o texto acadêmico, tomado sempre como um texto de ‘divulgação científica’, é muito mais que isso, é um ambiente em que pululam ideologias políticas, enfrentamentos fronteiriços e demarcações epistemológicas, logo — tudo isso junto — nega peremptoriamente a objetividade desse tipo de discurso.

A análise das não-coincidências não se limita, portanto, ao tipo de análise que verifica unicamente como se dá o discurso-segundo, mas prioriza os efeitos discursivos implícitos e, por vezes, explícitos, dessa divisão de vozes. Também não se verifica apenas se as vozes presentes no discurso são consoantes ou dissonantes, fato pertinente, porém periférico, nesse tipo de empreendimento de análise enunciativa, já que há fatores mais relevantes que devem ocupar a atenção do analista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quem pega no arado, não deve olhar para trás”
Jesus Cristo

Ao abraçar as Heterogeneidades Enunciativas no formato de não-coincidências do dizer como temática para este trabalho, duas condições foram determinantes: a primeira, a preferência pelas discussões teóricas; a segunda, uma tendência para as descrições estruturais. A primeira nos estimulou a elaborar o primeiro de nossos objetivos, que foi realizar uma descrição rigorosa do quadro teórico das não-coincidências do dizer, buscando, além disso, apresentar o mais detalhadamente possível a balizagem teórica à qual Authier-Revuz recorre para elaborar seus critérios de definição, classificação e apresentação do objeto de estudo, a metaenunciação. A justificativa para essa escolha deveu-se ao fato de a literatura especializada no assunto, disponível no Brasil, ser limitada e, às vezes, limitadora. Também porque nossas leituras de *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*, livro fundador da temática, nos levaram a perceber poucas discussões teóricas, conceituais e inúmeras lacunas descritivas (muitas delas devido ao tipo de publicação que se limitou à apresentação do texto de defesa de tese de doutoramento de Authier-Revuz), as quais procuramos preencher em alguma medida.

Esse objetivo foi, ao menos em parte, alcançado, pois concentramos nossos esforços em trabalho com quase 90% de reflexão teórica, mesmo sob o risco de cair num descompasso teoria-análise. É certo que muitos aspectos teóricos foram pouco contemplados, sobretudo, as reflexões em torno do gênero textual escolhido para dele retirar todo o exemplário utilizado ao longo do trabalho. Mas, uma vez que não nos interessa, no momento, a pesquisa empírica do discurso acadêmico e do artigo científico,

deixamos como sugestão para novas pesquisas que queiram caracterizar o discurso acadêmico sob a luz das Heterogeneidades Enunciativas. Também deixamos em aberto muitas reflexões que esclareçam melhor a relação entre as estruturas das não-coincidências do dizer e o que o elas revelam das estruturas psíquicas do inconsciente, a fim de explicar mais claramente os pontos de contato entre as heterogeneidades enunciativas e a Psicanálise.

Quanto à tendência para descrições estruturais — segunda condição que nos levou a abraçar a temática —, é preciso esclarecer que o método de seleção de eventos metaenunciativos, a análise de seu formato e a descrição de seus elementos constituintes são, de fato, baseados em princípios estruturais, contudo há de se considerar que a análise não se limita a isso, porque entram em cena as reflexões do funcionamento do metaenunciado no conjunto que compõe o todo do texto, o que nos levou a compreender por que a autora se insere num “neo-estruturalismo”: a metodologia de investigação, que, nesse caso, apesar de estruturalista, não é formalista, mas funcionalista. Em meio a tudo isso, uma pesquisa sobre as Heterogeneidades Enunciativas retorna, num movimento pendular, ao chamado estruturalismo-funcional, caracterizador da escola de Praga.

Isto posto, mesmo reconhecendo a incipiência dos exercícios analíticos que aqui realizamos, à medida que oferecemos uma interpretação para os eventos encontrados no *corpus* adotado como exemplário (sobretudo nos capítulos 6 e 7), abrimos outro veio pelo qual outras perspectivas possam ser exploradas: é preciso verificar como os mecanismos textuais da referenciação são explorados na construção das não-coincidências do dizer, e como elas colaboram para a progressão referencial. Ou, de outro modo, é preciso investigar como as funções das expressões nominais referenciais são afetadas ou afetam as expressões das não-coincidências do dizer, por exemplo, já que é preciso verificar em que medida esses fenômenos co-ocorrem e colaboram um com o outro.

Outro ponto que ficou de fora de nossas investigações, mas que, de certa forma, nos inquieta, é como devem ser encaradas as não-coincidências do dizer com relação ao ensino

da produção de texto, seja no ensino médio ou no ensino superior, pois a existência delas é um fato linguageiro que não deve ser ignorado.

Em nosso trabalho, procuramos ser o mais exaustivo possível (mesmo cedendo à ilusão da completude), não só na exposição teórica, mas também no rigor com o qual abordamos os textos que compuseram o *corpus*. Nenhum evento de metaenunciação identificado foi ignorado. Localizamos 143 eventos, devidamente atestados, embora tenhamos transcrito apenas 72, pois, numa tentativa de evitar repetição desnecessária, dos eventos de não-coincidência interdiscursiva (principalmente) foram escolhidos apenas os mais representativos. No total, apresentamos 102 eventos, porque 30 foram retirados de fontes diversas, embora sua expressiva maioria do próprio discurso acadêmico.

Acreditávamos que a pessoa gramatical na qual o texto fora escrito poderia determinar o aparecimento ou não de formas de não-coincidências do dizer, por isso, separamos os 30 textos que compunham o *corpus* pela pessoa gramatical. Dos 72 eventos propriamente retirados do *corpus* e aqui transcritos, 37 foram de textos escritos em primeira pessoa do singular, 20 de textos escritos em primeira pessoa do plural e 15 de textos escritos em terceira pessoa do singular. Evidentemente, o *corpus* é limitado demais para fazer qualquer generalização, no entanto, fica claro que textos escritos com um grau maior de comprometimento do autor (com marcas pessoais) são mais propícios ao uso de não-coincidências do dizer.

Em termos estritamente lingüísticos, acreditávamos que as NCD eram usadas de maneira explícita, para evidenciar o sujeito-enunciador, que, por meio do procedimento da inserção dessas formas, delimitaria ou estenderia os sentidos da enunciação. Os eventos coletados encaminham para a avaliação de que apenas as não-coincidências interdiscursivas e interlocutivas são utilizadas com essa finalidade; os outros dois tipos – não-coincidências das palavras com as coisas e as não-coincidências das palavras consigo mesmas – são empregadas de forma quase inconsciente, por coerção do sistema lingüístico, por “preservação de face”, entre outras razões. Defendemos agora a idéia de que as formas dos dois primeiros grupos mobilizam análises (conseqüentemente, bases teóricas)

diferentes das duas últimas, e reconhecemos que isso também precisa ser melhor investigado.

Acreditávamos ainda que, em termos semânticos, as NCD promoveriam um aspecto no texto (sobretudo textos do discurso acadêmico) que denominamos de “espetacularização”, porque defendíamos que suas formas seriam “estranhas” à especificidade da função social do gênero considerado. Agora, vendo por outro prisma, e reconhecendo que as NCD são um fato lingüístico natural, devemos considerar que não há nada que possa justificar essa “espetacularização” pretendida.

Quanto aos aspectos enunciativos e discursivos considerados, somos levados a dizer que o sujeito que se expressa nas NCD mobiliza, concatena, encapsula, explora e expõe suas relações com a enunciação, com os sentidos construídos no texto, na medida em que se subjetiva ao escrever, além de mostrar, concordar, discordar, polemizar as relações de poder veladas em cada ato de discurso, seja com outros enunciadores (leitores em potencial de textos escritos com finalidades específicas como o gênero em questão), seja com a memória discursiva (construída somente na coletividade), seja ainda com os saberes constituídos e delimitados no interior das comunidades que fazem autorizar, produzir e circular os discursos. Assim, ao mesmo tempo em que algumas formas de NCD remetem a uma submissão do sujeito-enunciador, outras revelam um sujeito que se debate contra a necessidade de moldar-se à ordem discursiva em voga. Dessa forma, secundariamente, procuramos caracterizar esses sujeitos expressos pelas NCD, mostrando, sempre que possível, que se subjetivar, marcar posicionamento, fazer-se autor é aventurar-se em abismos às vezes secretos, às vezes desconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. (org.) **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro**: Bakhtin nas Ciências Humanas. São Paulo: Musa, 2004.

ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARRIVÉ, M. **Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente**: Freud, Saussure, Pichon, Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

AUTHIER-REVUZ, J. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. Cadernos de Estudos Lingüísticos, nº 19, pp. 25-42. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas-SP: Unicamp, 1990.

_____. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas/SP: Unicamp, 1998.

_____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre/RS: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARROS, D. L. P. DE. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto. IN: FARACO, C. A. (et. alli.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da EFPR, 2001. pp. 21-42.

BENVENISTE, É. **Problemas de lingüística geral**. v. 01. 4ª ed. São Paulo: Pontes/Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Problemas de lingüística geral**. v. 02. São Paulo: Pontes/Editora da Unicamp, 1989.

BEZERRA, P. Polifonia. IN: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Problemas de lingüística geral**. v. 02. São Paulo: Pontes, 1989.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 7ª ed. Campinas: UNICAMP, 2000.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. **Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CORREIA, M. M. A. **Elementos para uma descrição morfológica do português**. São Paulo, UNICAMP, s/d.

COURTINE, J.-J. **A estranha memória da Análise do Discurso**. IN: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.) Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. pp. 25-32.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **A farmácia de Platão**. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

DUFOUR, D-R. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 2000.

EMERSON, C. **Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin**. Rio de Janeiro: DEFEL, 2003.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FERREIRA, M. C. L. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. IN: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.

FINK, B. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FLORES, V. **Lingüística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. **Introdução à lingüística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8ª ed. Col. Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. **Microfísica do poder**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004b.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2 ed. Col. Ditos e Escritos. Organização de Manoel de Barros Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. V. 1. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

_____. **A história da sexualidade**: o cuidado de si. V. 3. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005c.

_____. **Estratégia, poder-saber**. 2 ed. Col. Ditos e Escritos. Organização de Manoel Barros de Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. **Problematização do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. 2 ed. Col. Ditos e Escritos. Organização de Manoel de Barros Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2006c.

FROMKIN, V.; RODMAN, R. **Introdução à linguagem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

GREGOLIN, M. do R. **AD**: descrever — interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. IN: NAVARRO, P. (org.) Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. pp. 19-34.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

LACAN, J. **O seminário, livro 20**: Mais, ainda. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985a.

_____. **O seminário, livro 2**: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.

_____. **O seminário, livro 8**: A transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. **O seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998

_____. **O seminário, livro 5**: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Discurso de Roma**. IN: _____. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. pp. 139-172.

_____. **Radiofonia**. IN: _____. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. pp. 400-447.

_____. **O aturdido**. IN: _____. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. pp. 448-497.

_____. **Televisão**. IN: _____. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. pp. 508-543.

KISTEVA, J. **A história da linguagem**. Lisboa: Edições 70, s/d.

LAPLATINE, P. **Refletindo sobre a alteridade**. São Paulo: Iluminuras, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, A. R.; LOUSANA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder em Foucault. IN: **Tempo Social**: revista de sociologia. São Paulo: USP, 1995. pp. 83-103.

MILLER, J-A. **O piropo**: psicanálise e linguagem. IN: MILLER, J-A. **Percurso de Lacan**: uma introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MILNER, J-C. **O amor da língua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

NAVARRO, P. (org.) **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006.

NIETZSCHE, F. **O anticristo**. São Paulo: Martin Claret, 2002a.

_____. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Martins Claret, 2002b.

_____. **Humano, demasiado humano**. São Paulo: Escala, 2005a.

_____. **Crepúsculo dos ídolos**. São Paulo: Escala, 2005b.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

PAVEAU, M-A.; SARFATI, G-É. **As grandes teorias da lingüística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4 ed. Campinas-SP: Pontes, 2006.

PORGE, E. **Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. 24ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

SARTRE, J-P. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **O ser e o nada: ensaios de ontologia fenomenológica**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SETTINERI, F. F. A adolescência como posição subjetiva: uma abordagem discursiva. IN: **Linguagem em (dis)curso**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TEIXEIRA, M. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (org.). **Conversas com lingüistas: virtudes e controvérsias da lingüística**. São Paulo: Parábola, 2003.

WEEDWOOD, B. **História concisa da lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

EXEMPLÁRIO

Os exemplos retirados de textos da revista ReVel encontram-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.revellp.cjb.net>.

Os exemplos retirados de textos da revista Linguagem em (dis)curso encontram-se disponíveis no endereço eletrônico:

<http://www3unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/02.htm>

Os exemplos retirados de textos da revista DELTA encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.scielo.br/scielo.php?script=sci

TRABALHOS CONSULTADOS

ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. IN: **Tempo Social: revista de sociologia**. São Paulo: USP, 1995. pp. 105-110.

ARRIVÉ, M. **Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hyelmslev, Lacan e os outros**. São Paulo: Editora da USP, 2001.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoievski**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1998.

_____. **O poder simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CORACINI, M. J. (org.) **Identidade e discurso**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

DISCINI, N. **A comunicação nos textos: leitura, produção, exercícios**. São Paulo: Contexto, 2005.

FIGUEIRA, S. A. **Nos bastidores da psicanálise: sobre política, história, estrutura e dinâmica do campo psicanalítico**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIRADO, M. **Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico**. São Paulo: EPU, 2006.

LEITE, N. **Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

LYONS, J. **Linguagem e lingüística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

LONGO, L. **Linguagem e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: pontes, 2003.

MIRANDA, C. E. S. **A bela é a fera: o discurso sobre a mulher nos editoriais da revista Nova nas perspectivas da heterogeneidade discursiva e da psicanálise**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2003. (Dissertação de Mestrado).

NEF, F. **A linguagem: uma abordagem filosófica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

PÊCHEUX, M. **A análise de discurso: três épocas**. IN: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux. 3 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 3 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

RICOER, P. **A metáfora viva.** São Paulo: Loyola, 2000.